

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

MÁRCIA LAINA DA LUZ SILVEIRA

**UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL IRMÃ GERMANA: EDUCAÇÃO NÃO
FORMAL E ASSISTÊNCIA À POBREZA EM UBERABA/MG (1968-1988)**

UBERLÂNDIA

2025

MÁRCIA LAINA DA LUZ SILVEIRA

**UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL IRMÃ GERMANA: EDUCAÇÃO NÃO
FORMAL E ASSISTÊNCIA À POBREZA EM UBERABA/MG (1968-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UBERLÂNDIA

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S587 2025	<p>Silveira, Márcia Laina da Luz, 1978- Unidade de Promoção Integral Irmã Germana [recurso eletrônico] : educação não formal e assistência à pobreza em Uberaba/MG / Márcia Laina da Luz Silveira. - 2025.</p> <p>Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.te.2025.128 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Educação. I. Gonçalves Neto, Wenceslau ,1955-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. III. Título.</p> <p>CDU: 37</p>
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 08/2025/439, PPGED				
Data:	Vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:40
Matrícula do Discente:	12113EDU023				
Nome do Discente:	MÁRCIA LAINA DA LUZ SILVEIRA				
Título do Trabalho:	"Unidade de Promoção Integral Irmã Germana: educação não formal e assistência à pobreza em Uberaba/MG (1968-1988)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	História e Historiografia da Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Sociedade, educação e cultura no Brasil: passado e presente"				

Reuniu-se, através de sala virtual da plataforma Google Meet (<https://meet.google.com/ufg-mdtg-bkr?hs=224>), a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Anderson Claytom Ferreira Brettas - IFTM; Maria Cristina Gomes Machado - UEM; Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro - UFU; José Carlos Souza Araujo - UFU e Wenceslau Gonçalves Neto - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Wenceslau Gonçalves Neto, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(as) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Wenceslau Gonçalves Neto, Usuário Externo**, em 06/03/2025, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Gomes Machado, Usuário Externo**, em 07/03/2025, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Claytom Ferreira Brettas, Usuário Externo**, em 07/03/2025, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Souza Araujo, Usuário Externo**, em 07/03/2025, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Betania de Oliveira Laterza Ribeiro, Professor(a) do Magistério Superior**, em 17/03/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6139051** e o código CRC **A1CE2709**.

Aos meus filhos, **Bruna e João Vítor.**

AGRADECIMENTOS

Esta tese não é apenas o resultado de anos de pesquisa e trabalho, mas também de incontáveis momentos de apoio, compreensão e inspiração recebidos de pessoas especiais ao longo desta jornada. A cada um que, de alguma forma, esteve presente nesse percurso, expresso minha mais profunda gratidão.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por conceder-me força e resiliência nos momentos difíceis e por iluminar meus passos quando o caminho parecia incerto.

À minha família, ao meu esposo, Lúcio, pela paciência, compreensão e por ser meu porto seguro, sempre me acolhendo com amor incondicional. Aos meus filhos, Bruna e João Vítor, cada página desta tese reflete o amor e a alegria que vocês trazem à minha vida. Que este trabalho sirva como um exemplo de que a busca pelo conhecimento é uma jornada que vale a pena. Que vocês nunca deixem de sonhar e acreditar no poder transformador da educação, da dedicação e dos valores que construímos juntos.

Ao meu orientador, professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, cuja paciência, sabedoria e dedicação foram fundamentais ao longo de todo este processo. Suas orientações criteriosas, seu apoio constante e sua serenidade trouxeram equilíbrio em meio aos desafios da pós-graduação, sendo indispensáveis para a realização deste trabalho. Expresso aqui meu mais profundo reconhecimento e gratidão.

Aos professores Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro e Dr. José Carlos Souza Araújo, pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação, que enriqueceram e fortaleceram este trabalho.

Aos professores Dr. Anderson Claytom Ferreira Brettas, Dr.^a Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Dr. José Carlos Souza Araújo, Dr.^a Maria Cristina Gomes Machado, que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Dr. Carlos Henrique de Carvalho, à Dra. Raquel Discini de Campos, à Dra. Sonia Maria dos Santos, ao Dr. Décio Gatti Júnior, ao Dr. Selmo Haroldo de Resende e, *in memoriam*, à Dra. Romana Brázio Valente Pinho, pela generosidade em partilhar seus saberes, que enriqueceram profundamente esta jornada acadêmica.

Às minhas queridas amigas, Edilene e Marilsa, pelo apoio e incentivo desde os primeiros passos neste universo da história da educação. Sua amizade e confiança foram pilares essenciais ao longo deste percurso. Minha gratidão é imensa e difícil de expressar em palavras.

Aos colaboradores da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao James e ao Ali, pela cordialidade e eficiência no atendimento durante toda a trajetória acadêmica.

À família da senhora Celeste Maria da Silva, pelo acolhimento generoso e pelo inestimável apoio ao disponibilizar fontes documentais indispensáveis para a realização desta pesquisa. Sua contribuição foi fundamental, e minha gratidão não encontra palavras suficientes para expressá-la.

À senhora Janete Maria de Cerqueira Figueiredo, pela gentileza em permitir o acesso às dependências do Museu João e Maria e pela valiosa disponibilização do acervo documental, que enriqueceu significativamente esta pesquisa.

Por fim, às crianças, famílias e comunidades que inspiraram esta tese. Este trabalho é, acima de tudo, uma tentativa de honrar suas histórias e contribuições, bem como de dar visibilidade à importância das práticas e valores que marcaram suas trajetórias.

A todos, meu mais sincero e emocionado muito obrigada.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Paulo Freire

RESUMO

A presente tese insere-se na área da Educação, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFU, na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação” e na subárea da “História das Instituições Escolares”. O objeto de investigação é a “Unidade de Promoção Integral Irmã Germana” (UPI Irmã Germana), localizada em Uberaba, Minas Gerais, uma das unidades do Lar Fabiano de Cristo, organização assistencial fundada no Rio de Janeiro em 1958. O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 1968, ano de criação da UPI Irmã Germana em Uberaba, a 1988, marcado pela promulgação da Constituição Federal, que introduziu novas diretrizes para as políticas sociais e educacionais voltadas à infância e adolescência. O estudo aborda a gênese, a trajetória e as atividades assistenciais e educativas desenvolvidas pela UPI Irmã Germana, com ênfase nos aspectos que a conectam às diretrizes e valores do Lar Fabiano de Cristo e na maneira como essas práticas foram adaptadas às peculiaridades do município de Uberaba. Com base nisso, algumas questões foram suscitadas a fim de orientar a pesquisa. Como se constituiu a identidade da UPI Irmã Germana no contexto do Lar Fabiano de Cristo? Quais eram as práticas pedagógicas e os valores educacionais adotados? Como a instituição articulava assistência social, alfabetização e formação profissional? De que forma as famílias e a sociedade reagiram ao seu modelo de atendimento? Para responder a esses questionamentos, foram utilizadas diversas fontes documentais, bibliográficas, documentos iconográficos, além de jornais, legislações, histórico da instituição, dentre outros. A pesquisa utilizou-se do método bibliográfico e documental, estabelecendo-se uma dialética entre o contexto local às dimensões estadual e nacional, e como as representações sobre infância e pobreza circularam em diferentes contextos históricos e sociais, especialmente no Brasil, e como essas representações moldaram práticas educativas e assistenciais. A análise da UPI Irmã Germana foi conduzida a partir de três categorias principais: educação e assistência social, religião e filantropia, e infância, pobreza e representações sociais. Essa análise fundamentou a compreensão das ações da UPI Irmã Germana em Uberaba, articulando-as a um panorama mais amplo de políticas sociais e educacionais. Dessa forma, os resultados confirmaram a tese que a Casa de Irmã Germana, como unidade do Lar Fabiano de Cristo em Uberaba, consolidou-se como uma instituição social que integrava um modelo de educação não formal e assistencial. Esse modelo refletia os valores e metodologias da instituição-mãe, fundamentados na moral cristã e nos princípios da Doutrina Espírita, ao mesmo tempo que atendia às demandas locais, dialogando com as peculiaridades culturais, sociais e religiosas da cidade. Entre 1968 e 1988, a Casa desempenhou um papel central no atendimento a crianças e famílias em situação de pobreza, evidenciando o rompimento com representações estigmatizantes sobre infância e pobreza e consolidando práticas humanizadoras que valorizavam os indivíduos atendidos, preservavam os vínculos familiares e promoviam a formação humana e a regeneração social.

Palavras-chave: Infância. Espiritismo. Educação não formal. Pobreza. História da Educação.

ABSTRACT

This thesis is part of the Education area, linked to the Postgraduate Program in Education at UFU, in the research line “History and Historiography of Education” and in the subarea of “History of School Institutions”. The object of investigation is the “Unidade de Promoção Integral Irmã Germana” (UPI Irmã Germana), located in Uberaba, Minas Gerais, one of the units of Lar Fabiano de Cristo, a welfare organization founded in Rio de Janeiro in 1958. The time frame of the research covers the period from 1968, the year in which UPI Irmã Germana was created in Uberaba, to 1988, marked by the promulgation of the Federal Constitution, which introduced new guidelines for social and educational policies aimed at children and adolescents. The study addresses the genesis, trajectory, and care and educational activities developed by UPI Irmã Germana, with an emphasis on the aspects that connect it to the guidelines and values of Lar Fabiano de Cristo and the way in which these practices were adapted to the peculiarities of the city of Uberaba. Based on this, some questions were raised in order to guide the research. How was the identity of UPI Irmã Germana established in the context of Lar Fabiano de Cristo? What were the pedagogical practices and educational values adopted? How did the institution articulate social care, literacy, and professional training? How did families and society react to its care model? To answer these questions, several documentary, bibliographic, and iconographic sources were used, as well as newspapers, legislation, and the institution's history, among others. The research used bibliographic and documentary methods, establishing a dialectic between the local context and the state and national dimensions, and how representations about childhood and poverty circulated in different historical and social contexts, especially in Brazil, and how these representations shaped educational and welfare practices. The analysis of the UPI Irmã Germana was conducted based on three main categories: education and social welfare, religion and philanthropy, and childhood, poverty and social representations. This analysis supported the understanding of the actions of the UPI Irmã Germana in Uberaba, articulating them to a broader panorama of social and educational policies. Thus, the results confirmed the thesis that the Casa de Irmã Germana, as a unit of Lar Fabiano de Cristo in Uberaba, consolidated itself as a social institution that integrated a model of non-formal education and welfare. This model reflected the values and methodologies of the parent institution, based on Christian morality and the principles of the Spiritist Doctrine, while at the same time meeting local demands and engaging with the city's cultural, social and religious peculiarities. Between 1968 and 1988, the Center played a central role in serving children and families living in poverty, demonstrating a break with stigmatizing representations of childhood and poverty and consolidating humanizing practices that valued the individuals served, preserved family ties and promoted human development and social regeneration.

Keywords: Infancy. Spiritism. Non-formal education. Poverty. History of Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Despesa Anual do Lar Fabiano de Cristo (1977 - 1979).....	197
Gráfico 2 - Produção das Oficinas-Escola do LFC (1979).....	202
Gráfico 3 - Número de Oficinas-escola do Lar Fabiano de Cristo (1973 - 1980).....	203
Gráfico 4 - Comparativo de matrículas nas Oficinas-escola do Lar Fabiano de Cristo (1973 - 1980).....	204
Gráfico 5 – Número de Crianças Assistidas pelo LFC (1958 - 1980).....	208

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição geográfica das unidades do Lar Fabiano de Cristo (2023).....	20
Figura 2 - Serviço de Assistência a Menores (1961).....	70
Figura 3 - Cartaz elaborado pelo DNCr (1944).....	76
Figura 4 - Irmã Agnita Miriam no Brasil (1955).....	78
Figura 5 - Propaganda Farmácia Homeopática Almeida Cardoso & Cia (1933).....	128
Figura 6 - Mapa de localização do município de Uberaba/MG	137
Figura 7 - Praça Rui Barbosa (1920).....	140
Figura 8 - Rua Bernardo Guimarães (1938).....	141
Figura 9 - Praça Rui Barbosa – Catedral - (1938)	144
Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1920)	146
Figura 11 - Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1950)	146
Figura 12 - Lar Espírita de Uberaba em construção (s.d.).....	161
Figura 13 - Carta-circular enviada por Carlos Torres Pastorino (1957).....	171
Figura 14 - Crianças atendidas inicialmente pelo Lar Fabiano de Cristo em áreas periféricas do Rio de Janeiro durante os anos 1960	176
Figura 15 - Creche e Escola de Artes e Ofícios do Instituto Espírita Amigo Germano - s.d.	189
Figura 16 - Escola de Artes e Ofícios do Instituto Espírita Amigo Germano (1953)	189
Figura 17 - Edições da Revista Capemi (2022).....	195
Figura 18 - Edições do Capemi Informa (2022).....	195
Figura 19 - Crescimento da CAPEMI (1969 - 1972)	209
Figura 20 - A primeira instalação da Casa de Iracema do LFC (1965).....	215
Figura 21 - Nova instalação da Casa de Iracema do LFC (s.d).....	216
Figura 22 - Casa Sabino Lucas (1974)	224
Figura 23 - Dona Celeste Maria da Silva ao centro (s.d.)	225
Figura 24 - Terreno adquirido pelo LFC na rua Capitão Domingos, em Uberaba, MG (1969)	229
Figura 25 - Distância de 120 metros entre a Casa de Irmã Germana e a Casa Espírita Bittencourt Sampaio, na cidade de Uberaba, MG	230
Figura 26 - Construção das novas instalações da Casa de Irmã Germana (s.d.)	231
Figura 27 - Inauguração da Casa de Irmã Germana em Uberaba - MG (1970)	233
Figura 28 - Construção da Casa de Irmã Germana (s.d.)	234
Figura 29 - Entrega dos certificados de conclusão do Pré-Primário (1970).....	235

Figura 30 - Irmã Dominicana na inauguração da Casa de Irmã Germana (1970).....	237
Figura 31 - Certificado de Celeste Maria da Silva (1967).....	240
Figura 32 - Certificado de Ananias Antônio da Silva Sobrinho (1967)	240
Figura 33 - 1º Encontro de Coordenadores das Casas Assistenciais de 3º Faixa do LFC realizado no Rio de Janeiro (1974)	244
Figura 34 - Vista social realizada pela Casa de Irmã Germana - LFC (1976)	244
Figura 35 - Casa construída em sistema de mutirão da Casa de Irmã Germana - LFC (1983)	249
Figura 36 - Ambulatório odontológico da Casa de Irmã Germana - LFC (s.d.)	250
Figura 37 - Ambulatório médico da Casa de Irmã Germana - LFC (s.d.).....	252
Figura 38 - Professora e alunos na sala de aula da Casa de Irmã Germana (s.d.)	256
Figura 39 - Professora Maria Helena Cachapus almoçando com seus alunos na Casa de Irmã Germana (s.d.)	257
Figura 40 – Curso de Auxiliar Assistencial e Professores do LFC	258
Figura 41 – Capa da obra "Vida e Educação no Jardim de Infância" de Heloísa Marinho, publicada em 1966.....	260
Figura 42 - Professora e alunos da Casa de Irmã Germana em comemoração ao “Dia da Árvore” (s.d.).....	263
Figura 43 - Excursão dos alunos da Casa de Irmã Germana - LFC (1976).....	264
Figura 44 - Professora apresentando os “sons” na Casa de Irmã Germana (1982)	266
Figura 45 - Oficina-escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana - LFC (1982).....	269
Figura 46 - Produção de sapatos pela Oficina-escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana - LFC (1982)	270
Figura 47 - Famílias assistidas pela Casa de Irmã Germana recebendo a orientação religiosa (1976)	272
Figura 48 - Distribuição de gêneros alimentícios para as famílias assistidas pela Casa de Irmã Germana (1976).....	273
Figura 49 - Zita Flora, à esquerda, em visita à Casa de Irmã Germana (1984).....	278
Figura 50 - Carta enviada pelo Coronel Jaime Rolemberg à Dona Celeste (1976).....	279

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre o Lar Fabiano de Cristo	28
Quadro 2 - Ensino ofertado por categoria de órfãos em instituições de recolhimento para menores no Rio de Janeiro-RJ (1740 – 1914)	49
Quadro 3 - Instituições assistenciais existentes em Uberaba em 1923	55
Quadro 4 - Instrumentos legais na regulamentação da assistência e proteção aos menores (1920 – 1927).....	63
Quadro 5 - Quadro comparativo das legislações destinadas a tutela da infância e juventude (1927 – 1990)	93
Quadro 6 - Instituições de assistência à infância em Uberaba entre 1915 a 1959.....	159
Quadro 7 - Instituições de assistência à infância em Uberaba mantidas por espíritas em 1965	161
Quadro 8 - Produtos produzidos pelas Oficinas-escola do LFC (1979).....	202
Quadro 9 - Convênios de Cooperação Firmados pelo LFC (1980).....	206
Quadro 10 – Casas Assistenciais de 3ª Faixa do LFC e data de fundação (1989)	213
Quadro 11 - Matriz curricular do Curso de Auxiliar Assistencial do LFC (s.d.)	242
Quadro 12 - Fatores que levam ao desajustamento social e econômico	245
Quadro 13 – Ensino Pré-Escolar nas Casas de 3º Faixa do LFC (1979).....	265
Quadro 14 - Curso de Recuperação do LFC (1979-1980)	267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	Arquivo Público Municipal
CAD	Classe de Adaptação
CAPEMA	Caixa de Pecúlio Mauá
CAPEMI	Caixa de Pecúlio dos Militares
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAG	Caixa de Pecúlio Amigo Germano
CEU	Centro Espírita Uberabense
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
COIFA	Círculo de Oficiais Intendentes das Forças Armadas
DNCr	Departamento Nacional da Criança
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FEB	Federação Espírita Brasileira
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor
GBOEx	Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército
HDB	Hemeroteca Digital Brasileira
IERJ	Instituto de Educação do Rio de Janeiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LFC	Lar Fabiano de Cristo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OEE	Organização Educacional Espírita
ONU	Organização das Nações Unidas
SAM	Serviço de Assistência aos Menores
SEI	Serviço Espírita de Informação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

UMEU	União da Mocidade Espírita Uberabense
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para as Crianças
UPI	Unidade de Promoção Integral

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO AO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	35
1.1	Considerações iniciais.....	35
1.2	A cultura de institucionalização de crianças no Brasil.....	41
1.2.1	<i>Assistência à infância na primeira República.....</i>	<i>50</i>
1.2.2	<i>A criança e o menor na Era Vargas.....</i>	<i>67</i>
1.3	A assistência ao menor no contexto político.....	68
1.3.1	<i>Serviço de Assistência a Menores (SAM) e clientelismo.....</i>	<i>68</i>
1.3.2	<i>O Departamento Nacional da Criança e a Legião Brasileira de Assistência</i>	<i>72</i>
1.4	Direito da Criança e Influências Internacionais.....	82
1.4.1	<i>A Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959)</i>	<i>82</i>
1.4.2	<i>Doutrina de segurança nacional e a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor.....</i>	<i>84</i>
1.5	Redemocratização e o declínio da institucionalização.....	95
1.5.1	<i>A transição para o direito a convivência familiar.....</i>	<i>95</i>
1.6	Considerações parciais.....	98
2	A GÊNESE DO ESPIRITISMO E OS EMBATES COM A IGREJA CATÓLICA EM UBERABA/MG.....	99
2.1	Considerações iniciais.....	99
2.2	Espiritismo e suas bases: História, Ciência, Filosofia e Religião.....	99
2.3	Os precursores da educação do espírito.....	113
2.4	A chegada do Espiritismo ao Brasil	120
2.5	Evolução histórica do município de Uberaba.....	137
2.5.1	<i>A influência do catolicismo na construção da moral em Uberaba.....</i>	<i>143</i>
2.5.2	<i>Uberaba: a “meca” do Espiritismo.....</i>	<i>152</i>
2.6	Considerações parciais.....	162
3	O LAR FABIANO DE CRISTO.....	163
3.1	Considerações iniciais.....	163

3.2	A vida de Fabiano de Cristo.....	164
3.3	Gênese e evolução do Lar Fabiano de Cristo.....	168
3.4	O financiamento do trabalho assistencial do Lar Fabiano de Cristo e o surgimento da CAPEMI.....	186
3.5	As primeiras casas assistenciais.....	210
3.6	Considerações Finais.....	217
4	IRMÃ GERMANA: DE “CASA” A UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL.....	218
4.1	Considerações iniciais.....	218
4.2	Origem da Casa de Irmã Germana.....	219
4.3	Atividades Assistenciais na Casa de Irmã Germana.....	238
4.4	Atividades Educacionais.....	253
4.5	Considerações Parciais.....	280
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
	REFERÊNCIAS.....	286
	ANEXO A - LIVRO DE ATAS: TERMO DE ABERTURA (1958)	308
	ANEXO B – ATA DE FUNDAÇÃO DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1969)	311
	ANEXO C – ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO TERRENO DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1969)	314
	ANEXO D – HABITE-SE DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1971)	317
	ANEXO E – REGISTRO DE IMÓVEL DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1982)	318
	ANEXO F – CELESTE MARIA DA SILVA	320
	ANEXO G – APOSTILAS DO CURSO DE AUXILIAR ASSISTENCIAL.....	321
	ANEXO H – MANUAL “EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO: PROPOSTA METODOLÓGICA”	322
	ANEXO I – ANUÊNCIA INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	323

INTRODUÇÃO

A presente tese insere-se na área da Educação, especificamente na subárea de História da Educação, e está vinculada à linha de pesquisa sobre a História das Instituições Escolares. O objeto de estudo é a Unidade de Promoção Integral (UPI) Irmã Germana, localizada na cidade de Uberaba-MG. Esta investigação busca compreender a gênese, a trajetória e as atividades assistenciais e educativas realizadas pela UPI Irmã Germana, com foco em seu atendimento às crianças pobres e suas famílias no contexto local. Embora a UPI Irmã Germana seja uma das unidades do Lar Fabiano de Cristo¹ — organização assistencial fundada em 1958 no Rio de Janeiro —, o foco desta pesquisa recai sobre a atuação específica da unidade em Uberaba, suas práticas, valores e interação com a comunidade local.

O recorte temporal da pesquisa abrange o período de 1968, ano de fundação da UPI Irmã Germana em Uberaba, até 1988, marcado pela promulgação da nova Constituição Federal, que trouxe inovações nas políticas sociais e educacionais voltadas para a infância e a adolescência. Apesar de a instituição ter atendido diferentes faixas etárias ao longo de sua existência, este estudo concentra-se na assistência oferecida a crianças e adolescentes, com foco no apoio social e educacional, visando à alfabetização, complementação escolar e formação profissional, além do suporte às famílias.

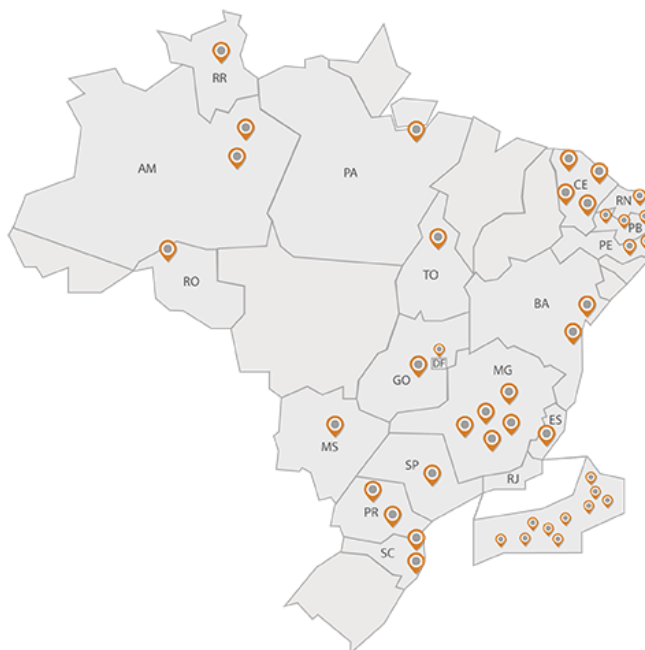
Nesse contexto, a UPI Irmã Germana, objeto deste estudo, caracterizava-se como uma instituição privada e filantrópica, vinculada ao Lar Fabiano de Cristo. Embora se declarasse laica, sua identidade institucional era marcada por valores e práticas inspirados na Doutrina Espírita, refletidos em sua metodologia educativa e assistencial. Atuando no campo da educação não formal e da assistência social, oferecia apoio integral a crianças e adolescentes em situação de pobreza, com ações voltadas para alfabetização, formação moral e profissional, alimentação, atendimento à saúde e fortalecimento dos vínculos familiares. Assim, sua atuação também pode ser compreendida como uma estratégia de apoio à sobrevivência de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em um período anterior à consolidação das políticas públicas de proteção integral à infância no Brasil.

A UPI Irmã Germana atuou em Uberaba-MG entre 1968 e 2011. O Lar Fabiano de Cristo, organização à qual estava vinculada, expandiu-se ao longo dos anos para 45 unidades

¹ O Lar Fabiano de Cristo recebeu reconhecimento em diversas ocasiões por parte da sociedade civil, predominantemente por organizações associadas à filantropia e à assistência social. Um destaque notável entre esses reconhecimentos é o conferido pela UNESCO em 2003, em virtude de sua notável excelência na condução de iniciativas educacionais (Lar Fabiano de Cristo, 2023).

distribuídas por todas as regiões do Brasil. Em seu auge, chegou a operar com 222 unidades, atendendo cerca de 500 mil pessoas ao longo dos últimos 15 anos (Lar Fabiano de Cristo, 2023).

Figura 1 - Distribuição geográfica das unidades do Lar Fabiano de Cristo (2023)



Fonte: Lar Fabiano de Cristo (2025).

Na primeira metade do século XX, a assistência à infância, tanto em Uberaba como em diversas cidades do país, teve como foco principal a institucionalização, ou seja, o internamento de crianças e jovens pobres em instituições com o propósito de retirá-los das ruas, promovendo, assim, um movimento de higienização das cidades. Essa assistência também tinha um caráter utilitarista, pois nessas instituições as crianças aprendiam algum tipo de ofício para que pudessem ser devolvidas à sociedade como indivíduos úteis.

Distanciando-se desse modelo, as Unidades de Promoção Integral do Lar Fabiano de Cristo, incluindo a UPI Irmã Germana, desenvolveram uma abordagem diferenciada, que não apenas buscava a formação profissional, mas também se fundamentava em uma metodologia própria. Essa metodologia valorizava a educação em valores humanos e a integração dos aspectos físico, psicológico e espiritual dos educandos, promovendo uma formação integral que dialogava com as demandas sociais e culturais de seu tempo.

Além disso, enquanto diversas instituições assistenciais promoviam a institucionalização das crianças, retirando-as do ambiente doméstico, as Unidades de Promoção Integral do Lar Fabiano de Cristo procuravam preservar os vínculos familiares, atendendo as crianças junto aos pais e demais membros da família.

Essa abordagem adotada pelas instituições vinculadas ao Lar Fabiano de Cristo pode ser considerada inovadora para a época, uma vez que mudanças significativas na história da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil ocorreram, pelo menos em termos legais, apenas após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (Brasil, 1990).

Sendo assim, a presente pesquisa pretende investigar essa metodologia desenvolvida pelo Lar Fabiano de Cristo, tendo como objeto a UPI Irmã Germana, instituição criada em Uberaba. O estudo visa responder aos seguintes questionamentos: Como se constituiu a identidade da instituição? Como se dava, na prática, a educação em valores humanos? Quais as práticas pedagógicas e as concepções educativas constituídas em seu cotidiano institucional? Como as famílias e a sociedade em geral se portaram diante dessa metodologia de atendimento que preservava os vínculos familiares? Quais as práticas profissionais ofertadas na UPI Irmã Germana? Como eram desenvolvidas a alfabetização e a complementação escolar?

Um aspecto relevante sobre o Lar Fabiano de Cristo é que, apesar de se declarar uma instituição laica, seus idealizadores eram amplamente conhecidos como representantes da religião espírita no cenário nacional. No entanto, no caso específico da unidade localizada em Uberaba, a UPI Irmã Germana, a instituição foi estabelecida em um bairro caracterizado pela predominância de moradores adeptos da religião católica.

Considerando que outras instituições de assistência às crianças, anteriormente instaladas em Uberaba, encontraram dificuldades para se manterem na cidade pelo fato de serem conduzidas por seguidores da doutrina espírita (Silva, 2002; Souza, 2018), essa pesquisa também pretende investigar como ocorreu o processo de instalação da UPI Irmã Germana nesse contexto específico. Como os moradores do bairro e da cidade em geral, majoritariamente católicos, receberam uma instituição vinculada a outro credo religioso? Em que medida a instituição, fundada por pessoas ligadas ao Espiritismo, conseguiu oferecer um atendimento laico? Havia crianças católicas frequentando a instituição?

O objetivo geral dessa pesquisa pretende, portanto, analisar historicamente a identidade da UPI Irmã Germana (1968-1988), considerando tanto os aspectos que aproximam das demais instituições do Lar Fabiano de Cristo quanto aqueles que se tornam singulares no contexto de Uberaba, contribuindo para o estudo das instituições sociais dedicadas à educação não formal e assistencial no Brasil.

Além desse objetivo geral, também foram delimitados alguns objetivos específicos: identificar o contexto e a motivação que levaram à criação de uma instituição pertencente ao Lar Fabiano de Cristo na cidade de Uberaba; investigar a gênese e a trajetória da UPI Irmã

Germana entre 1968 a 1988, compreendendo aspectos referentes à história da instituição; conhecer a metodologia de trabalho desenvolvida nas instituições pertencentes ao Lar Fabiano de Cristo, especialmente na UPI Irmã Germana; conhecer as práticas pedagógicas e as concepções educativas constituídas no cotidiano institucional da UPI Irmã Germana; compreender como o município de Uberaba lidava com a situação das crianças pobres no período delimitado.

Em consonância com os objetivos específicos delineados para essa pesquisa, é fundamental considerar que a ação de educar vai muito além do ato de transmitir conhecimentos. Sendo assim, é fundamental conhecer os processos e as práticas históricas de educação para ampliar o entendimento da forma como a humanidade organizou e organiza seus modos de aprender e transmitir fazeres e saberes.

Nesse contexto, é importante destacar que a escola não é o único local no qual a educação se processa. De acordo com Saviani (2005), além da instituição familiar que se dedica, por sua natureza, ao exercício da educação espontânea, existem ainda outras instituições de diferentes tipos que também cuidam da educação. Dessa forma,

[...] instituições como sindicatos, igrejas, partidos, associações de diferentes tipos, leigas e confessionais [...] além de desenvolver atividade educativa informal, podem, também, desenvolver trabalho pedagógico secundário, seja organizando e promovendo modalidades específicas de educação formal, seja mantendo escolas próprias em caráter permanente (Saviani, 2005, p. 29).

No contexto desta pesquisa, a Casa de Irmã Germana será caracterizada como uma Instituição Social, dada sua atuação no campo da Educação Não Formal e Assistencial. Essa denominação reflete a especificidade de suas práticas e objetivos, que iam além da assistência material. Embora não fosse uma escola formal, a Casa desempenhava um papel significativo na formação de crianças e adolescentes.

O conceito de Educação Não Formal refere-se a práticas educativas desenvolvidas fora do sistema escolar regular, mas que possuem intencionalidade pedagógica e objetivos formativos claros. No caso da Casa de Irmã Germana, essas práticas incluíam o ensino de habilidades básicas, alfabetização, formação moral e instrução profissional, realizadas paralelamente ao atendimento social das crianças e suas famílias.

Maria da Glória Gohn define a educação não formal como uma prática educativa que

[...] não tem o caráter formal dos processos escolares, normatizados por instituições superiores oficiais e certificadoras de titularidades. Difere da educação formal porque esta última possui uma legislação nacional que normatiza critérios e procedimentos específicos. A educação não formal lida com outra lógica nas categorias espaço e tempo, pelo fato de não ter um currículo definido a priori, quanto a conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhadas (Gohn, 2016, p. 60).

Ademais, a dimensão assistencial era central nas atividades da Casa, voltando-se para crianças em situação de pobreza e suas famílias, com ações que iam desde o fornecimento de alimentos até o acompanhamento familiar. Essa integração entre educação e assistência transcendia a mera resposta às necessidades imediatas, buscando promover a formação humana dos indivíduos atendidos.

Nesse contexto mais amplo, é possível observar como as transformações sociais e culturais impactaram a percepção e o tratamento da pobreza, evidenciando mudanças significativas nos papéis das instituições sociais ao longo do tempo. Na Idade Média, a pobreza era vista como uma bênção, com os mais ricos assumindo a obrigação moral e religiosa de ajudar os necessitados (Sanglard; Lopes, 2018; Kuhlmann Junior, 2015). Já no século XVIII, essa visão se alterou, e a pobreza passou a ser considerada um problema social que exigia a intervenção do Estado, marcando uma mudança na responsabilidade atribuída à sociedade (Kuhlmann Junior, 2015).

A assistência à pobreza também evoluiu. Inicialmente pautada pela caridade religiosa, centrada no alívio imediato, transformou-se em uma abordagem mais institucional e abrangente, que incluía crianças, idosos e doentes. Essa transição refletiu o reconhecimento da pobreza como um fenômeno social complexo, demandando respostas coletivas e estruturadas (Giddens, 2008; Sanglard; Lopes, 2018).

No Brasil, a assistência à infância pobre, discutida por autores como Marcílio (2019), ilustra essa mudança. A filantropia, que emergiu como uma tentativa de institucionalizar o atendimento, trouxe a ideia da criança como sujeito de direitos, superando práticas paternalistas. Esse modelo também funcionava como instrumento de controle social, revelando as relações de poder da época. Assim, a evolução da percepção da pobreza e das práticas de assistência demonstra o avanço na compreensão de suas causas em sua multidimensionalidade, considerando fatores econômicos, sociais e culturais que a perpetuam (Giddens, 2008; Kuhlmann Junior, 2015; Sanglard; Lopes, 2018).

Dessa forma, ao analisar as práticas filantrópicas e suas implicações sociais, é essencial compreender como certos discursos e representações contribuíram para perpetuar estigmas sociais e aprofundar desigualdades. Em Uberaba, na primeira metade do século XX, essa lógica se expressou de forma evidente no imaginário social que associava a pobreza infantil à vadiagem. Nesse contexto, as condições de vida das crianças pobres tornaram-se ainda mais precárias, especialmente diante das transformações urbanas, políticas e sociais da época. (Souza; Ribeiro; Araújo, 2019, p. 722; Isobe; Ribeiro, 2022).

A imprensa local, influenciada pelos ideais republicanos de ordem social e regeneração moral, reforçou a estigmatização dessas crianças, frequentemente retratadas nas páginas do jornal *Lavoura e Comércio*, como "menores vagabundos" e exemplos de desvio social. A pobreza e a ociosidade eram comumente vinculadas a ambientes urbanos considerados viciosos, consolidando a ideia de que essas crianças estavam predispostas à degeneração moral e à criminalidade (Souza; Ribeiro; Araújo, 2019, p. 722; Isobe; Ribeiro, 2022).

Esse estigma foi intensificado por discursos da imprensa uberabense que vinculavam infância e criminalidade, representando as crianças pobres como ameaças à ordem social. Os jornais, utilizando arcabouços jurídicos e educacionais da época, legitimavam práticas discriminatórias ao atribuir às crianças pobres o status de "futuros criminosos". A retórica construída enfatizava a vadiagem infantil como um desvio moral, ignorando as condições estruturais de pobreza e exclusão que moldavam as vidas dessas crianças. Assim, recomendava-se a regeneração moral por meio da educação e do trabalho, sem abordar as raízes das desigualdades sociais (Isobe; Ribeiro, 2022).

Nesse cenário, a solução proposta para "corrigir" essas crianças era colocá-las em internatos que uniam ensino básico ao trabalho infantil. Essa medida segregava as crianças pobres, criando uma cidadania desigual que as distanciava das elites urbanas. Assim, os discursos jurídicos e jornalísticos não apenas reproduziram, mas também validaram a marginalização infantil, perpetuando ciclos de exclusão social (Isobe; Ribeiro, 2022). Compreender esses aspectos é essencial para analisar, a posteriori, a função social da UPI Irmã Germana e as práticas por ela desenvolvidas em resposta a esse contexto histórico.

Sendo assim, a compreensão da história da educação, de forma ampla, não deve se limitar à história das instituições escolares. Nessa perspectiva, são oportunas as contribuições de diversos autores como Veiga e Faria Filho (1999), Camara (2011, 2010), Marcílio (2006), Rizzini e Rizzini (2004), Rizzini e Pilotti (2011) e Kuhlmann Jr. (2015), dentre outros, que se dedicaram ao estudo da infância e das diversas instituições educativas existentes no Brasil no decorrer do século XX que propiciaram, de alguma forma, assistência e educação às crianças pobres e desvalidas.

Esta pesquisa se insere no campo da história da educação, com foco na relação entre assistência social e práticas educativas não formais. Fundamenta-se nos estudos da história da educação brasileira (Veiga; Faria Filho, 1999; Saviani, 2005), que compreendem a educação para além da escola, envolvendo instituições assistenciais e filantrópicas que atuam na formação da infância pobre. A análise da UPI Irmã Germana, unidade do Lar Fabiano de Cristo, busca compreender as concepções de educação e assistência social aplicadas na cidade de

Uberaba entre 1968 e 1988, período em que as políticas públicas para a infância ainda eram marcadas por modelos de institucionalização e controle social.

A pesquisa adota um método bibliográfico e documental, combinando a análise de fontes históricas, como regulamentos, atas, relatórios e correspondências institucionais, com a revisão da literatura sobre assistência social, educação não formal e história das instituições. Além disso, valoriza a história local e regional como elemento essencial para a compreensão das dinâmicas educacionais e assistenciais. Dessa forma, o estudo contribui para o debate teórico-metodológico sobre a relação entre educação, assistência social e cidadania, articulando dimensões nacionais e regionais na história da educação brasileira.

A análise da UPI Irmã Germana foi conduzida a partir de três categorias principais: educação e assistência social, religião e filantropia, e infância, pobreza e representações sociais. A primeira categoria permitiu compreender a metodologia da instituição, que articulava práticas educativas e assistenciais, preservando os vínculos familiares. A segunda abordou a influência do Espiritismo no Lar Fabiano de Cristo e os desafios da instituição para se afirmar, especialmente em um contexto de forte presença católica. Já a terceira categoria analisou como as representações sobre infância e pobreza influenciaram a trajetória da UPI Irmã Germana e sua atuação na promoção de um atendimento humanizador e inclusivo.

Cabe destacar, entretanto, que no decorrer do século XX, nem sempre foi o Estado quem prestou assistência às crianças necessitadas e desvalidas, mas instituições de cunho caritativo ou filantrópico, muitas vezes ligadas a instituições religiosas. Marcílio (2006) afirma, inclusive, que o estudo da assistência à infância abandonada no Brasil é constituído por três fases:

A primeira fase, de caráter *caritativo*, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evolui para o novo caráter *filantrópico*, e está presente, a rigor, até a década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o Estado do *Bem-Estar Social*, ou o Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência social da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania (Marcílio, 2006, p. 132).

Considerando essa grade analítica proposta por Marcílio (2006), constata-se que as Unidades de Promoção Integral do Lar Fabiano de Cristo, dentre elas a UPI Irmã Germana, foram criadas quando o país vivenciava a fase filantrópica, momento em que foram identificadas práticas de assistência de viés higienista e utilitarista, diferentemente da fase anterior, a caritativa, na qual predominaram ações movidas pela piedade cristã (Souza, 2018).

Ainda sobre a periodização da história da assistência à infância, os anos compreendidos entre o descobrimento do Brasil e o início da década de 1920 foram descritos por Bazílio (1998) como sendo a fase da filantropia ou do assistencialismo, na qual a criança não era vista como

sujeito de direitos, mas como objeto de caridade. O período que se estende de 1920 a 1980, por sua vez, é identificado pelo autor como sendo a segunda fase, marcada por um enorme corpo jurídico e institucional de atendimento à infância.

Assim, os idealizadores do Lar Fabiano de Cristo - para os quais educar significava orientar na direção do bem - elegeram a família como unidade de trabalho, uma vez que o ambiente familiar se constitui, para eles, em um campo fértil para gerar cidadãos úteis e felizes (Nascimento, 2016).

Nessa perspectiva, o Lar Fabiano de Cristo foi desenvolvendo sua metodologia em assistência social e em educação, ao mesmo tempo em que criava diversas Unidades de Promoção que se espalharam pelo país. Na cidade de Uberaba, a UPI Irmã Germana, fundada em 1968, chegou a acolher cerca de 100 famílias, num total de aproximadamente 650 pessoas, incluindo crianças, adolescentes, adultos e idosos.

É interessante observar que essa metodologia de assistência às crianças com foco no fortalecimento dos laços familiares proposta pelo Lar Fabiano de Cristo contrapunha-se ao pensamento até então vigente de que as famílias pobres, consideradas incapazes de cuidar de si mesmas, eram igualmente incapazes de cuidar adequadamente de seus filhos (Rizzini; Pilotti, 2011). De acordo com Rizzini e Celestino (2016, p. 233), tal pensamento foi responsável por fomentar

[...] a prática da internação, separando as crianças de seus familiares e levando ao abandono delas em diversos tipos de estabelecimentos. Estas práticas de proteção e de regeneração propostas pelo Estado brasileiro predominaram por uma grande parte do século XX, com rotinas disciplinares rígidas e o isolamento dos internos do convívio social e familiar, por longos períodos.

Entretanto, é oportuno mencionar que essa mudança de paradigma em relação à forma de conceber as famílias, observada nas práticas do Lar Fabiano de Cristo, coincidiu com algumas mudanças nas políticas de assistência voltadas à infância no Brasil, que tiveram novos desdobramentos a partir da década de 1960, quando ocorreram o término da fase filantrópica de assistência, a criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - Funabem - e a implantação da Ditadura Civil-Militar (Souza, 2018). Além disso, a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas em 1959, também contribuiu para essa mudança na forma de conceber a infância.

Em relação à Funabem, por exemplo, Vogel (2011, p. 294) destaca que um dos pontos cruciais do seu ideário era justamente a questão do internamento, ou seja, “Internar era uma prática de inúmeros aspectos negativos. Em primeiro lugar, debilitava a família, estatizando o

que lhe pertencia, contribuindo, dessa maneira, para afastá-la do ideal da “família bem constituída”. Em segundo, onerava a Nação, dando origem ao “menor filho do Estado”.

Sendo assim, a Funabem passou a propagar a necessidade de se “[...] privilegiar sempre a manutenção ou reintegração na família (ou em família substituta), e, não sendo isto possível, a integração na comunidade” (Vogel, 2011, p. 296). Essa política de valorização das famílias, em contraposição à política de institucionalização, pode ser compreendida nas palavras proferidas por Mário Altenfelder, primeiro presidente da Funabem, em 1965, “Como defender a democracia se a família se desagrega e estamos contribuindo também para isso, estimulando a internação?” (Vogel, 2011, p. 294).

Nota-se, assim, que embora a metodologia de trabalho do Lar Fabiano de Cristo tenha se mostrado inovadora, especialmente em Uberaba - cidade na qual foram criadas, até meados da década de 1960, diversas instituições de internamento (Souza, 2018) - suas práticas estavam, de certa forma, alinhadas ao novo paradigma decorrente das novas políticas nacionais de assistência aos menores.

É acerca desse contexto, aqui apresentado de forma sucinta, que essa pesquisa pretende contribuir para o avanço da história das instituições sociais, que dedicaram-se à educação não formal e assistencial em Uberaba, dialogando com outras instituições, do mesmo formato, existentes no Brasil.

Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo na produção científica brasileira voltada à história de instituições escolares e não escolares (Gatti Júnior; Gatti, 2015). Contudo, o Lar Fabiano de Cristo permanece como um tema pouco explorado, com a maioria das pesquisas existentes focadas em aspectos relacionados às políticas públicas contemporâneas de assistência social.

Uma consulta ao Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) revelou a existência de cinco trabalhos acadêmicos que abordam essa instituição. No entanto, apenas três desses estudos estão diretamente relacionados à área da educação, evidenciando a lacuna de investigações que considerem a dimensão histórica e educacional dessa organização.

Quadro 1 - Teses e dissertações sobre o Lar Fabiano de Cristo

Ano	Título	Autor	Instituição	Mestrado/ Doutorado
2001	Percepções sobre saúde através da interpretação do desenho infantil. Estudo de caso de crianças em idade escolar, inscritas na instituição assistencial Lar Fabiano de Cristo - casa Rodolpho Bosco - Itajaí (SC).	Imianowski, Shirlei	USP	Mestrado em Saúde Pública
2014	A dimensão educativa dos direitos humanos e a educação do ser integral do Lar Fabiano de Cristo: tecendo um elogio da esperança.	Nogueira, Maria Neurilane Viana	UFC	Mestrado em Educação
2016	Ruah, o sopro da vida: cultura de paz, sonhos e esperanças nas juventudes do Lar Fabiano de Cristo	Nascimento, Elizangela Lima do.	UFC	Doutorado em Educação
2019	O projeto Conhecendo Grandes pessoas e o Lar Fabiano de Cristo: possibilidades ao diálogo inter-religioso em ambiente educativo	Nogueira, Maria Neurilane Viana	UFC	Doutorado em Educação
2020	Cultura De Paz e Resolução Positiva De Conflitos: replicagem da metodologia TDH na Unidade Lar Fabiano de Cristo – Casa Rodolfo Aureliano	Feitosa, Joenilda Alves	UFPE	Mestrado em Direitos Humanos

Fonte: Dados extraídos da CAPES.

Conforme observado no quadro 1, foram encontradas apenas cinco pesquisas (duas teses e três dissertações) concluídas sobre o tema destacado, sendo apenas três referentes à área da educação.

Neurilane Viana Nogueira, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, trabalhou com a dissertação intitulada *A Dimensão Educativa dos Direitos Humanos e a Educação do Ser Integral do Lar Fabiano de Cristo: Tecendo um Elogio da Esperança*. O objetivo geral desta pesquisa foi descrever e analisar a produção de saberes intrínseca ao diálogo entre Direitos Humanos e Espiritualidade, a partir do projeto "Educação Integral do Ser", enfocando a dimensão espiritual do sujeito educando. Além disso, buscou apresentar as práticas educativas do Lar Fabiano de Cristo como um espaço de problematização do acesso aos direitos da infância, integrando valores espirituais e humanos.

A tese de Maria Neurilane Viana Nogueira, intitulada *O projeto Conhecendo Grandes pessoas e o Lar Fabiano de Cristo: possibilidades ao diálogo inter-religioso em ambiente educativo*, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, que tomou como objeto o Lar Fabiano de Cristo, Casa de Virgínia Smith, situada no bairro da

Maraponga, em Fortaleza - CE, objetivou compreender, por meio de narrativas autobiográficas, a execução e o impacto do Projeto Conhecendo Grandes Pessoas, analisando seu significado na vida dos educandos e educadores, com ênfase em sua contribuição para o diálogo inter-religioso.

A tese de Elizangela Lima do Nascimento, intitulada *A dimensão educativa dos direitos humanos e a educação do ser integral do Lar Fabiano de Cristo: tecendo um elogio da esperança*, do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, objetivou investigar as percepções dos jovens participantes do Grupo Ruah, vinculado à Casa de Fernando Melo, sede do Lar Fabiano de Cristo, localizada no bairro Jurema, em Caucaia, Ceará. O estudo buscou compreender as experiências vivenciadas pelos jovens de 14 a 29 anos no grupo, que promove formação profissional, esportes, cursos de artes e reflexões sobre ética, cidadania e cultura de paz, com base em uma visão de educação integral.

Em relação a Uberaba, as pesquisas realizadas até o momento acerca dessa modalidade institucional contemplaram, especialmente, estabelecimentos criados até o ano de 1959. Quanto à UPI Irmã Germana, não foram registradas pesquisas com o objetivo de analisar sua gênese e trajetória.

Tal constatação é endossada por Ribeiro (2019, p. 30), que ao fazer o levantamento das teses e dissertações na área de História da Educação e História das Instituições Escolares em Uberaba-MG, no período compreendido entre 2002 a 2018, conclui que “[...] em 16 anos de pesquisa voltada à história das instituições educativas no município, as instituições filantrópicas que ofertaram educação despertaram pouco interesse dos pesquisadores”.

Souza (2018, p. 326-327), por sua vez, ao concluir sua pesquisa acerca de diversas instituições criadas entre 1915 a 1959 para atendimento às crianças carentes da cidade, destaca “[...] a necessidade dessa temática acerca da infância pobre em Uberaba ser retomada por outros pesquisadores a partir de novas perspectivas”.

No âmbito da história e da historiografia, a legitimidade e a justificabilidade das pesquisas realizadas incidem na confluência entre a pertinência acadêmica e a pertinência social. Nesse sentido, a tese aqui apresentada reúne os dois aspectos, uma vez que potencializa o estudo da História das Instituições e, ao mesmo tempo, contribui para a compreensão de diversas questões sociais relacionadas à infância no Brasil por meio das instituições criadas para esse público.

Além disso, a relevância social está atrelada ao fato de que, por meio do diálogo entre diferentes épocas, é possível obter maior familiaridade com ambas, conforme sugerido por Boto (1994). Partindo-se dessa perspectiva, é possível concordar com Souza (2018), que afirma que

as pesquisas acerca da história da infância e da história das instituições voltadas para esse segmento etário permitem compreender e mitigar problemas persistentes em nosso país relacionados às crianças em situação de pobreza.

A pesquisa sobre essa temática possui ainda relevância especial aos profissionais da educação, que lidam diariamente com crianças em situação de vulnerabilidade social. Conforme Saviani (2008, p. 152),

Talvez seja essa a principal coisa que a pesquisa histórico-educacional tem a nos dizer mesmo por que também os cursos de formação de educadores parecem mover-se num “presente contínuo” em decorrência do esquecimento da história. Pelo trabalho historiográfico, cabe-nos lembrar aos educadores e a toda a sociedade do país aquilo que, embora presente em sua prática cotidiana, tende a ser sistematicamente esquecido: que a situação na qual o trabalho educativo se processa, os avanços e recuos, os problemas que os educadores enfrentam são produtos de construções históricas.

Tais considerações feitas por Saviani (2008) permitem inferir que o conhecimento da história possibilita conhecer o que fomos no passado, o que somos no presente e o que podemos ser no futuro. Por fim, ainda sobre a relevância dessa pesquisa, são pertinentes as considerações apresentadas por Prost (2008, p. 80) ao afirmar que “[...] entre as várias maneiras de fazer *avançar* a história, a mais simples consiste em preencher as lacunas de nossos conhecimentos”, lacunas estas constituídas “[...] pelas questões ainda sem resposta para os historiadores”.

Dessa maneira, ao pesquisar a história da UPI Irmã Germana, localizada em Uberaba, bem como a história do Lar Fabiano de Cristo, ao qual estava vinculada, preenche-se uma lacuna no campo da história da educação local e brasileira, colaborando, assim, para a construção e o fortalecimento da temática da história das instituições sociais.

A jornada da pesquisa na área da educação apresentou desafios significativos, uma vez que a temática em questão não possui conexão imediata com a formação inicial e área de atuação profissional da pesquisadora, a qual está inserida no campo da Farmácia, atuando na docência e detendo especialização e uma dissertação de mestrado nessa área. No entanto, a motivação para incursão neste campo surgiu a partir da experiência como docente do ensino básico, técnico e tecnológico, despertando o desejo de aprimoramento e a busca por novos conhecimentos na área da educação. Desse modo, ao cursar a Licenciatura em Biologia, novos horizontes e questionamentos emergiram logo no primeiro contato com a disciplina de história da educação.

No entanto, o objeto de estudo, a UPI Irmã Germana, surgiu de maneira inesperada em conversas telefônicas com moradores de Uberaba e nas pesquisas preliminares sobre o objeto de estudo, logo chamou atenção as particularidades que envolviam essa instituição. Isso ocorreu

em meio ao período de isolamento social, ao fechamento de arquivos e instituições, que nos impôs a necessidade de explorar novas abordagens de pesquisa devido à pandemia do novo coronavírus.

De acordo com Certeau (2011, p. 69), “[...] em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”. Sendo assim, para o desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um procedimento de levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos referentes ao período delimitado.

No entanto, o percurso em busca de fontes que pudessem subsidiar a pesquisa não transcorreu de forma fluida. Dentre os obstáculos enfrentados, o primeiro deles foi o impacto das restrições impostas pela pandemia, notadamente o fechamento de arquivos. Além disso, ocorreram modificações significativas nas normas procedimentais do Lar Fabiano de Cristo, ocorrendo, notavelmente, um mês após meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação. A principal alteração que repercutiu diretamente na pesquisa foi a revisão do código de ética da instituição que passou a adotar as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados, ou seja, a Lei 13.709/18. Conforme justificado pela instituição, em decorrência dessa legislação e do fechamento da UPI Irmã Germana, todos os registros e documentos relacionados à instituição foram destruídos. Ainda assim,

[...] sabemos que um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto. [...] Enfim, a construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade e dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes (Nosella; Buffa, 2013, p. 58-59).

As buscas por documentos para subsidiar a pesquisa continuaram, e foi por meio dos registros pertencentes aos acervos pessoais que parte do corpus documental da pesquisa foi identificado. Foram encontradas diversas fontes, incluindo regulamentos, estatutos, manuais, relatórios, certificados, algumas correspondências, fotografias e outros documentos de natureza iconográfica, entre outros tipos de registros. Vale ressaltar que, dentre os acervos pessoais encontrados, destaca-se especialmente o da família de Dona Celeste Maria da Silva, que exerceu a função de fundadora e coordenadora da UPI Irmã Germana.

Adicionalmente, recorreu-se, primeiramente, aos jornais disponíveis na hemeroteca digital brasileira, o que possibilitou identificar um considerável número de publicações abrangendo diferentes regiões do Brasil, com destaque especial para o Rio de Janeiro, que estavam associadas ao Lar Fabiano de Cristo. Dentre as publicações encontradas, uma delas

nos despertou especial atenção. A publicação intitulada “O museu de João e Maria” relata a instalação de um museu destinado a preservar a memória física da CAPEMI e do Lar Fabiano de Cristo no Rio de Janeiro:

Já se encontra em fase de organização o Museu e Arquivo Histórico da Capemi e do Lar Fabiano de Cristo, onde será devidamente guardada a memória física das duas entidades, a crônica dos seus primeiros dias, o registro da sua origem e primeiros passos. O Museu funcionará na própria casa que recebeu as primeiras crianças de Fabiano de Cristo. Teto modesto, procuraremos recriar o ambiente pioneiro através da mobília e decoração da época. A Casa do Amigo Bezerra de Menezes permanecerá fiel em suas paredes singelas à história da Capemi e do Lar. Através dos seus móveis e utensílios, dos livros e artigos colecionados, das fotos antigas e dos arquivos conservados, será possível, ali, reconstruir e recordar as nossas lutas e alegrias ao longo da caminhada. O nome já está escolhido: **Museu João e Maria**. É uma alusão muito proposital à estória das crianças que se perderam no bosque e querem, muito aflitas, descobrir o caminho de volta ao lar, mas também recorda o casal de pioneiros do trabalho de 3º faixa, João Lima e Maria Pureza de Lima. Foi escolhido um grupo de trabalho para executar a pesquisa prévia e coleta de dados e objetos para a restauração retrospectiva da trajetória das duas instituições. À frente desse grupo estará dona Betty Gopfert Pinto, a inextinguível Tia Betty, do Centro de Ensino Eurípedes Barsanulfo, a mais antiga mãezinha do Lar, o jornalista Iaponam Silva e Oscar Anceto (Correio da Manhã, 01/09/1973, p. 7).

Por meio de buscas na internet, encontrou-se o endereço do museu, localizado na rua Floriano Peixoto, nº 19, no centro do Rio de Janeiro. Além disso, buscaram-se os jornais disponíveis no Arquivo Público Municipal (APM) de Uberaba, tais como *Lavoura e Comércio*, *Correio Católico* e *A Flama Espírita*. No APM de Uberaba, também foram realizadas investigações nas atas da Câmara de vereadores. Vale ressaltar, que além dessas fontes também nos beneficiamos do aporte legal constituído por diversas leis municipais, estaduais e federais relacionadas ao tema de pesquisa.

Continuando a busca por materiais que pudessem subsidiar a pesquisa, realizou-se consultas aos materiais disponibilizados na Fundação Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. Nessa biblioteca, encontrou-se uma variedade de materiais disponíveis apenas para consulta local, incluindo vários exemplares de revista *Capemi*² (Caixa de Pecúlio dos Militares), jornal *Capemi*, informativos da *Capemi* e o periódico *Serviço Espírita de Informação* (SEI)³. Esses jornais e revistas também vinculavam informações sobre o Lar Fabiano de Cristo e suas unidades, contribuindo assim para o aprofundamento da pesquisa.

² Ver nota de rodapé 5.

³ O SEI é um periódico espírita, cuja origem remonta a uma sugestão de Emmanuel, transmitida por meio de Chico Xavier, durante uma de suas reuniões no ano 1953. Nesse encontro estavam presentes companheiros do Lar Fabiano de Cristo, incluindo Jaime Rolemberg de Lima, que foi um dos fundadores da instituição. As primeiras edições do SEI foram produzidas por Carlos Torres Pastorino, também cofundador do Lar Fabiano de Cristo, com apoio financeiro da Capemi, a mantenedora da instituição (Olive, 2010). Emmanuel foi o espírito guia e mentor espiritual de Chico Xavier, acompanhando-o ao longo de sua vida e desempenhando um papel fundamental em sua missão mediúnica.

Devido à necessidade de acessar os jornais e revistas mencionados pessoalmente, na Fundação Biblioteca Nacional, foi iniciada uma nova fase na busca por fontes de pesquisa, agora na cidade do Rio de Janeiro. Na tentativa de localizar documentos históricos relacionados à CAPEMI e ao Lar Fabiano de Cristo, seguimos uma sequência de buscas que nos levou ao Museu João e Maria. No entanto, ao realizar uma consulta no Google, constatamos que o museu não estava mais listado como existente. Continuando nossas investigações na cidade do Rio de Janeiro, visitamos a CAPEMISA Instituto de Ação Social⁴, com o intuito de encontrar o acervo do Museu João e Maria.

Durante uma visita ao Instituto de Ação Social CAPEMISA, fomos gentilmente recebidos pela senhora Janete Maria de Cerqueira Figueiredo, diretora-presidente da instituição, que declarou grande disposição em disponibilizar as fontes para nossa pesquisa. Foi nesse momento que descobrimos que, apesar da falta de informações no Google, o Museu João e Maria ainda estava em funcionamento, localizado em anexo ao Lar de Pedro Richard, situado no bairro Praça Seca, na zona oeste do Rio de Janeiro.

No museu João e Maria, tive a oportunidade de examinar uma variedade de documentos relevantes relacionados ao Lar Fabiano de Cristo e à UPI Irmã Germana. Entre esses documentos, destaca-se a presença de estatutos, atas, fotografias, registros da ordem de fundação das unidades, bem como um rico histórico da própria unidade, entre outros materiais que contribuiriam significativamente para o desenvolvimento da pesquisa.

Diante desse contexto e com base no conjunto documental analisado, posso afirmar que a Casa de Irmã Germana, como unidade do Lar Fabiano de Cristo em Uberaba, consolidou-se como uma Instituição Social que integrava um modelo de Educação Não Formal e Assistencial. Esse modelo refletia os valores e metodologias da instituição-mãe, fundamentados na moral cristã e nos princípios da Doutrina Espírita, ao mesmo tempo em que atendia às demandas locais, dialogando com as peculiaridades culturais, sociais e religiosas da cidade. Entre 1968 e 1988, a Casa desempenhou um papel central no atendimento a crianças e famílias em situação de pobreza. Sua atuação evidenciava o rompimento com representações estigmatizantes sobre infância e pobreza, consolidando práticas humanizadoras que valorizavam os indivíduos

⁴ A CAPEMISA Instituto de Ação Social desempenha o papel de instituição mantenedora do Lar Fabiano de Cristo, fornecendo a maior parcela dos recursos financeiros requeridos para sustentar as atividades de assistência social. Além disso, a mantenedora mantém um compromisso constante com a expansão da instituição, assegurando a sua longevidade (LAR FABIANO DE CRISTO, 2023). A história da CAPEMISA Instituto de Ação Social está ligada a história da CAPEMISA Seguradora que surgiu com o objetivo de gerar recursos à CAPEMISA Instituto de Ação Social no intuito de apoiar a obra social do Lar Fabiano de Cristo (CAPEMISA, 2023). É importante ressaltar que a CAPEMISA Seguradora teve sua origem em 2008 por meio da reestruturação da antiga CAPEMI (Caixa de Pecúlio dos Militares – Beneficente).

atendidos, preservavam os vínculos familiares e promoviam a formação humana e a regeneração social.

Concomitante à coleta e à análise das fontes, recorreu-se a uma bibliografia de base para nortear o trabalho. Desse modo, foram mobilizados autores que compreendem a temática *infância*, como Veiga e Faria Filho (1999), Camara (2011), Marcílio (2006), Rizzini e Rizzini (2004), Rizzini e Pilotti (2011) e Kuhlmann Jr. (2015), Souza (2018); da temática *Espiritismo* considerou-se Brettas (2006, 2013), Camurça (2001), Costa (2001), Damazio (1994), Doyle (1995), Giumbelli (1997), Kardec (1859, 2003, 2004, 2009, 2013, 2019), Menezes (2006), Ribeiro (2013), Riccioppo (2005), Scherer (2020), Silva (2002), Wantuil (1999).

O resultado desta pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, é a tese apresentada, organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A história da assistência à infância pobre: da institucionalização ao direito à convivência familiar”, faz uma retomada do panorama da assistência à infância pobre e as políticas públicas para a infância no Brasil, ressaltando a “cultura de institucionalização” no modo de promover a assistência à infância na primeira metade do século XX e o caráter de inovação assistencial e educacional desenvolvido pela instituição em estudo.

No segundo capítulo, intitulado “A gênese do espiritismo e os embates com a igreja católica em Uberaba/MG”, enfatizo o surgimento do Espiritismo como movimento religioso e filosófico, ao mesmo tempo que delinheio o cenário espírita tanto em Minas Gerais quanto em Uberaba. Nesse contexto, destaco não apenas a presença e influência da Igreja Católica no município, mas também a fase de resistência e aceitação do Espiritismo e a importância de Chico Xavier na mudança desse cenário.

Já o terceiro capítulo, denominado “Lar Fabiano de Cristo” tem como objetivo resgatar a história de criação e implementação do Lar Fabiano de Cristo na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, delinearemos a evolução da instituição ao longo do tempo, por meio da criação de novas unidades em todo o território nacional.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado “Irmã Germana: de ‘casa’ a unidade de promoção integral” tem como propósito a análise da identidade da UPI Irmã Germana, tanto em seus traços comuns com as demais instituições associadas ao Lar Fabiano de Cristo, como em suas características singulares no contexto da cidade de Uberaba. Além da investigação em busca de elementos religiosos dentro da instituição declarada laica.

1 A HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE: DA INSTITUCIONALIZAÇÃO AO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

1.1 Considerações iniciais

Neste capítulo será apresentado o panorama da assistência à infância pobre e as políticas públicas para a infância no Brasil e em Minas Gerais, mais especificamente em Uberaba, onde se encontra o objeto de estudo, em sua implantação na década de 1960. A análise será efetuada a partir dos marcos mais importantes da assistência à infância pobre, destacando as mudanças e permanências ao longo do período.

Sanglard e Lopes (2018) consideram que a assistência está historicamente vinculada à pobreza, tornando-se uma forma de abrandá-la. A atuação da assistência, no entanto, mudou ao longo do tempo e conforme os cenários locais e/ou nacionais. É importante destacar que a percepção de pobreza também se alterou com o passar do tempo, assim como a preocupação com o pobre, o que marcou as práticas das sociedades ocidentais ao longo dos séculos.

De acordo com Kuhlmann Junior (2015, p. 55), a historiografia da assistência à infância faz parte da história das instituições assistenciais que se desenvolveram durante um processo de secularização dessas instituições sociais. O autor afirma que, durante a Idade Média, a pobreza era vista como uma bênção e compreendida como uma cruz a ser suportada e carregada. O indivíduo abençoado com a riqueza tinha a incumbência de aliviar a miséria dos outros e manter os santos, pois “[...] a igreja era o instrumento de melhora social e da salvação espiritual, a primeira delas em função da segunda”.

Kuhlmann Junior (2015) considera que, no século XVIII, a pobreza não era mais vista como algo enobrecedor, mas sim como uma desgraça na qual a sociedade teria o dever de aliviá-la. Além disso, para ser considerado civilizado, o Estado precisaria assumir a responsabilidade com os pobres.

O conceito de pobreza é considerado subjetivo, pois depende da forma como cada sociedade entende esse fenômeno social, o qual é determinado por conjunto determinado de fatores. De acordo com Machado (2015a, p. 89), a pobreza pode ser lida “[...] segundo uma perspectiva historiográfica, sociológica, econômica, etc. A dificuldade de construção de um conceito universal parte da ideia de que nem todas as sociedades assumem as mesmas necessidades humanas, determinando a pobreza multidimensional e transformável”. De acordo com Johnson (1997, p. 309), a pobreza pode ser definida como uma carência “[...] daquilo de

que tem necessidade para viver”, além de definir pobreza em termos absolutos “[...] aquilo de que os indivíduos precisam para sobreviver fisicamente”.

A sociologia define a pobreza sob duas perspectivas: a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Giddens (2008), especifica que a pobreza absoluta é a carência de requisitos fundamentais para a sobrevivência humana em condição física saudável. Portanto, os indivíduos que carecem de comida, de roupa ou de abrigo, vivem na pobreza. Contudo, nem todos os autores aceitam essa definição e consideram o conceito de pobreza relativa mais adequado, ou seja, que relaciona a pobreza com o padrão de vida geral predominante em uma determinada sociedade, pois as necessidades humanas não são iguais em todas as sociedades, existem variações. Por exemplo, o custo destas necessidades básicas não é o mesmo em todas as regiões do país.

Porém, o conceito de pobreza relativa também apresenta problemas. Um desses problemas é o desenvolvimento dessas sociedades, associadas a transformação no entendimento sobre pobreza relativa. À medida que as sociedades prosperam, os padrões de pobreza relativa também são moldados de forma progressiva.

A prestação da assistência, ao longo da história, tem estado intimamente relacionada à redução dos impactos da pobreza e sua atuação evoluiu ao longo do tempo em diferentes contextos. Inicialmente, essa assistência estava ligada às ações de caridade realizadas por irmandades religiosas, organizações profissionais e instituições eclesiásticas. Caracterizando-se por uma demonstração de solidariedade entre membros da comunidade e por “[...] separar o bom pobre do mau pobre – aquele afeito ao trabalho”. No entanto, à medida que a percepção da pobreza como problema social cresceu, a assistência passou a incluir diversos grupos, como parturientes, crianças, idosos e doentes (Sanglard; Lopes, 2018, p. 281). Em concordância com a observação de Sanglard (2017, p. 20), “[...] as soluções encontradas refletem a sociedade e o período em que estão postas em prática”. Nesse contexto, é pertinente analisar a evolução da assistência no final do século XIX e início do século XX:

[...] a reorganização da assistência foi um dos mais eficazes mecanismos postos em prática pelas elites na virada do século XIX para o XX, quando entram em cena os cuidados com a previdência e a formação de pecúlio a fim de prevenir a impossibilidade do trabalho, quer pela idade, quer pela invalidez, quer pela morte. O papel da filantropia é um ângulo privilegiado para a compreensão da sociedade, do papel histórico da dádiva e do controle social sobre as classes trabalhadoras. Nesse sentido, pode ser compreendida a insistência da ideia de redenção pelo trabalho, que evitaria a transformação do pobre em miserável e/ou delinquente; a sensibilidade em relação à mortalidade infantil, acarretando problemas demográficos às nações; a criação de instituições de auxílio mútuo e previdência; entre outros (Sanglard; Lopes, 2018, p. 281).

A história da assistência à infância abandonada⁵ no Brasil iniciou-se com a própria colonização. As primeiras iniciativas de educação no Brasil colônia surgiram por intermédio da ação educacional jesuítica, por meio da implantação de escolas elementares destinadas a meninos índios, com objetivos missionários e civilizatórios. Posteriormente, visando à manutenção econômica dos primeiros colégios, estes passaram a receber os filhos da elite da Colônia. Por outro lado, Marcílio (2019, p. 146) esclarece que os jesuítas “desinteressam-se inteiramente pela existência e pela sorte das crianças abandonadas, assim como das ilegítimas, das escravas e das mulheres”.

De acordo com Marcílio (2019, p. 147), a assistência à infância abandonada no Brasil é marcada por três fases distintas:

A primeira fase de caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evolui para o novo caráter filantrópico, e está presente, a rigor, até a década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o Estado do Bem-Estar Social, ou o Estado-Projeto, que pretende assumir a assistência social da criança desvalida e desviante. Só a partir dessa fase, a criança tornou-se, na lei, sujeito de Direito, partícipe da cidadania.

A fase denominada de *caritativa*, de inspiração religiosa, é caracterizada pelo sentimento de fraternidade humana e de conteúdo paternalista. O assistencialismo é praticado pelos mais ricos e poderosos buscando minimizar o sofrimento dos pobres e desvalidos, sem pretensão de mudança social, por meio de esmolas e boas ações. Essa caridade praticada não era isenta de intenções, Marcílio (2019, p. 151) diz que, “[...] em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos”.

⁵ Venâncio (1999), cita a definição apresentada no *Vocabulário Português e Latino* de Raphael Bluteau, publicado em 1712: “abandonar (...) até agora não achei essa palavra; se não no *Epítome Histórico das Últimas Guerras do Turco com o Imperador* (...) É tomado do francês *abandonner* (...) o mesmo que largar, desprezar (...) não me parece precisa a introdução desta palavra no idioma Português”. Ainda segundo Venâncio (1999), a expressão criança abandonada não era utilizada há dois séculos, como ocorre nos dias de hoje. Os termos utilizados naquele período era enjeitado ou exposto. Assim, o autor apresenta a definição citada no vocabulário de Raphael Bluteau: “Menino enjeitado (...) desamparado de seus pais (...) exposto no adro de uma Igreja, ou debaixo no limiar da porta de um convento, ou de pessoa particular, ou depositado no campo de Deus, e a ventura, cruelmente padece o castigo dos ilícitos concubinatos de seus pais. Para obviar a crueldade deste infanticídio, e a inumana desconfiança de alguns, cuja pobreza os obriga a este desatino, por não ter com que alimentar a família mais numerosa, em muitas partes da cristandade há hospitais com Rodas, onde se põe as tristes criaturas, e se dão a criar mulheres escolhidas, e aceitas para esse feito”. Desta forma, Venâncio (1999) esclarece que, de acordo com a interpretação dos textos oficiais, os termos *expor* ou *enjeitar* não podem ser considerados sinônimos. O termo *expor* refere-se a abandonar o filho a própria sorte e, portanto, estaria expondo-o à morte e foi considerado com uma forma de *abandono selvagem*, em contra partida, o termo *enjeitar* refere-se a uma forma de proteção e considerado como uma forma de *abandono civilizado*, pois o abandono ocorria em hospitais, conventos ou domicílios dispostos a recebe-los.

Marcílio (2019) menciona que na fase *caritativa*, a assistência e proteção à infância abandonada se dividia em três categorias: a partir das Câmaras Municipais; da Roda de Expostos e Recolhimento para Meninas Pobres e por meio da adoção informal.

Bazílio (1998) considera que a história do atendimento à infância no Brasil pode ser caracterizada por três fases distintas:

- A *primeira fase* seria o período compreendido do descobrimento do Brasil até o início da década de 1920, seria a fase da *filantropia ou assistencialismo*, a característica dessa fase é “a criança tida como objeto de caridade e não como sujeito de direitos” (Bazílio, 1998, p. 102).

- A *segunda fase*, compreendia o período de 1920 até 1980, caracterizada pela criação de um extenso corpo jurídico e assistencial pelo Estado para atender às necessidades da infância. Conforme enfatizado por Bazílio (1998, p.103), os três marcos principais nessa fase foram a criação do Juizado de Menores, a instituição do Serviço de Assistência ao Menor e o estabelecimento da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

- A *terceira fase* “é caracterizada pela entrada em cena das Organizações Não - Governamentais (ONG); pelo desmonte que o Estado Brasileiro efetiva em suas instituições de atendimento; pela participação da sociedade civil na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente” (Bazílio, 1998, p. 104).

Kuhlmann Junior (2015, p. 56) considera que a palavra “caridade” assumiu significados diferentes ao longo da história, referindo-se à “[...] religião, ao Estado, ou a um sentimento de ordem individual em relação a pobreza” e a filantropia seria a organização racional da assistência.

Donzelot (1980, p. 59) destaca uma distinção fundamental entre filantropia e caridade, centrada principalmente na seleção de seus objetivos e na abordagem pragmática que emprega. A filantropia é descrita por sua preferência por metas que tenham o potencial de produzir impactos de longo prazo na sociedade. Enquanto a caridade se concentra na mitigação da miséria imediata, muitas vezes buscando satisfazer o doador por meio do “sentimento de engrandecimento” que ele obtém ao aliviar a miséria imediata de alguém.

Mestriner (2011) considera que assistência, filantropia e benemerência são tratadas como sinônimos no Brasil pela dificuldade em distinguir o compromisso e competências de cada uma delas. No entanto, a respeito da filantropia, Mestriner (2011, p. 14) entende que a mesma se constitui no campo filosófico dos valores, “no gesto voluntarista, sem intenção de lucro, de apropriação de qualquer bem”.

Mestriner (2011) categoriza as organizações sociais por período histórico:

- A *Filantropia caritativa*, compreendida do período Imperial até 1889 e caracterizada pela assistência e repressão.

- A *Filantropia higiênica*, compreendida pela Primeira República (1889 a 1930) e caracterizada pela assistência, prevenção e segregação.

- A *Filantropia disciplinadora*, compreendida pelo período do Getulismo (1930 a 1945), caracterizada pelo enquadramento nas normas técnicas e pelo disciplinamento dos indivíduos.

- A *Filantropia partilhada sob o âmbito educacional*, compreendida pelo Estado democrático Populista (1945 a 1964) e a priorização da educação será estabelecida como um dos fundamentos da política social.

- A *Filantropia de clientela e apadrinhamento*, compreendida pelo Estado Autoritário (1964 a 1988), marcada pela assistência e repressão.

- A *Filantropia vigiada* entre a benemerência e a assistência social, compreendida pelo período de 1985 a 1993.

- A *Filantropia democratizada*, compreendida de 1994 a 2000⁶.

Na perspectiva de Marcílio (2019), a fase caritativa no Brasil perdurou do período colonial até meados do século XIX. Nesse período, o assistencialismo é distintamente marcado por elementos como o paternalismo, influência religiosa e práticas caritativas. A elite econômica fornecia auxílio material aos menos favorecidos por meio de doações e ações benevolentes, almejando tanto o reconhecimento social quanto a virtude espiritual, sem uma abordagem direcionada à transformação de estruturas sociais. Essa abordagem tem como meta primordial a preservação da estabilidade social e a promoção de atitudes de conformidade.

O sistema informal ou privado de proteção à infância desvalida em casas de família foi o mais extenso e presente em toda a História do Brasil, diferentemente da Europa, onde agregar filhos de criação era considerado uma excepcionalidade. No Brasil, esse costume foi extensamente difundido, aceito e valorizado como um dever intransferível, representando um ato de caridade, de compaixão e de caridade cristã. A propósito, a própria Igreja, desde os

⁶ A partir do início dos anos 2000, houve uma notável expansão dos recursos e da abrangência de benefícios e serviços no âmbito da assistência social. Apesar de grande parte das discussões sobre as políticas de assistência social nos anos 2000 se concentrarem em programas de transferência condicionada de renda para famílias de baixa renda, em especial após a criação do Programa Bolsa Família em 2003 e sua rápida expansão para incluir 11 milhões de famílias em 2006, esse processo ocorreu em paralelo a mudanças significativas na área de proteção social ao longo das duas décadas após a promulgação da Constituição de 1988. As repercussões da ampliação do sistema de proteção social no Brasil abrangem a diminuição das disparidades de renda, o aprimoramento das instituições na esfera da assistência social, além do significado social, político e simbólico da integração de uma parcela substancial da sociedade em um sistema de assistência social público. Isso é alcançado por meio de uma estrutura de prestação de serviços que se distancia dos métodos tradicionais de filantropia e clientelismo (Vaitsman; Andrade; Farias, 2009).

tempos remotos, estimulou a prática de *caritas*, do amor ao pobre e às criancinhas em troca da salvação (Marcílio, 2019).

Entretanto, essa suposta benemerência não é simplesmente explicada pela via da religião. A criação de filhos expostos poderia trazer vantagens econômicas, uma vez que poderiam ser incorporados a uma família e atuar como mão de obra gratuita, mais eficiente do que a do escravo pelo fato de estar ligada a laços afetivos e de reconhecimento. Diante desse contexto Marcílio (2019, p. 155), destaca de acordo com o “Rol dos Confessados de Mariana”, de 1802:

Uma mulher sozinha, chefe de fogo, tinha um escravo. Certamente sem recursos para comprar mais escravos, acolheu em sua casa, em épocas distintas, três crianças expostas, que naquele ano eram: Manoel José Cosme, de vinte e dois anos; Maria, de quinze anos; e Francisca Chagas de nove anos. Um outro casal, dessa mesma cidade e no ano de 1802, reunia em casa dois filhos, três escravos e três agregados expostos: um já provecto, de sessenta e um anos; outro de vinte e sete anos; e o último, de quatorze anos [...]. Uma mulher, mãe solteira, de cinquenta e um anos, branca, da Vila Guaratinguetá, em 1829 tinha uma filha vivendo com ela e nenhum escravo, mas criava uma menina exposta de cinco anos. Em outro domicílio, o pequeno Manoel, de dois anos, exposto da mesma cidade, andava pelas ruas de Guaratinguetá pedindo esmolas, com Ana Leite, de setenta e um anos, que o criava. Marcelinho Ferreira de Jesus, setenta e oito anos, viúvo, vivia com sua filha solteira, de cinquenta e dois anos, que o ajudava em sua quitanda, além de costurar para sobreviver. Marcelino tinha cinco escravos que viviam alugados, mas em sua casa havia cinco mulheres, todas expostas, que nela foram criadas: Teodora, de trinta e três anos; Ana, de vinte anos; Maria, de quatorze; Delfina, de doze anos; e Maria, de dez anos. Um verdadeiro ateliê de costura pôde assim ser montado em sua casa, graças à mão de obra das “criadas”.

A criação dos expostos em casas de família favorecia as condições de sobrevivência até a idade adulta, quando comparado com aqueles criados em instituições. Fato que não significava que o exposto tenha sido melhor tratado por uma família de criação do que o abandonado na instituição, uma vez que se vivia em uma sociedade de senhores e escravos, marcada pela violência (Marcílio, 2019).

No período denominado *fase caritativa*⁷, quando a família não assumia a responsabilidade pelo filho, a obrigação era atribuída para a Câmara Municipal, que deveria solucionar o problema da criança sem família, mas, em geral, foi tratado com negligência, indiferença ou falta de assistência às crianças expostas. Entretanto, é importante mencionar que nem o Estado e nem a igreja assumiram diretamente a assistência ao menor abandonado, prestando apenas apoio indireto, por meio de controle legal e jurídico, auxílio financeiro esporádico, ficando a cargo da sociedade civil, organizada ou não, a compaixão com a sorte da criança desvalida ou sem-família (Marcílio, 2019).

⁷ A fase caritativa no Brasil perdurou do período colonial até meados do século XIX (Marcílio, 2019).

As Câmaras Municipais podiam transferir a proteção das crianças expostas para outra entidade, por meio de convênios escritos, autorizados pelo rei, mas essa transferência não isentava as Municipalidades dos encargos financeiros e do controle das crianças sem-família. A partir de 1828, por meio da Lei dos Municípios, houve a isenção desses encargos financeiros e a permissão para a transferência oficial do seu dever de cuidar dos expostos para as Santas Casas, nos locais onde houvesse, subsidiados pelas Assembleias Provinciais (Marcílio, 2019).

O segundo sistema de proteção à infância, na fase caritativa, foi aquele que instituiu a prática da Roda de Expostos⁸ e Recolhimento para Meninas Pobres, resultante de convênios firmados entre as municipalidades e Santas Casas de Misericórdia⁹. Por fim, o terceiro sistema de proteção à infância desvalida correspondeu ao sistema de proteção informal, caracterizado como o mais abrangente, com uma presença contínua ao longo da história do Brasil desde o século XVI. Nesse sistema, crianças expostas, abandonadas nas portas de residências, igrejas ou outros locais, eram acolhidos em casas de famílias que os criavam (Marcílio, 2019).

A adoção plena somente foi formalmente estabelecida apenas por meio do Código de Menores de 1979, promulgado em 10 de outubro de 1979 por meio da Lei n. 6.697. No período que antecedeu essa regulamentação, que se estendeu desde o período colonial até esse marco, a vida dos filhos de criação foi marcada por uma notável ambiguidade. Por vezes, eram integrados à família como filhos legítimos, enquanto em outras situações eram considerados como serviçais domésticos da casa onde foram criados e, raramente, compartilhavam a herança com os filhos naturais. Ficando evidente que essa foi a forma mais difundida de assistência aos desvalidos por longo período da nossa história.

1.2 A cultura de institucionalização de crianças no Brasil

O surgimento das creches na Europa entre os séculos XIX e XX está diretamente relacionado às mudanças sociais e econômicas provocadas pela Revolução Industrial. A urbanização e a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho demandaram a criação de espaços para cuidar das crianças, especialmente aquelas de famílias operárias. Segundo Araújo, "[...] as creches surgiram inicialmente como instituições de caráter

⁸ A prática da Roda dos Expostos, oriunda da sociedade católica ocidental, prevaleceu durante os séculos XVII e XIX na Europa. No contexto brasileiro, merece destaque a criação da primeira Roda dos Expostos em Salvador, no ano de 1726.

⁹ A Santa Casa de Misericórdia, em Uberaba-MG, foi fundada pelo missionário capuchinho Frei Eugênio Maria de Gênova, em 1858. As obras foram interrompidas em 1871 por motivo da morte do Frei, somente foram retomadas em 1898 (Lopes; Chapadeiro, 2003).

filantrópico, voltadas para proteger as crianças enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas" (Araújo, 2015, p. 3).

Essas instituições, majoritariamente organizadas por organizações religiosas ou beneficentes, possuíam um foco assistencialista. Contudo, no final do século XIX, com os avanços da pedagogia e a valorização da infância, começou a emergir uma preocupação com o desenvolvimento integral das crianças. Conforme destaca o autor, "as creches passaram a ser vistas não apenas como espaços de proteção, mas também de formação, acompanhando os debates educacionais da época" (Araújo, 2015, p. 8).

No início do século XX, houve uma ampliação do papel das creches, especialmente nos países europeus que integraram essas instituições a políticas públicas de proteção à infância. Esse processo variou entre as nações, mas indicava um movimento em direção à consolidação de uma abordagem educativa e de bem-estar social nas creches (Araújo, 2015).

No Brasil, entretanto, o contexto de institucionalização avançou um caminho diferente. Desde o período colonial, a assistência à infância pobre esteve associada a uma cultura de institucionalização marcada por práticas que viam essas crianças como desprovidas de família ou como uma ameaça à ordem social. Embora influenciado pelo modelo europeu, o Brasil adaptou essas práticas à sua realidade socioeconômica, onde a desigualdade estrutural e a ausência de políticas públicas robustas perpetuavam a exclusão social. Segundo Rizzini, "as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criar seus filhos tinham um destino quase que certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas" (Rizzini, 2004, pág. 13).

Essa perspectiva histórica é crucial para compreender o objeto de estudo deste trabalho, situado no final da década de 1960, período que corresponde à fase filantrópica e que será o foco principal de nossas análises. Para compreender as raízes dessa cultura de institucionalização, mesmo em um cenário onde a maioria das crianças institucionalizadas possuíam família, é necessário um recuo histórico ao período colonial. Esse retorno permite identificar os fatores políticos e ideológicos que perpetuaram a pobreza estrutural de grande parte da população e se desenvolveram para a construção dessa cultura de institucionalização no país.

O evento de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira. O sistema colonial instalado favorecia a concentração de riqueza em torno da grande propriedade monocultora e determinou a existência de uma linha de pobreza abaixo da qual se situava grande parte da população livre, a qual encontrava-se excluída e marginalizada. Assim, a pobreza foi a principal causa de abandono de crianças em todas as épocas (Marcílio, 2019).

Não foram somente as crianças ilegítimas abandonadas nas Rodas, com propósito de defender a honra da mulher e da família, mas também filhos de famílias legítimas pobres, sobrecarregadas de filhos, que viam no abandono, uma forma de controlar o tamanho da família. Certamente, pelo fato de não causar nenhum constrangimento, condenação jurídica ou social, o ato de expor um filho era visto como aceitável. Ao contrário, a existência da Roda atuava como um fator de estímulo e facilitador do fenômeno. Assim, também, foi causa de abandono a presença de bebês enfermos, o nascimento de gêmeos, o abandono do lar pelo marido, a morte de um dos genitores, falta de leite pela mãe, todos esses fatores eram considerados razões para exposição de crianças (Marcílio, 2019).

Além dos motivos já citados acima, também era comum o abandono na Roda dos Expostos de crianças que nasciam mortas ou vítimas de infanticídio, conforme registro de obituário publicado no *Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal* em 31 de julho de 1857, na cidade do Rio de Janeiro: “Um inocente lançado morto na roda dos expostos”. Provavelmente, essa maneira de abandono tenha ocorrido como uma forma de não precisar arcar com as despesas do funeral, pois “[...] a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio do público para criação dos filhos era abandonando-os” (Venâncio, 1999, p.13).

Deste modo, a Roda de Expostos¹⁰ foi uma das modalidades de atendimento de longa duração aos bebês abandonados no Brasil, e perdurou por longo período de nossa história. Aproximadamente por um século e meio, foi a única instituição de assistência à infância no Brasil, quase sempre ligadas às Misericórdias e atreladas à caridade cristã. Desta forma, a preocupação principal ao receber a criança enjeitada era a salvação de sua alma por meio do sacramento do batismo. Conforme Marcílio (2016, p. 70) “[...] a menos que trouxesse consigo um escrinho - fato muito corrente - que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado”, mas, em caso de dúvida, o sacramento era realizado novamente à luz do Direito canônico.

Conforme Mesgravis (1975, p. 403), a Roda era descrita como:

¹⁰ Segundo Marcílio (2019) a Roda de Expostos e Recolhimentos para Meninas Pobres no Brasil surgiu no século XVIII e, restringia-se as cidades de Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789). Na província de Minas Gerais não existia Casa de Expostos até 1832, somente a partir desse ano que surge a primeira Roda mineira em São João Del Rei soba responsabilidade da Misericórdia até o ano de 1887. O número de Rodas de Expostos cresceu durante o período Imperial, perpetuou-se durante a República e somente foi extinta na década de 1950, sendo o Brasil, o último país a abolir esse triste sistema que surgiu na Europa Medieval. Assim, o sistema permitia garantir o anonimato do expositor e estimulá-lo a levar o bebê enjeitado para roda, ao invés de abandoná-lo a própria sorte pelo caminho. Deixar a criança em local ermo poderia ser equiparado a um infanticídio e, juntamente com o aborto, tornou-se a principal justificativa para existência das Rodas de Expostos. A maioria das crianças abandonadas, durante o período Colonial e durante o Império, eram acolhidas em casas de família ou morriam. Somente uma pequena parcela das crianças abandonadas foi assistida por instituições especiais.

[...] aparelho mecânico formado por um cilindro, fechado por um dos lados, que girava em torno de um eixo, e ficava incrustado nos muros dos conventos, por onde frades ou freiras recebiam cartas, alimentos ou remédios, e onde há muito, era costume de colocarem-se crianças enjeitadas.

Ainda sobre a origem da Roda, Marcílio (2019, p. 70) complementa dizendo que “[...] os cilindros rotatórios vinham dos átrios ou vestibulos de mosteiros medievais, usados para outros fins, como o de evitar o contato dos religiosos com o mundo exterior”.

A condução dos bebês, deixados nas Rodas de Expostos no Brasil seguia o mesmo modelo destes estabelecimentos da Europa¹¹. Na maioria dos casos, a criança era encaminhada para uma ama de leite que, em troca de uma ajuda financeira muitas vezes insignificante, aceitava criar filhos de outras pessoas até que completassem sete anos de idade no caso de meninos e oito anos no caso de meninas. Após esse período, a criança deveria ser devolvida à Roda, caso a mãe criadeira não a devolvesse, os custos não seriam mais responsabilidade da Santa Casa.

O papel que foi desempenhado pelas amas de leite fica evidente por meio da análise da normatização administrativa da cidade de Rio Grande, o “Regimento da Roda de Expostos” de 1850, apresentado por Torres (2006, p. 113):

[...] as amas-de-leite internas serão pagas mensalmente pelo mordomo, pelo preço arbitrado pela mesa e só serão admitidas as que tiverem bom leite e gozarem saúde, sendo apresentadas a um dos médicos da Santa Casa para as examinar, e informar de sua qualidade e estado; e logo por algum motivo deixarem de prestar o serviço que delas se exige, serão despedidas pelos administradores.

Ao proceder à análise desse trecho do Regimento da Roda de Expostos, chama a atenção o procedimento da ama de leite ser avaliada por médico para atestar o seu estado de saúde, provavelmente em razão dos índices alarmantes de mortalidade infantil e mortalidade geral até o fim do século XIX. Segundo Marcílio (2019, p. 278), na Roda dos Expostos era comum a

¹¹ O sistema da Roda de Expostos surgiu na Europa Medieval por inspiração do governo após seguida exibição de crianças mortas de fome ou de frio ou ainda, devoradas por animais, abandonadas à porta de particulares caridosos, igrejas, além de favorecer o anonimato de quem as abandonava. O destino da criança exposta era variado, dependendo do sistema da localidade em questão, mas o usual era a entrega às amas de leite e, posteriormente, encaminhadas a particulares que se propunham a sustenta-las e as ensina-las um ofício (Mesgravis, 1975). Conforme Marcílio (2019), a Roda era denominada de *Tour* na França; na Espanha, de *Torno*; na Itália, de *Ruota* ou *Torno*; e na Inglaterra, *Wheel*. Esse instrumento prevaleceu particularmente nas grandes cidades dos países católicos para dar assistência às crianças desamparadas e garantir, dessa forma, a defesa dos bons costumes e da família, sendo a Itália o grande difusor desse modelo. Estudos recentes sobre a infância abandonada na Europa pontuam que não foram apenas os filhos ilegítimos eram deixados nas Rodas, mas também uma parcela significativa de filhos legítimos, tornando-se um meio eficaz de controle do tamanho da família, quando a pobreza não permitia o cuidado de muitos filhos (Marcílio, 2019, p. 79).

mortalidade de 30% dos bebês no primeiro ano de vida e, apenas 20% a 30% dos que foram lançados na roda chegavam à idade adulta.

O trecho do discurso publicado no Rio de Janeiro e transcrito a seguir, traz as emblemáticas palavras pronunciadas pelo pseudônimo *Irmão da Misericórdia* e denuncia uma mortalidade de expostos em torno de 88% entre os anos de 1849 a 1850, além de evidenciar o descaso da administração da Casa diante da situação apresentada. O trecho ainda cita que os empregados da instituição entraram com uma representação com data de 28 de junho de 1851 e colocavam como causa da elevada mortalidade o baixo ordenado recebido por eles, o número escasso de amas e o pequeno pagamento oferecido a elas, deixando dúvidas se a preocupação real era a assistência aos expostos ou uma maneira de pressionar por melhorias salariais:

O provedor da Santa Casa de Misericórdia, para com tanto afan perseguir as ordens terceiras na muito justa pretensão de terem seus cemitérios sem prestar obediência á Misericórdia, e para assistir ás obras que está fazendo, necessariamente deve ter consumido um tempo precioso, e que lhe seria indispensável para cuidar com esmero nos multiplices negócios de que está incumbido. Isto pois que é fácil de presumir achase realizado, por exemplo, emquanto á roda dos expostos; e é sobre este interessante estabelecimento que occuparemos por duas vezes a attenção do provedor da Misericórdia e do publico. Era lamentavel o estado de desgraça que chegou a roda dos expostos pelo abandono que della parece de proposito se fazia; e tal foi a consternação dos dignos empregados que formão a administração que superando todas as dificuldades, e sem se importarem com o colosso de Rhodes, nem fazerem caso de suas iras, fizeram uma representação com data de 28 de junho de 1851, na qual os corações transpassados de dôr deduzirão as razões por que entendião ter chegado ao ponto de desgraça em que se achavam um estabelecimento que conta em seu favor todas as almas bem formadas, a quem a louca ambição de um nome que passe á posteridade, como celebre em obras de pedra e cal, não tem mirrado as fibras do coração, impossibilitadas assim de os harmoniosos sons da misericórdia. Os preços mais baixos, pelos quaes só se aceitavão as amas, o pouco numero delas, os exiguos ordenados dos mais empregados, taes era as causas, a juízo da administração, de uma mortandade que regulava para mais de 88 por cento [...]. E' visto pois que existia o estabelecimento de maneira tal que se poderia considerar antes um matadouro que um asylo de caridade e misericordia: seria isto porém á falta de meios, á pobreza do mesmo estabelecimento? Teria por ventura cessado ou ao menos arrefecido o amor que muitos lhes consagravão contemplando o em seus testamentos? E' a resolução desta questão que fará o objecto do segundo artigo. O irmão da Misericordia. (Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal, 09/06/1852, p. 2).

A publicação apresentada anteriormente, que denunciava a mortalidade de expostos na Santa Casa de Misericórdia, levou a outra publicação, em reposta à primeira, com o pseudônimo de *Outro Irmão da Misericórdia*. O trecho apresentado sugere que a atual gestão da Santa Casa pode estar tentando se desvincular da responsabilidade pela alta mortalidade de expostos que foi denunciada anteriormente. Pode haver uma disputa interna entre diferentes gestões da administração da Casa, cada uma tentando se proteger e atribuir a culpa aos outros.

A administração actual, quando tomou posse em 28 de março do ano corrente, achou no estabelecimento 40 amas para 69 crianças, que então ali existião; daquellas tem mandado despedir 13, por estarem já cansadas, fazendo-as substituir por outras, além

das que mais tem alugado, de fôrma que no fim do mez de maio próximo pretérito havião 41, que, com 3 alugadas no corrente mez, perfazem o numero de 44, actualmente existente, para 44 crianças [...]. Por que razão não fez o mesmo administração de 1851? Que difficuldades forão essas que superou, como diz o Irmão da Misericordia, para fazer aquella representação que serve de calallo de batalha para sua argumentação? [...] Todos os mezes são lançadas na roda cêrca de 50 crianças, mas um grande numero dellas vem já agonisantes, e a maior parte são enfermas que pouco tempo durão. Não será um dos principais motivos por que apparece semelhante mortalidade? (Correio Mercantil, e Instructivo, Político e Universal, 16/06/1852, p. 2).

Entretanto, Arantes (2011) constatou através da análise dos dados apresentados em Relatórios do Ministério do Império de 1850 e 1866, uma certa preocupação em demonstrar os altos índices de mortalidade e uma possível associação a maus-tratos na Casa dos Expostos, além de tentar resguardar a credibilidade dos procedimentos higiênicos nessas instituições. Dessa forma, os dados apresentados buscavam evidenciar o número de crianças depositadas vivas das depositadas mortas ou doentes, como também, o tempo decorrido da entrada da criança até sua morte.

Até o início do século XIX, a mortalidade infantil não incomodava as autoridades responsáveis, restando como preocupação principal o batismo para, caso morressem, a salvação das almas dos expostos estava garantida, assim, como a consciência dessas autoridades. Apenas no início do século XX a mortalidade infantil entre os expostos foi tomada como um problema social entre as autoridades brasileiras, intensificando-se grandes debates com os médicos higienistas sobre o *valor* da criança. Na perspectiva das autoridades e, da maioria dos médicos higienistas, a principal causa da elevada mortalidade de expostos está relacionada à falta de amor e dedicação das amas mercenárias que “[...] eram ignorantes, cheias de doenças, fracas, vivendo em condições precárias e sem dar amor e atenção aos bebês sob sua proteção” (Marcílio, 2019, p. 282).

Neste sentido, diversas outras causas também foram apontadas pelos médicos higienistas pela excessiva mortalidade dos expostos, como por exemplo, as precárias acomodações sempre superlotadas, mal iluminadas, úmidas e mal cheirosas, assim como, a falta de local apropriado para isolar as crianças infectadas por moléstias contagiosas, pois era frequente a ocorrência de surtos dentro dessas instituições.

Somente a partir de meados do século XIX, a mortalidade infantil passou a ser reconhecida como um problema de saúde pública, e a adoção de medidas de higiene tornou-se central para combatê-la. As ações higienistas focaram inicialmente no meio físico, abrangendo o abastecimento de água, redes de esgoto, condições de moradia e a melhoria de colégios e asilos para expostos, além do aprimoramento da alimentação na primeira infância. No final do

século, essas ações passaram a envolver diretamente a família, especialmente a mãe, com campanhas educativas sobre higiene, alimentação, vestuário e cuidados infantis, alinhadas aos preceitos higienistas (Marcílio, 2019).

No início do século XX, no Rio de Janeiro, a figura das mães mercenárias, ou amas de leite, emergiu como uma resposta às dificuldades enfrentadas pelas mães operárias em conciliar o trabalho fora de casa com os cuidados maternos. Esse fenômeno refletia as transformações sociais e econômicas da modernidade industrial, como a crescente inserção feminina no mercado de trabalho e a reconfiguração das dinâmicas familiares. Nesse contexto, a prática da amamentação foi terceirizada, destacando novas concepções de cuidado infantil mediadas por relações de classe e economia, vistas como estratégias para "[...] assegurar o desenvolvimento nacional" (Gil, 2016, p. 324).

Caroline Amorim Gil, em *Mães, nutrizes, mercenárias*, aponta que as amas de leite, muitas vezes mulheres em situação de extrema precariedade social, ilustravam a interseção entre o espaço doméstico e a economia. A prática do aleitamento mercenário não apenas desafiava as noções tradicionais de amor materno, mas também escancarava as desigualdades de gênero e classe. Para muitas mulheres, a necessidade de sustento as levava a delegar a amamentação a outras, transformando o ato de nutrir em um serviço mercantilizado e evidenciando as tensões entre cuidado, trabalho e sobrevivência (Gil, 2016).

Por fim, a regulamentação e fiscalização do aleitamento mercenário, conduzidas pelas autoridades públicas, demonstram como essas práticas integraram um sistema mais amplo de relações sociais e econômicas na modernização da sociedade carioca. As preocupações com a saúde infantil e a definição de padrões de cuidado destacam a interdependência entre as esferas pública e privada, moldando tanto a experiência feminina quanto a configuração da família moderna. Assim, o estudo das mães mercenárias é essencial para entender as transformações nas estruturas familiares e nas relações de trabalho durante a transição para a modernidade industrial (Gil, 2016).

O papel das amas de leite, sejam mercenárias ou de criadeira, foi central na assistência e proteção à infância desvalida no Brasil. Essas mulheres, muitas vezes vivendo em condições de extrema pobreza e moradias insalubres, dedicavam-se a uma prática que era marcada pela exploração e por uma frágil compensação financeira, revelando as contradições sociais e econômicas da época.

A pobreza das amas era acompanhada, naturalmente, da ignorância e da falta de conhecimento e prática das regras mais elementares de higiene. “A criadeira é uma mulher ignorante dos mais mezinhos preceitos de higiene. Essa ignorância lhe é apanágio próprio [...]. Descuida da alimentação e do trato das crianças [...] A ânsia do

lucro faz com que receba nos seus cômodos maior número de crianças do que eles podem comportar [....]. Falta-lhe o carinho de mãe', denunciavam (Marcílio, 2019, p. 292).

A falta de recursos de higiene das amas, a elevada mortalidade infantil, aliada à carência constante de amas de leite nas Casas de Expostos, assim como o desenvolvimento das técnicas de pasteurização do leite e outros progressos científicos, levou os responsáveis por essas instituições a propor a alimentação artificial, por meio da amamentação com leite de animais, e terminar com o sistema de amas mercenárias nas Rodas de Expostos:

A Roda da Bahia parece ter sido a primeira a acabar com ele, extinguindo-o em 1882, quando se criou a Casa da Amamentação. Na Roda de São Paulo esse sistema persistiu por mais tempo. O sistema de criação de bebês em casas das amas só foi extinto em 1936, quando foi criado na cidade o Berçário, em uma casa alugada da rua Frederico Steidel, 157. A partir daí as taxas de mortalidade começaram a cair (Marcílio, 2019, p. 294).

A partir desses progressos foi possível a introdução de programas como as Gotas de Leite e as creches para as mães trabalhadoras. As Gotas de Leite expandiram-se no Brasil, principalmente em São Paulo e, no Rio de Janeiro elas estavam filiadas ao Ipai¹². Essas instituições ofereciam, além do leite, a orientação médica para as mães e, as creches recebiam bebês de poucos dias de idade até cinco anos e contavam com distribuição de roupas, alimentos e medicamentos (Marcílio, 2019).

O primeiro ensino regular instaurado em Recolhimento de Expostos foi em Salvador, em 1829, com a criação da Escola de Primeiras Letras. As primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs foram implantadas por religiosos e instaladas em várias cidades brasileiras. As práticas adotadas foram o claustro e a vida religiosa e, nos recolhimentos femininos, a clausura era imposta com maior rigidez (Rizzini; Rizzini, 2004).

Os recolhimentos femininos do século XVIII e XIX eram voltados para educação e proteção das meninas órfãs e desvalidas, filhas de legítimo casamento. A legitimidade indicava a necessidade de proteção pela perda do pai, o protetor, que poderia garantir um bom casamento, através de uma educação oportuna e do dote (Rizzini, 2004). O asilo¹³ substitui a tutela do pai

¹² O Ipai (Instituto de Proteção e Assistência à Infância), foi criada por Moncorvo Filho em 1899 para a distribuição gratuita de cestas de mamadeiras as mães necessitadas. O programa pesava semanalmente as crianças cadastradas, orientava as mães e administrava a vacina antivaricelica, assim evitava-se o abandono de bebês (Marcílio, 2019).

¹³ Moncorvo Filho (1926), define asilo como “uma casa no qual encarceravam dezenas de crianças de sete a oito anos em diante, nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instituição quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de higiene, muitas vezes atrofiadas pela falta de ar e de luz suficientes. Via de regra, pessimamente alimentadas, sujeitas não raras a qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quais o mais suave era o suplício da fome e da sede, aberrando, pois, tudo isso dos

e o matrimônio era um estado de proteção para a mulher, uma forma de permanecer, aos olhos da sociedade, honrada. De acordo com Araújo (2008, p. 63), “[...] as órfãs encontravam-se ainda mais desfavorecidas por serem pobres e não terem quem a dotassem”, necessitando assim, de quem as ajudassem, e a caridade foi uma forma de promover casamento para essas jovens, através da compra de dotes de casamento em troca do pagamento de promessas feitas.

Pode-se dizer que, durante três séculos e meio, as iniciativas relacionadas às crianças pobres no Brasil eram quase exclusivamente religiosas. As instituições caritativas, na sua maioria, eram subsidiadas por esmolas, donativos e contribuições de seus associados ou, até mesmo, pelo trabalho das próprias crianças. Nesses estabelecimentos era oferecido ensino manual, prático ou profissionalizante de caráter obrigatório, através do Decreto nº 1.331-A, de 1 de fevereiro de 1854, que determinava que crianças em situação de carência fossem recolhidas e recebessem alguma forma de educação (Arantes, 2011).

É importante destacar que o ensino ministrado pela caridade objetivava apenas a manutenção da ordem social, oferecendo apenas o mínimo para que, posteriormente, a criança ocupasse posições mais baixas no trabalho, assim como o ensino era adaptado de acordo com as subdivisões nas categorias de órfãos, como por exemplo, órfão branco e órfão de cor, filho legítimo e ilegítimo, pobre válido e inválido, entre outros, conforme observado no quadro seguinte (Arantes, 2011). No Quadro 2 encontra-se uma demonstração dos tipos, finalidade, ano de fundação de algumas instituições caritativas com finalidade assistencial criadas no Brasil.

Quadro 2 - Ensino ofertado por categoria de órfãos em instituições de recolhimento para menores no Rio de Janeiro-RJ (1740 – 1914)

Fundação	Instituição	Público	Ensino
1740	Recolhimento de Órfãs	Órfãs filha de legítimo matrimônio	Amparar e criar para a sociedade mulheres estimáveis por suas virtudes domésticas
1854	Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição	Órfãs brancas	Formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas de casa
1872	Orfanato Santa Maria	Meninas de cor	Formação de empregadas domésticas e semelhantes
1886	Asilo Agrícola Santa Isabel	Meninos vagabundos	Educação moral religiosa, instrução primária
1891	Asilo Bom Pastor	Meninas	Promover a regeneração de mulheres
1900	Asilo de São Cornélio	Meninas	Trabalhos manuais, engomagem e lavagem
1905	Orfanato Santo Antônio	Meninas órfãs e desvalidas	Formação de futuras criadas e esposas de operários

princípios científicos e sociais que devem presidir a manutenção das casas de caridade, recolhimentos, patronatos, orfanatos, etc., sendo consequentemente os asilos nessas condições, instituições condenáveis” (Marcílio, 2019, p. 224).

Fundação	Instituição	Público	Ensino
1907	Casa de Preservação	-	Educação profissional (carpinteiro, vassoureiro e ferreiro)
1914	Asilo Nossa Senhora do Amparo	Meninas	Trabalhos domésticos e preparação de mães de famílias cristãs

Fonte: Adaptado de Arantes (2011).

Nesse período, o domínio médico higienista¹⁴ emergia, aliado à promulgação da Lei do Ventre Livre na década de 1870, e iniciava-se um novo projeto, filantrópico, destinado às crianças abandonadas com vistas a: enfrentar a mortalidade infantil; promover educação das mães; introdução da Pediatria e Puericultura; cuidados com o corpo; campanhas de higiene e de saúde pública, entre outros. Assim, não bastava mais salvar a as almas dos bebês deixados nas Rodas com o batismo, era preciso salvar o corpo da criança e, a filantropia, apresentava-se como solução racional e técnica para o problema do menor abandonado (Marcílio, 2019).

Inicia-se, entre meados do século XIX e início do século XX, uma nova fase assistencialista filantrópica, fundamentada na ciência, para substituir o modelo da caridade, mas sem abandonar completamente os preceitos religiosos. Marcílio (2016) ressalta que à filantropia foi designada a responsabilidade de estruturar as atividades assistenciais em conformidade com as novas demandas sociais, políticas, econômicas e morais emergentes que surgiram no início do século XX no contexto brasileiro.

1.2.1 Assistência à infância na Primeira República

A proclamação da República, em 1889, aliada ao fim do regime escravista e ao início do processo de formação de uma sociedade capitalista urbano-industrial, impulsiona a emergência de uma nova elite de intelectuais, detentora de um saber técnico e especializado. Entretanto, do ponto de vista dessas elites, o início da industrialização e urbanização do país e a diversidade racial, oriunda do passado escravista, tornavam-se fatores limitantes para o novo regime político e para os ideais republicanos, principalmente pela exposição da pobreza urbana nas metrópoles (Rangel, 2010).

As representações da pobreza urbana, alicerçavam os discursos moralizadores da elite intelectual e política do país – aqueles que faziam as leis, as normas e as sanções. As pessoas

¹⁴ No primeiro momento, os médicos higienistas apoiaram a presença da Roda como uma medida de prevenção do aborto e do infanticídio e, posteriormente, iniciaram um movimento para seu aniquilamento, destacando-se, no Brasil, o médico baiano Martagão Gesteira.

simples do povo, os pobres, eram vistos como viciosos e simbolizavam perigo, não convergindo para os ideais republicanos proclamados. Essa elite estava convicta de seu compromisso patriótico “[...] de construir a nação, cuja proposta baseava-se nas ideias de circulação internacional, a respeito das causas da ‘*degradação das sociedades modernas*’ e nos corretivos a serem aplicados no ‘*organismo social*’ para o seu ‘*saneamento moral*’” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 46).

As ideias de circulação internacional, que os intelectuais e políticos buscavam, estavam baseadas numa visão positivista de mundo, apoiada em uma concepção eugenista de aprimoramento da raça e evolução da espécie humana. Era um país que aspirava fazer-se civilizado e culto, através do rompimento com as velhas amarras monárquicas e agrário-esravocratas, identificadas como símbolos do atraso na construção do seu projeto de nação.

Rangel (2010) também pontua que a República precisou lidar com os problemas sociais herdados do Império, como o grande número de analfabetos e miseráveis, mas a lógica positivista sobrepôs-se à cidadania e manteve-se a antiga sociedade excludente e hierarquizadora, apenas com uma nova roupagem, o que contribuiu para a naturalização da desigualdade social.

Dessa forma, implementaram-se medidas de saneamento moral e físico da sociedade, buscando a modernização dos centros urbanos por meio da ruptura com os modos de vida e práticas sociais das classes populares. Nesse contexto, “[...] buscava-se limpar os centros urbanos de tudo aquilo que se considerava como obstáculo ao processo de integração do país ao contexto das nações modernas” (Rangel, 2010, p. 123). A ascensão da ordem econômica industrial capitalista marcou a transição da sociedade brasileira da velha ordem oligárquica para a implementação de uma ordem social burguesa, que demandava novas formas de organização social e controle.

Nesse cenário, observa-se como a experiência histórica europeia, especialmente a Lei dos Pobres inglesa, influenciou a configuração das políticas sociais brasileiras. Oliveira e Montefusco (2017) destacam que essa legislação, surgida na Inglaterra durante a Revolução Industrial, não visava garantir direitos, mas sim manter a ordem social e controlar a população pobre, vista como uma ameaça. Essa abordagem inicial moldou uma percepção restritiva da assistência social, posteriormente refletida nas práticas políticas no Brasil.

No caso brasileiro, as políticas sociais herdaram essa lógica de controle, tratando a pobreza mais como um problema a ser regulado do que como uma questão de direitos sociais universais. Práticas que priorizavam a vigilância e o controle da população pobre sobrepujaram ações que promoviam inclusão e cidadania. Além disso, o clientelismo e o patrimonialismo,

que marcaram a estruturação das políticas sociais no Brasil, reforçaram o distanciamento de uma abordagem universalista que efetivasse direitos (Oliveira; Montefusco, 2017).

Essa perpetuação de práticas excludentes evidencia a influência histórica da Lei dos Pobres no Brasil, contribuindo para a marginalização de direitos e o aprofundamento das desigualdades. Conforme apontam Oliveira e Montefusco (2017), essa herança histórica consolidou uma visão que posicionava os indivíduos em situação de pobreza como objetos de regulação, e não como sujeitos de direitos, perpetuando uma lógica de controle social que ainda repercute nas práticas contemporâneas de assistência.

Nesse contexto, é pertinente considerar as proposições de Camara¹⁵ (2010), que analisa a ação moralizadora dos espaços da cidade através de medidas cautelares e educativas. De acordo com a autora, para o Brasil alcançar a modernidade e o progresso, era preciso reorganizar os espaços e “limpar” os espaços urbanos, através da retirada dos indivíduos identificados como “perigosos” e “desviados” dos novos espaços urbanos. A cidade ficava dividida entre as elites, que representavam o “mundo da ciência” e as classes populares, que representavam o “mundo da vida” ou da “desordem”.

Insere-se uma nova terminologia para tratar a diversidade urbana, expressa em novas categorias sociais, conforme apresentado por Chalhoub (1996). Segundo o autor, a expressão “classes perigosas” surgiu na Europa, na primeira metade do século XIX, utilizados para denominar, inclusive crianças, as pessoas que já houvessem passado pela prisão ou que haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática que os colocava à margem da lei.

No Brasil, o termo “classes perigosas” foi tema de um importante debate parlamentar para denominar as classes pobres, ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses subsequentes à lei de abolição da escravidão, momento em que estava em pauta um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade¹⁶:

[...] a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a

¹⁵ Sônia Camara investigou as representações de infância nos discursos jurídicos, na década de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, Capital da República, buscando compreender as concepções que representavam como parâmetros na elaboração da política pública de assistência e proteção à infância.

¹⁶ A Comissão de Constituição e Legislação do Paço da Câmara dos Deputados preparava um parecer sobre o projeto “Repressão da Ociosidade”, Projeto n. 33-A, marcando o início de um controle claro sobre a infância. A repressão da ociosidade nada mais era que a proibição de atitudes que rompem com os bons costumes, a tranqüilidade pública e paz das famílias (Rizzini, 2011a, p.114).

virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão "classes pobres e viciosas", vemos que as palavras "pobres" e "viciosas" significam a mesma coisa para os parlamentares (Chalhoub, 1996, p. 22)

O discurso aqui analisado, revela um certo entendimento do que era moral ou imoral. O hábito do trabalho, considerado uma das mais nobres virtudes na escala da moralidade, determinava a virtuosidade ou a viciosidade de um cidadão. Por outro lado, a ociosidade poderia ser o ponto de partida para a criminalidade ou o princípio para os demais vícios (Rizzini, Irene, 2011b).

Para Chalhoub (2001), essa nova concepção de trabalho, revestida por uma imagem dignificadora e civilizadora, era o meio para alcançar a condição de país civilizado e possibilitar a entrada do capital das nações europeias evoluídas. Segundo apontado por Bresciani (1982), esse discurso era uma forma de segregar a multidão alheia ao trabalho, excluindo quem não faz parte dele.

Os pobres tidos como *dignos* ou *disciplinados* eram aqueles que, mesmo com poucos recursos, trabalhavam, observavam os hábitos religiosos, mantinham a família unida, os filhos na escola e permaneciam longe dos ambientes viciosos. Entretanto, a situação do pobre *digno* poderia se modificar, por exemplo pela morte de um dos responsáveis pela família ou a perda do emprego, “[...] o que os levaria a se entregarem aos vícios comuns aos pobres, como o alcoolismo e a preguiça, ou a contrair doenças, tais como a sífilis e a tuberculose” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 60).

Enquanto o pobre tido como *indigno* era o indivíduo que se recusava a trabalhar, embora apto, preferia viver um estilo de *vida vagabunda*, abandonando os filhos à própria sorte e mantendo-se longe dos princípios religiosos. Esses pobres eram aqueles chamados de *viciosos* e esse comportamento “[...] significava uma recusa em servir à sua pátria” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 56). Por outro lado, os viciosos representavam uma ameaça a ser combatida, pois representavam uma influência perniciosa a seus filhos para que esses pudessem seguir pelo caminho do trabalho e da moral, pois a criança poderia ser moldada para a viciosidade ou para a virtuosidade.

Nesse universo, de moralização pelo trabalho, Araújo (2011), enfatiza a utilização de crianças nas manufaturas do século XIX e as consequências nas complexas relações de trabalho. A criança, por sua vez, socialmente desvalida foi alvo de um ideal civilizatório, pela manutenção da ordem pública, através da apropriação do trabalho¹⁷ e esse, visto como um dever

¹⁷ A Lei 1.184, de 3 de dezembro de 1909, criou 50 escolas preliminares, noturnas, para crianças operárias nas proximidades das fábricas (São Paulo, 1909). Araújo (2011), aponta que o fator determinante para a criação

da criança pobre. A legitimidade e o reconhecimento social eram alcançados por intermédio do princípio moralizador e regulador da vida social, na busca de consolidação dos ideais republicanos.

No contexto de regeneração social pelo trabalho, a educação assumiu uma função estratégica, fundamentada no trabalho como princípio educativo. Essas práticas eram concebidas como uma forma de afastar crianças pobres do mundo do crime, ao mesmo tempo em que protegiam a sociedade contra a desordem e contribuíam para o avanço do capitalismo. Araújo (2011, p. 181) explica que:

[...] na crença no poder regenerador de um ensino voltado para o trabalho, mais do que uma forma de prevenir ou mesmo superar as questões que envolviam as crianças pobres e desvalidas, era um modo de corresponder às exigências da instrução como fator de progresso veiculado pelo pensamento liberal.

Nesse sentido, a pesquisa de Claudia Oliveira Cury Vilela¹⁸ revela que, em Minas Gerais, entre 1889 e 1909, a instrução destinada às populações socioeconomicamente desfavorecidas era concebida como uma ferramenta essencial para o progresso econômico estadual. A instrução não se restringia aos espaços escolares tradicionais, mas abrangia diversas instituições moralizadoras, incluindo as religiosas, que buscavam transformar indivíduos marginalizados em trabalhadores produtivos. Essa abordagem atendia às necessidades do Estado-Nação liberal capitalista, priorizando a adaptação ao mercado de trabalho em detrimento de uma inclusão social plena e equitativa (Vilela, 2016).

Além disso, Vilela (2016) aponta para a dualidade presente nesse processo educacional: a instrução era, ao mesmo tempo, um mecanismo de disciplina e controle social e um meio de emancipação social. Essa perspectiva evidencia que o sistema educativo não visava necessariamente à emancipação social, mas à formação de mão de obra disciplinada e ajustada às demandas do mercado. A autora também ressalta a lacuna na historiografia da educação brasileira sobre a instrução voltada para os marginalizados em Minas Gerais, reforçando a relevância de sua pesquisa para a compreensão das políticas educacionais destinadas às populações excluídas no Brasil.

dessas escolas foi o elevado número de trabalhadores menores sem escolaridade.

¹⁸ O tema principal da tese apresentada por Claudia Oliveira Cury Vilela é a análise do processo de instrução destinado àqueles que, desvalidos socioeconomicamente, se tornaram úteis à promoção da economia estadual em Minas Gerais, no período de 1889 a 1909. A pesquisa foca na transformação de indivíduos marginalizados, como jovens delinquentes e filhos de proletários, em trabalhadores, interpretando as ideias de instrução no contexto legislativo da época, que buscava atender às expectativas do Estado-Nação liberal capitalista.

Para aprofundar a análise da regeneração pelo trabalho no contexto do município de Uberaba, onde está situado o objeto desta pesquisa, recorreremos aos estudos de Braga (2015) e Souza (2018), que oferecem perspectivas fundamentais para compreender as especificidades regionais e as práticas institucionais relacionadas ao trabalho e à educação.

Em relação à assistência aos pobres em Minas Gerais, Braga (2015) apresenta um levantamento realizado a partir de uma circular enviada pelo Secretário do Interior de Minas Gerais, Fernando de Mello Viana, no ano de 1923, o qual solicitou aos prefeitos que respondessem ao questionário em anexo relacionado à assistência prestada pelo município. O objetivo desse questionário era dimensionar os serviços assistenciais prestados no estado. Entre as cidades que responderam ao questionário foram encontradas 109 cidades e nelas 194 instituições de caridade, apontando ser esse o número de instituições existentes no estado no ano de 1923.

O levantamento possibilitou obter uma visão geral da assistência prestada no município de Uberaba no início da década de 1920, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 3 - Instituições assistenciais existentes em Uberaba em 1923

Instituição	Fundação	Funciona regularmente	Serviços prestados	Prédio próprio	Patrimônio atual
Hospital da Santa Casa de Misericórdia	1854	Sim	Socorreu cerca de dez mil enfermos	Sim	Cerca de 200 contos em prédios e apólices.
Asylo São Vicente de Paulo	1898	Sim	Amparou sempre centenas de famílias pobres	Sim	Apenas o prédio onde é o estabelecimento no valor de uns 15 contos.
Asylo Santo Antonio	1912	Sim	Abriga constantemente numerosos mendigos e creanças	Sim	180 contos em apólices e benfeitorias
Asylo Analia Franco	1919	Sim	Manteve e educou sempre numerosas orphãs	Prédio alugado	Não tem patrimônio.
Orfanato Santo Eduardo	1920	Sim	Asila sempre 40 orphãs	Prédio alugado	250:000\$000

Fonte: Souza (2018, p. 156).

É possível perceber, analisando o Quadro 3, que das cinco instituições existentes no período, três delas atendiam crianças pobres e órfãs, sendo elas: Asylo Santo Antônio, Lar Anália Franco e Orfanato Santo Eduardo. Souza (2018), acrescenta que, além dessas instituições de natureza assistencial, Uberaba também contava com o Aprendizado Agrícola

Borges Sampaio, instituição que se ajustava ao formato das escolas de preservação criadas pelo governo para capacitar os menores para o trabalho nas lavouras.

O Aprendizado Agrícola Borges Sampaio foi criado em harmonia com os ideais republicanos em formar mão de obra capacitada para o trabalho na lavoura e, ao mesmo tempo, torná-los cidadãos úteis à pátria (Ribeiro; Souza; Araújo; 2017). Entretanto, a instituição também tinha um viés higienista, pois, ao mesmo tempo, procurava promover uma limpeza nos centros urbanos, tirando de circulação as crianças pobres, consideradas “vagabundas” e “vadias”, preparando-as para o trabalho. Portanto, ao que tudo indica, “[...] mais do que atender a esses objetivos econômicos, o Aprendizado acabou confundindo-se com uma instituição de controle da infância desvalida da cidade” (Souza; Da Silva, 2019, p. 121).

É importante destacar que, na passagem do século XIX para o XX, a criança ora era concebida como um problema social ora como a salvação da nação. A criança passa a ser percebida como um símbolo da esperança – futuro da nação e um ser em formação que “[...] tanto pode ser transformado em *homem de bem* (elemento útil para o progresso da nação) ou num *degenerado* (um vicioso inútil apesar nos cofres públicos)” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 24).

Conforme o lema proclamado à época “Salvar a criança é defender a nação”, Irene Rizzini (2011a, p. 98) destaca que esse lema “[...] moveu ilustres brasileiros na passagem do século XIX para o XX, a considerar a infância como ‘magna causa’”.

Ainda sobre a análise das práticas e ideias presentes na época e concordando com Irene Rizzini (2006):

[...] o acentuado interesse na criança pobre na época deve ser entendido como parte de um projeto essencialmente político. A meta era combater o contingente ocioso da população, enquadrando-o desde a infância à demanda do desenvolvimento capitalista de então, ou seja, transformar a criança pobre em elemento útil para o país. De forma objetiva, era preciso proteger a criança como forma de defesa da própria sociedade. O discurso apresentava-se, com frequência ambíguo, onde a criança precisava ser protegida, mas também contida, a fim que não causasse danos à sociedade. Essa ambiguidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com uma certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época – ora em perigo, ora perigosa. Tais representações não por acaso estavam associadas a determinados estratos sociais, sendo a noção de periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares (Rizzini, Irene, 2006, p.2).

Foi nessa conjuntura de transformações políticas, econômicas e sociais no país que a criança pobre passa a ser vista como um elemento particularmente importante para o projeto civilizatório do país, objeto de atuação de forças oriundas dos campos da justiça, da medicina e da assistência.

Foi nesse período também, através da nova escola penal, que ocorreu a modernização na área do direito criminal e, propiciou, a aproximação de médicos e juristas no mesmo espaço de atuação. Instituiu-se uma confluência, através da criminologia, entre o setor jurídico e a área médica, colocando-se em questionamento a eficácia da assistência caritativa, no sentido de “responder às demandas impostas pelas profundas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorreram com o fim do sistema escravista e a introdução do trabalho livre” (Rangel, 2010, p. 122).

A consonância entre “justiça” e “assistência”, nas primeiras décadas do século XX, foi pautada na autossustentação e pela complementação de suas ações, o que resultou no surgimento de uma Justiça voltada para os menores¹⁹, inspirada na experiência norte-americana. Essa associação deu origem à ação tutelar do Estado, sendo que seu objetivo principal era a criança pobre, aquela que não era “contida” pela família e, portanto, suscetível a intervenção judiciária.

Nessa perspectiva, educar a criança simbolizava a garantia da ordem ou paz social e, se necessário, ela era retirada de seu meio ou da sua família, quando essa era considerada incapaz ou indigna, para ser reeducada sob a responsabilidade do Estado, tornando-se útil a sociedade. A lógica evolucionista e positivista empregada na época, era entendida como uma missão eugênica, com objetivo de regeneração da raça humana, assim a criança constituía-se em “[...] elemento de intervenção do Estado na família, atingindo os elementos transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 25).

A criança que não era contida pela família também era chamada de “[...] criança moralmente abandonada”, pois estando sob a tutela paterna, o Estado não conseguia intervir na família através da criança. A estratégia jurídica era mostrar que a família era suscetível a punição, se não educasse seus filhos de acordo com os padrões de moralidade vigente, e o direito a paternidade poderia ser suspenso ou cassado, visto que o filho não era propriedade da família. O discurso dos juristas para interferir sobre a vida dos pobres sustentava-se na trilha médico-filantrópica, obedecendo a seguinte estratégia:

- a) Divulgar o quadro alarmante do aumento da criminalidade, mostrando o perigo do contágio (crianças vivendo entre viciosos, enveredando pelo caminho do crime...);
- b) comprovar que a origem do problema estava na família que, por crueldade ou por incapacidade, abandonava os filhos à própria sorte ou os explorava, incutindo-lhes o *...germem do vício*; indicar como solução a *‘prevenção social’* (“obra moralizante e salutar”) [...] elaboração de uma legislação específica que permitisse a livre tutela do

¹⁹ A categoria *menor* foi utilizada para designar uma categoria jurídica e “socialmente construída para designar a infância pobre – abandonada (material e moralmente) e delinquente” (Rizzini, Irene; 2011b, p. 134).

Estado sobre a criança; e controle da ação social (pública e privada) considerada adequada para cada caso, cumprindo a dupla função (filantrópica e jurídica) – de assistência e proteção, da infância e da sociedade (Rizzini, Irene, 2011b, p. 121).

Nesse quadro, de reorganização da sociedade e de busca de uma nova identidade nacional, a criminologia associou-se à concepção higienista, efetivando novas formas de controle social, adaptadas às necessidades da nova ordem burguesa. Desse modo, a filantropia²⁰ passou a atuar como mecanismo de moralização e disciplinamento da sociedade, através de mudanças que ocorram na concepção de assistência, estruturada em uma racionalidade científica, podendo ser entendida como uma laicização da caridade cristã (Rangel, 2010).

É importante destacar que educar, nessa circunstância de infância pobre, significava moldá-la para a submissão. Por consequência, o país optou por investir em uma política majoritariamente jurídico-assistencial de atenção a infância ao invés de uma política nacional de educação de qualidade com acesso universal. Assim, a cidadania era destinada à criança sob a proteção da família, enquanto para o menor, “[...] mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais, e para o qual, poder-se-ia dizer com José Murilo de Carvalho²¹, estava reservada a *estadania*²²” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 29). Portanto, na avaliação de Rizzini (2011b, p. 30),

As políticas adotadas pelos governantes brasileiros nos primórdios da República, serviram aos interesses dos grupos do poder, e fizeram recrudescer o sentimento nacional de um país fadado à desigualdade social. No que diz respeito ao caso específico da criança, o argumento utilizado de que investir na infância era civilizar o país, justificou a imposição da tutela aos filhos dos pobres, cerceando seus passos e mantendo-os à margem da sociedade.

As políticas públicas centradas na criança, como atualmente definidas, não existiam no Brasil antes do período republicano. Portanto, é a partir desse momento que a criança deixa de

²⁰ Em 1913, o dicionário Candido de Figueiredo apresentava a seguinte definição para a palavra “filantropia”: “Amor à humanidade; caridade” (Figueiredo, 1913, p. 902). Conforme Kuhlmann Jr. (2015, p. 56) a palavra filantropia “pode se referir à secularização, à iniciativa não governamental, ou à organização racional da assistência”. Sanglard (2008, 2010) ressalta as principais diferenças entre a filantropia e a caridade, a filantropia está desvinculada ao sentimento de “piedade”, mas laicizada e apresenta uma concepção de “utilidade social” e, através da reunião de pessoas, realiza obras de utilidade social. Já a caridade “reflete, nesse sentido, o temor a Deus, a realização de um dos dez mandamentos – ajudar o próximo – e uma atitude de resignação ante a pobreza [...] Outra diferença que podemos notar é que na caridade o anonimato é um valor importante, pois o gesto é de abnegação. E para a realização de suas obras recorrem à intermediação da Igreja (esmolas) ou das irmandades – instituições laicas, mas de devoção – que realizam as obras de caridade: distribuição do pão, da sopa, de agasalhos, manutenção de hospitais, asilos, orfanatos, entre outras ações” (Sanglard, 2010, p. 128).

²¹ José Murilo de Carvalho retrata sobre a divisão dos direitos civis e políticos entre a minoria da população, que possuía esse direito e a maioria da população, os quais não eram concedidos esses direitos, como os analfabetos, mulheres etc. (Carvalho, 1991; Rizzini, Irene, 2011b).

²² Esse termo foi utilizado por José Murilo de Carvalho para se referir à ação paternalista do Estado em contraste com a participação ativa de cidadãos no processo político (Rizzini, Irene, 2011b).

ser apenas objeto de caridade e passa a ser objeto de políticas públicas, mas é preciso ressaltar que os debates sobre novos modelos de práticas assistenciais já ocorriam em vários segmentos da intelectualidade urbana do Brasil imperial.

Instaurou-se, assim, em um primeiro momento, um impetuoso combate as práticas de clausura, dos denominados *menores vadios*, *vagabundos*, *viciosos* e *delinquentes*, práticas essas que não possuíam a finalidade de regeneração desses internos para que pudessem ser devolvidos como indivíduos úteis à sociedade (Rizzini, Irma, 2011).

A assistência à infância, no período inicial do regime republicano, orientava-se pelas práticas caritativas, a partir das instituições do tipo asilar e, nas primeiras décadas, surgem os *reformatórios* e as *escolas premonitórias e correccionais*, para os “menores abandonados e viciosos”. Compactuando com Irma Rizzini (2011, p. 227), “[...] essas denominações substituindo o termo *asilo* indicam mudanças na concepção da assistência, destinada, agora, a prevenir as desordens e recuperar os desviantes”, mas através de políticas repressivas que ignoravam as discussões nacionais e internacionais sobre o atendimento especializado para os menores.

De acordo com Irene Rizzini (2011a), na passagem para o século XX ocorreu um despertar das ideias de identidade nacional e a legislação da época indicava em seu conteúdo “[...] a preocupação do país em torno de um significativo reordenamento político e social” (Rizzini, Irene, 2011a, p. 108). De fato, as duas primeiras décadas do século XX foi o período mais conveniente para a legislação brasileira da infância, período esse marcado por intensas discussões e um grande número de leis produzidas na tentativa de regular a situação da infância.

Nesse contexto, o Decreto nº 145, de 11 de julho de 1893 foi a primeira medida do governo republicano para o enclausuramento de menores e que autorizava o governo a fundar uma colônia correccional para isolar os *vadios*, *vagabundos* e *capoeiras* para “correção pelo trabalho”. Dessa maneira, o artigo 2º especifica quem se enquadra nessa classe:

§ 1º Os individuos de qualquer sexo e qualquer idade que, não estando sujeitos ao poder paterno ou sob a direcção de tutores ou curadores, sem meios de subsistencia, por fortuna propria, ou profissão, arte, officio, occupação legal e honesta em que ganhem a vida, vagarem pela cidade na ociosidade (Brasil, 1893).

Posteriormente, a Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902, que reforma o serviço policial do Distrito Federal e, também, se utiliza da criação de colônias correccionais para solucionar o problema da vadiagem. Destaca-se, na referida lei, a presença de uma nova categoria, a dos *menores viciosos*. Nessa categoria incluía-se os menores inculpadados criminalmente que foram julgados como tendo agido “sem discernimento”, assim como, os órfãos ou aqueles que, por

negligência, fossem encontrados sozinhos em via pública (Brasil, 1902). Portanto, é possível inferir que a orfandade e a pobreza fundamentavam a apreensão do menor, sobrepondo-se à autoridade paterna.

É possível considerar que, o período compreendido entre 1906 a 1927, foi de grande discussão e de desenrolar de ideias, sob a forma de projetos de leis apresentados, que acabaram culminando na aprovação do Código de Menores em 1927, cuja a vigência foi até 1990, consolidando as “Leis de Assistência e Proteção aos menores”.

O primeiro projeto de lei apresentado, propunha regulamentar a infância moralmente abandonada e delinquente, foi apresentado em 1906 à Câmara dos Deputados por Alcindo Guanabara. Esse projeto contava com a participação de Mello Mattos²³, um dos principais atores nos debates jurídico e político da época sobre a questão da infância.

O próximo projeto apresentado foi em 1912, por João Chaves. Nesse período de seis anos entre um projeto e outro, houve intensos debates sobre a forma de internação dos menores, deixando claro a opção adotada, a questão era a forma de regulamentá-lo. O Projeto de nº 94, de João Chaves, estabelece a classificação dos menores e, a partir da qual seria definido o tipo de tutela indicado: os materialmente abandonados, os moralmente abandonados, os mendigos e vagabundos, e aqueles que tinham delinquido (Rizzini, Irene, 2011a, 2011b).

O menor, após classificado, era encaminhado para estabelecimentos, levando em consideração o “regime educativo” considerado adequado, conforme expressa o artigo 13º: “[...] se o menor for normal, será submetido ao regime educativo de preservação (...se não for vicioso ou pervertido) ou de reforma (se for portador de costumes imorais ou de más tendências)” (Rizzini, Irene, 2011a, p. 125). O projeto também previa vantagens concedidas pelo governo para quem se dispusesse a criá-los.

O projeto também eleva a imputabilidade do menor para 16 anos, antes fixada a partir de 9 anos pelo Código Penal de 1890. De acordo com o Projeto de João Chaves “[...] os menores até a idade de 16 annos accusados de qualquer infracção – delicto ou contravenção – não serão objeto de procedimento penal. Da mesma sorte os mendigos e vagabundos até a idade de 18 annos” (Rizzini, Irene, 2011b, p. 135).

²³ José Cândido de Albuquerque Mello Mattos (1864-1934) foi um jurista renomado que alcançou notoriedade significativa no cenário político e intelectual de sua época, desempenhou um papel proeminente ao lidar com a problemática da infância “desamparada” e “delinquente” durante o período que ocupou a função de Juiz de Menores no Distrito Federal, de 1924 a 1933. Sua contribuição significativa envolveu a publicação de uma legislação específica direcionada a essa população, o Código de Menores, considerado um marco nesse processo, promulgado em 1927 (Pinheiro, 2014).

Percebe-se, por meio desse projeto, que o Juiz de Menores poderia destituir o pátrio poder de determinados pais, através da sentença de situação irregular do menor e definir o seu destino, de preferência longe do ambiente vicioso, sendo que a pobreza era considerada uma situação de irregularidade e motivo para que o Estado assumisse a tutela oficial do menor.

A família da criança pobre era vista como incapaz de criar seus filhos e culpada pelos problemas dos filhos. Apesar das raras exceções de famílias que conseguiram criar seus filhos na pobreza, a crença em torno da família pobre justificou a intervenção do Estado sobre a família pobre e contou com o apoio das elites políticas da época para que juristas atuassem sobre a “família inadequada” para criar o menor (Rizzini; Pilotti, 2011).

Nos anos seguintes, durante a presidência de Wenceslau Braz P. Gomes (1914-1918), o ministro da Agricultura recebeu autorização para instituir os patronatos agrícolas por meio do Decreto nº 12.893, datado de 28 de fevereiro de 1918 (Brasil, 1918). Esses patronatos tinham objetivo de proporcionar educação a menores desvalidos, sendo instalados em postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos.

A mudança na organização e regulamentação dos patronatos agrícolas acontece a partir da publicação do Decreto 13.706, de 25 de julho de 1919. O decreto traz, no artigo 1º, alterações a respeito do público a ser atendido pela instituição, destinando-se única e exclusivamente aos desvalidos e aos filhos das famílias pobres, consideradas incapazes de criarem seus filhos. Também é possível inferir, no artigo 2º, que a tutela desses menores no meio rural era uma maneira de manter a pobreza afastada da sociedade, mantendo-a protegida e, ao mesmo tempo, “limpar” as cidades (Brasil, 1919):

Art. 1º. Os patronatos agrícolas instituídos por decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, são, exclusivamente, destinados às classes pobres, e visam a educação moral, cívica, physica e profissional de menores desvalidos, e daquelles que, por insuficiência da capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, á disposição do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 2º. Os patronatos agrícolas constituem, em seu conjunto, um instituto de assistência, protecção e tutela moral dos menores comprehendidos no art. 1º do presente regulamento, recorrendo para esse effeito ao trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua acção educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporal-os no meio rural.

Não podemos deixar de mencionar a experiência do Instituto Agrícola João Pinheiro, instituída em 1900 em Belo Horizonte, Minas Gerais. O instituto foi criado com o propósito de fornecer educação pelo trabalho, destacando-se o trabalho agrícola de nível primário a menores desfavorecidos, transformando-os em trabalhadores produtivos e afastá-los da marginalidade e

do ócio. O instituto ofereceu quatro modalidades de trabalho: interno, agrícola, manual e nas oficinas (Almeida, 2009).

A experiência do Instituto Agrícola João Pinheiro, instituído em 1900 em Belo Horizonte, pode ser analisada à luz do conceito de marginalização proposto por Paulo Freire. O instituto buscava, por meio da educação pelo trabalho, transformar menores desfavorecidos em trabalhadores produtivos, afastando-os do que era percebido como marginalidade e ócio. Essa abordagem reflete uma tentativa de responder à exclusão social estrutural ao integrar esses jovens a um modelo produtivo, mas também evidencia as limitações de uma concepção que entende a marginalidade como uma condição a ser superada exclusivamente pela inserção econômica e disciplinar.

Segundo Freire, a marginalidade não é apenas uma condição de "estar fora" do sistema, mas uma exclusão imposta pelas dinâmicas sociais, históricas e culturais que estruturam as desigualdades. Nesse sentido, embora iniciativas como o Instituto buscassem combater os efeitos da marginalização, elas frequentemente ignoravam a violência estrutural que mantinha esses indivíduos como objetos de uma lógica social excludente, sem necessariamente promover sua emancipação como sujeitos plenos (Freire, 1979).

Faria Filho (1991, p. 39) esclarece que o trabalho no instituto estava diretamente ligado aos valores que se procurava instilar no “espírito” dessas crianças, o principal era o apreço pelo trabalho na vida humana, considerando que muitas delas vinham de ambientes onde esse valor era pouco reconhecido. Isso envolvia demonstrar a importância e necessidade do trabalho, enfatizar que ele dignifica, tornar claro que a vida sem trabalho é inviável e que apenas aqueles que trabalham “[...] são dignos de si e da sociedade”. Trabalhar era visto como essencial para evitar ociosidade e vícios, bem como para a formação dos valores necessários para futuras carreiras.

Dessa forma, os patronatos agrícolas foram organizados com o objetivo de viabilizar assistência às famílias pobres, servindo como uma espécie de “depósito” de crianças, retiradas de suas famílias e internadas em instituições mantidas pelo Estado. A abordagem utilizada pelos patronatos tinha um caráter utilitarista, uma vez que as crianças eram vistas como uma força de trabalho nas atividades agrícolas, contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Nesse período houve diversas proposições legislativas e jurídico-sociais com objetivo de solucionar o problema da infância abandonada e consolidar a assistência e proteção de menores, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 4 - Instrumentos legais na regulamentação da assistência e proteção aos menores (1920 – 1927)

Ano	Legislação	Finalidade
1920	Decreto Nº 2.340, de 18 de novembro de 1920.	Considerada de utilidade publica municipal para todos os efeitos o Departammento de criança no Brasil.
1921	Lei Nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921.	Fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921.
1923	Decreto Nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923.	Approva regulamento da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes.
1923	Decreto Nº 16.273, de 20 de dezembro de 1923.	Reorganiza a Justiça do Distrito Federal.
1923	Decreto Nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923.	Approva o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública.
1924	Decreto Nº 16.388, de 27 de fevereiro de 1924.	Approva o regulamento do Conselho de Assistência e Proteção dos Menores.
1924	Decreto Nº 16.444, de 02 de abril de 1924.	Approva o regulamento do Abrigo de Menores do distrito Federal.
1924	Lei Nº 2.059, de 31 de dezembro de 1924.	Dispõe sobre o processo de menores delinquentes.
1925	Decreto Nº 3.828, de 25 de março de 1925	Dá regulamento á lei n. 2.059 de 31 de dezembro de 1924.
1926	Decreto Nº 17.181, de 8 de janeiro de 1926.	Resolve dar á Casa de Prevenção e Reforma, a denominação de Escola Alfredo Pinto.
1926	Constituição do Brasil, de 07 de setembro (emenda de 1891).	-
1926	Decreto Nº 5.083, de 01 de dezembro de 1926.	Institue o Código de Menores.
1927	Decreto nº 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.	Consolida as leis de Assistência e Proteção aos menores.

Fonte: Brasil, legislação brasileira (década de 1920). Dados organizados pela pesquisadora.

Os instrumentos legais aqui destacados revelam uma intensa regulamentação em torno da infância abandonada e delinquente no período compreendido entre 1923 a 1927. A intensa regulamentação culminou na consolidação da assistência e proteção aos menores, através da promulgação, em 1927, do Código de Menores, ou Código de Mello Matos, recebendo o nome de seu autor e jurista.

O Código de Menores foi organizado em 231 artigos e divididos em duas grandes partes. A primeira, denominada de parte geral, estabelecia sobre o objetivo e o fim da lei, e as ações a serem aplicadas aos “menores e “delinquentes”, além de esclarecer sobre as diferentes classificações adotadas para as crianças pobres. A segunda parte, também chamada de parte especial, referia-se às disposições referentes ao Distrito Federal e especificava-se o funcionamento da justiça (Brasil, 1927).

O Código considerava como menor o indivíduo com menos de 18 anos, pertencente às classes pobres e classificando-os como “abandonado” ou “delinquente”. Os “menores abandonados” abrangiam os desamparados, os vadios, os mendigos, os libertinos; na classificação de “menores delinquentes” pertenciam os autores ou cúmplices de crimes ou

contravenção (Brasil, 1927). Desse modo, a mudança na denominação de criança para “menor” configurou-se em “[...] uma nova categoria social e cultural, elemento que justificou estratégias de intervenção, ao mesmo tempo em que instituiu a ilusão da inclusão” (Camara, 2010, p.272).

Faleiros (2011), considera que o Código traz importantes inovações, ao estabelecer a proteção legal até 18 anos, insere a criança na esfera do direito e na tutela do Estado. No entanto, incorpora uma visão higienista de proteção do indivíduo e da sociedade, através de uma visão jurídica repressiva e moralista. Faleiros (2011, p. 47), faz considerações importantes sobre a suspensão do pátrio poder e afirma que “[...] os abandonados têm a possibilidade (não o direito formal) de guarda, de serem entregues sob a forma de ‘solda, de vigilância e educação, determinadas por partes das autoridades, que valerão também sobre sua moral’.

Concordando com Camara (2010) quando afirma que o Código de Menores, apesar de ter sido elaborado para proteger a infância, não se constitui como um instrumento de igualdade perante a lei, mas sim de desigualdade, consolidando o controle e disciplinamento das classes pobres, sem a intenção de transformar as condições de vida das crianças. Nesse contexto, “[...] através de medidas disciplinares, pedagógicas e punitivas, reafirmou-se a prerrogativa excludente e nomeadora da criança como objeto de escuta e domínio do poder instituído” (Camara, 2010, p. 267).

Rizzini (2011b) considera que durante esse período o uso da palavra “educação” não denotava tirar da ignorância ou melhores condições de vida e igualdade social. O termo educar assumia um sentido de “[...] antídoto à ociosidade e à criminalidade” e voltava-se para a educação para o trabalho (Rizzini, 2011b, p. 144). Portanto, a aquisição de conhecimentos estava restrita a uma parcela da educação e o enfoque na educação no Código de Menores de 1927 era limitado, e muitas vezes voltado para formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

O trabalho também era contemplado em um dos capítulos do Código, sendo proibindo para menores de 12 anos e para menores de 14 anos que não haviam concluído o ensino primário. No entanto, neste último caso, a autoridade competente poderia conceder uma exceção, caso considerasse essencial para a subsistência da família (Brasil, 1927). Dessa forma, concordando com Araújo (2011, p. 190), pode-se afirmar que “[...] a subsistência familiar se converte em uma premissa na qual os efeitos negativos do trabalho para os menores são atenuados e mostram-se como atributos de virtuosidade e de responsabilidade”.

O Código fixava alguns trabalhos que não eram permitidos para os menores de 12 anos como o trabalho em usinas, manufaturas, estaleiros, minas, trabalhos subterrâneos, pedreiras e oficinas. Além de determinar aos menores de 18 anos a proibição de exercer trabalhos

considerados perigosos para a saúde, a vida ou a moralidade e fatigantes. Os discursos proferidos pelos industriais conservavam os argumentos que defendiam o trabalho para a criança pobre, como mecanismo de educação e formação moral:

Era constante, nos discursos dos industriais, a noção do trabalho como um preceito moral que deveria ser estendido a todas as crianças. Ceder à nova regulamentação do trabalho infantil implicava quebrar o pacto com a organização capitalista de produção em curso. Era necessário apelar para a construção de um significado do trabalho atrelado às necessidades de subsistência familiar e engrandecimento patriótico, reforçando a ideia de que era preferível a criança trabalhar a ficar na rua (Araújo, 2011, p. 190).

O código de menores de 1927 também constituía o abrigo de menores, subordinado a um juiz de menores, como uma das principais medidas de proteção ao “menor abandonado” e “delinquente”. No momento de ingresso no abrigo, ocorria a classificação dos menores por sexo e “grau de perversão” e recebiam instrução sobre leitura, escritas, contas, desenho, trabalhos manuais, ginástica e jogos desportivos (Brasil, 1927).

De acordo com Souza (2018, p.64), além dessas instituições de atendimento à infância previstas no Código de Menores, outras modalidades institucionais foram criadas e/ou remodeladas nas primeiras décadas do século XX. Dentre essas instituições, é possível citar as creches, os patronatos, os aprendizados agrícolas, os orfanatos, os asilos e outras. Kuhlmann Junior (2015) destaca que a história dessas instituições voltadas para a assistência à infância foi resultado da articulação de interesses jurídicos, empresariais, médicos, pedagógicos e religiosos, sob a influência das forças jurídico-policial, médico-higienista e religiosa.

Nesse contexto, o surgimento das creches no Brasil está diretamente relacionado às mudanças sociais e econômicas ocorridas no final do século XIX e início do XX. A crescente urbanização e a participação das mulheres no mercado de trabalho fizeram com que surgisse a necessidade de espaços para cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam. Contudo, enquanto na Europa, especialmente no final do século XIX, as creches começaram a incorporar gradualmente preocupações pedagógicas influenciadas por avanços na psicologia e pedagogia, no Brasil, essas instituições permaneceram, inicialmente, com um caráter predominantemente assistencialista (Araújo, 2015).

Segundo Guimarães (2017), as primeiras creches no Brasil surgiram como iniciativas de caráter filantrópico e assistencial, direcionadas, em sua maioria, aos filhos de mães operárias. Embora essas instituições tivessem como objetivo oferecer cuidados básicos às crianças enquanto suas mães desempenhavam atividades laborais, como ações de amparo social, essas instituições não priorizavam uma formação educacional estruturada, diferentemente de algumas

experiências europeias, que resultaram na integração de práticas educativas com foco no desenvolvimento infantil. Esse processo variou entre as nações europeias, mas indicava um movimento em direção à consolidação de uma abordagem educativa e de bem-estar social nas creches (Araújo, 2015).

Conforme Kuhlmann Junior (2015), a adoção do conceito de civilização tornou necessária a criação de novas instituições sociais. Dentre elas, as instituições de educação popular destinadas aos membros das classes subalternas, que frequentemente carregavam sinais de estigmatização social e faziam parte de um quadro mais amplo do que o sistema escolar. Entretanto, a história da assistência também envolve a criação de uma imagem do pobre como ameaça social que precisa ser controlada, e as instituições assumem um papel conciliador nesse sentido.

De acordo com Kuhlmann Junior (2015), a criação de um sistema organizado de serviços de assistência foi marcada por uma *intencionalidade educativa*, presente no interior das instituições jurídicas, sanitárias e de educação popular que substituíram a tradição hospitalar e carcerária do passado. O desenvolvimento científico e tecnológico propiciou a valorização da infância e privilegiou instituições como a escola primária, o jardim da infância, a creche, os internatos reorganizados, os ambulatórios, as Gotas de Leite.

Nesse contexto de transformação social e valorização da infância, o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, reforçou a importância de uma educação abrangente e articulada. Profundamente influenciado pelos ideais religiosos, políticos e econômicos da época, o manifesto propôs a criação de jardins de infância para atender crianças de zero a seis anos e defendeu com veemência a escola pública como um direito universal. Ao promover uma visão integral da infância, o documento articula educação, cultura e saúde como pilares fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança (Guimarães, 2017, p. 104).

No entanto, embora o manifesto represente um avanço teórico, suas inovações pedagógicas foram majoritariamente direcionadas aos jardins de infância, que proporcionaram espaços limitados às elites sociais. Essa restrição revelou as contradições do período, em que a valorização da infância coexistia com desigualdades sociais profundas, limitando o impacto das propostas em amplas parcelas da população. Assim, a conexão entre os objetivos educativos das instituições assistenciais e os ideais do Manifesto demonstra tanto os avanços quanto os desafios na busca por uma educação mais inclusiva e acessível durante o período.

O Código de Menores estabeleceu as primeiras leis de assistência e proteção aos menores, mas contribuiu negativamente para a institucionalização dos conceitos de “menor abandonado” e “delinquente”. Assim, estabeleceu uma distinção entre crianças e menores,

criando duas categorias distintas. Essa distinção refletiu-se nas políticas públicas implementadas nas décadas de 1930 e 1940, que buscavam atender separadamente crianças e menores. Dois serviços foram criados para sintetizar essa diferenciação: o Departamento Nacional da Criança, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde em 1940, e o Serviço de Assistência a Menores, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores em 1941.

É importante mencionar também que foi o governo de Getúlio Vargas que se “[...] começou a estruturar a política de assistência social” no Brasil, através do Decreto-Lei 525, de 1938, que institui o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e “[...] tornou regulares as subvenções da União a entidades assistenciais”, criando uma complementação da estrutura estatal existente (Miranda, 2017, p. 205).

1.2.2 *A criança e o menor na Era Vargas*

Irma Rizzini (2011), considera que foi no início da década de 1940, período ditatorial iniciado pelo golpe de Estado instaurado por Getúlio Vargas em 1937, que a política de assistência ao menor e a infância ficam mais claras, por meio da criação de órgãos especializados no atendimento dessas duas categorias distintas: o *menor* e a *criança*.

A criança pobre e sua família tornaram-se alvo de inúmeras ações do governo Vargas no período de 1940 a 1943. Em 1941, o governo criou o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), com o objetivo de centralizar a assistência ao *menor* e ter controle sobre as ações destinadas a este grupo, inicialmente no Distrito Federal, mas acabou estendendo-se para todo o território nacional em 1944 (Rizzini, Irma, 2011).

Entretanto, em 1940, criou-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão que coordenou as ações destinadas à *criança* e à família, através da criação de uma política de proteção materno-infantil e com o objetivo de formar um futuro cidadão em conformidade com a concepção de cidadania da época, “[...] formação de um trabalhador como *capital humano* do país, através do preparo profissional, e o respeito à hierarquia através da educação da criança” (Rizzini, Irma, 2011, p. 262).

Surgiram diversas instituições de caráter social, governamentais ou privadas, no âmbito nacional no período 1942 e 1943. Dentre as quais, podemos citar²⁴: Legião Brasileira de

²⁴ Além das instituições já mencionadas, outras foram criadas para atender crianças em situação de desamparo, especialmente aquelas cujos pais eram portadores de hanseníase e estavam sujeitos ao isolamento compulsório em preventórios. Essa política sanitária, implementada no início do século XX, teve impactos significativos sobre os núcleos familiares, especialmente para as crianças. Essas, frequentemente internadas em instituições como o Preventório Santa Terezinha, eram submetidas a práticas que extrapolavam a prevenção da hanseníase, incluindo

Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio, Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (Rizzini, Irma, 2011).

1.3 A assistência ao menor no contexto político

1.3.1 Serviço de Assistência a Menores (SAM) e clientelismo

Vargas, em seu governo, utiliza a mão de ferro da repressão para punir crimes contra a “[...] ordem política e social”, através da Lei de Segurança Nacional implantada em 1935 com a finalidade de “[...] manter a ordem, de combater o comunismo e o integralismo, com medidas assistenciais e corporativas como a legislação sindical e a política social [...]” (Faleiros, 2011, p. 57). Faleiros (2011) considera que a política do menor, associada à repressão, assistência e defesa da raça, se torna uma questão nacional que terá uma longa duração e influência na história das crianças e adolescentes pobres no Brasil.

A implantação do SAM ocorre por meio do Decreto-Lei n. 3.799, de 5 de novembro de 1941. Esse decreto trata da transformação do Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores, diretamente subordinado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores e articulado com o Juízo de Menores do Distrito Federal. A finalidade prevista para o SAM era orientar e fiscalizar educandários oficiais e particulares, investigar os menores, abrigar os menores à disposição da justiça, recolher os menores e ministrar-lhes educação e estudar as causas do abandono (Brasil, 1941).

O SAM manteve o mesmo modelo de atendimento do Juízo do Distrito Federal, utilizado desde a década de 1920, atendendo os menores abandonados e desvalidos e encaminhando para as instituições oficiais existentes e às instituições particulares que mantinham convênios com o governo (Rizzini; Pilotti, 2011). Contudo, sua atuação é marcada por denúncias de cabide de emprego, corrupção e clientelismo.

medidas de disciplinarização e conformação a ideais eugênicos (Silva, 2010). Conforme aponta Cláudia Cristina dos Santos Silva, essas instituições buscavam moldar os internos para se tornarem cidadãos considerados "saudáveis", "trabalhadores" e "submissos", enquanto buscavam eliminar características entendidas como "indesejáveis" pela sociedade da época. No pensamento de eugenistas como Renato Khel, as crianças de portadores de hanseníase eram vistas como uma ameaça à ordem social e ao progresso nacional. Nesse contexto, chegaram a ser defendidas medidas extremas, como a esterilização, com o intuito de evitar a perpetuação de supostas "genéticas impróprias". Essas práticas revelam a interseção entre políticas de saúde pública, controle social e os ideais eugênicos predominantes (Silva, 2010).

Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 34), a obrigação do SAM seria assistir os “autênticos desvalidos”, mas o órgão foi consumido pelas relações clientelistas, pelo uso privativo de uma instituição pública onde “[...] falsos desvalidos, cujas famílias tinham recursos, eram internados nos melhores educandários mantidos pelo Serviço, através de pistolão e até corrupção”.

As críticas ao SAM, proferidas pelo governo e pela sociedade, começaram a emergir na década de 1950. No imaginário popular, o SAM passa a figurar como fábrica de delinquentes, escola do crime ou lugares inadequados. A imprensa contribui ativamente na construção desta imagem, pois “[...] ao mesmo tempo em que denunciava os abusos contra internados, ressaltava o grau de periculosidade dos ‘bandidos’ que passaram por suas instituições de reforma” (Faleiros, 2011; Rizzini; Rizzini, 2004, p. 34).

Fato que pode ser constatado em matéria publicada no *Diário de Notícias*, em 1960, com o título “Assistência a Menores”. Nela, o desembargador Bulhões de Carvalho, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, propõe a criação de um Conselho de Assistência e Proteção a Menores, além de proferir críticas ao SAM, às famílias consideradas incapazes de criar seus filhos e aos próprios menores, classificados como *transviados*²⁵ e *viciosos*.

O DESEMBARGADOR Bulhões de Carvalho, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, encaminhou ao sr. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara, projeto de lei visando à criação de um Conselho de Assistência e Proteção à Menores. A proposição ainda não teve os seus trâmites parlamentares iniciados naquela Casa do Congresso, onde terá de principiar pela audiência preliminar da Comissão de Justiça. Diga-se, desde logo, que se trata de uma iniciativa das mais louváveis que se possam veicular no momento atual de evolução da nossa vida administrativa. Existe, na verdade, um serviço especializado na matéria, subordinado ao Ministério da Justiça: trata-se do decantado SAM, sobre o qual pairam as mais graves e mais justificadas dúvidas e restrições. [...] Os menores para ali encaminhados, extraídos que são do meio viciado em que se encontram, não dispõem, em condições normais, elementos que lhes melhorem os complexos psicológicos que os levaram à corrupção e aos vícios. A promiscuidade, a ausência de uma terapia ocupacional adequada e generalizada, muito ao contrário, fomenta-lhes a inércia e a inação, que constituem um caldo de cultura para os seus erros e transviamento [...]. A juventude delinqüente veio a tornar-se um mal das sociedades modernas. Tem as suas raízes na evolução e na complexidade da própria vida agitada e polimorfa dos tempos atuais, em que a figura da família veio a sofrer metamorfoses radicais [...]. O SAM é considerado uma espécie de manicômio judiciário para onde os clientes são levados em camisa de força. Urge portanto, uma reforma de base no atual sistema de assistência a menores desamparados. O projeto ora em curso na Câmara pode ser a tábua de salvação (Diário de Notícias, 01/01/1960, p. 4).

²⁵ O termo “menores transviados” foi utilizado durante o período de existência do SAM (1941-1964) para designar os *menores delinquentes* (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 91). Irene Rizzini (2011b, p. 184) cita a definição apresentada por Cândido de Figueiredo no Novo dicionário da língua portuguesa, em 1899: “TRASVIADO – TRANSVIAR – Extraviar; desencaminhar; (fig). Seduzir, desviar do dever; tornar vagabundo, erradio. (De “trans...+ via”)”.

Entre os discursos proferidos pela imprensa, destaca-se Odylo Costa, na revista *Cruzeiro*, sobre o assassinato de seu filho com 15 anos de idade por um egresso do SAM, fato que causou grande repercussão nacional em 1963 (Faleiros, 2011).

Diante da situação exposta, o Gabinete do Ministério da Justiça implantou uma Comissão de Sindicância, em 1961, com o objetivo de apurar as irregularidades do SAM. O trabalho realizado pela Comissão foi registrado pela Agência Nacional – órgão responsável por divulgar atos e notícias relacionados à administração federal – constatou o cotidiano dos internos e a situação em que se encontravam as instituições (Arquivo Nacional, 2019). Na Figura 2 é apresentado um desses registros.

Figura 2 - Serviço de Assistência a Menores (1961)



Fonte: Arquivo Nacional (2019).

A fotografia, enquanto fonte histórica, não apenas registra momentos, mas também serve como meio de conhecimento e prova documental, conforme argumenta Kossoy (2021, p. 26). Na imagem anterior (Figura 2), é possível observar as condições precárias dos internos do SAM em 1961, evidenciando aspectos como superlotação, disciplina rigorosa e ambiente insalubre. A disposição dos menores em filas para as refeições e o uso obrigatório de uniformes

reforçam o estresse institucional, alinhando-se às práticas de controle social da época (Rizzini; Celestino, 2016).

Além disso, a fotografia se torna um testemunho visual das críticas já apontadas pelas autoridades da época, como Maria Celeste Flores da Cunha, que denunciou a superlotação e a falta de higiene no SAM, defendendo a necessidade de mudanças legislativas para extinguir a instituição (Faleiros, 2011). Assim, ao analisar essa imagem, compreendemos que seu valor transcende o aspecto estético ou ilustrativo, pois ela se configura como um documento que permite interpretar as condições sociais, políticas e institucionais que marcaram o atendimento à infância em situação de abandono naquele período.

Esse sistema permaneceu em vigor até o início da década de 1960, quando, em 1964, foi substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), criada por meio da Lei n. 4.513, datada de 1º de dezembro de 1964, no primeiro ano da “Revolução” de 31 de março, que instaurou a Ditadura Civil-Militar no Brasil (Rizzini; Rizzini, 2004).

Ainda no campo das políticas voltadas para a infância, a Consolidação das Leis de Ensino nº 17.698, promulgada em 1947, representou um marco inicial ao estabelecer o primeiro decreto relacionado à educação infantil, reconhecendo a educação pré-escolar como uma necessidade para famílias operárias. Nesse contexto, foi proposto que jardins de infância fossem criados próximos às fábricas, proporcionando um ambiente acolhedor e semelhante ao lar para o desenvolvimento das crianças (Kramer, 2001). Durante a Era Vargas (1930-1945), importantes avanços na legislação trabalhista culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho, incluindo a obrigatoriedade de empresas com mais de 30 funcionárias implantarem creches para os filhos dessas trabalhadoras. Contudo, essa medida muitas vezes não foi efetivamente cumprida (Guimarães, 2017).

O período histórico compreendido entre 1940 e 1970 também expôs profundas lacunas no sistema educacional brasileiro. O expressivo processo de urbanização e o consequente aumento da demanda por educação escolarizada revelaram a incapacidade do Estado em atender à totalidade das crianças em idade escolar. Essa realidade foi exemplificada pela taxa de 31% de crianças fora da escola em 1970, mesmo diante de uma crescente procura pela educação formal (Romanelli, 2014).

Segundo Romanelli (2014, p. 75), “[...] enquanto a população na zona rural não chegou a dobrar, no período mencionado, a população da zona urbana mais do que quadruplicou, o que elevou a taxa de 31,24%, em 1940, para 55,98%, em 1970”. Nesse contexto, as instituições assistenciais ganharam destaque como alternativas para preencher parte das lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas efetivas voltadas à infância

Essas instituições, muitas vezes criadas para amparar os mais necessitados, assumiram funções que poderiam ter sido atribuídas às escolas, promovendo valores educativos, cuidados básicos e formação inicial. Sua atuação não apenas supriu parte da demanda não atendida pelo sistema escolar, mas também reforçou a necessidade de uma abordagem integral que unisse educação e assistência para atender às necessidades das crianças em situação de pobreza no Brasil republicano. A interseção entre essas práticas de assistência e a educação evidencia a complexa relação entre o papel do Estado e o protagonismo das instituições na garantia de direitos básicos, destacando o caráter compensatório de tais iniciativas no cenário nacional.

1.3.2 O Departamento Nacional da Criança e a Legião Brasileira de Assistência

Em 1940, cria-se o Departamento Nacional da Criança, pela força do Decreto-Lei nº 2.024, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, organizando a proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo território nacional (Brasil, 1940).

A criação do DNCR foi amplamente divulgada pela imprensa, segundo a publicação do *Jornal Correio da Manhã*, cujo título era bastante sugestivo: “[...] cuidando do Brasil nas fontes de sua grandeza de amanhã” (*Correio da Manhã*, 18/02/1940, p. 3).

O *Jornal Diário de Notícias* traz a seguinte referência:

O chefe de governo assignou hontem um decreto ‘fixando as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo paiz. É inútil encarecer a magnitude dos problemas enunciados nessa ementa. Aos menos apercebidos delles não escapa que há de ser vão todo o esforço de construção de uma raça forte. E o que se observa em nosso paiz – mesmo nas suas capitães, onde se pressupõem condições de maior progresso – é, nesse particular, contristador para se não dizer vergonhoso (*Diário de Notícias*, 18/02/1940, p. 5)

É interessante observar que, nas divulgações da criação do DNCR, é evidente a concepção eugenista. Investir na melhoria da raça era percebido como um investimento no futuro da nação e a “[...] representação de uma infância forte, saudável, bem-comportada e livre do estigma da pobreza e do atraso” elevava o país ao progresso (Câmara, 2010, p.143). A pobreza e a desnutrição do povo, representavam uma barreira para o desenvolvimento do país e, em nenhum momento houve a intenção da criação de uma sociedade culturalmente pluralista. Nesse sentido, Carneiro afirma que:

A meta final era homogeneizar o pensamento e a raça brasileira controlando a população idealizada segundo modelos propostos pela ciência eugênica, ou seja, “produzir” um cidadão-símbolo da raça branca, limpo de impurezas (leia-se aqui da raça amarela e semita/judaica, tratadas como raças inferiores) (Carneiro, 1999, p. 333).

Entre as competências do Departamento, previstas no artigo 6º, estava a de “[...] promover a cooperação da União com as instituições de caráter privado, mediante a concessão da subvenção federal destinada à manutenção e ao desenvolvimento dos seus serviços de proteção à maternidade, à infância e à adolescência” (Brasil, 1940). Portanto, cabia ao DNCR coordenar todas as atividades nacionais relativas a esta população, além de “[...] conceder auxílio federal aos Estados e subvenção às instituições de caráter privado” (Rizzini, Irma, 2011, p. 270). A subvenção oferecida pelo Departamento apresentava a intenção de subsidiar os serviços dirigidos a este grupo, além do objetivo de fiscalizar a sua aplicação.

O objetivo implícito do Departamento era “salvar a família e proteger a criança” e, para atingir esse objetivo, segundo Irma Rizzini (2011, p. 270), estava prevista a criação de uma rede de instituições, as quais eram dirigidas por organizações privadas, mas conduzidas pelos “[...] preceitos científicos elaborados pelo DNCR”. A função de distribuir subsídios às organizações privadas e de fiscalizá-las, ficava a cargo da Junta Municipal da Infância²⁶. Os locais para atendimento das gestantes, das mães e de seus filhos englobavam os postos de puericultura, as maternidades, as creches, os jardins da infância, e os hospitais infantis, entre outros.

Vieira (2016, p. 179), por sua vez, esclarece sobre os objetivos implícitos do DNCR em manter a estabilidade da família ressaltando que:

A criação do Departamento Nacional da Criança e de medidas legais de proteção à criança e à mãe estiveram, nesse sentido, relacionados não só ao propósito de diminuir a mortalidade infantil, mas também ao interesse, por parte de setores conservadores das elites intelectuais e políticas, em normatizar a família, em molde nuclear e patriarcal, e o lugar da mulher no lar e na sociedade, visando a educação de um novo homem adequado a uma sociedade urbano-industrial.

Na proposição de Overné (2018, p. 6), “[...] a assistência promovida pela via do poder público não só amparava, mas significava um poderoso mecanismo de esculpir, tutelar e educar a infância desafortunada”. Nesse sentido, a imagem de uma infância abandonada poderia comprometer os ideais nacionalistas do Estado Novo. Portanto, a infância precisava ser lapidada por meio de mecanismos científicos ofertados pelo DNCR.

Rosemberg (2001, p. 21), esclarece que o conhecimento científico deve ser usado como uma ferramenta pelos atores envolvidos nesse processo, já que as decisões sobre as políticas públicas são políticas e surgem a partir de um jogo de interesses e pressões. Resultando em

²⁶ A Junta Municipal da Infância era formada por médicos, professoras, religiosos, “senhoras da sociedade” e autoridades públicas. O prefeito local atuava como um braço do DNCR e era o responsável por buscar o envolvimento das elites locais no dever social de proteção materno-infantil no município, além de presidir a Junta Municipal (Pereira, 1999).

decisões políticas disfarçadas de “decisões técnicas” competentes, o que diminui o poder de troca dos demais atores sociais.

Pereira (1999) também contribui com esse tema ao pontuar que o DNCr introduziu uma nova abordagem à assistência social durante os anos 30, que foi amplamente divulgada durante o Estado Novo. A ideia principal era que os problemas sociais não afetavam apenas os pobres, mas sim todas as pessoas. Corrigir essas deficiências, tanto morais quanto materiais, era visto como essencial para alcançar a democracia social, que o regime considerava sua tarefa mais importante. Isso significava que todos deveriam ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades sem transferir, de forma injusta, a riqueza material, espiritual e intelectual para outros grupos. O Estado era visto como o único capaz de promover a redistribuição de forma pacífica e coordenada para alcançar padrões comunitários de uma sociedade coesa.

Essa abordagem do Departamento enfatiza a ideia de responsabilidade social individual, em que cada pessoa deveria assumir a sua parte na ajuda aos menos afortunados, em vez de depender apenas do Estado para fazer a distribuição de renda. No entanto, a abordagem não envolvia a redistribuição de renda por meio de impostos, mas sim a normalização das relações sociais entre todos. Portanto, o Estado deveria estimular os mais afortunados a ajudar os demais a assumir sua parte no todo (Pereira, 1999). Isso reflete uma visão liberal, em que a livre iniciativa e ação individual são valorizadas em detrimento da intervenção estatal na economia direta. No entanto, é possível criticar essa abordagem argumentando que as desigualdades sociais são resultado de estruturas e sistemas maiores, que podem requerer soluções políticas mais amplas, além da ação individual.

Na proposição de Pereira (1999), manter a saúde das crianças por meio da estabilidade familiar exigia a criação de meios que fornecessem assistência material e moral, promovendo a integração social. O Estado orientaria a educação das mães e das crianças, enquanto a participação de quem já resolveu esses problemas seria incentivada. Isso resultaria em dois tipos de organizações, uma focada na assistência material e outra na assistência moral, ambas trabalhariam juntas para alcançar seus objetivos. As organizações voltadas para a assistência material incluíam “[...] postos de puericultura, os lactários, as gotas de leite e as missões da infância feliz²⁷. Entre os segundos, eram previstas: as escolas maternais, as escolas primárias, os jardins de infância, os parques infantis e as casas da criança” (Pereira, 1999, p. 177).

²⁷ Eram iniciativas que visavam a distribuição de alimentos balanceados às crianças pobres, além de orientações às mães de como preparar a alimentação das crianças (Pereira, 1999).

Kuhlmann Junior (2011) argumenta que o DNCr tinha a responsabilidade de estabelecer as normas para o funcionamento de creches por meio da publicação de livros e artigos. O DNCr foi vinculado ao Ministério da Educação e Saúde até 1953, durante esse período, os médicos do DNCr não atendiam somente as creches, mas todo o sistema escolar.

Vieira (2016), em consonância com Kuhlmann Junior (2011), salienta que o DNCr era um órgão normativo que se preocupava com adequado funcionamento das creches e, por isso, propunha leis protetivas e publicações periódicas. Essas publicações abrangiam questões sanitárias, educativas, organizacionais e arquitetônicas, bem como o desenvolvimento das crianças e suas necessidades. O DNCr buscava evitar que as creches se tornassem foco de doenças e causassem mortes entre as crianças pequenas, seguindo a norma médico-higienista. Portanto, no DNCr, as creches eram vistas como parte integrante da puericultura, e eram consideradas o único local capaz de combater o comércio da criadeira de forma eficaz.

Kuhlmann Junior (2011) adverte que as instituições de Educação Infantil se originaram de uma concepção diferente da escola primária, que proporcionava a educação moral para os diferentes grupos sociais como artefato de cidadania. As Instituições de Educação Infantil, destinadas à infância pobre, receberam como proposta educacional o assistencialismo, voltado para a submissão, portanto, na concepção do autor, a pedagogia da submissão é:

Uma educação assistencialista marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para receber. Uma educação que parte de uma concepção preconceituosa da pobreza e que, por meio de um atendimento de baixa qualidade, pretende preparar os atendidos para permanecer no lugar social a que estariam destinadas. Uma educação bem diferente daquela ligada aos ideais de cidadania, de liberdade, igualdade e fraternidade (Kuhlmann Junior, 2011, p. 166).

Apesar dessa concepção educacional diferenciada entre a Educação Infantil e a escola primária, Kuhlmann Junior (2011, p. 166) enfatiza a presença do caráter educacional dessas instituições assistencialistas, afirmando que “[...] o fato dessas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional”.

Guimarães (2017) explica que a responsabilidade de estabelecer políticas assistenciais para a infância em países subdesenvolvidos é assumida por organismos internacionais, incluindo o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), criado em 1946. O UNICEF trabalhou em colaboração com as autoridades brasileiras, resultando em um aumento na preocupação com a infância no Brasil e a necessidade de implementar políticas educacionais adequadas para as crianças. Como resultado, na década de 40, o governo brasileiro ampliou seus programas assistenciais para crianças, com foco em higiene, filantropia e puericultura.

Para Vieira (2016), essas estruturas simplificadas foram propostas aos governos de países subdesenvolvidos como forma de resolver os problemas do subdesenvolvimento. Na proposição da autora, “[...] o desamparo de populações pauperizadas do Terceiro Mundo poderia ameaçar a ordem capitalista e abrir caminho para o desenvolvimento e a penetração de ideologias revolucionárias, a exemplo do que havia ocorrido em Cuba (Vieira, 2016, p. 169).

Dentre os programas desenvolvidos pelo DNCr encontramos o “[...] auxílio técnico e financeiro às obras médico-assistenciais, fortalecimento da família; combate à desnutrição, educação sanitária, proteção ao pré-escolar, proteção ao adolescente desajustado, combate às infecções, estudos e pesquisas” (Vieira, 2016, p. 172).

Na imagem seguinte (Figura 3) é possível observar uma das campanhas educativas promovidas pelo DNCr no formato de um cartaz.

Figura 3 - Cartaz elaborado pelo DNCr (1944)



Fonte: Arquivo Nacional (1944).

Analisando a imagem (Figura 3) infere-se que algumas pessoas estão sentadas em, provavelmente, um transporte público enquanto outras pessoas estão em pé, incluindo uma mulher carregando uma criança no colo. O texto que acompanha a imagem anterior, deixa claro a intencionalidade de proteção à maternidade e à infância, ao sugerir que seria adequado ceder o lugar para as gestantes e as mães acompanhadas de crianças, além de uma evidente tentativa de viabilizar o processo civilizatório desejado.

A atuação do DNCr constituía-se em uma ação indireta ou normativa e, durante os seus 30 anos de existência, executou as seguintes ações:

Realizou campanhas educativas e inquéritos médico-sociais; participou de congressos nacionais e internacionais sobre assistência materno-infantil; formou médicos puericultores, pessoal auxiliar e supervisores; produziu publicações sobre organização e funcionamento de creches; organizou cursos populares sobre puericultura para as mães e responsáveis por instituições de cuidado à criança; planejou atendimento pré-escolar; incentivou a criação de Clubes de Mães, Postos de Puericultura e Associações de Proteção à Maternidade e à infância [...]. Organizou cursos de higiene infantil para premiar as mães que bem cuidassem dos seus filhos (Vieira, 2016, p. 172).

Dentre as ações indiretas executadas pelo DNCr, uma delas impactou diretamente no caráter de inovação assistencial e educacional promovido pela instituição em estudo – Lar Fabiano de Cristo – e, conseqüentemente, na Unidade de Promoção Integral “Irmã Germana”. A ação efetuou-se através de cursos ministrados pela Irmã Agnita Miriam²⁸ em colaboração com o DNCr e com a Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica (Ponto IV)²⁹ no Brasil (Brasil, 1963).

A primeira tentativa de trazê-la para o Brasil, para ministrar cursos relacionados aos modernos conceitos de bem-estar infantil em instituições especializadas, ocorreu em 1952, por

²⁸ A Irmã Agnita Miriam Moylan pertencia a ordem das Irmãs de Caridade de Nova York, considerada uma comunidade religiosa católica romana. A origem da congregação iniciou-se em 1633, quando São Vicente de Paulo e Santa Luísa de Marillac fundaram as Filhas da Caridade para dedicar-se aos pobres nas aldeias da França. A origem das Irmãs de Caridade em Nova York ocorreu a partir do envio de três irmãs em 1817 para estabelecer um orfanato na cidade. A missão cresceu e a ela foi acrescentada uma escola, seguida por outras escolas, orfanatos e hospitais. As irmãs ocupavam-se, inicialmente, em cuidar dos órfãos e educar as crianças, mas rapidamente expandiu-se para praticamente todas as áreas de caridade e justiça sociais. As missões, dessa organização, abrangem a missão de caridade pela qualidade de seus programas, estabilidade fiscal e cultura organizacional (Irmãs de Caridade de Nova York, 2022). O Currículo profissional e acadêmico da Irmã Agnita Miriam era repleto de títulos acadêmicos e diversas atuações profissionais, entre as atividades encontravam-se: Bacharel em Artes pelo Colégio “Mr. St. Vicent”, Nova York; Doutora em Artes pela Universidade de Fordham, Nova York; Doutora em Assistência Social pela Escola de Assistência Social da Universidade Católica, Washington, D.C. Além de ter desempenhado várias funções, entre os quais: Superintendente do “St. Joseph’s Hall”, Brooklyn, Nova York; Supervisora de equipe e das crianças, em uma instituição de assistência a menores de 3 a 18 anos; “Superintendente do New York Foundling Hospital” em Nova York; Supervisora de equipe e de crianças de uma entidade de vários tipos de assistência social (assistência infantil, programas de nutrição, adoção, abrigos para a mãe solteira, serviços de assistência individual, maternidade e escola de treinamento para enfermeiras especializadas em assistência infantil; Diretora do Departamento de Pensionistas em Nova York; Professora no Ginásio Catedral de Nova York; Professora do Ginásio São Pedro de New Brighton, Staten Island, Nova York (Brasil, 1963).

²⁹ De acordo com o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, [20--]), considera que o nome dado ao programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos foi inspirado no quarto ponto abordado no discurso de posse do presidente norte-americano Harry Truman, em 1949. Segundo De Oliveira, De Paiva, De Lima (2022), os teóricos norte-americanos que formularam a ideia de desenvolvimento consideravam que a pobreza nos países subdesenvolvidos poderia ser uma ameaça para a segurança da democracia dos países mais ricos. Por essa razão, era importante estimular o desenvolvimento por meio da resolução dos problemas sociais e do investimento em educação. O discurso desses teóricos enfatizava a superioridade dos Estados Unidos, que era propagada como uma referência em desenvolvimento científico e industrial e, portanto, um modelo a ser seguido. No Brasil, segundo o CPDOC, a implantação do Ponto IV ocorreu por meio da assinatura de dois acordos com o governo dos Estados Unidos: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, em 19 de dezembro de 1950, e o acordo de Serviços Técnicos Especiais, em 30 de maio de 1953. O objetivo dos programas, estabelecidos pelo Ponto IV, foi abranger diversas áreas, tais como economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes, entre outras.

iniciativa do Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Posteriormente, em 1954, o DNCr oficializou o pedido de colaboração, mas somente em 1955 o pedido foi atendido. O atendimento ao pedido contou com os esforços realizados por Miss Lavinia Keys, chefe em exercício da Divisão de Desenvolvimento de Comunidades – Ponto IV (Brasil, 1963).

É importante mencionar que, dentre as ações indiretas executadas pelo DNC, destaca-se a publicação, no ano de 1963, de uma obra intitulada “O Bem-Estar da Criança”. O livro em questão, em sua contracapa, veicula a seguinte informação:

Resumo dos cursos ministrados pela Irmã Agnita Miriam, em colaboração com o Departamento Nacional da Criança e com a Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica (Ponto IV) no Brasil. Publicação da Divisão de Serviço de Desenvolvimento de Comunidades da Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica (ponto IV) (Brasil, 1963).

A obra publicada se relaciona com os cursos ministrados por Irmã Agnita Miriam em colaboração com o DNCr com objetivo de abordar questões relacionadas ao bem-estar das crianças para possivelmente aplicá-las no contexto brasileiro. Nesse sentido, o livro se configura como uma fonte de informações e diretrizes fundamentais sobre o tema.

A publicação do DNCr traz contradições em relação ao ano que a Irmã Agnita Miriam esteve no Brasil, ora refere-se a 1956, ora a 1955, mas, através da análise das diversas publicações jornalísticas da época, é possível constatar que ela esteve no Brasil em 1955.

O Jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, publica uma matéria com o título “Religiosas americanas propagam ideias sobre assistência social. Palestras nas cidades de Porto Alegre, Curitiba e Rio de Janeiro – Os conceitos sobre a criança abandonada vigentes nos Estados Unidos e no Brasil”, incluindo a publicação de uma foto da Irmã (Figura 4) (*Diário da Noite*, 16/09/1955, p. 3).

Figura 4 - Irmã Agnita Miriam no Brasil (1955)



Fonte: *Diário da Noite* (16/19/1955, p. 3).

Na imagem publicada pelo jornal (Figura 4) encontra-se a irmã Agnita Miriam (à esquerda) vestida com o seu hábito religioso e, ao lado dela, a Miss Lavinia Keys, diretora da Seção de Serviços Sociais do Ponto IV no Rio de Janeiro.

De acordo com William E. Warne, diretor da Missão Norte-americana de Cooperação Técnica no Brasil, durante os três meses (julho a setembro de 1955) em que a Irmã Agnita esteve no país, foram ministrados por ela cursos de quatro semanas no Rio de Janeiro, com mais de cem inscritos provenientes de quinze estados brasileiros. Os demais estados, onde a Irmã ministrou cursos, alcançaram uma frequência similar (Brasil, 1936).

Na edição de domingo do *Jornal do Dia*, de Porto Alegre, foi publicada uma extensa reportagem escrita por Lucia Castillo, colaboradora especialista do jornal, na coluna “PARA a Mulher e o Lar”. A matéria trata da passagem da Irmã Agnita Miriam pela capital do estado.

Pôrto Alegre hospedou na semana passada a uma figura exemplar de mulher. Sem manchetes exageradas, os jornais noticiaram o fato. Disseram-lhe o nome, enumeraram-lhe os títulos, publicaram a missão a que vinha até nós. Não chamou muita atenção, pois não se tratava de nenhuma <rainha> de concursos de beleza. Foram poucos os que tinham prazer em estar com ela. E estes, tiveram a oportunidade de conhecer a mulher admirável. Irmã Agnita Miriam, religiosa da Congregação de São Vicente de Paula, esteve em nossa capital ministrando um curso sobre assunto em que é grande especialista: educação de menores em instituições fechadas e abertas. Para ouvi-la, reuniram-se uns oitenta religiosos, principalmente irmãs, e uma dezena de pessoas leigas. Falava inglês e seus conceitos chegavam até nós através dos bons ofícios da Irmã Arcádia, das Bernardinas de São Francisco de Assis, religiosa americana que presta serviço no hospital IAPETC [sic]. Irmã Agnita Miriam não prega nenhuma filosofia nova, não tem pretensões de “haver descoberto a pólvora” em matéria de educação e, no entanto, em seis dias, conquistou literalmente todos os corações que se aproximaram dela. É interessante notar que os próprios repórteres chamaram a atenção sobre “essa freira de olhos bondosos”. Habitados às descrições de figuras femininas, descobriram que, no entanto, atrás daqueles olhos azuis, havia “uma doçura infinita”, expressão certamente de um grande coração. Em seus 44 anos de vida religiosa, completados aqui, no dia 7 de setembro, ela tem realizado plenamente a grande vocação feminina da maternidade. O que nós encontramos em Irmã Miriam, é realmente isto: um coração materno, simples e bom, capaz de amar e se fazer amar por todas as crianças do mundo. E todos nós que assistimos o seu curso, nos fizemos um pouco criança perto dela, recebendo o carinho singelo do seu afeto maternal. Mais do que um intenso preparo intelectual e prático, adquiridos pela frequência nas melhores universidades dos EEUU, e através da direção de diversas instituições, o segredo de Irmã Agnita é o seu coração feminino e maternal. E por isso seus olhos, seus gestos, sua entonação de voz são ainda mais convincentes dos que os princípios simples e básicos que anuncia. Ao tê-la diante de nós, encontramos toda uma vida de amor, devotamento, dedicação sem alarde, sem fotografias, sem propaganda. Ela recusa homenagens, franze o cenho para os fotógrafos, mas aceita todas as perguntas que lhe queira fazer, sorri para a gente... Porque ela ama as crianças e está de bem com todo mundo. É sua presença que educa. Eis a razão que ela faz bem não só às religiosas que se consagraram à maternidade espiritual, mas a toda mulher, a todas as mães que no lar educam antes pela vida do que pelas palavras. Esta foi a melhor aula de Irmã Agnita. Aula que não aparecerá nos “pontos mimeografados” porque não foi dita. Mas, é certamente a que perdurará para sempre, porque ficou gravada, profundamente, em nossos corações (Jornal do Dia, 18/09/1955, p. 16).

Esse trecho faz a descrição de uma figura feminina admirável que visitou a cidade de Porto Alegre. O autor destaca que a sua presença foi pouco noticiada pela imprensa, apesar de ela ter uma grande especialização na área de educação infantil em instituições fechadas e abertas. O texto exalta as qualidades de Irmã Agnita Miriam, destacando sua humildade, simplicidade e amor materno. Em geral, o trecho jornalístico é uma homenagem à figura admirável de Irmã Agnita Miriam, ressaltando suas qualidades humanas e profissionais, e mostrando que a educação infantil é uma área que merece mais atenção e valorização.

O *Diário de Notícias*, também de Porto Alegre, traz as seguintes palavras proferidas pela Irmã Agnita:

A Irmã Agnita esclareceu qual a diferença primordial que reside no termo ‘criança abandonada’, no Brasil, e nos Estados Unidos: - Nos Estados Unidos chamamos “criança abandonada” aquela que é fruto dos lares desfeitos pelo divórcio. No Brasil, a expressão corresponde, melhor, aos desamparados pela situação financeira de seu país. [...] Em primeiro lugar, a criança pertence ao lar, do qual não podemos afastá-la, a não ser em casos extremos. A pobreza de seus pais não poderá servir de pretexto para que a privemos do convívio de sua família. Em segundo lugar, deve-se de ter em vista que cada criança é um caso especial e, como tal, deverá ser tratada. De todas as perguntas, que me fizeram, no decurso de minhas conferências, a que ouvi maior número de vezes foi: “Como individualizar a criança no grupo?”. Respondo que julgo de fundamental importância que não se sobrecarregue uma assistente social no trato de muitas dezenas de crianças. Há de se reduzir os grupos para que a assistente social não esqueça jamais que cada criança é um indivíduo, com reações e problemas inerentes ao seu próprio “eu” (*Diário de Notícias*, 10/09/1955, p. 12).

O trecho jornalístico apresenta uma entrevista com a Irmã Agnita, em que ela esclarece a diferença entre o uso do termo “criança abandonada” no Brasil e nos Estados Unidos. Ela afirma que, nos Estados Unidos, o termo é usado para crianças que são fruto de lares desfeitos pelo divórcio, enquanto no Brasil corresponde melhor aos desamparados pela situação de pobreza. A entrevista evidencia a preocupação da Irmã Agnita com o bem-estar das crianças e a necessidade de um tratamento individualizado, levando-se em conta as particularidades de cada criança. Além disso, ela destaca a importância da redução de grupos para que as assistentes sociais possam atender cada criança de forma mais efetiva.

No terceiro capítulo desta tese, será revisitada a influência da Irmã Agnita, durante sua passagem pelo Brasil, na natureza inovadora das práticas educacionais e de assistência promovidas pelo Lar Fabiano de Cristo.

O impacto direto da Segunda Guerra Mundial no Brasil se intensificou a partir de 1942, com o envio de tropas brasileiras para lutar no conflito. Nesse cenário, as mulheres da elite brasileira desempenharam um papel fundamental ao assumir a proteção das famílias dos soldados, compostas majoritariamente por jovens pobres, analfabetos e trabalhadores de pequenas propriedades rurais (Barbosa, 2017). A criação da Legião Brasileira de Assistência

(LBA), idealizada pela primeira-dama Darcy Vargas, inseriu-se nesse contexto, com o objetivo de oferecer assistência à maternidade e à infância das famílias dos combatentes.

Além de sua atuação no âmbito da assistência social, a LBA desempenhou um papel relevante na manutenção e gestão de escolas domésticas, como a Escola Doméstica Dona Júlia (EDDJ) em Cuiabá. Conforme apontam Gabriella Moura da Silva e Nilce Vieira Campos Ferreira, a LBA não apenas fornecia recursos financeiros, mas também estruturava o modelo de semi-internato da escola, que limitava o número de alunas a 30, refletindo a necessidade de organização e suporte para a formação feminina (Silva; Ferreira, 2020, p. 12). A atuação da LBA contava com o engajamento voluntário de mulheres de diferentes segmentos sociais, incluindo esposas de políticos e donas de casa, que se dedicavam a atividades filantrópicas e de assistência social (Barbosa, 2017, p. 19; Silva; Ferreira, 2020, p. 12).

Nesse contexto, a LBA não apenas sustentava financeiramente as escolas domésticas, mas também fomentava uma rede de apoio que promovia a formação de mulheres como cuidadoras e gestoras do lar, alinhando-se às demandas sociais da época. Ao mesmo tempo, buscava oferecer oportunidades de profissionalização, contribuindo para a autonomia e subsistência feminina em um período de transformações sociais. A EDDJ ilustra como a LBA consolidou sua contribuição para a educação feminina, integrando uma visão de formação que, embora centrada no papel doméstico, também contemplava perspectivas de emancipação por meio da capacitação profissional (Silva; Ferreira, 2020, p. 12).

A LBA tinha uma fonte de financiamento distinta, diferentemente do DNCr e do SAM, pois era sustentada por contribuições obrigatórias dos trabalhadores sindicalizados, além de estar diretamente ligada à influência da esposa do presidente na época. A falta de recursos constante no DNCr promoveu a sua associação à LBA para conseguir meios para financiar seus programas (Rizzini, Irma, 2011).

Durante o século XX, o governo brasileiro dependia em grande parte de organizações privadas para fornecer serviços de assistência social, como o abrigamento de crianças e adolescente. Essas entidades, que recebiam financiamento substancial e se tornavam cada vez mais numerosas, especialmente na região sudeste do país, e desempenhavam funções cruciais na política, como no caso da LBA (Miranda, 2017). A LBA atuou, desde a sua fundação, com a colaboração das instituições privadas, através de convênios para a prestação de serviços diversos como “[...] atendimento médico, a internação de menores desvalidos, vagas em creches e cursos profissionalizantes, sendo que todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro já dispunham de centros municipais da Legião” (Rizzini, Irma, 2011, p. 277).

Nesse mesmo contexto, as creches fora do ambiente industrial, até a década de 1950, seguiam um modelo predominantemente filantrópico e assistencialista, voltado para cuidados básicos, como alimentação, higiene e segurança, enquanto aspectos pedagógicos e o desenvolvimento integral da criança eram frequentemente negligenciados. Instituições como a "Casa da Criança", criada em 1942, exemplificam essa abordagem, focando na prevenção da marginalidade e criminalidade entre crianças carentes, com pouca atenção à formação educacional. Após 1950, embora as creches mantidas por entidades filantrópicas e religiosas tenham ampliado sua atuação, o trabalho pedagógico continuou sendo secundário, evidenciando a prevalência de uma lógica assistencialista no atendimento à infância (Guimarães, 2017).

Miranda (2017, p. 205) menciona que apesar de Vargas ter avançado na estruturação política da assistência social e atenção à criança e ao adolescente, criando uma estrutura governamental para coordenar serviços socioassistenciais e fazendo alterações nas instituições responsáveis pelo abrigo, através dos Decretos-Leis nº 2.024, de 1940 e nº 3.799, de 1941. No entanto, mesmo enquanto avançava na criação de uma estrutura estatal, Vargas também fortalecia ainda mais as instituições privadas, como indicado pelo Decreto-Lei nº 4.830, de 1942.

1.4 Direito da Criança e Influências Internacionais

1.4.1 A Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959)

Rosemberg e Mariano (2010), consideram que as instituições sociais, incluindo as jurídicas e acadêmicas, percorreram um longo caminho para reconhecerem a criança como um sujeito de direito nas sociedades ocidentais. Segundo as autoras, foram dois eventos importantes que marcaram esse reconhecimento: a Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959 e o livro de Philippe Ariès, *“L'enfant et l'avie familiale sous l'ancien régime”* (História Social da Criança e da Família), publicado em 1961. Embora tenham recebido críticas, ambos os textos influenciaram a forma como a infância e a criança são discutidas e tratadas na atualidade.

Nesta publicação, Ariès discute a importância do interesse pela educação no início da era moderna como um evento de importância específica, que teve implicações significativas para a transformação da sociedade. Anteriormente, a família era vista como uma instituição de direito privado, com foco na transmissão de patrimônio e na preservação do nome. No entanto,

com o renascimento do interesse pela educação, a família adquiriu uma nova função de natureza moral e espiritual. Passando a desempenhar um papel fundamental na formação dos indivíduos. Nesse contexto, a família passou a desempenhar um papel crucial na formação integral dos indivíduos (Ariès, 1981).

Marcílio (1998), considera que o século XX é o século da defesa e da proteção da criança, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com a existência de milhares de crianças órfãs ou separadas de suas famílias. Fato que motivou a criação do UNICEF pela ONU, em 11 de outubro de 1946 e o objetivo do fundo era “[...] socorrer as crianças dos países devastados pela guerra” (Marcílio, 1988, p. 48). Essa iniciativa pode ser considerada como o primeiro reconhecimento internacional da necessidade de proteger e cuidar da infância.

A proclamação da Declaração Universal dos Direitos da Criança pela ONU, em 1959, representou um marco importante para o avanço dos direitos das crianças. Essa declaração teve um impacto significativo e profundo nas atitudes de cada nação em relação à infância, pois possibilitou o reconhecimento da criança como prioridade absoluta e sujeito de direitos. A Declaração enfatizou a necessidade de garantir a universalidade, objetividade e igualdade na consideração dos direitos da criança. Além disso, enfatizou a importância do combate ao abuso e exploração de crianças, através do ataque às suas causas (Marcílio, 2018).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança também influenciou diretamente no caráter de inovação assistencial e educacional promovido pela instituição em estudo – Lar Fabiano de Cristo – e, conseqüentemente, na Unidade de Promoção Integral “Irmã Germana”, assim como os cursos ministrados pela Irmã Agnita Miriam, em colaboração com o DNCr.

A influência da Declaração Universal dos Direitos da Criança no Lar Fabiano de Cristo, também ocorreu pelo intermédio indireto da Irmã Agnita. De acordo com a Irmã, alguns princípios básicos se tornaram universais nos Estados Unidos, conhecidos no mundo inteiro, como a Conferência da Casa Branca (1909) e a declaração da ONU sobre os direitos da criança (Brasil, 1963).

A primeira conferência no Basil, proferida por Agnita, tratava-se sobre o bem-estar do menor dependente, o qual ela considerava ser uma ampliação das ideias da declaração. A freira considerava dois princípios como os mais importantes: “[...] a vida em família é a mais alta expressão da civilização; nenhuma criança deverá ser retirada do lar só por motivos de pobreza” (Brasil, 1963, p. 12).

Nas palavras de Irmã Agnita Miriam, sobre o motivo de considerar a vida em família expressão de civilização:

Porque a família é a célula primeira da sociedade, é o ambiente natural em que nascemos e deveríamos viver, enquanto menores. A família encerra em si mesmo tôdas as condições para o pleno desenvolvimento da personalidade da criança. Tôda a criança que não tem família ou dela vive separada sofre as conseqüências desta separação, porque não tem envolta de si aquelas condições básicas, essenciais, quase insubstituíveis, para o desenvolvimento normal de sua personalidade (Brasil, 1963, p.13).

A influência da Declaração dos Direitos da Criança no caráter inovador das práticas assistenciais e educacionais do Lar Fabiano de Cristo será explorada com mais profundidade no capítulo 3 desta tese. A Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Unidas em 1959, estabeleceu princípios que norteiam a atuação da instituição na garantia dos direitos e na promoção do bem-estar das crianças atendidas pelo Lar. Será discutido como essa influência se manifestou na prática, a partir das políticas e diretrizes implementadas pela Irmã Agnita e como essas ideias contribuíram para o desenvolvimento de um modelo de assistência e educação centrado na criança.

1.4.2 Doutrina de segurança nacional e a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor

Para a compreensão da assistência à infância durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985) é necessário considerar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e seu impacto nas políticas sociais, em especial a política de atendimento à infância prestada pela Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM).

Comblin (1978) considera que as origens do conceito da DSN remontam ao período logo após a Segunda Guerra Mundial, onde os Estados Unidos precisaram declarar as bases de sua nova política, paralelamente ao surgimento de seu rival irrefutável, a União Soviética. A evolução do conceito é influenciada pela Doutrina Truman, que visava a defesa, imaginária ou real, da Europa contra o comunismo, ou seja, incluíram-na na sua segurança nacional. Para o governo Kennedy, a segurança dos Estados Unidos estava ameaçada pelo perigo do comunismo nos países de Terceiro Mundo, sendo que a União Soviética poderia se aproveitar dos problemas apresentados por esses países, assim:

A segurança dos Estados Unidos estava, portanto, ameaçada pelos movimentos revolucionários: por trás de todas as revoluções do Terceiro Mundo era preciso suspeitar da presença do comunismo soviético. Desde esse momento a segurança torna-se uma doutrina contra-revolucionária (Comblin, 1978, p. 113).

No Brasil, após a Segunda Guerra, os militares estavam fortemente ligados à nação americana e, portanto, em 1948, no contexto da Guerra Fria, o presidente Eurico Dutra cria a Escola Superior de Guerra (ESG) baseada nos modelos do Colégio Nacional de Guerra norte-

americano e no Colégio Superior de Guerra da França. Neste sentido, a ESG brasileira não ficará restrita aos modelos de inspiração primária, diferenciando-se principalmente pela presença de civis no corpo docente e discente, aproximadamente 50% dos participantes seriam civis³⁰ (Freire, 2011).

A principal preocupação da ESG era formar uma elite que estivesse convencida da eficácia da Doutrina de Segurança Nacional para o Brasil. Na perspectiva de Freire, a ESG “[...] preconizava que a estabilidade do estado seria um elemento conquistado por intermédio do autoritarismo político incorporado na doutrina de segurança nacional” (Freire, 2011, p. 62).

Becher (2011), em concordância com Freire, diz que dentro dessa abordagem política simplificada, o inimigo poderia estar em qualquer lugar e ser qualquer cidadão da Nação. O caráter oculto dessa ameaça justificava o foco na segurança interna, o controle e a repressão da população em grande escala, uma vez que qualquer pessoa poderia ser considerada suspeita.

Mas quem seria esse inimigo oculto? Na perspectiva da ESG, o inimigo oculto a ser combatido seria aquele ligado ao partido comunista internacional. Desse modo, a geopolítica é utilizada pelos militares brasileiros para dividir o mundo em dois blocos antagônicos, permeada pelo maniqueísmo que divide o mundo em poderes opostos ou na visão do bem *versus* o mal (Bazílio, 1985; Becher, 2011; Freire, 2011).

Nesse contexto, segundo Comblin (1978), a DSN estruturou-se nos seguintes elementos: os objetivos nacionais, a segurança nacional, o poder nacional e a estratégia nacional. Os *objetivos nacionais* no Brasil seriam a integridade territorial, integridade nacional, democracia, progresso, paz social e soberania. Os objetivos nacionais também podem ser definidos como ciência, cristianismo e democracia. A diversidade dos objetivos origina-se da unidade da estratégia, a estratégia é a destruição do comunismo internacional e os objetivos seriam os valores ameaçados por ele.

A *segurança nacional* está relacionada aos objetivos nacionais e por definição é a garantia dada pelo Estado para a conquista ou a defesa dos objetivos nacionais, também pode ser definida como uma força que o Estado concede à nação, capaz de derrotar todas as outras forças em prol da sobrevivência da nação. Nas palavras de Comblin (1978, p. 55), “[...] a segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo”. A ameaça poderia surgir tanto da vida política, quanto econômica,

³⁰ “Entre os civis da ESG antes de 1964, podemos destacar: Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen, Octávio Gouveia de Bulhões e Antonio Delfim Netto. Todos eles tornaram-se ministros de Estado no regime inaugurado com o golpe de 1964. Esse dado ajuda a entender o real significado da ESG” (Freire, 2011, p. 67).

da vida cultural ou ideológica e a estratégia é a vigília constante de todos os setores, sendo responsabilidade de todos os cidadãos.

Em consonância com as ideias apresentadas anteriormente, Eliezer Rizzo de Oliveira afirma que a DSN contesta o marxismo, alegando que os interesses sociais se integram naturalmente, mas ao mesmo tempo, introduz a ideia de uma luta constante contra inimigos internos, com destaque para o comunismo e qualquer movimento associado às massas e às classes trabalhadoras, como ameaças à segurança nacional (Oliveira, 1987).

O *poder nacional*, para o General Pinochet, é um conceito amplo e pode ser considerado uma força organizadora da vida social e envolve todos os setores de ação do Estado, pois “[...] abrange a organização do povo para exercer a autoridade sobre o espaço e sobre a massa humana que se localiza no interior dos limites do Estado, tendo em vista pôr em prática a vontade do Estado” (Comblin, 1978, p. 58). Os autores são unânimes em subdividir o poder nacional em quatro dimensões: *Poder Militar*, *Poder Político*, *Poder Econômico* e *Poder Psicossocial* (Bazílio, 1985; Becher, 2011; Comblin, 1978).

Becher (2011, p. 5) considera o *poder político* como “[...] a capacidade do Estado em impor a sua vontade”; o *poder econômico* “[...] visando ao controle da população para integrá-la no esforço de guerra”; o *poder militar* “[...] exercido pelas forças armadas” e o *poder psicossocial* como “[...] o poder psicológico que age sobre a população e as instituições sociais como um todo”.

O poder psicossocial merece uma atenção especial para compreender como os idealizadores da ESG entendem o problema do homem, meio e instituições sociais. Bazílio (1985, p. 40) esclarece que o manual da ESG define homem como “[...] um ser gregário, é tido como o criador de meios e poder [...] é, ao mesmo tempo, o agente de poder e o seu destinatário”. Os seus componentes são: o Poder da Moral Nacional, o Poder da Comunicação Social, o Poder da Opinião Pública, o Poder Sindical, o Poder Religioso, etc. Os seus fatores são: a educação, a demografia, a saúde, o trabalho, a previdência social, a ética, a religião, a ideologia, a habitação, a participação na riqueza nacional, a comunicação social, o caráter nacional, a politização, a organização e a eficiência das estruturas sociais, a poluição e os problemas urbanos (Comblin, 1978, p. 61). Esse conjunto de fatores é capaz de influenciar a moral do povo e favorecer a propaganda comunista.

Neste sentido, as instituições sociais assumem uma posição privilegiada no combate à propaganda comunista, pois podem ser compreendidas como mecanismo de política social e, ao mesmo tempo, utilizadas como veículo para conquistar a opinião pública, “[...] são armas que não podem, em hipótese alguma, ser esquecidas ou menosprezadas” (Bazílio, 1978, p. 41).

Fernandes (2009) acrescenta o binômio *segurança e desenvolvimento* à DSN aplicada no Brasil. Durante a ditadura brasileira, esses dois conceitos passaram a ser utilizados como justificativas para as políticas econômicas que favoreciam a exploração dos trabalhadores, a associação com empresas multinacionais e o capital internacional, assim como para as técnicas repressivas utilizadas contra os “inimigos internos” que impediam o progresso do país. A ideia de segurança, associada ao desenvolvimento econômico, propunha o controle social, principalmente da força de trabalho, a fim de proporcionar às empresas estrangeiras uma mão de obra barata e facilmente manipulável.

Fernandes (2009) também considera que o binômio segurança-desenvolvimento passou a ser implementado devido à emergência da guerra revolucionária, na qual os países menos desenvolvidos eram vulneráveis à estratégia indireta do comunismo. Nesse contexto, tornou-se essencial impulsionar rapidamente a economia por meio do desenvolvimento industrial para conquistar o apoio popular ao governo. Além disso, o crescimento econômico do Brasil permitiria que o país se tornasse uma potência regional, um objetivo que a geopolítica brasileira perseguia desde a década de 1930.

Becher (2011) aborda algumas reflexões sobre a origem, objetivos e modo de operação da Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (FUNABEM), destacando os princípios fundamentais que a guiaram – descritos na política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), estabelecendo uma conexão entre suas teorias e práticas com a Doutrina de Segurança Nacional, especialmente no que diz respeito à sua Estratégia Psicossocial de coerção e controle da população. Portanto, na perspectiva de Becher (2011, p. 9), “[...] o regime civil-militar procurou criar e aperfeiçoar instituições sociais de controle como forma de garantir a perpetuação do *status quo* e a paz social, usando-as como veículos de conquista da opinião pública”.

É possível considerar que ao longo da história brasileira, as questões sociais como o “problema do menor”, evoluíram e se tornaram mais complexas. Nesse período, pela primeira vez o “problema do menor” foi tratado como uma questão social de âmbito nacional, levando o governo a agir de forma centralizada e utilizando abordagens modernas e científicas para enfrentar esse problema (Becher, 2011, p. 9).

Durante a Ditadura Civil-Militar, em 1964, essas questões ganharam nova relevância com a pressão da ONU para que o Brasil registrasse a infância como sujeito de direitos. Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), embora previsse a inclusão de jardins de infância no sistema educacional, carecia de especificidade e efetividade, dificultando a implementação de medidas que atendessem à demanda crescente por creches e

pré-escolas. Nesse contexto, surgiram movimentos populares, como o Movimento de Luta por Creches, que reivindicavam a ampliação do papel do Estado na criação de uma rede pública de atendimento à infância (Haddad, 1993).

Em paralelo, a criação da FUNABEM, por meio da Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964, representou uma tentativa de reorganizar a assistência à infância, substituindo o SAM, amplamente criticada pelas autoridades públicas. A FUNABEM foi concebida como uma resposta institucional às especificações do modelo anterior, trazendo em suas competências a responsabilidade de reconfigurar as práticas de atendimento ao menor em consonância com os desafios do período. Eram competências da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor:

- I – Realizar estudos, inquéritos e pesquisas para desempenho da missão que lhe cabe, provendo cursos, seminários e congressos e levando em consideração o problema do menor em âmbito nacional;
- II – Promover a articulação de atividades das entidades públicas e privadas;
- III – Opinar, quando solicitado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado ou pelo Poder Legislativo, nos processos pertinentes à concessão de auxílios ou de subvenções pelo Governo Federal a entidades públicas ou particulares dedicados ao problema do menor;
- IV – Fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos efetivados com a referida instituição;
- V – Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor fixada por seu Conselho Nacional;
- VI – Mobilizar a opinião pública com relação à importância da participação da comunidade na solução do problema do menor;
- VII – Propiciar assistência técnica aos Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas, quando solicitarem (Brasil, 1964, Art. 7º).

A criação da FUNABEM foi antecedida pela criação de uma comissão, em 1963, nomeada para elaborar novos rumos à questão do menor. O trabalho da comissão³¹ resultou na redação de um anteprojeto que propunha reformular a política existente em relação ao menor e não apenas a extinção do “famigerado” SAM, mas inclusive na proposição de criação de uma nova entidade com autonomia técnica, administrativa e financeira e desvinculada ou Ministério da Justiça (Rodrigues, 2001).

De acordo com publicação realizada pela Revista Brasil Jovem de dezembro de 1966, o anteprojeto, o qual preconizou a política adotada posteriormente pela FUNABEM, era baseado na Carta dos Direitos da Criança, promulgada em 1954, e propunha novas maneiras de atuação em relação aos menores:

³¹ A comissão formada foi liderada pelo último diretor do SAM, Eduardo Barttlet James, D. Maria Celeste Flores – representante da Associação Arquidiocesana, Dom Cândido Padim, membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e por um representante do Conselho Federal de Assistentes Sociais, Helena Iracy Junqueira, entre outros (Rodrigues, 2001, p. 47).

Nenhuma criança deverá ser privada de seu lar somente por razões econômicas – proclama a Carta dos Direitos da criança – no entanto, continuamos a adotar em nossos serviços estatais e particulares de proteção e assistência ao menor, os processos onerosos e condenáveis de internação em massa, segregando-o da família. E, apesar dos pretextos salutareos dos artigos, *caput*, e 164 da nossa carta magna, milhares de famílias brasileiras não têm recebido como deviam a proteção especial do estado (Rodrigues, 2001, p. 48).

Analisando o excerto publicado é possível encontrar vestígios das ideias de Irmã Agnita Miriam deixadas no Brasil, após ministrar seus cursos em colaboração com o Departamento Nacional da Criança. A principal semelhança encontrada é o embasamento na Declaração Universal dos Direitos da Criança e a presença de representantes da Igreja Católica e do Conselho Federal de Assistentes Sociais na Comissão que elaborou o anteprojeto. Não é possível afirmar a presença desses mesmos representantes nos cursos da Irmã Agnita, mas essas entidades citadas estiveram envolvidas com os cursos ministrados em sua passagem pelo Brasil e, provavelmente, tiveram acesso a publicação do livro com o resumo dos cursos ministrados pela Irmã Agnita Miriam pelo DNCr.

É interessante observar como a disseminação de ideias e práticas pode ocorrer de forma indireta e através de diferentes canais e atores. No caso mencionado, a presença da Declaração Universal dos Direitos da Criança e de representantes da Igreja Católica e do conselho Federal de Assistentes Sociais na Comissão que elaborou o anteprojeto pode ter sido influenciada pelas ideias de Irmã Agnita Miriam, mesmo que de forma indireta. Esse tipo de influência pode ocorrer em diferentes áreas e contextos, e é importante estar atento para entender melhor como as ideias e práticas são disseminadas e adotadas em diferentes contextos.

Na concepção de Daminelli (2019), o processo de destruição do SAM não foi uma consequência inevitável da criação da FUNABEM. Maria Celeste Flores da Cunha, uma conselheira independente da Fundação que possivelmente visitou os centros de abrigo do SAM, afirmou que a lei de criação da FUNABEM poderia ter sido aprovada mesmo sem a “revolução militar” de 1964, dada a grande mobilização social e institucional para extinguir o SAM, na década de 1960. Para a autora, embora a erradicação do SAM tenha ocorrido durante a Ditadura Civil-Militar, em decorrência de debates avançados e intensa pressão política e social naquele momento, é difícil afirmar que esses debates tenham definido os métodos de trabalho da nova entidade. Em outras palavras, o modelo assistencial da FUNABEM foi implementado com base em normas e metodologias que estavam de acordo com os preceitos filosóficos e políticos instaurados em 1964, nas palavras de Daminelli (2019, p. 53) “[...] não entendo este modelo – o modelo Funabem – portanto, como concepção fechada e prévia à implantação do estado de exceção no Brasil.

Conforme pesquisa realizada por Siqueira (2019) foi durante uma conversa em que Odylo³² agradecia as condolências de seu antigo adversário, o Presidente João Goulart, que ele decidiu fazer um apelo para resolver o problema do menor em âmbito federal. De acordo com um artigo publicado pelo próprio Odylo no *Jornal do Brasil* em 19/04/1964, João Goulart foi gentil e prestativo, prontamente se oferecendo para mobilizar a máquina do governo para iniciar o projeto que seria a FUNABEM

Para Siqueira (2019, p. 61) o projeto que estabeleceria a FUNABEM foi apresentado em 03 de setembro de 1963 para Abelardo Jurema, então Ministro da Justiça. Entretanto, nenhuma providência foi tomada em relação a esse assunto nos meses seguintes. Foi somente após o golpe civil-militar de 1964, que ocorreu em 1º de abril daquele ano, que houve algum movimento em relação ao projeto. A autora destaca que o processo de elaboração desse projeto iniciou antes do golpe e contou com a participação de homens e mulheres preocupados com a questão do menor. Odylo Costa foi uma das figuras mais importantes envolvidas nesse processo.

Concordando com Siqueira (2019) e discordando de Daminelli (2019), Maria Celeste Flores da Cunha – presidente do Departamento de Ação Social da UDN - visitou as instituições do SAM e recebeu sugestão do presidente do partido para elaborar uma nova lei que extinguisse o SAM, segundo pesquisa realizada por Faleiros (2011, p. 62). Portanto, em período anterior ao regime militar, já se encontrava em pauta a extinção do SAM, assim como as ideias trazidas pela Irmã Agnita, divulgadas pelo DNCr, e um anteprojeto elaborado em 1963. Os princípios, diretrizes e fundamentos proclamados pela fundação apresentam uma estratégia integrativa e voltada para a família que, por sua vez, diferem-se drasticamente da estratégia repressiva imposta pelo governo militar.

Para Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), a FUNABEM deveria desempenhar um papel de “anti-SAM”, por meio da proposição de diretrizes que caminhassem na direção contrária daquelas criticadas no SAM, como a política de internamento de crianças e adolescentes pertencentes às classes pobres. O desejo dos dirigentes políticos era escolher alguém sem envolvimento com o SAM para ocupar a posição de presidente da FUNABEM, assim, Mário Altenfelder Silva³³ foi o escolhido por Castelo Branco (Rodrigues, 2001, p. 50).

³² Odylo Costa, conforme relatado anteriormente nesta tese, era jornalista e teve o seu filho de 15 anos de idade assassinado por um egresso do SAM em 1963.

³³ As características procuradas para o presidente da nova instituição era alguém que fosse capaz de amar a criança, além dos adjetivos de íntegro, enérgico e capaz de mudar a imagem da assistência ao menor. Mário Altenfelder Silva nasceu em 09 de agosto de 1907, na cidade de Guaratinguetá. Ingressou na faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, obtendo destaque pelo na atividade estudantil, ocupando a posição de presidente do

O governo militar via na questão social e, principalmente, na questão do menor, um problema de segurança nacional, assim, a FUNABEM teria como missão cuidar para que os menores abandonados não fossem capturados pelo comunismo e pelas drogas (Rizzini; Pillotti, 2011; Rizzini; Rizzini, 2004). A Política Nacional de Bem-Estar do Menor priorizava a preservação da vida familiar e a integração do menor na comunidade. A internação só era considerada como uma medida extrema e era mencionada repetidamente como tal nas comunicações da instituição (Rizzini; Rizzini, 2004).

É importante destacar que os valores proclamados pela FUNABEM, especialmente nas palavras de seu presidente Mário Altenfelder, foram muitas vezes divergentes das ações praticadas pelo órgão. Mário Altenfelder estava cada vez mais próximo da ideologia da Segurança Nacional, fato que pode ser explicado pela sua passagem pela ESG, em 1966, momento em que se destacou por suas colocações em relação ao problema do menor. Em seus posicionamentos demonstrava que “[...] o bem-estar da criança e do adolescente era um elemento fundamental para a fixação dos objetivos nacionais permanentes” (Rodrigues, 2001, p. 56).

A questão do menor foi incluída como proposta de governo a partir de 1964, através da atuação de Altenfelder na ESG e sua relação diplomática com os militares. Nesse contexto, “[...] a FUNABEM funcionaria como propaganda política para o governo que procurava se legitimar enquanto uma instituição atenta aos problemas da população, sobretudo aos mais oprimidos” (Rodrigues, 2001, p. 60).

As propostas apresentadas pelo presidente da FUNABEM caminhavam no sentido de doutrinar a família, vista como “unidade indissolúvel da nação” (Rodrigues, 2001, p. 73). Na concepção do médico, a família seria a responsável por todas as mazelas que atingiam os menores, desde a pobreza, a ignorância, a miséria, entre outros.

Vogel (2011, p. 293) também traz as palavras de Altenfelder para enfatizar o papel da família dizendo que “[...] nunca será demais repetir que o problema do menor abandonado, e tantas vezes infrator, é um problema da família”. A família era considerada a célula base da sociedade e a desagregação da família poderia trazer consequências como a subversão da ordem estabelecida e tornar-se um problema do ponto de vista da segurança nacional. O médico acreditava que não seria possível defender a democracia com famílias desagregadas pelos

Centro Acadêmico de Osvaldo Cruz da Faculdade de Medicina. “Desde os primórdios da sua carreira revelou-se pediatra social, ocupando sucessivamente as funções de médico do Serviço de Centros de Saúde de São Paulo e Inspetor de Higiene Infantil do mesmo serviço” (Rodrigues, 2001, p. 50).

efeitos da internação dos menores e a FUNABEM deveria romper com essa prática. Portanto, segundo publicação da FUNABEM, em 1976:

Inspirada na Declaração dos Direitos da Criança, que a Assembleia das Nações Unidas aprovava, em 1959, a fundação considerava resistir o “bem-estar do menor” no atendimento de uma série de “necessidades básicas”, a saber – “saúde, amor, compreensão, educação, recreação e segurança social” (Vogel, 2011, p. 294).

Analisando o trecho anterior, percebe-se o desejo da reintegração do menor à família e a necessidade do fortalecimento econômico e social da família como forma de alcançar a política de bem-estar do menor.

De fato, a ideia de que a FUNABEM possuía uma missão divina e estava acima de críticas era recorrente durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Segundo Rodrigues (2001, p. 80), essa concepção religiosa da FUNABEM, é justificada através de referências a personagens e histórias bíblicas cuja eficácia é considerada como uma confirmação do poder absoluto do governo estabelecido em 1964. Essas referências conferem um status divino aos membros do governo envolvidos, tornando-os portadores de ideias sagradas. A tríade, considerada perfeita pelo autor, (Pátria, Deus e Família), é gradualmente estabelecida como um discurso dominante, seguindo a linha de pensamento de Mário Altenfelder.

O processo de prevenção da marginalização do menor consistia em “[...] um conjunto de medidas legislativas, administrativas e até mesmo políticas, tendentes a *separar o menor* que se encontrava marginalizado, recuperando-o e restituindo-o à vida social” e assim, transformá-lo em “cidadão útil à sociedade” (Vogel, 2011, p. 301). Essa metodologia de prevenção não era exclusiva aos menores, mas sim uma “advertência moral” para todos, a fim de moralizar a família brasileira e atacar as causas externas, a rua, considerada “fonte de todos os vícios” (Vogel, 2011, p. 301).

Contrariar os valores do cristianismo, praticar atos contrários à moral e aos bons costumes seria considerado uma conspiração contra a família. Na percepção de Vogel (2011, p. 301),

Dessa perspectiva, são dois os ‘inimigos invisíveis’ da Pátria. O primeiro são as drogas – meios utilizados para o ‘desfibramento da família cristã’ – e os traficantes. O segundo são os próprios ‘contrários à moral e aos bons costumes’, compreendendo-se aí os livros obscenos e as leituras que afetam os valores da tradição cristã. Tudo isso a serviço de ‘agentes internacionais’, empenhados no cumprimento de um suposto preceito leninista – ‘desmoralizai a juventude e a revolução comunista estará ganha’.

Embora tenham invocado o princípio da prevenção e da reintegração social por meio do ambiente familiar e/ou comunitário, tanto a FUNABEM quanto a PNBEM acabaram

favorecendo a internação em grande escala, em todo país, de jovens que eram considerados “irregulares” e representavam uma ameaça à segurança nacional. Essa internação aconteceu por meio da Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (FEBEM) e de entidades privadas de assistência (Rizzini; Pillotti, 2011, p. 27).

A prática adotada pela FUNABEM foi a divisão em duas categorias denominadas de “menores carentes” e “menores de conduta antissocial”. A fundação criou uma linguagem própria e científica para classificar o menor transgressor da lei penal no sistema de internato dos menores e estabeleceu os seguintes critérios: para os menores em início do processo de marginalização – *casas de permanência abertas*; para os menores com algum comprometimento – internatos *semiabertos*; para os menores com maior periculosidade – *estabelecimentos fechados* (Earp, 1998).

O quadro abaixo (Quadro 5) apresenta as denominações utilizadas para denominar os menores sob a tutela do Estado nas legislações brasileiras.

Quadro 5 - Quadro comparativo das legislações destinadas a tutela da infância e juventude (1927 – 1990)

Leis	Código de 1927	Decreto-lei 6.026 de 1943	Lei 5.258/67 e Lei 5.439/68	Código de 1979	ECA ³⁴ - 1990
Objetivo	Assistir e proteger os menores	Substituir o anterior no tangente ao ato infracional (foi uma Lei de emergência)	Mudança na idade penal	Assistência, proteção e vigilância de menores	Dispor sobre a proteção integral da criança e do adolescente
Denominação	Menor (<i>delinquente</i> – que cometeu crime ou convenção segundo o código penal, ou <i>abandonado</i>)	Menor Infrator	Menor infrator	Menor em situação irregular	Criança ou Adolescente
Idade	Considerava menor os que tivessem menos de 18 anos	Regia sobre os menores de 18 anos que se tornaram inimputáveis (determinação do código penal de 1940)	Regiam sobre a ação de imputar ou não os menores de 18 anos	Considerava menor os que tivessem menos de 18 anos	Considera criança pessoa até 12 anos incompletos e entre 12 anos incompletos e entre 12 a 18 anos, adolescente

Fonte: Ferreira e Noronha (1998, p.156).

³⁴ Estatuto da Criança e Adolescente que será aprovado em 1990.

A separação utilizada pela fundação estava respaldada no Código de Menores de 1927 que criava a separação entre abandonados e delinquentes. Mesmo após a substituição do Código de 1927 pelo Código de Menores de 1979 o entendimento permanece, apenas introduz a categoria de menor em situação irregular, mas sempre penalizando a situação de pobreza com a prática de internamento do menor (Earp, 1998).

A FUNABEM e o PNBEM trabalham juntos como “irmãs siamesas” para manter e aprimorar “um modelo carcerário e repressivo”, por meio das unidades da FEBEM e de entidades de assistência. Esse modelo apresentou um crescimento, mas começou a estagnar em seguida, entrando em crise e dissolução quando o governo militar foi substituído pelos primeiros governos democráticos (Rizzini; Pillotti, 2011, p 27).

No mesmo período, entre as décadas de 1960 e 1970, a Educação Infantil no Brasil assumiu um caráter predominantemente assistencialista. As políticas emergenciais voltadas para a infância incentivaram a criação de creches e pré-escolas de baixo custo, muitas vezes operadas por entidades filantrópicas ou comunitárias. Essas instituições, em geral, enfrentaram desafios estruturais importantes, com instalações precárias e turmas superlotadas, oferecendo um atendimento que priorizava as necessidades físicas e biológicas das crianças, enquanto aspectos pedagógicos e de desenvolvimento integral permaneceram secundários.

Na década de 1970, o Estado passou a reconhecer a importância da educação infantil, focando no atendimento de crianças de quatro a seis anos como forma de reduzir a evasão e repetência no ensino primário. A educação pré-escolar foi vista como uma solução “compensatória” para preparar crianças de classes populares, resultando em políticas de “atendimento em massa”, com custos reduzidos e influenciadas por interesses neoliberais (Guimarães, 2017; Haddad, 1993).

Durante a Ditadura Civil-Militar, o atendimento à infância manteve-se com características assistencialistas e preconceituosas, com o menor tratado como “[...] objeto de segurança nacional”. Até a década de 1970, a atenção dividia-se entre crianças pequenas, vinculadas ao sistema educacional, e bebês, sob responsabilidade dos setores de saúde e assistência. Na década de 1970, o aumento da demanda por pré-escolas impulsionou medidas para a municipalização da educação infantil pública (Guimarães, 2017).

Entre 1974 e 1975, a educação pré-escolar passou a ocupar posição de destaque no sistema educacional brasileiro, conforme pareceres e documentos divulgados pelo MEC, como o parecer do Conselho Federal de Educação 2018/74. Este enfatizava a prioridade da pré-escola para crianças de famílias de baixa renda, visando equalizar oportunidades de acesso e permanência na educação, além de oferecer uma formação escolar que compensasse a

marginalização e o suposto déficit cultural dessas crianças, associado ao seu meio socioeconômico. A pré-escola era concebida como uma ferramenta compensatória e preparatória para o ensino de 1º grau, mas, apesar de sua importância reconhecida, o atendimento à maioria das crianças dessa faixa etária ainda era insuficiente (Guimarães, 2017).

1.5 Redemocratização e o declínio da institucionalização

Os anos 80 é considerado um período de grandes transformações no campo das políticas de atendimento à infância e à adolescência, podendo ser considerada uma “mutação social”. Nos dois primeiros anos é evidenciado o fracasso do Plano de Integração Menor – Comunidade (PLIMEC) e a decadência do modelo da FUNABEM e, ao mesmo tempo, pequenos avanços no processo da “abertura democrática” (Vogel, 2011, p. 308).

Entre 1982 e 1984, houve um esforço para identificar e registrar experiências bem-sucedidas no atendimento a menores em situação de rua ou em comunidades carentes, o que levou à criação de encontros e à formação de uma rede de líderes nacionais. O terceiro momento foi caracterizado pelo acúmulo de forças e pela concretização de uma nova política em defesa das crianças e adolescentes. Finalmente, durante o período de 1988 a 1990, o processo alcançou seus objetivos, sendo o primeiro marco o artigo 227 da Constituição Federal, que culminou na aprovação do *Estatuto da Criança e do Adolescente* (Vogel, 2011, p. 310).

1.5.1 A transição para o direito a convivência familiar

Antes da promulgação da Constituição de 1988, o atendimento à infância era predominantemente realizado por meio de instituições assistenciais, como asilos infantis, creches, escolas maternais e jardins de infância. No entanto, com a nova constituição, as creches foram oficialmente reconhecidas como instituições educacionais, garantindo o direito das crianças e das famílias trabalhadoras de terem acesso a espaços coletivos para cuidar de seus filhos. O benefício concedido às mães que trabalham, que anteriormente era visto como algo necessário, porém indesejado, passou a ser reconhecido como parte integrante do sistema de educação infantil, sem diferenciação em relação a outras instituições que atendem crianças pequenas em termos objetivos e práticos (Andrade, 2010).

A promulgação da Constituição de 1988 trouxe consigo uma mudança significativa na forma como a gestão pública era dirigida no Brasil. Antes dessa mudança, a democracia brasileira era predominantemente representativa, onde os representantes eleitos eram

responsáveis por falar em nome da população. No entanto, com a entrada em vigor da nova Constituição, a democracia participativa foi estabelecida como um novo conceito (Bazílio; Earp; Santos, 1998).

Com a nova configuração constitucional, o estado não é mais o único responsável pela gestão da coisa pública e pela proposição de políticas públicas. A sociedade civil, por meio de Conselhos, também participa dessa gestão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), desenvolvido dentro dessa lógica democrática, apresenta a figura dos Conselhos como organismos fundamentais na nova ordem jurídica, institucional e política. Desse modo, são criadas quatro instâncias primordiais: os Conselhos Tutelares, e os de Defesa dos Direitos (Municipal, Estadual e Nacional) (Bazílio; Earp; Santos, 1998).

Durante a década de 1990, um período caracterizado por grande agitação e otimismo diante do novo contexto político, ocorreram mudanças significativas relacionadas à infância. Entre elas, podemos destacar a substituição de antigos paradigmas baseados na visão de “[...] menor desvalido, abandonado, delinquente, carente e em situação irregular”, que estiveram presentes nas duas versões do Código de Menores e foram substituídos pelo conceito de proteção integral, que é definido pelo ECA. Desse modo, “[...] passa-se a reconhecer a criança e ao adolescente como sujeito de direitos, refutando-se o modelo tutelar de atendimento e entendendo o cuidado aos menores como responsabilidade partilhada entre o Estado, a família e a sociedade” (Rizzini; Celestino, 2016, p. 244).

O ECA permitiu mudanças na lei em relação à questão da internação, dependendo da natureza da medida aplicada, mas sempre prevendo mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente. De acordo com o estatuto, em relação à aplicação de medidas socioeducativas, “[...] o *abrigo*, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a *internação* de adolescentes em instituições, como uma medida socio-educativa de privação de liberdade” (Rizzini; Rizzini, 2004, p.48).

É possível perceber que a mudança na terminologia utilizada pelo Estatuto tinha como objetivo revisar e reformular as diretrizes no atendimento à criança e ao adolescente, ou seja, promover uma ruptura com as práticas de internação anteriormente constituídas e profundamente enraizadas. Portanto, a lógica por trás dessas mudanças era preservar os vínculos das crianças e adolescentes com suas famílias e comunidade, como um direito (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 50).

Conforme o artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios: I - preservação dos vínculos familiares; II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; III - atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação; V - não desmembramento de grupos de irmãos; VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII - participação na vida da comunidade local; VIII - preparação gradativa para o desligamento; IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (Brasil, 1990).

Na perspectiva de Rizzini e Rizzini (2004), a abordagem mencionada acima é apresentada como uma alternativa às práticas de institucionalização, ao associar a ideia de abrigo à tentativa de garantir a convivência familiar e comunitária, bem como a “[...] preservação de vínculos familiares”. Na concepção das autoras, o aspecto mais inovador é a oportunidade de envolver a comunidade no processo educativo. Embora as marchas nessa direção tenham ocorrido de forma lenta, elas geralmente ocorrem localmente, a partir de do movimento de moradores para discutir questões e tomar medidas de interesse coletivo (Rizzini; Rizzini, 2004, p. 50).

De acordo com Andrade (2010), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), promulgada em 1993, tem como objetivo complementar e reafirmar o papel do Estado no cuidado da infância. De acordo com o artigo 2º da lei, a assistência social busca proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, com destaque para o amparo às crianças e adolescentes carentes. O artigo 4º enfatiza a universalização dos direitos sociais e destaca a importância da integração das políticas de educação, saúde e assistência social. Isso significa que a lei busca garantir o acesso igualitário a serviços sociais e promover a cooperação entre diferentes áreas, reconhecendo que a atenção à infância não deve ser isolada, mas integrada a outras políticas públicas essenciais para o bem-estar das crianças e jovens.

1.6 Considerações parciais

Neste capítulo foi possível compreender o processo de institucionalização de crianças e as iniciativas educacionais que estavam ligadas aos objetivos de assistência e controle social de um grupo considerado “perigoso”. As reflexões realizadas, embora incipientes, ajudaram a lançar luz sobre a tradição de colocar crianças e adolescentes em instituições asilares no Brasil, com foco principal nas crianças originárias de famílias pobres.

Os filhos dessas famílias pobres eram frequentemente rotulados como desvalidos, abandonados, delinquentes, órfãos, entre outros termos pejorativos. Esse estigma social

contribuiu para a marginalização e a exclusão dessas crianças, reforçando a ideia que a internação era a única alternativa viável para o acesso a alguma forma de “educação”.

No entanto, como vimos ao final do capítulo, a compreensão dessa problemática começou a evoluir ao longo do tempo, à medida que se reconhecia a importância do convívio familiar para o desenvolvimento das crianças. Essa mudança de paradigma contribuiu para o desenvolvimento de políticas públicas que permitissem a convivência familiar e alternativas à institucionalização.

2 A GÊNESE DO ESPIRITISMO E OS EMBATES COM A IGREJA CATÓLICA EM UBERABA/MG

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo será destacado um breve histórico sobre o surgimento e desenvolvimento do Espiritismo como movimento religioso e filosófico, além dos principais intelectuais que inspiraram a educação do espírito. Pretende-se, também, demonstrar a utilização da prática da caridade e da assistência aos necessitados como política de inclusão social e como uma das bases do Espiritismo. O panorama Espírita em Minas Gerais, mais especificamente em Uberaba, será analisado, considerando a implantação do objeto de estudo no final da década de 1960. Destacando-se a representação católica no município, assim como a fase de resistência para aceitação do Espiritismo e a importância de Chico Xavier na mudança desse cenário.

Entender esse conflito no município de Uberaba é necessário para a compreensão e análise dos vestígios religiosos no nosso objeto de estudo, ou seja, a UPI Irmã Germana, fundada em um bairro que tinha como característica a predominância de pessoas pertencentes à religião católica. Além disso, é relevante mencionar que o Lar Fabiano de Cristo, embora sendo considerado uma instituição laica, teve como idealizadores pessoas reconhecidas nacionalmente como representantes da religião espírita, dentre eles Chico Xavier. Cabe ressaltar que outras instituições de assistência às crianças, anteriormente instaladas em Uberaba, encontraram dificuldades para se manterem na cidade pelo fato de serem conduzidas por seguidores da doutrina espírita (Silva, 2002; Souza, 2018).

2.2 Espiritismo e suas bases: História, Ciência, Filosofia e Religião

Este estudo não busca revisitar ou questionar os fundamentos históricos e filosóficos do Espiritismo, mas examinar como a Doutrina foi compreendida e interpretada por seus adeptos ao longo do tempo, à luz dos contextos históricos, sociais e culturais que influenciaram essas interpretações. Para tanto, é fundamental compreender o cenário histórico em que o Espiritismo surgiu, na segunda metade do século XIX, na Europa. Esse período foi marcado por transformações sociais e intelectuais significativas, caracterizadas pelo ideário de "progresso", pelo avanço do cientificismo, pelas teorias evolucionistas e pelas correntes materialistas, que estimularam reflexões mais profundas sobre a vida e os princípios religiosos (Frattari Neto, 2009, p. 36).

O Iluminismo, também conhecido como Ilustração, desempenhou um papel crucial na construção das bases intelectuais do século XIX. Embora formulado no século anterior, esse movimento projetou ideias liberais que influenciaram profundamente as concepções políticas, econômicas e sociais da modernidade (Brettas, 2012, p. 30). Juntamente com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, o Iluminismo contribuiu para moldar o pensamento contemporâneo, destacando-se pela ênfase em três pilares principais: liberdade, progresso e a condição humana (Frattari Neto, 2009).

Os iluministas, influenciados pelo racionalismo do século XVIII, acreditavam que o universo era dinâmico e mutável, e que a realidade poderia ser compreendida a partir dessa natureza transformadora. Nesse contexto, a liberdade individual e o progresso contínuo da humanidade foram alçados a valores centrais. A educação, por sua vez, foi amplamente reconhecida como um instrumento essencial para alcançar esses ideais, e muitos pensadores iluministas defenderam reformas educacionais baseadas nos princípios da ciência e da razão. Essas mudanças visavam capacitar as pessoas a contribuir para o desenvolvimento social e cultural, reforçando a ideia de que a educação era um motor para o avanço humano (Brettas, 2013, p. 90).

A crença no progresso, amplamente difundida pelos intelectuais do século XIX, também permeou o pensamento positivista. Essa visão otimista da história sustentava que os acontecimentos históricos avançavam em direção a um estado mais desejável, influenciando profundamente as manifestações científicas e artísticas do período. Foi nesse cenário de transformações e expectativas que o Positivismo, liderado por Augusto Comte (1798-1857), emergiu como uma tentativa de reorganizar o pensamento humano e a sociedade. Respondendo às questões levantadas pelo Iluminismo, bem como às crises sociais e morais decorrentes da Revolução Francesa e da consolidação da sociedade industrial, Comte propôs uma abordagem fundamentada em princípios científicos e racionais, destacando a ordem e o progresso como eixos centrais para enfrentar as mudanças do período (Brettas, 2012, p. 96).

Essa noção de progresso, conforme detalha Abbagnano (1974), pode ser compreendida de duas maneiras principais. Em um sentido restrito, refere-se ao avanço em áreas específicas, como ciência e técnica, demonstrando melhorias voltadas a metas desejáveis. Já no sentido amplo, o progresso assume a forma de uma crença em uma trajetória histórica linear, orientada por um aperfeiçoamento contínuo nos âmbitos moral e material. Esse entendimento mais abrangente, amplamente difundido desde o Iluminismo e consolidado no século XIX e exerceu uma influência significativa sobre a cultura ocidental.

Almeida, Gomes e Pimentel (2020, p. 214) afirmam que o século XIX foi um período de grande influência para as mudanças no pensamento ocidental, caracterizado pelo surgimento ou valorização de novos conceitos como evolução, cientificismo, racionalidade e positivismo. No campo dos intelectuais, acreditava-se que seguir as ideias modernas levaria as pessoas a abandonar a religiosidade, pois observava-se uma intensa busca para descobrir as leis da natureza e da sociedade. Além disso, pretendiam estabelecer uma nova forma de viver que substituísse todas as religiões existentes. Assim a ciência, a razão e o materialismo se tornaram as principais forças orientadoras do pensamento e da ação humana. A racionalidade ganhou destaque, inaugurando uma nova abordagem na busca do conhecimento por meio da “[...] observação empírica dos fatos até a obtenção das respostas”.

O positivismo, em essência, serviu como uma justificativa filosófica para o método tradicional das ciências experimentais. Da mesma forma, na opinião da maioria das pessoas naquela época, John Stuart Mill foi visto como o pioneiro que estabeleceu o caminho correto para a indução e o experimento. Assim, essa perspectiva filosófica positivista tinha suas bases explícitas nas visões de Comte e Spencer, que adotavam uma abordagem evolucionista e histórica do progresso (Hobsbawm, 2005).

Inicialmente, houve uma percepção de que o cientificismo tinha se firmado de maneira definitiva, especialmente entre os intelectuais mais progressistas, o que levaria a um declínio da religiosidade. No entanto, não foi o que ocorreu. Embora a concepção de religião tenha passado por modificações, ela não foi negada por completo (Almeida; Gomes; Pimentel, 2020).

Concordando com a perspectiva apresentada anteriormente, Paulo César da Conceição Fernandes (2008, p. 34) afirma que o Espiritismo surge como uma resposta à secularização e à racionalização do conhecimento humano. As religiões pareciam estar em declínio, levando muitos pensadores a acreditar que seria “[...] o fim das teologias e o surgimento de uma nova era, a era do monopólio do saber científico”. No entanto, as religiões mantêm uma posição influente e poderosa na sociedade contemporânea.

Segundo Arthur Conan Doyle (1995, p. 70) a data de 31 de março de 1848 foi considerada um marco para o Espiritismo ao considerar os fenômenos observados em Hydesville, nos Estados Unidos. Na residência da família Fox eram ouvidos sons pouco naturais e na noite do dia 31 “[...] a jovem Kate Fox desafiou a força invisível a repetir as batidas que ela dava com os dedos” e cada pedido era respondido com um golpe. Foi por meio de um jogo de perguntas e respostas que a menina descobriu estar em contato com um Espírito que teria sido assassinado naquela casa, cinco anos antes. A notícia foi se espalhando pelo vilarejo e na noite seguinte foi confirmada por mais de duzentas pessoas que se reuniam ao redor da casa.

Desse modo, durante os anos de 1848 a 1850, nos Estados Unidos, foram estabelecidos os primeiros indícios do Espiritismo, que posteriormente se desenvolveu na França a partir de 1857. Enquanto as irmãs Fox estabeleceram o espiritualismo moderno, que continua difundido nos Estados Unidos até hoje, na Europa as batidas foram concomitantes a um fenômeno chamado de *mesas girantes* ou *mesas falantes* (Frattari Neto, 2009, p. 38).

Nicola José Frattari Neto (2009, p. 38) afirmou que o espiritualismo moderno, também conhecido como *modern spiritualism*, foi disseminado na Europa por diferentes meios. No final de 1852, médiuns americanos desembarcaram no norte da Escócia, espalhando-se para outros locais como a Inglaterra. Esse movimento ganhou destaque graças ao trabalho da senhora M. B. Hayden, em colaboração com seu marido, que, por sua vez, era proprietário de um jornal em Boston com grande circulação na Nova Inglaterra.

No ano de 1853, o surgimento do fenômeno das *mesas girantes e dançantes* despertou grande interesse na Europa, capturando a atenção de pessoas de diferentes classes sociais. Observava-se a reunião de senhores e senhoras elegantes ao redor de uma mesa, com as mãos espalmadas na tentativa de movimentá-la. Inicialmente, o fenômeno foi atribuído ao hipnotismo e ao magnetismo. Foi nesse momento que Hippolyte Léon Denizard Rivail, um pedagogo estudioso do *magnetismo animal*, se interessou pelo caso das mesas que, além de girantes, eram falantes e iniciou suas investigações sobre os fenômenos psíquicos (Wantuil; Thiesen, 1999).

Segundo Fernandes (2008) esses fenômenos foram transformados por Kardec³⁵ na base do Espiritismo e nomeados por Arthur Conan Doyle³⁶ de *New Spiritualism*. O termo refere-se a um *novo espiritualismo*, caracterizado pela manifestação de espíritos através de materializações ou sua interação com objetos que eles faziam flutuar e dançar, com o propósito de despertar atenção e estabelecer uma forma de comunicação com o mundo material. A dança das mesas era resultado da condução dos “espíritos”, na tentativa de expressar a realidade, existência e potencialidades do “mundo espiritual” para aqueles que habitam o plano terreno.

Marcelo Gulão Pimentel (2014), ao descrever a trajetória educacional do menino Hippolyte, destaca que o mesmo foi encaminhado à Suíça no ano de 1815, com o propósito de realizar seus estudos na prestigiada instituição de ensino conhecida como Yverdon. Essa escola, fundada e dirigida por Johann Heinrich Pestalozzi, era amplamente reconhecida por suas ideias

³⁵ Hippolyte Léon Denizard Rivail adotou o pseudônimo de Allan Kardec, o qual teria sido seu nome em encarnações anteriores.

³⁶ Arthur Conan Doyle (1859-1930) era historiador, pesquisador, espírita e um dos escritores mais lidos da moderna literatura inglesa. Autor do livro “História do Espiritismo” publicado pela editora Pensamento e do famoso personagem *Sherlock Holmes* (Doyle, 1995; Fernandes, 2008).

educacionais progressistas e liberais, as quais exerceram uma influência significativa sobre diversas reformas no campo da educação na França e na Alemanha ao longo do século XIX.

A reputação de Pestalozzi elevou a instituição educacional à posição de destaque na Europa, graças à sua pedagogia inspirada no livro *Emílio*, escrito por Jean Jacques Rousseau. Essa abordagem educacional adotava princípios como a fraternidade humana e a tolerância religiosa, promovendo uma educação religiosa íntima, porém não confessional. Além disso, Pestalozzi incorporou em sua pedagogia o conceito de religião moral de influência pietista, que se embasava na fé simples e na prática dos princípios morais cristãos, podendo ser aplicado em qualquer uma das diversas religiões do cristianismo (Pimentel, 2014, p. 40).

Pestalozzi defendia que o princípio fundamental da educação deveria ser o amor, comparando-o ao amor materno, e procurava tratar seus alunos e discípulos como seus próprios filhos. Além disso, Pestalozzi advogava pela liberdade dos estudantes em buscar o conhecimento por meio de seus próprios recursos e técnicas, incentivando-os a se aproximar das ciências que mais lhe interessassem. O instituto de Pestalozzi mantinha suas portas abertas, uma vez que ele acreditava que seus alunos não tinham razões para fugir, pois eram encorajados a expressar sua individualidade. O educador rejeitava as abordagens “pedagógicas” da época, baseadas na punição e castigo, optando por estabelecer diálogos e conversas com os alunos. Eles o chamavam de “pai”, pois Pestalozzi assumiu um papel paternal na relação com os educandos. Além disso, Pestalozzi³⁷ defendeu que a educação deve, acima de tudo, cultivar a moral dos alunos, com o propósito de “[...] reformar e consolidar uma personalidade melhor” (Fernandes, 2008, p. 55).

De acordo com Anderson Brettas (2006), durante a juventude de Rivail, aproximadamente 150 crianças de diferentes etnias, línguas e culturas frequentavam a escola de Yverdon. A maioria desses alunos era composta por estudantes internos, cujas despesas eram custeadas por seus pais abastados, o que proporcionava recursos financeiros para a instituição. No entanto, uma pequena parte dos estudantes era formada por suíços de baixa renda, que tinham a oportunidade de estudar de forma gratuita.

Em 1824, Rivail retornou à França tornando-se pioneiro na introdução do método pestalozziano no país. Posteriormente, estabeleceu o *Instituto Rivail* com o objetivo de auxiliar na educação de jovens crianças, utilizando o método que havia aprendido em Yverdon. No entanto, dificuldades financeiras o levaram a fechar o instituto em 1835. Entre 1835 e 1840,

³⁷ As contribuições e influências das ideias de Pestalozzi para o Espiritismo serão retomadas neste capítulo, juntamente com os principais intelectuais que inspiraram a educação espírita.

Rivail ministrou cursos gratuitos de química, física, astronomia, fisiologia e anatomia. Em seguida, como diretor da Academia de Paris, fundou e dirigiu o *Liceu Polimático* até 1850. Sua biografia revela sua habilidade no campo científico, mas passou sua vida lecionando e também traduzindo obras do francês para outros idiomas e vice-versa (Wantuil; Thiesen, 1999; Fernandes, 2008).

A trajetória de Rivail, conhecido como Kardec, pode ser resumida como uma busca pela aplicação dos princípios metodológicos de Pestalozzi e de seu próprio modelo de ensino. Priorizava o desenvolvimento do estudante com o mínimo de esforço intelectual necessário. Em seus métodos e planos educacionais, colocava o aluno como protagonista e seguia os princípios de Pestalozzi que enfatizava a educação como uma ferramenta para a reforma moral da personalidade (Fernandes, 2008).

Segundo Sylvia F. Damazio³⁸ (1994, p. 10), foi um professor estabelecido em Paris e autor de diversas obras pedagógicas³⁹ que codificou uma doutrina filosófica-religiosa. Essa doutrina procurava adequar-se às descobertas da ciência positivista do século XIX. A doutrina, em sua essência, era composta por uma “série de enunciados subsidiários”, todos baseados na premissa inquestionável da existência de Deus e da imortalidade da alma. O termo *Espiritismo*, criado por Kardec, foi utilizado para distinguir essa doutrina revelada pelos espíritos. O Espiritismo fazia parte do movimento espiritualista eclético do século XIX e além da fé em Deus e na imortalidade da alma, incorporava também os conceitos de reencarnação e da pluralidade dos mundos habitados.

Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), conhecido como Allan Kardec, publicou na França a sua primeira obra intitulada *O Livro dos Espíritos*⁴⁰, em 18 de abril de 1857. Kardec é amplamente reconhecido como o codificador⁴¹ do Espiritismo, embora existam opiniões divergentes que o consideram como o fundador desta religião. Sua formação ocorreu em um contexto marcado pela intensa circulação de ideias do século das luzes.

³⁸ Sylvia F. Damazio é mestra em História e pesquisadora do setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa.

³⁹ A primeira obra de Rivail foi o *Curso Prático e Teórico de Aritmética* (1824), destinado às mães e aos educadores como uma forma de ensinar as primeiras noções de aritmética de forma simples e objetiva. As demais obras publicadas em sequência cronológica foram: *Plano Proposto para a Melhoria da Educação Pública* (1828); *Gramática Francesa Clássica de Acordo com um Novo Plano* (1831); *Memória Sobre a Instrução Pública* (1831); *Manual dos Exames para Obtenção dos Diplomas de Capacidade* (1846); *Catecismo Gramatical da Língua Francesa* (1848); *Ditados Normais dos Exames na Municipalidade e na Sorbona* (1849); *Ditados da Primeira e da Segunda Idade* (1850) (Damazio, 1994).

⁴⁰ A ordem cronológica das publicações de Allan Kardec foram: *O Livro do Espíritos* (1857); *O Livro dos Médiuns* (1861); *O Evangelho Segundo o Espiritismo* (1863); *O Céu e o Inferno* (1865) e *A Gênese* (1868).

⁴¹ *O Livro dos Espíritos* é um compêndio dos ensinamentos de Kardec, estabelecendo-se assim os fundamentos de uma filosofia. O fato que o levou a considerar-se o *codificador* do Espiritismo foi o de ter sido escrito e ditado por ordem e dos espíritos superiores.

O Livro dos Espíritos foi o resultado de um grande trabalho realizado por Kardec para organizar o vasto acervo de informações transmitidas por *Espíritos de Luz*, por meio de comunicações orais e mensagens escritas. Kardec enfatizou que as respostas dadas por essas entidades às suas perguntas eram motivadas no conhecimento daqueles que se comunicavam, e, portanto, variavam de acordo com o nível de desenvolvimento da época em que cada um vivera. Desse modo, ele estendeu a ideia de progresso do mundo social ao mundo dos espíritos, que passariam por várias etapas antes de alcançarem o estágio de *Espíritos de Luz*. Além disso, *O Livro dos Espíritos* tornou-se a principal referência do novo movimento *místico* em crescente expansão (Damazio, 1994, p. 11).

Em *O Livro dos Espíritos*, Allan Kardec categoriza os espíritos como seres inteligentes e os organiza em uma escala de progresso, de acordo com o avanço de cada um. Desse modo, de acordo com as respostas recebidas pelos espíritos, Kardec codifica:

96 - **Os espíritos são iguais ou existe entre eles uma hierarquia qualquer?** R: São de diferentes ordens, segundo ao grau de perfeição ao qual chegaram (Kardec, 2004, p. 76).

100 - **Observações preliminares:** - A classificação dos espíritos se baseia sobre o grau do seu adiantamento, sobre as qualidades que adquiriram e sobre as imperfeições das quais devem ainda despojar. Esta classificação, de resto, nada tem de absoluta; cada categoria não apresenta um caráter nítido senão no seu conjunto. Todavia, de um grau a outro a transição é insensível e, sobre os limites, a pequena diferença se apaga, como os reinos da Natureza [...]. Pode-se, pois, formar maior ou menor número de classes, segundo o ponto de vista sobre o qual se considera a coisa. [...] Os espíritos, geralmente, admitem três categorias principais ou três grandes divisões. Na última, aquela que está no início da escala, estão os Espíritos imperfeitos, caracterizado pela predominância da matéria sobre o Espírito e pela inclinação ao mal. Os da segunda são caracterizados pela predominância do Espírito sobre a matéria e pelo desejo do bem: são os bons Espíritos. A primeira, enfim, compreende os Espíritos puros, aqueles que alcançaram o supremo grau de perfeição (Kardec, 2004, p. 77-78, grifo do autor).

No entanto, a comunidade científica francesa não aceitou plenamente o método proposto por Kardec, sendo adotada apenas por alguns indivíduos. Isso ocorreu porque o método, baseado nas ciências naturais, não era capaz de explicar fenômenos considerados paranormais ou extrafísicos. Conforme observado por Frattari Neto (2009, p. 41), as explicações oferecidas por Kardec acerca dessa divergência não foram prontamente aceitas, devido a uma diferença fundamental no método experimental positivo. Essa divergência reside no fato de que, ao lidar com fenômenos espirituais, não se tratava de fenômenos da natureza, caracterizados por respostas previsíveis e repetições constantes, mas sim de manifestações mediadas por entidades espirituais inteligentes, ocorrendo dentro de condições especiais.

A concepção de evolução desempenha um papel crucial na Doutrina Espírita codificada por Kardec. O evolucionismo das espécies não é somente aceito por essa doutrina, mas também

é desenvolvida de maneira abrangente em obras como *O Livro dos Espíritos* e *A Gênese*. Paralelamente a Kardec, Augusto Comte, seu contemporâneo, compartilhava a ideia de que o progresso humano ocorre por meio de etapas sucessivas e indispensáveis. No entanto, há uma diferença fundamental entre eles: “[...] para Comte, a evolução do homem começa e termina no mundo físico, enquanto que, para Kardec, a evolução transcende a matéria e desdobra-se pela vida espiritual, pontilhada pelos interregnos das reencarnações, enquanto necessárias” (Damazio, 1994, p. 31).

A interpretação da obra de Kardec deve ser realizada à luz dos conceitos que compõem o tríplice aspecto do Espiritismo. Nesse sentido, a Federação Espírita Brasileira, em seu guia *Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita*, evidencia a conceituação presente na própria obra de Kardec afirmando que “O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os Espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações” (Kardec, 2013, p. 40; Rocha, 2020, p. 18).

No entanto, Silvio Seno Chibeni (2003) destaca que é importante notar que essa caracterização não é encontrada exatamente nos mesmos termos na obra de Kardec, contudo, “[...] ela é, em sua essência, correta, e que está presente no pensamento do criador do Espiritismo” (Chibeni, 2003, p. 315-319).

Conforme a perspectiva de Augusto César Dias de Araújo (2014), embora concorde com a ausência da temática do tríplice aspecto na obra de Kardec, o autor acredita que é necessário investigar se essa concepção está realmente presente no pensamento de Kardec. Araújo ainda afirma que Kardec costumava negar que o Espiritismo fosse uma religião, enfatizando que era uma ciência filosófica ou uma filosofia baseada em fundamentos científicos.

Apesar de considerar-se um missionário ao codificar o Espiritismo, Kardec também se via como um cientista devido ao seu trabalho científico no Espiritismo experimental. Durante muitas décadas, ele participou de sessões mediúnicas, onde observava, anotava e questionava tudo o que os espíritos revelavam. Ele usou um método de raciocínio indutivo para chegar a conclusões e compreender as leis gerais e universais. Celma Laurinda Freitas Costa (2009) enfatiza que Kardec desenvolveu o que ele chamou de “espiritismo experimental” ao trazer os conceitos do método experimental das ciências naturais para o Espiritismo:

O espiritismo experimental consistia na realização das sessões mediúnicas rigorosamente exercidas, observadas e registradas durante anos, metodicamente, dentro do que se considerava importante em ciência: os fatos observados, analisados, catalogados, repetidas vezes, detalhadamente e com todo o rigor objetivo para ter foros de verdade e ensinar a extração de leis gerais (Costa, 2009, p. 95).

A concepção de ciência no Espiritismo, na visão de Kardec, pode ser encontrada no livro *A Gênese*:

[...] o Espiritismo procede exatamente da mesma forma que as ciências positivas, aplicando o método experimental. Fatos novos se apresentam, que não podem ser explicados pelas leis conhecidas; o Espiritismo os observa, compara, analisa e, remontando dos efeitos às causas, chega à lei que os rege; depois, deduz-lhes as consequências e busca as aplicações úteis. Não estabeleceu nenhuma teoria preconcebida; assim, não apresentou como hipóteses a existência e a intervenção dos Espíritos, nem o perispírito, nem a reencarnação, nem qualquer dos princípios da Doutrina; concluiu pela existência dos Espíritos, quando essa existência ressaltou evidente pela observação dos fatos, procedendo de igual maneira quanto aos outros princípios. Não foram os fatos que vieram a posteriori confirmar a teoria: a teoria é que veio subsequentemente explicar e resumir os fatos. É, pois, rigorosamente exato dizer-se que o Espiritismo é uma ciência de observação e não produto da imaginação. As ciências só fizeram progressos importantes depois que seus estudos se basearam sobre o método experimental; até então acreditou-se que esse método também só era aplicável à matéria, ao passo que o é também às coisas metafísicas (Kardec, 2019a, p. 22-23).

O trecho apresenta o Espiritismo como uma ciência de observação, seguindo o método experimental. Kardec compara o Espiritismo às ciências positivas, destacando que busca explicar fatos novos que não podem ser explicados por leis conhecidas. Uma característica importante mencionada é que o Espiritismo não estabelece teorias preconcebidas. Em vez disso, a existência de espíritos e outros princípios são concluídos a partir da observação dos fatos. O autor ressalta que o Espiritismo é uma ciência de observação, baseada em fatos, e não um produto da imaginação. Destacando que o método experimental também é aplicável a questões metafísicas, não se limitando apenas à matéria.

Costa (2009, p. 100) considera que se trata de “um objeto *sui generis* em ciência”. Nesse aspecto, Kardec defende:

As ciências vulgares repousam sobre as propriedades da matéria, que podemos manipular à vontade; os fenômenos que ela produz têm como agentes forças materiais. Os do Espiritismo têm como agente inteligências que possuem sua independência, seu livre-arbítrio, e de modo algum se submetem aos nossos caprichos; escapam, dessa forma, aos nossos processos anatômicos e laboratoriais, bem como aos nossos cálculos e, assim, não são da competência da Ciência propriamente dita. A Ciência se enganou ao querer experimentar os Espíritos como se o fizesse a uma pilha voltaica; partiu de uma ideia fixa, preconcebida, à qual se aferra, e quer forçosamente ligá-la à ideia nova. Fracassou, e assim devia acontecer, porque agiu tendo em vista uma analogia que não existe. [...] Assim, pois, as corporações científicas não devem, nem jamais deverão pronunciar-se sobre o assunto; ele não é da sua alçada, assim como também não o é o direito de decretar se Deus existe. É, pois, um erro constitui-las em juiz. Mas quem será o juiz? Os Espíritos se julgam no direito de impor suas ideias? Não; o grande juiz, o juiz soberano, é a opinião pública. Quando essa opinião se formar pela aquiescência das massas e dos homens esclarecidos, os cientistas oficiais a aceitarão como indivíduos e sofrerão a força das circunstâncias. Deixai passar uma geração e, com ela, os preconceitos do amor-próprio que se obstina, e veremos dar-se com o Espiritismo o mesmo que se deu com tantas outras verdades combatidas, que atualmente seria ridículo pôr em dúvida. Hoje, os crentes são chamados de loucos; amanhã será a vez dos que não creem, exatamente como outrora eram tratados de

loucos os que acreditavam que a Terra girasse, o que não a impediu de girar (Kardec, 1859, p. 228-229).

O trecho destaca a diferença entre o que ele denomina de “ciências vulgares”, que estudam fenômenos materiais manipuláveis, e o Espiritismo, cujos fenômenos são causados por inteligências independentes. O autor argumenta que a ciência cometeu um equívoco ao tentar experimentar os Espíritos como se fossem objetos físicos, usando uma analogia falaciosa. Kardec enfatiza que os fenômenos espíritas não são passíveis de análise por métodos e conhecimentos tradicionais, pois envolvem entidades com livre-arbítrio que não se submeteram aos nossos desejos.

Herculano Pires⁴² (1979, p. 11) considera que a ciência, do chamado “tríplice aspecto” do Espiritismo, é a “[...] pesquisa dos chamados fenômenos paranormais, dotadas de métodos próprios, específicos e adequados ao objeto que investiga”. Em adição a isso, Herculano ressalta que o Espiritismo, enquanto filosofia, diz respeito à interpretação da natureza dos fenômenos e à reformulação da concepção do mundo e da realidade com base nas novas descobertas científicas.

Com base na análise de Dora Incontri (2001, p. 27) sobre a concepção de Kardec acerca da filosofia Espírita, pode-se afirmar que esta se constitui em:

uma reflexão livre e dinâmica, deduzida a partir da evidência da imortalidade da alma, posta pela mediunidade. A metafísica torna-se, pois, um pressuposto dado pela ciência espírita e o desdobramento filosófico se dá pela discussão racional, construindo-se a coerência interna da doutrina. A filosofia espírita alimenta-se ao mesmo tempo dos fenômenos estudados pela ciência espírita e do ensino dado pelos Espíritos desencarnados, constituindo-se sua função alinhar fatos e ideias e zelar pela sua racionalidade e compatibilidade com a ciência em geral.

Frattari Neto (2009) explica que a filosofia espírita desempenha uma interpretação abrangente do trabalho realizado pela parte científica da doutrina. Ultrapassando os fenômenos espirituais e mediúnicos, visto que considera esses fenômenos apenas como meios para acessar o pensamento dos espíritos. Por meio de uma argumentação racional, a filosofia espírita explica questões como a existência de Deus, a imortalidade da alma, as vidas sucessivas, a natureza do

⁴² Herculano Pires nasceu em 25.09.1914 na antiga Província do Rio Novo na Zona Sorocabana. Faleceu em 09.03.1979, em São Paulo. Seu pai, José Pires Corrêa, era farmacêutico, e sua mãe, Bonina Amaral Simonetti Pires, era pianista. Durante sua juventude, demonstrou talento literário ao escrever seu primeiro soneto aos 9 anos de idade, abordando o Largo São João em sua cidade natal. Aos 16 anos, publicou o livro de contos “Sonhos Azuis” e, aos 18 anos, lançou “Coração”, um conjunto de poemas livres e sonetos. Colaborou com jornais e revistas da época, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, tendo alguns dos seus contos publicados na Revista da Semana e No Malho. Em 1946, Herculano mudou-se para São Paulo e lançou seu primeiro romance, “O Caminho do Meio”. Foi autor de oitenta livros nas áreas de Filosofia, Ensaios, História, Psicologia, Parapsicologia e Espiritismo, muitos deles em colaboração com Chico Xavier (Pires, 1979).

espírito e da matéria, a existência e pluralidade dos mundos, bem como a condição evolutiva dos seres.

No desenvolvimento do pensamento espírita, em 30 de abril de 1856, Allan Kardec afirmou ter recebido sua “missão”: a de codificar os princípios fundamentais da doutrina. Durante uma sessão, uma jovem médium teria estabelecido contato com o “Espírito da Verdade”⁴³, que incumbiu ao experiente professor a responsabilidade de trazer a “terceira revelação”, considerando as revelações anteriores atribuídas a Moisés e a Jesus Cristo.

O marco inicial da filosofia do Espiritismo pode ser encontrado codificada no primeiro livro das obras básicas do Espiritismo, intitulado *O Livro dos Espíritos*, publicado na França em 18 de abril de 1857. Essa obra é organizada em formato de perguntas e respostas, seguindo uma abordagem didática que forma um corpo doutrinário que pode ser aceito, independente da afiliação religiosa, tornando-se acessível para público em geral. Damazio (1994, p. 46) considera que a obra destacou, além da parte mística, a parte moral através da busca de cada um a reforma de si mesmo:

A primeira edição d’*O Livro dos Espíritos*, que lançava os princípios da doutrina sobre a imortalidade da alma, a natureza dos espíritos e suas relações com os homens, as leis morais, a vida presente, a vida futura e por vir da Humanidade. A obra dividia-se em três grandes partes – Doutrina Espírita, Leis Morais, Esperança e Consolação.

Kardec fundamentou a doutrina espírita em mais quatro livros publicados por ele: *O Livro dos Médiuns*, em 1861; *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, em 1864; *O Céu e o Inferno*, em 1865; e *A Gênese*, em 1868.

Em *O Livro dos Médiuns*, Kardec aborda o “espiritismo prático” ao aprofundar o caráter investigativo para a compreensão da fenomenologia espírita e o desenvolvimento da mediunidade.

Na obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, Kardec traz os ensinamentos de Jesus à luz do Espiritismo e enfatiza os aspectos da moral, da ética e do comportamento do homem. O livro *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, juntamente com *O Livro dos Espíritos*, é considerado um dos mais relevantes da codificação, pois apresenta a essência da religião Espírita. Enquanto *O Livro dos Espíritos* revela a filosofia Espírita, *O Livro dos Médiuns* evidencia a ciência Espírita (Kardec, 2003).

A obra *O Céu e o Inferno* tem como objetivo central elucidar a *Justiça Divina* dentro do contexto da Doutrina Espírita. Deste modo, seu propósito é demonstrar a imortalidade da alma

⁴³ O nome do Espírito que entrara em contato com Kardec, na data de 30 de abril de 1856, na casa do Sr. Roustan, por intermédio da Médium, conhecida por Srta. Japhet, chamava-se “Verdade” (Kardec, 2019b).

e a condição que ela enfrentará no *mundo espiritual* como resultado de suas próprias ações (Kardec, 2019c).

A Gênese aborda temas científicos e filosóficos da fenomenologia Espírita e é composta por três partes distintas. Na primeira parte são analisadas as origens do planeta terra. A segunda parte trata dos fenômenos considerados milagrosos. A terceira parte focaliza as profecias do Evangelho, sinais dos tempos e a emergência de uma nova geração que trará consigo um novo tempo marcado pela prática da justiça, da paz e da fraternidade.

Em 1858, foi fundada a *Revista Espírita (Revue Spirite)*, um periódico trimestral intitulado *Jornal de Estudos Psicológicos (Jornal d'Études Psychologiques)*. Sua fundação visava enfatizar a natureza científica do Espiritismo, conceituado como um estudo abrangente da alma humana em suas diversas perspectivas. Allan Kardec, até seu falecimento, ocupou o cargo de diretor dessa publicação, que, com algumas interrupções, manteve-se em circulação até os dias atuais, sendo atualmente organizada pelo *Conselho Espírita Internacional (Conseil Spirite International)* (Brettas, 2012).

No mesmo ano da fundação da Revista, Kardec funda a *Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas*, denominada de *Société Parisienne des Études Spirites*, foi a primeira sociedade, com caráter de estudo teórico-filosófico sobre o Espiritismo, regulamentada na França. O grupo operou como uma entidade restrita, com critérios para admissão de seus membros, a fim de evitar a participação de curiosos. Os associados titulares e livres eram responsáveis pelo pagamento de uma contribuição anual para garantir os recursos necessários para possibilitar a propagação do Espiritismo.

Presidente da Sociedade, Allan Kardec tentou em vários momentos renunciar ao cargo e dedicar-se a outros projetos, mas sempre foi reeleito por unanimidade. De acordo com as crenças do movimento espírita, além dele, a entidade tinha também um “presidente espiritual”, o espírito do santo católico São Luís, a quem Kardec pedia supostamente conselhos e auxílio (Brettas, 2013).

É interessante observar que, de acordo com as crenças do movimento espírita, havia também um *presidente espiritual*, representado pelo espírito de São Luís, considerado um santo do catolicismo. Kardec supostamente estabelecia contato com esse espírito, buscando orientação e auxílio em suas atividades. Essa conexão espiritual pode ser interpretada como uma forma de legitimação e apoio ao seu trabalho perante os membros da sociedade.

Durante um longo período, Kardec sustentou a ideia de que era o codificador de uma doutrina filosófica e moral com recomendações religiosas, semelhantes a qualquer outra filosofia espiritualista. Nesse contexto, ele rejeitava a atribuição de um caráter formal de

religião ao Espiritismo naquela época. Para ele, a concepção de religião estava intrinsicamente ligada à prática de rituais e, nesse sentido, acreditava em um estágio posterior em que “[...] a doutrina alcançaria status de uma religião formalmente estabelecida”. Essa transição foi acelerada pela afirmação do clero de que o Espiritismo constitui uma nova religião, o que, na visão de Kardec, implicava na recusa dos fiéis em aceitar os princípios fundamentais e a prática do Espiritismo (Damazio, 1994, p. 48).

Na perspectiva de Frattari Neto (2009), o Espiritismo difere das religiões tradicionais ao direcionar sua ênfase na evolução do ser humano por meio de múltiplas existências e do trabalho tanto material quanto espiritual. Essa cosmovisão reconhece a natureza espiritual do homem, que passa por diferentes possibilidades de vida e busca o progresso individual e coletivo. Portanto, o Espiritismo não se limita às ideias de céu e inferno, mas promove a compreensão da eternidade como resultado das experiências evolutivas do espírito.

De acordo com Pires (1979, p. 12), o Espiritismo é “[...] considerado como a Religião em Espírito e Verdade, anunciada por Jesus, segundo os Evangelhos; religião espiritual, sem aparatos formais, dogmas de fé ou instituição igrejeira, sem sacramentos”. No trecho destacado, o autor confere destaque na concepção do Espiritismo como uma religião espiritual, que se baseia nos ensinamentos de Jesus Cristo, conforme relatos nos evangelhos. Além de apresentar uma característica distintiva dessa religião, ausência de formalidades, dogmas, instituições eclesiásticas e sacramentos tradicionais. O Espiritismo é entendido como uma religião que se baseia na espiritualidade e na “verdade”, buscando uma conexão direta entre os indivíduos e o mundo espiritual, sem a necessidade de rituais sacramentais.

De acordo com a concepção de Incontri (2001), torna-se evidente que a doutrina espírita não se configura como uma filosofia fechada, uma vez que se mantém receptiva a uma revelação contínua e democrática. Nesse sentido, a possibilidade de acessar tal revelação é aberta a qualquer indivíduo por meio de um meio específico, ao passo que a ciência pode desempenhar um papel fundamental ao oferecer novas perspectivas em relação aos fenômenos observados. Além disso, menciona-se que a partir dos fundamentos alcançados por Kardec, podem emergir aperfeiçoamentos filosóficos adicionais. A *Pedagogia Espírita* é citada como um exemplo significativo, ressaltando-se a constante construção do conhecimento nessa área.

Nesse contexto, Incontri afirma que “[...] não há a sacralidade do religioso dogmático, embora as pedras angulares postas por Kardec dentro da metodologia descrita, sejam consideradas sólidas pelos adeptos e tomadas como fundamentos para outros desenvolvimentos doutrinários” (Incontri, 2001, p. 28). Essa afirmação sugere que, embora os princípios fundamentais defendidos por Kardec sejam respeitados pelos seguidores como base para o

desenvolvimento doutrinário, eles não são tratados com uma rigidez religiosa dogmática. Isso significa que há flexibilidade na interpretação e espaço para evolução dentro da doutrina espírita.

Na obra *A Gênese*, Kardec expressa sua visão de que a ciência e a religião não devem ser opostas, mas complementares. Além de defender a ideia de que a ciência, ao revelar as leis da natureza, pode contribuir para uma compreensão mais profunda e harmoniosa das crenças religiosas, ao invés de ser vista como ameaça. Essa abordagem busca conciliar o avanço científico com a espiritualidade, valorizando a busca pela verdade e a reconciliação entre fé e razão. Nas palavras de Kardec:

[...] a Ciência desferiu fundo golpe nas crenças seculares. A fé ortodoxa ficou combatida, porque julgou que lhe tiravam a pedra fundamental. Mas com quem havia de estar a razão: com a Ciência, que caminhava prudente e progressivamente pelos terrenos sólidos dos algarismos e da observação, sem nada afirmar antes de ter em mãos as provas, ou com uma narrativa escrita quando faltavam absolutamente os meios de observação? No fim de contas, quem há de levar a melhor: aquele que diz 2 e 2 fazem 5 e se nega a verificar, ou aquele que diz que 2 e 2 fazem 4 e o prova?

9. Por guardar respeito aos textos recebidos como sagrados, dever-se-ia obrigar a Ciência a calar-se? Fora tão impossível isso, como impedir que a Terra gire. As religiões, sejam quais forem, jamais ganharam coisa alguma em sustentar erros manifestos. A Ciência tem por missão descobrir as leis da natureza. Ora, sendo essas leis obra de Deus, não podem ser contrárias a religiões que se baseiem na verdade. Lançar anátema ao progresso, por atentatório à religião, é lançá-lo à própria obra de Deus. É ademais, trabalho inútil, porquanto nem todos os anátemas do mundo seriam capazes de obstar a que a Ciência avance e a que a verdade abra caminho. *Se a Religião se nega a avançar com a Ciência, esta avançará sozinha* (Kardec, 2019a, p. 78-79, grifo do autor).

O trecho apresentado, proveniente da obra de Kardec, apresenta uma reflexão sobre como a ciência influenciou as crenças religiosas e o confronto entre a ortodoxia da fé e os avanços científicos. Kardec argumenta que a verdade científica não precisa entrar em conflito com a verdade religiosa, já que ambas podem coexistir. No entanto, embora Kardec afirme que a ciência seguirá independente da religião, esse cenário é mais complexo na prática do que ele sugere, já que desafios e disputas entre perspectivas científicas e religiosas podem surgir em diversas épocas e contextos, e nem todas as religiões aceitam facilmente novas ideias científicas.

O Espiritismo, pois, estabelece como princípio absoluto somente o que se acha evidentemente demonstrado, ou o que ressalta logicamente da observação. Entendendo-se com todos os ramos da economia social, aos quais dá o apoio das suas próprias descobertas, assimilará sempre todas as doutrinas progressivas, de qualquer ordem que sejam, desde que haja assumido o estado de verdades práticas e abandonado o domínio da utopia, sem o que o Espiritismo se suicidaria. Deixando de ser o que é, mentiria à sua origem e ao seu fim providencial. *Caminhando de par com o progresso, o Espiritismo jamais será ultrapassado, porque, se novas descobertas lhe demonstrassem estar em erro acerca de um ponto qualquer, ele se modificaria*

nesse ponto. Se uma verdade nova se revelar, ele a aceitará (Kardec, 2019a, p. 41-42, grifo do autor).

Nesse sentido, em concordância com os valores proclamados pelo Espiritismo em relação à ciência e ao progresso, Kardec argumenta que o Espiritismo precisa acompanhar o progresso e estar em sintonia com as descobertas e avanços científicos nesse campo. Além disso, enfatiza a postura aberta e receptiva do Espiritismo em relação à aceitação de novas verdades que possam surgir, demonstrando uma postura flexível e adaptativa. Essa abertura, para incorporar novos conhecimentos e se adequar às transformações, é vista como uma das características fundamentais do Espiritismo.

2.3 Os precursores da educação do espírito

Na tese desenvolvida por Incontri (2001, p. 21), que visa analisar a filosofia Espírita e suas consequências pedagógicas, práticas e teóricas. Incontri afirma que Kardec, como educador, foi influenciado por uma variedade de pensadores, incluindo Pestalozzi, Rousseau, Comenius, Sócrates e Platão, tanto em termos ontológicos quanto sociais e pedagógicos. Essas influências convergiram em suas ideias, como evidenciado pela inclusão de um capítulo intitulado *Sócrates e Platão, precursores da ideia cristã e do Espiritismo* em seu livro *O Evangelho Segundo o Espiritismo*.

Assim aconteceu com a ideia cristã, que foi pressentida vários séculos antes de Jesus e dos Essênios, e da qual Sócrates e Platão foram os principais precursores. Sócrates, da mesma forma que o Cristo, nada escreveu, ou pelo menos não deixou nenhum escrito; como ele, morreu a morte dos criminosos, vítima do fanatismo, por ter atacado as crenças tradicionais e colocado a virtude real acima da hipocrisia e do simulacro das formas, numa palavra, por haver combatido os preconceitos religiosos. Como Jesus, foi acusado pelos Fariseus de corromper o povo pelos seus ensinamentos, também, como ele, foi acusado pelos Fariseus do seu tempo, porque os houve em todas as épocas, de corromper a juventude, proclamando o dogma da unicidade de Deus, da imortalidade da alma e da vida futura. Da mesma forma, ainda, que não conhecemos a doutrina de Jesus senão pelos escritos dos seus discípulos, não conhecemos a de Sócrates, senão pelos escritos do seu discípulo Platão [...] (Kardec, 2009, p. 18).

Embora o trecho citado da obra de Kardec faça uma conexão entre Sócrates, Platão e o Cristianismo, é importante abordar essas informações com cuidado e considerar as perspectivas acadêmicas e históricas sobre o assunto. A importância atribuída a Sócrates e Platão na Doutrina Espírita está mais relacionada a reflexões filosóficas e morais do que a uma influência histórica direta. Pode-se considerar que eles são vistos como pensadores que, de certa forma,

compartilham ideias e princípios que são valorizados e ressoam com a abordagem espiritualista e ética da Doutrina Espírita.

Costa (2009, p. 58) critica a associação entre Allan Kardec, Sócrates e Platão na Doutrina Espírita. A autora questiona se Kardec realmente estudava os filósofos gregos em relação à alma, considerando que seu campo de atuação na sociedade francesa do século XIX era diferente. No entanto, ela reconhece que Kardec passou a explorar as especulações desses filósofos, o que conferia uma certa importância à doutrina nascente, devido ao reconhecido peso atribuído aos filósofos clássicos. É importante ressaltar que Kardec fundamentou a Doutrina Espírita não apenas nas especulações filosóficas, mas principalmente nas manifestações espíritas observadas e nas orientações e ensinamentos fornecidos pelos próprios espíritos. Essas manifestações e ensinamentos fortaleceram a aceitação de Kardec na natureza espiritual e imortal do ser humano.

A educação moderna, caracterizada por uma abordagem mais tolerante em relação ao uso de punições, atraída por uma variedade de propostas pedagógicas e constantemente influenciada por teorias de aprendizagem conflitantes, difere significativamente da educação praticada na Grécia antiga. Nesta, a compreensão da criança era limitada e vista primordialmente como um adulto em miniatura, desenvolvida em uma pedagogia simplista e austera. Essa educação grega estava ancorada em uma distinção simplista entre infância e a idade da razão, sendo, em essência, um programa de preparação para a vida adulta (Barros, 1995).

Platão, filósofo grego do século IV a.C., apresentou em sua obra “A República” uma proposta pedagógica para a educação da criança. Essa proposta, que faz parte do seu ideal de uma sociedade mais justa e harmoniosa, é baseada em princípios filosóficos e éticos.

Nas cidades-estado idealizadas por Platão, a educação é vista como uma responsabilidade primordial do governo e é concebida como um empreendimento comunitário e paradigmático. A formação do futuro cidadão vai além de simplesmente adquirir conhecimentos e habilidades utilitárias. Em vez disso, o projeto pedagógico educacional começa desde os primeiros anos da vida e se estende à fase das brincadeiras e até das atividades próprias da infância. O objetivo é moldar o indivíduo como um todo, aspirando a um ideal de formação humana abrangente (Barros, 1995).

No contexto da filosofia antiga, um dos maiores pioneiros e precursores de Kardec, Platão, defendeu a importância da educação moral, do cultivo da virtude e da autonomia espiritual. Seguindo as palavras de Costa (2009, p. 124), “Platão, propunha a educação moral, o cultivo da virtude, a autonomia espiritual, a consciência de si mesmo”.

Essa afirmação destaca a influência de Platão como um precursor importante para a concepção educacional presente no Espiritismo de Kardec. Ambos valorizam a educação moral, ao cultivo da virtude e a reflexão interior como meios de crescimento pessoal e desenvolvimento espiritual. Além disso, na perspectiva do Espiritismo, a virtude é concebida como algo passível de ser ensinada, permitindo que o indivíduo desenvolva suas qualidades morais por meio da reflexão interna e o conhecimento dos valores humanos como uma aquisição pessoal fundamental. A proposta de ensinar a virtude e adquirir conhecimentos sobre os valores humanos é vista como fundamental no caminho do bem.

Dentro desse contexto de educação, Costa (2009, p. 124) reitera que “[...] o Espiritismo propõe que a virtude pode e deve ser ensinada; que, pela reflexão interior, o indivíduo cresce em qualidades morais; que os conhecimentos dos valores humanos é a maior aquisição pessoal. Esse é o caminho do bem, a ser palmilhado pelo homem”.

É relevante enfatizar que o Espiritismo não se dedica especificamente à educação escolar, mas sim oferece uma perspectiva singular sobre a educação. Essa perspectiva está concentrada na evolução do ser humano como um ser espiritual, transcendendo a limitação do mundo material e buscando alcançar a perfeição espiritual, essa visão espiritual da educação, segundo o Espiritismo, é fundamental para o desenvolvimento pleno do ser humano em sua jornada evolutiva.

Dentro desse contexto, Costa (2009, p.124) destaca que “[...] o Espiritismo, em si, não aborda a educação escolar, mas sim a educação do Espírito, do homem individual, do ser imortal, cuja meta é, em vidas sucessivas, formar-se moralmente e atingir a perfeição, indo ao encontro de Deus”. Ao contrapor a educação escolar com a educação do Espírito dentro do contexto do Espiritismo, a autora destaca a ênfase desta doutrina nas dimensões existenciais, morais e espirituais, que transcendem o mero conhecimento intelectual oferecido pela educação formal. Esta abordagem sugere que o Espiritismo busca promover uma transformação interior e uma busca por valores superiores, alinhados com o propósito espiritual de cada indivíduo.

A influência de Pestalozzi na obra de Kardec é de profunda relevância, particularmente visível em seus trabalhos didáticos e pedagógicos. Quando ainda utilizava o nome Hippolyte Léon Denizard Rivail, Kardec se autodenominava “discípulo de Pestalozzi”. Da mesma forma que Rousseau influenciou Pestalozzi, a influência de Pestalozzi sobre Kardec é notável. Como resultado dessa influência mútua entre pensadores, torna-se facilmente notável a contribuição desses filósofos na construção do pensamento pedagógico de Kardec.

Embora fosse parte do movimento iluminista, Rousseau se posicionou como um crítico de vários de seus pressupostos, especialmente no que diz respeito ao racionalismo exacerbado

e à valorização excessiva do progresso material (Brettas, 2012). Para ele, a posse privada da terra era a fonte dos males sociais, e sua crítica à propriedade privada o afastava da visão burguesa predominante no Iluminismo. Além disso, suas ideias anteciparam alguns aspectos do Romantismo, ao enfatizar sentimentos, a subjetividade humana e a harmonia com a natureza, contrastando com a racionalidade instrumental defendida por muitos iluministas (Brettas, 2012; Rousseau, 1999).

Entre suas contribuições mais significativas, destacam-se as obras *O Contrato Social* (1762) e *Emílio ou Da Educação*, ambas fundamentais para a formação do pensamento iluminista. Em *O Contrato Social*, Rousseau argumenta que o ser humano é, por natureza, livre, e que a organização da sociedade se baseia em convenções estabelecidas pelos próprios indivíduos.

O homem nasceu livre, e não obstante, está acorrentado em toda a parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles. Como se tem realizado esta mutação? Ignoro-o. Que pode legitimá-la? Creio poder responder a esta questão. Se eu não considerasse senão a força e o efeito dela derivado, diria: “Quando um povo obrigado a obedecer, obedece, faz bem; assim como quando pode sacudir seu jugo, e o sacode, age ainda melhor, porque recobra a sua liberdade em virtude do mesmo direito que o oprime, ou tem-no para recuperá-lo, ou não existia para tirá-lo. Porém, a ordem social é um direito sagrado que serve de base a todos os demais. Não obstante, este direito não provém da Natureza; funda-se em convenções. Resta saber que convenções são estas. Antes de chegar a este ponto, devo estabelecer solidamente o que acabo de indicar (Rousseau, 1999, p. 26).

Nessa obra, Rousseau defende, além de liberdade, a igualdade entre os seres. Dentre os pensadores iluministas, Rousseau se destacou por não enfatizar a propriedade privada como um direito inalienável. Pelo contrário, direcionou suas críticas às injustiças sociais da época e fundamentou a noção de vontade geral, elemento central para a definição do corpo político e a formação da democracia moderna (Rousseau, 1999).

Na obra *Platão, Rousseau e o Estado total*, Gilda Barros enfatiza a conclusão de Rousseau acerca da vida em sociedade, na qual a igualdade natural cede lugar a uma concepção ilusória de igualdade de direitos, uma vez que, na realidade, os mais fortes tendem a subjugar os mais fracos. O indivíduo inserido na sociedade é dividido por dois impulsos contraditórios: o primeiro o leva a se referir a si mesmo em todas as suas ações, enquanto o segundo o impulsiona a considerar o bem coletivo (a piedade). Nesse contexto, o homem na sociedade não vive de forma transparente e clara. Rousseau distinguiu o *homem do homem*, pertencente à sociedade, do *homem da natureza*, considerado um modelo ideal. O *homem da natureza* experimenta dois tipos de sentimentos: o *amor de si*, que o impulsiona a garantir sua própria

sobrevivência, e a piedade, que o leva a voltar-se para os outros, sensibilizando-se com o sofrimento alheio (Barros, 1995).

A primeira mutação refere-se ao *amor de si*, que pode transformar-se em *amor próprio*, nascido da comparação de si próprio com o semelhante, da qual resulta o orgulho, a vaidade de ser melhor. As demais paixões são um desdobramento patológico dessa. O desdobramento saudável do amor de si gera na alma a generosidade, a solidariedade, o altruísmo etc. O doentio, a inveja, a maledicência, o ciúme, a cobiça etc. O ideal é impedir o nascimento dessas paixões – e esta é a tarefa da educação – ou esforçar-se por submetê-las a controle, ser livre, enfim (Barros, 1995, p. 143).

No trecho apresentado acima é possível analisar as diferentes transformações, propostas por Rousseau, do *amor próprio*, o qual inicia-se com a distinção entre o *amor de si*, que pode posteriormente evoluir para o amor próprio através da comparação com outras pessoas, desencadeando sentimentos de orgulho e vaidade. Essas paixões podem ser consideradas patológicas, pois resultam em emoções negativas como a inveja, maledicência e ciúme. Por outro lado, o amor de si saudável promove sentimentos de generosidade, solidariedade e altruísmo. A educação é apontada como uma importante ferramenta para prevenir o surgimento dessas paixões negativas ou para desenvolver o controle sobre elas, permitindo ao indivíduo uma maior liberdade interior.

Segundo Brasil Fernandes de Barros (2022), apesar de não ter tido um contato pessoal com Rousseau, Pestalozzi assumiu o papel de discípulo do filósofo, defendendo e expandindo seus conceitos no âmbito da educação. Nesse contexto, Pestalozzi ampliou a concepção relativa à essência intrínseca do ser humano, argumentando que esse não apenas possuía uma natureza inerentemente boa em seu estado natural, mas também carregava consigo o potencial para sabedoria e virtude. Essa perspectiva foi posteriormente incorporada por Kardec, que herdou esse entendimento de seu mestre Pestalozzi. De acordo com Kardec, em sua obra “Obras Póstumas”, a Fraternidade,

[...] na rigorosa acepção do termo, resume todos os deveres dos homens, uns para com os outros. Significa: devotamento, abnegação, tolerância, benevolência, indulgência. É, por excelência, a caridade evangélica e a aplicação da máxima: “Proceder para com os outros, como quereríamos que os outros procedessem para conosco”. O oposto do egoísmo. A fraternidade diz: “Um por todos e todos por um”. O egoísmo diz: “Cada um por si”. Sendo estas duas qualidades a negação uma da outra, tão impossível é que um egoísta proceda fraternalmente para com os seus semelhantes, quanto a um avaro ser generoso, quanto a um indivíduo de pequena estatura atingir a de um outro alto. Ora, sendo o egoísmo a chaga dominante da sociedade, enquanto ele reinar soberanamente, impossível será o reinado da fraternidade verdadeira. Cada um a quererá em seu proveito; não quererá, porém, praticá-la em proveito dos outros, ou, se o fizer, será depois de se certificar de que não perderá coisa alguma (Kardec, 2019b, p. 201).

Kardec valorizava a fraternidade como base para a realização da felicidade social. Afirmava que sem a fraternidade, a igualdade e a liberdade séria seriam inviáveis. Nesse sentido, a igualdade é vista como decorrente da fraternidade, enquanto a liberdade é considerada uma consequência das outras duas dimensões. Essa perspectiva sugere uma interdependência entre os três conceitos, ressaltando a relevância da fraternidade para a construção de uma sociedade mais justa e harmônica (Kardec, 2019b).

De acordo com Alessandra Arce, Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em 1746 em Zurique, uma cidade situada na região germânica da Suíça. Sua ascendência remonta a ancestrais italianos protestantes que se refugiaram na Suíça devido a perseguições religiosas. Seu pai, Johann Baptist Pestalozzi, exercia a profissão de médico e faleceu quando Johann Heinrich Pestalozzi tinha seis anos. Por sua vez, sua mãe, Susanne Hotz, provinha de uma família com tradição médica. Diante das dificuldades econômicas, Johann Heinrich e seus irmãos foram criados sob os cuidados de sua mãe (Arce, 2014).

Na juventude, Pestalozzi foi influenciado pelo pensamento de Rousseau e, em certa medida, pelos ideais do movimento romântico, especialmente a valorização da imaginação. O movimento romântico foi um evento essencialmente europeu e produziu um estilo de pensamento que influenciou diversos âmbitos da cultura, desde a literatura e filosofia, ciência e arte, política e historiografia, música e costumes e, sobretudo, na pedagogia. No campo da pedagogia, o período romântico desencadeou uma profunda renovação teórica associada a uma nova concepção do ser humano, da cultura e da história. Além disso, houve uma reafirmação da importância da educação, da escola e da família como elementos centrais na formação humana, enfatizando a formação espiritual. Pestalozzi é reconhecido como grande expoente da pedagogia romântica devido à sua noção espiritual de educação, baseada na compreensão amorosa, mas também por seu engajamento nas questões sociais e políticas ligadas à educação (Cambi, 2014).

Em 1767, Pestalozzi iniciou sua jornada como empresário-educador em Neuhof, onde demonstrou interesse pelos desafios relacionados à produção agrícola, implementando iniciativas voltadas para a educação profissional (Cambi, 1999). No período mencionado, Pestalozzi conheceu Anna Schulthess, com quem se casou em 1769, tornando sua companheira fiel e colaboradora em sua trajetória educacional. Impulsionado pela propriedade rural de Anna, Pestalozzi se interessou pela agricultura. Naquela região, a pobreza era uma realidade predominante, levando à criação de várias instituições para acolher os menos favorecidos (Arce, 2014).

Ao observar esse contexto, Pestalozzi decidiu abrir em Neuhof uma instituição semelhante, uma espécie de escola que combinava o ensino do trabalho manual com o desenvolvimento intelectual e moral dos alunos. Em 1775, ele lançou a “Escola Industrial para os Pobres”. Contudo, enfrentou dificuldades financeiras que levaram a escola a declinar e declarar falência em 1779 (Arce, 2014).

No período compreendido entre 1780 a 1798 Pestalozzi publica diversos romances e grandes obras pedagógicas, como *Os serões de um solitário* e *Leonardo e Gertrude*, reunido em quatro volumes publicadas em 1783, 1785 e 1787, o qual possibilitou expandir a sua reputação na Europa. Além de dirigir o *Jornal do Povo Suíço*, que promoveu a disseminação de suas ideias, dirigiu o instituto para órfãos em Stans com objetivo de “[...] educar intelectual e moralmente os rapazes afiliados”. Cambi destaca que foi nesse estabelecimento que Pestalozzi “[...] desenvolve os princípios fundamentais de seu ensino: o método intuitivo e o ensino mútuo” (Cambi, 1999, p. 417). Entretanto, foi em Yverdon que Pestalozzi estruturou seu método educacional de maneira mais abrangente, possibilitou a internacionalização do instituto e o recebimento de visitantes ilustres como Fröbel, Madame de Staël e do aluno e discípulo Hippolyte Léon Denizard Rivail.

O pensamento pedagógico de Pestalozzi foi sintetizado por Franco Cambi através de três teorias:

1º a da educação como processo que deve seguir a natureza, retomada de Rousseau, segundo o qual o homem é bom e deve ser apenas assistido no seu desenvolvimento, de modo a libertar todas as suas capacidades morais e intelectuais [...]. 2º a da formação espiritual do homem como unidade de “coração”, “mente” e “mão” (ou “arte”), que deve ser desenvolvida por meio da educação moral, intelectual e profissional, estreitamente ligadas entre si [...]. 3º a da instrução, à qual Pestalozzi dedicou a mais ampla atenção [...] segundo a qual, no ensino, é necessário sempre partir da intuição, do contato direto com as diversas experiências que cada aluno deve concretamente realizar no próprio meio. [...] partindo da intuição, Pestalozzi desenvolve uma educação elementar que parte dos “elementos” da realidade, tanto no ensino linguístico como no matemático [...] (Cambi, 1999, p. 419, grifo do autor).

Desde sua infância, Pestalozzi demonstrava sensibilidade em relação à pobreza que afetava seu povo, especialmente as crianças trabalhadoras e os menos favorecidos, frequentemente expostos aos vícios, algo que ele atribuía à carência de valores morais cristãos. Suas observações das condições opressivas vivenciadas pela população e as circunstâncias que testemunhou alimentaram seu desejo por justiça e liberdade, características que posteriormente o tornaram um patriota e um defensor do liberalismo. A compaixão de Pestalozzi em relação ao próximo o impulsionou a assumir posturas firmes, dedicando-se integralmente a auxiliar,

orientar e agir de forma alinhada com os princípios cristãos em relação aos seus semelhantes (Arce, 2014).

De acordo com Brettas (2006), mesmo nos tempos atuais, inclusive no contexto brasileiro, pensadores e ativistas como Eurípedes Barsanulfo ou Anália Franco, atuantes no campo do Espiritismo, bem como personalidades como Paulo Freire, Anísio Teixeira ou Darcy Ribeiro, dedicados à teorização e implementação de políticas educacionais de qualidade voltadas para as camadas menos favorecidas, entre outros, frequentemente se depararam com incompreensão e enfrentaram preconceitos generalizados.

2.4 A chegada do Espiritismo ao Brasil

A intenção implícita aqui não consiste em realizar uma reconstituição histórica detalhada do desenvolvimento do Espiritismo no contexto brasileiro. Em vez disso, almeja-se enfatizar a importância dessa corrente de pensamento no panorama histórico brasileiro durante o declínio do Império e ao longo da primeira metade do século XX e os esforços realizados para ganhar legitimidade dentro da sociedade. Isso é essencial para a compreensão da forma como as bases da concepção espírita solidificaram-se no cenário nacional e quais foram as contribuições oferecidas por esta doutrina, principalmente no campo da assistência social e educacional, assegurando e sustentando esse quadro até a atualidade.

No contexto do desenvolvimento do Espiritismo no Brasil durante o período republicano, destacam-se duas áreas de influência significativas: a medicina e a educação. Figuras notáveis como Bezerra de Menezes⁴⁴, Anália Franco⁴⁵ e Eurípedes Barsanulfo

⁴⁴ Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, nascido em 29 de agosto de 1831 no Ceará mudou-se para o Rio de Janeiro em 1851 com o propósito de estudar medicina. Em 1852, ingressou como praticante interno no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, onde teve a oportunidade de colaborar com o renomado cirurgião Dr. Manoel Feliciano Pereira Carvalho. Em 1860, motivado por amigos, lançou-se como candidato a vereador na cidade do Rio de Janeiro, sendo eleito pelo Partido Liberal. No entanto, a sua eleição foi impugnada sob a alegação da sua condição de médico militar. Esse fato levou Bezerra a demitir-se do cargo. Em 1867, elegeu-se deputado geral pelo Rio de Janeiro, mas encerrou sua carreira política em 1885, direcionando o seu foco para o Espiritismo. De 1886 a 1893, utilizando o pseudônimo de Maxwell, contribui com artigos no jornal *O Paiz*, que foi dirigido por Quintino Bocaiuva. Bezerra de Menezes faleceu em 1900 no Rio de Janeiro (Wantuil, 1981).

⁴⁵ Anália Franco nasceu em 1º de fevereiro de 1856 em Resende no Rio de Janeiro e faleceu em 20 de janeiro de 1919 em São Paulo. A sua dedicação ao magistério iniciou enquanto menina, aos 12 anos auxiliava a sua mãe, colaborando em diversos colégios. Diplomou-se professora na Escola Normal de São Paulo e destacou-se pelo alto tino pedagógico e pelo carinho externado aos alunos. Em 1901, Anália Emília Franco fundou a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva do Estado de São Paulo e permaneceu como presidente desde a fundação até 1919, ano do seu falecimento. Concebida inicialmente para fornecer assistência, instrução e educação a crianças em situação de pobreza na capital paulista, independente de suas crenças religiosas ou raça. Ela assumiu a missão de combater o analfabetismo, a miséria e a ignorância que atingia as camadas mais vulneráveis da sociedade. Tudo indique que, naquela época, Anália Franco já se identificava com o Espiritismo, porém mantinha uma abordagem inclusiva e tolerante em sua obra, principalmente porque a Associação recebeu crianças de diversas

destacaram-se como pioneiras nessas duas frentes do Espiritismo nos primeiros anos da República. Conforme indicado por Bigheto (2006, p. 53), “[...] no contexto republicano, tivemos uma estruturação organizacional do espiritismo, uma popularização de suas ideias, o desenvolvimento das suas ligações com a medicina e o nascimento de sua proposta pedagógica”.

Durante o período em que o Brasil estava sob o domínio de Portugal no Século das Luzes, as ideias propagadas por Allan Kardec tiveram um impacto limitado, ficando restrita a alguns grupos de intelectuais, como por exemplo a liderança da Conjuração Mineira. A transição para o século XIX trouxe mudanças nesse cenário, marcadas pelo processo de emancipação que culminou na independência política em 1822. O país consolidou suas relações com a Inglaterra, seu principal consumidor de matérias-primas e fornecedor de manufaturados, e com a França, um centro cultural frequentado pelas novas gerações das elites brasileiras em busca de formação acadêmica. Isso possibilitou que as elites brasileiras percebessem como estavam atrasadas em relação à Europa (Damazio, 1994).

O Livro dos Espíritos chega ao Brasil por volta de 1860, por intermédio dos imigrantes franceses que desembarcavam no Rio de Janeiro e foram considerados os primeiros adeptos do Espiritismo, mas de forma tímida e discreta. A colônia francesa no Rio de Janeiro era formada por professores, comerciantes, jornalistas e muitas vezes influenciados por ideias socialistas. Entretanto, foi em Salvador que as ideias de Kardec ganharam exposição pública devido às disputas entre Luís Olímpio Teles de Menezes com membros da Igreja Católica local em defesa do Espiritismo. Teles de Menezes exercia a profissão de professor e jornalista, além de ser o

crenças religiosas. A filosofia de Anália Franco estava pautada na crença de ensinar conceitos fundamentais compartilhados por todas as religiões, como a existência de um Ser Supremo, a eternidade da alma e princípios morais para fomentar nos corações das crianças uma vivência espiritual que promovesse o amor a Deus e ao próximo. Em 1914, funda a Liga Educativa Maria de Nazaré, com a finalidade de estender seu trabalho filantrópico para o interior de São Paulo. Em 1914, Anália Franco criava a Liga Educativa Maria de Nazaré, destinada a auxiliar, nas localidades do interior do Estado de São Paulo, as escolas maternas, creches, asilos e colônias fundadas pela Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. Era um momento bastante promissor, com cerca de trinta Escolas Maternas operando apenas na capital de São Paulo. Além disso, Creches e Escolas estavam presentes em mais de vinte cidades no estado de São Paulo e Minas Gerais. Anália Franco supervisionava aproximadamente setenta instituições. No entanto, esse cenário positivo foi interrompido pelo início da Primeira Guerra Mundial, repercutindo na economia brasileira. O governo implementou medidas rigorosas, resultando na redução significativa das subvenções concedidas às entidades assistenciais. Anália Franco nutria um grande desejo de criar um asilo e colégio na cidade de Uberaba em Minas Gerais, inclusive já havia nomeado a professora Clélia Rocha para liderar o projeto. Sua última correspondência relacionada ao assunto, na qual expressou sua ansiedade em cumprir o compromisso em Uberaba, foi datada de 26 de dezembro de 1918. Além disso, estava motivada pela decisão de viajar para o Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer uma instituição educacional com a abordagem integralmente espírita. Anália Franco faleceu em 20 de janeiro de 1919 e não tendo tempo de concretizar as suas últimas vontades. Em Uberaba, a professora Clélia Rocha efetivou essa ação, transferindo seu Orfanato de Dourados para a cidade mineira. Posteriormente, o esposo de Anália, Antônio Bastos, fundou o Asilo de Órfãos Anália Franco no Rio de Janeiro, que posteriormente chamou-se de Lar Anália Franco (Wantuil, 1981).

responsável por fundar o primeiro grupo espírita brasileiro, Grupo Familiar do Espiritismo, em 1865, na Bahia e do primeiro órgão da imprensa espírita, *O Écho d'Além-Túmulo*, em 1869 (Giumbelli, 1997).

Em meados de 1870, com algum atraso em relação à Europa, emergiram correntes de pensamentos inovadores como o positivismo, o darwinismo e o materialismo. Esse período foi importante na trajetória da história brasileira, coincidindo com o término da guerra contra o Paraguai, a intensa discussão sobre a escravidão e a formação do Partido Republicano (Damazio, 1994).

O Espiritismo francês entrou no cenário brasileiro quando várias outras ideias da Europa também estavam influenciando pensadores nacionais. Por volta de 1870, três grupos principais de pensamento estavam dominando o cenário intelectual: um focado na ciência, que estava interessado em ideias como o positivismo, evolução e darwinismo social; outro que defende a liberdade humana, republicanismo e abolicionismo; e um terceiro conservador, que foi principalmente influenciado pelo pensamento católico. É interessante notar que os seguidores do Espiritismo também estavam sendo influenciados por essas correntes, que apoiavam a abolição da escravatura e republicanismos, envolviam-se em avanços científicos da época e estavam em oposição às doutrinas e instituições da Igreja Católica (Giumbelli, 1997). Em relação às disparidades entre o Espiritismo na Europa e no Brasil, Silva esclarece que:

Ao desembarcar no Brasil, o Espiritismo mergulhou em uma sociedade já caracterizada pela religiosidade, fruto mesmo do amálgama de diversas tradições, em que o objeto de estudo do Espiritismo, o “Além”, já fazia parte do cotidiano do povo. As fronteiras do natural e do sobrenatural não foram nunca muito nítidas na sociedade brasileira. Não se tratou, porém, de um desvio, como querem alguns, do Espiritismo mais científico da Europa – tal visão não deixa de ter um certo eurocentrismo. Dada as características da sociedade brasileira, evidentemente diferentes da Europa, o Espiritismo brasileiro também teria de ser diverso (Silva, 2005, p. 146).

No Rio de Janeiro, a Federação Espírita Brasileira (FEB) foi fundada em janeiro de 1884. No entanto, antes desse marco, outros grupos já haviam surgido, seguindo as iniciativas dos imigrantes franceses que trouxeram os livros de Kardec para o Brasil. O primeiro desses grupos foi a Sociedade de Estudos Espíritas – Grupo Confúcio, fundada em agosto de 1873, dedicada à exploração de fenômenos espírituais. Esse grupo foi responsável pela tradução integral de quatro⁴⁶ das cinco obras fundamentais de Kardec, além da edição da Revista Espírita, entre 1875 e 1876 (Giumbelli, 1997).

⁴⁶ Foram traduzidas as obras *O Livro dos Espíritos*, *O Livro dos Médiuns*, *O céu e o Inferno*, em 1875. A obra *O Evangelho Segundo o Espiritismo*, em 1876.

A tradução das obras basilares do Espiritismo emerge como uma necessidade premente, essencial para a propagação eficaz dessa doutrina no contexto brasileiro e para orientação dos novos grupos espíritas que se formavam. A incumbência da tradução recaiu sobre o Dr. Joaquim Carlos Travassos⁴⁷, ocupante do cargo de secretário geral do Grupo Confúcio, sendo essas obras publicadas pela editora B. L. Garnier (Damazio, 1994).

A expansão do Espiritismo no cenário do Rio de Janeiro, em seu estágio inicial, restringia-se à colônia francesa, formada predominantemente por indivíduos de classes profissionais liberais, em situação socioeconômica privilegiada. Esse grupo era composto por figuras notáveis como Casimir Lieutaud, Adolphe Hubert, Monsieur Morin e Madame Perret Collard, reconhecidos como a elite intelectual da época, estabelecendo relações estreitas com os círculos sociais da era imperial (Damazio, 1994). A expansão dos grupos espíritas ocorria de modo diversificado, manifestando-se tanto em configurações mais públicas quanto em âmbito mais restrito e privados. Durante o período de 1870 a 1890, os principais líderes⁴⁸ desses grupos ocupavam posições sociais privilegiadas, conferindo-lhes a possibilidade de acesso a recursos, conhecimentos e redes de relações valiosas (Giumbelli, 1997).

Embora tenha parecido que o cientificismo estivesse se estabelecendo de maneira incontestável, especialmente nos círculos intelectuais, e que isso indicasse um declínio do misticismo, a realidade não seguiu um curso tão linear, assim como ocorreu na Europa. Outras concepções de mundo continuaram a ser abraçadas, sendo a concepção católica mais proeminente, mantendo sua influência na sociedade brasileira (Damazio, 1994).

A FEB teve como seu primeiro presidente Ewerton Quadros, major do Exército, mas a iniciativa partiu do grupo ligado ao fotógrafo Elias da Silva, proprietário do jornal *Reformador*. O periódico foi fundado em um ano antes da fundação da FEB, em 1883, e contava com publicações quinzenais e dedicava uma coluna ao Espiritismo. Porém, a partir da fundação da FEB, o periódico torna-se seu veículo oficial de imprensa (Giumbelli, 1997).

Outro aspecto relevante mencionado por Giumbelli (1997) é que diversos autores abordam que a FEB foi criada como um esforço voltado para a coordenação dos grupos então

⁴⁷ Nascido em 1839 em Angra dos Reis, filho de fazendeiro, médico, culto, rico e pertencente à elite da sociedade fluminense. Liberal e posteriormente republicano, atuou como deputado da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e senador na primeira legislatura do Estado do Rio, mas afastou-se da política por discordar de Floriano Peixoto (presidente na época). Foi um dos “receitistas” mais renomados, juntamente com Bittencourt Sampaio – advogado – que prescreviam Homeopatia (Damazio, 1994).

⁴⁸ É possível citar como exemplos desses líderes os médicos alopatas Joaquim Carlos Travassos e Bezerra de Menezes; homeopatas como Antonio Pinheiro Guedes, Antonio de Castro Lopes e Francisco Menezes Dias da Cruz; engenheiros, como Antonio da Silva Neto; advogados, como Francisco Leite de Bittencourt Sampaio, Júlio Cesar Leal; militares, como Raimundo Ewerton Quadros e outros; funcionários públicos, como Frederico da Silva Júnior; ou autônomos, como Augusto Elias da Silva (Giumbelli, 1997).

atuantes no Rio de Janeiro, sugerindo que seu principal objetivo era desempenhar um papel de representação perante esses grupos. No entanto, o autor contesta essa interpretação utilizando-se de informações publicadas no *Reformador*, afirmando que a FEB foi uma iniciativa direcionada à “[...] promoção ativa do Espiritismo através da imprensa e de conferências públicas”. Isso implica que a entidade não buscava ser um representante dos grupos existentes, mas sim um meio de disseminar a doutrina espírita, unindo esforços de indivíduos convidados a associar-se a ela (Guimbelli, 1997, p. 63).

Dentre as práticas que abrangiam a mediunidade, merecem destaque a desobsessão e a atuação terapêutica dos “médiums receitistas”. As sessões de desobsessão, destinadas a mitigar distúrbios resultantes da obsessão, adquiriram uma dimensão terapêutica. As manifestações obsessivas eram interpretadas como fenômenos de natureza patológica, frequentemente associadas a condições psicopatológicas, como loucura e mania. Por outro lado, o “médium receitista” representava o indivíduo que, sob a influência do espírito de um médico já falecido, apresentava diagnósticos de doenças e indicava tratamentos. Esses tratamentos, predominantemente, consistiam em medicação homeopática⁴⁹, que era prescrita como parte do processo de cura (Guimbelli, 1997). Diante do contexto apresentado, podemos analisar o que dizia o *Reformador*, em 1884:

Como em toda, a parte a mediunidade curadora e a receitista têm se desenvolvido entre nós. Ninguém já ignora que existem indivíduos, de um ou outro sexo, de diferentes idades, que, sem nunca ter aberto um livro de medicina, espantam-nos com a precisão e com o acerto com que descrevem o soffrimento daquelles que lhe são apresentados e, muitas vezes mesmo, sem que se dê tal apresentação, somente a vista do nome e idade do enfermo; indicando os meios de cura que, seguidos, têm sempre produzidos benéficos resultados, mesmo nos casos mais desesperados [...]. A mediunidade é uma faculdade natural, e não há poder humano que seja capaz de tolher-lhe a acção (*Reformador*, 15/01/1884, p. 1).

O trecho sugere que há um reconhecimento de que muitas pessoas já estão cientes de indivíduos que, mesmo desprovidos de formação médica convencional, têm a habilidade de

⁴⁹ A homeopatia surge como uma abordagem médica alternativa desenvolvida por Cristiano Frederico Samuel Hahnemann, um médico alemão que viveu entre 1755 e 1843. Hahnemann, um profissional médico respeitado, contestou os princípios fundamentais e as práticas terapêuticas predominantes na medicina de sua época. Essa prática médica tradicional envolve tratamentos agressivos, como sangrias e aplicação de ventosas, além da administração de medicamentos que visavam aliviar os sintomas, como vômitos, diuréticos e hipnóticos. No entanto, muitas vezes essas práticas mostravam-se prejudiciais aos pacientes. Portanto, em 1789, decidiu interromper a prática médica e exerceu a atividade de tradução, focando em obras científicas. Enquanto lia, traduzia e refletia, gradualmente começou a desenvolver um corpo doutrinário no âmbito da medicina. Nesse processo, incorporou conceitos metafísicos, como os de “fluido universal” e “energia vital”, na prática de curar doenças por meio do princípio “curam-se os semelhantes pelos semelhantes”. Esse método baseava-se na crença de Hahnemann de que um doente manifestava seu estado através dos sintomas patológicos apresentados. Para a cura, o médico deveria prescrever uma medicação que “precipitaria os mesmos sintomas de um homem são” (Damazio, 1994, p. 83).

descrever com precisão o sofrimento de pacientes que lhes são apresentados. Essa apresentação, em alguns casos, é feita apenas com base no conhecimento do nome e da idade do paciente. Além de sugerir que a mediunidade é vista como uma habilidade inata, algo natural e que não pode ser controlado pela ação humana.

A interpretação de Hahnemann de conceitos como organismo, espírito, força vital, saúde e doença, de uma maneira mais metafísica, facilitou a adesão de muitos médicos e pessoas com inclinações espiritualistas à sua abordagem médica não convencional. Com a chegada do Espiritismo, tornou-se comum oferecer cuidados médicos homeopáticos como forma de caridade aos necessitados. A escolha da homeopatia por parte dos espíritas pode ser entendida pela semelhança entre os conceitos de Hahnemann e os de Kardec. Para os seguidores do Espiritismo e outros espiritualistas, a noção espiritual transmitida por Hahnemann está determinada com a crença de um espírito criado por Deus, transcendente e eterno. A ideia de força vital de Hahnemann encontra correspondência na compreensão do perispírito⁵⁰ de Kardec, uma entidade fluídica que conecta corpo e espírito e que pode ser influenciada por agentes imateriais, também fluídicos (Damazio, 1994, p. 86).

A evolução em direção à aceitação da homeopatia não seguiu um padrão uniforme. Um exemplo disso é o percurso de Francisco de Menezes Dias da Cruz, inicialmente um médico homeopata que posteriormente converteu-se ao Espiritismo. Em períodos distintos, ocupou cargos de liderança no Curso Hahnemanniano, no Instituto Hahnemanniano e na FEB. Adolfo Bezerra de Menezes, por sua vez, iniciou sua carreira como médico alopata, mas posteriormente converteu-se ao Espiritismo, adotando, sob orientação espiritual, a prescrição de medicamentos homeopáticos. Outros protagonistas relevantes dos primeiros anos do Espiritismo no Brasil, profissionais médicos, também optaram pela abordagem homeopática no âmbito da saúde (Damazio, 1994).

A legitimação da abordagem homeopática como uma alternativa de tratamento de saúde foi buscada por meio de diversas estratégias empregadas pelos praticantes dessa vertente. Essas estratégias incluíram a criação e operação de clínicas, hospitais, dispensários, a prestação de serviços médicos gratuitos para a população carente e a implementação de programas de formação de curta duração destinados a capacitar os interessados em praticar a homeopatia. Esses cursos tiveram como intenção fornecer conhecimento específico sobre essa abordagem terapêutica, permitindo assim que os interessados ingressassem nesse campo sem a necessidade

⁵⁰ O termo perispírito é um conceito que pertence à Doutrina Espírita. De acordo com a Federação Espírita Brasileira, o homem é um Espírito encarnado em um corpo material. O perispírito é o corpo semimaterial que une o Espírito ao corpo material.

de passar pelo percurso educacional tradicional oferecido pelas Faculdades de Medicina (Damazio, 1994).

A fundação do Instituto Homeopático do Brasil, foi incluída nas estratégias de legitimação da homeopatia. O instituto estabelecido em 1842 por Mure e Vicente Martins, sendo este último diretor até 1854. O processo de estabelecimento e consolidação prosseguiu, culminando em 1847, quando Vicente Martins, juntamente com outros profissionais médicos, fundou a Sociedade Homeopática Baiana. Essa iniciativa gerou intensos debates através dos jornais locais, nos quais os defensores da medicina alopática confrontaram os defensores da homeopatia. Um ponto de virada significativo aconteceu quando o Dr. Melo Moraes, um dos opositores mais fervorosos da homeopatia, desempenhou um papel crucial na recepção da homeopatia, devido às observações das curas alcançadas pelo Dr. Vicente Martins, aderindo assim a essa nova abordagem terapêutica. A “conversão” do Dr. Melo Moraes desempenhou um papel determinante na recepção da homeopatia, devido à sua credibilidade estabelecida naquela época (Damazio, 1994).

A importância do Dr. Melo Moraes para a homeopatia e para o Espiritismo, pode ser constatada em artigo publicado no *Reformador* de 1887:

Quando a doutrina Hahnemann começou a ter aceitação entre nós, o Dr. Mello Moraes combateu-a com todas as suas forças; mas depois, convencido pela observação, apresentou-se altivo confessando o seu engano, e tornou-se um dos mais fervorosos propagadores do novo systema de cura; para cuja sustentação creou o *Medico do Povo* [...]. Seu trato afável, sua caridade, sua avançada ilustração captivavam os que delle se aproximavam, infundindo-lhes no animo sentimentos de respeito e veneração [...]. Mas sua obra não termina ahí. Para o mundo descrente o dr. Mello Moraes morreu; para nós ele continua a viver, dando-nos disso todos os dias inconcussas provas de levar aos que sofrem o balsamo da consolação. Não há entre nós um só médium receitista, que não tenha sido auxiliado por seu espírito lucido, animado, aconselhado e fazendo propaganda, que na vida terrena não lhe era possível (Reformador, 15/09/1887, p. 3).

A problemática relacionada à validação do conhecimento médico homeopático de Hahnemann foi parcialmente solucionada com a inclusão do ensino da homeopatia nas instituições acadêmicas de saúde. Entretanto, a prática dessa abordagem terapêutica por indivíduos leigos, frequentemente influenciados por estados de inspiração espiritual ou possessão, originou uma série de confrontos com as autoridades policiais. Esse cenário se acentuou notavelmente após a promulgação do Código Penal de 1890. Além dos profissionais médicos especializados em homeopatia, emergiu um grupo substancial e crescente de não especialistas que prescreviam tratamentos enquanto em estados de transe mediúnico, denominados “receitistas”. O público atendido por esses médiuns abrangia uma diversidade de estratos sociais, desde indivíduos economicamente desfavorecidos, tradicionalmente

recorrendo a curandeiros, até personalidades de proeminência na esfera nacional, como o senador Quintino Bocaiúva e o então presidente Prudente de Moraes (1894 – 1898). Impulsionados por experiências bem-sucedidas, notavelmente a observação da recuperação de familiares, tais indivíduos leigos engajavam-se nesse processo de prescrição homeopática sob influência mediúnica (Damazio, 1994).

A popularidade da prática homeopática entre os seguidores do Espiritismo se torna notória ao observar a publicação recorrente na última página do periódico *Reformador*, que tinha o propósito de promover a Farmácia Homeopática (Figura 5). Essa propaganda da farmácia homeopática foi veiculada em várias edições do periódico.

Figura 5 - Propaganda Farmácia Homeopática Almeida Cardoso & Cia (1933)

Grande Laboratório e Farmácia Homeopáticas

FUNDADOS EM 1880 "ALMEIDA CARDOSO" RUA Marechal Floriano, 11

DE ALMEIDA CARDOSO & Cia.

Distinguidos com GRANDE PRÊMIO a mais recompensa conferida em Homeopatia na EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1903.

Fornecedores da Armada, da Marinha e dos principais estabelecimentos médicos e farmaceuticos

MEDICAMENTOS HOMEOPÁTICOS QUE CURAM



R. Marechal Floriano, 11
RIO DE JANEIRO

OPHTHALMINE — Para inflamações da vista.
PROSTATINA — Para inflamações da próstata.
VISUALINA — Para tuer cecidões.
SANADILIN — Para hepáticas.
SANACALLOS — Para cair os calos.
SANACANCRO — Para feridas crônicas e recentes.
SANACOLICAS — Para cólicas intestinais.
SANADARVETTES — Para cólicas em geral.
SANAFUTIAS — Para feridas crônicas e recentes.
SANAFLORES — Para a leucorria (Barna branca).
SANAGRIPPE — Alivia a influenza e cura constipações.
SANASMINA — Para a tosse e o sarcoço.
SANANGINA — Para a inflamação da garganta e boca.
SANAOPI — Para a opilação.
SANACHEUMA — Para o resfriado em geral.
SANASTOMA — Para a tosse em geral.
SANASPHILIS — Depurativo para impurezas da pele.
SANATONICO — Tônico e depurativo do sangue.
SANATONSE — Para a tosse e a bronquite.
SEZEPINA — Para a febre intermitente.
SUPPERINA — Para as supurações em geral.
TABLELAXO — Purgativo e laxativo.

ALBINGIA — Pó dentifício.
ALLIUM SATIVUM — Para infulmaz.
ALMEIDINA — Para gonorréa.
ITALSAMO DE ARNICA — Para golpes e contusões.
CALCENDULINA — Antiseptico; Para feridas.
CAPIVADOLEUM — Tônico palatal e nasal.
CARDOSINA — Para tosse e bronquite.
CARDIUS CARDOSO — Para moléstias do coração.
CANCA AMERICANA — Reguladora e energizante.
CHERATOME ANTIREUMATICO — Pó para o reumatismo.
DOLOPHORA — Anestésico e portio.
DIAETINA — Tônico Reconstituinte. Para a cipezia.
DYSENTERILUM — Para diarreia em geral.
ESCHROFELINA — Para estradas em geral.
ESSENCIA BENEDICTINA — Para dores de dentes.
GYPHUM BRASILIENSE — Facilita a dentição.
HEMORRHOICINA — Para hemorragias em geral.
HEMORRHOICINA — Para hemorragias em geral.
OLEO DE FICUS DE SACAHU — Para a tosse em geral.

Os medicamentos acima são aconselhados pelos médicos, licenciados pela Saúde Pública e acompanhados do modo de se usarem. Os nossos produtos, são reconhecidos em frascos fechados, pelas melhores farmácias e drogarias de todo o Brasil e distinguem-se facilmente de todos os outros com a marca "UM ANJO CORDANDO UMA ÁGUA", que ilustra esta publicação. Com estes requisitos usará um produto legítimo e garantido. — Escrutame-se as mais exigentes encomendas de HOMEOPATIA EM TINTURAS, GLOBULOS, PILULAS E TABLETES. — PREÇOS RAZOAVEIS — Não temos fôlha.

GRATIS ALMEIDA CARDOSO & CIA.
Rua Marechal Floriano, 11 — Caixa Postal 929

Pelo enviar-me gratis pelo Correio ao endereço abaixo o tratado Homeopático, com 208 pagas, intitulado Guia pratico, sem nenhum compromisso de minha parte

Nome.....

Endereço.....

Estado.....

Fonte: Reformador, 01/02/1933, p. 28.

Analisando a publicação (Figura 5), é possível perceber que essa seção de propaganda elenca uma variedade considerável de medicamentos homeopáticos, apresentando suas respectivas indicações terapêuticas, sendo notável que cada menção seja acompanhada da seguinte afirmação: “Os medicamentos acima são recomendados por profissionais médicos”. Este enunciado tem como propósito insinuar uma espécie de endosso à homeopatia por parte da comunidade médica, ao mesmo tempo que estimula a adoção dessa prática entre leigos.

Adicionalmente, é promovida a distribuição gratuita do Tratado de Homeopatia por meio do serviço postal, mediante a realização de uma inscrição. Esse gesto não apenas facilita a disseminação do conhecimento homeopático, mas também incentiva a participação de indivíduos não profissionais na aplicação desta terapêutica.

A considerável demanda pelo atendimento de *receitistas* e curandeiros por parte da população não pode ser unicamente associada às crenças populares. É fundamental também considerar a ausência e intervenção do Estado no âmbito dos cuidados de saúde destinados às classes menos privilegiadas. Para preencher essa lacuna, organizações beneficentes de caráter privado, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia, desempenharam um papel limitado no fornecimento de serviços médicos. No entanto, tais esforços não foram suficientes para suprir as necessidades da população, em especial aqueles incapazes de arcar com despesas médicas particulares (Damazio, 1994).

Diante dessa realidade, a busca por atendimento junto a *receitistas* e curandeiros tornou-se uma alternativa plausível. Como mencionado anteriormente, os médiuns *receitistas* ofereciam seus serviços sem cobrança, e aqueles que trabalhavam em colaboração com a FEB tinham o hábito de encaminhar os casos mais necessitados à instituição, resultando na distribuição gratuita de remédios homeopáticos recomendados. Tal dinâmica resultou em um expressivo número de pessoas recorrendo a esses profissionais

O expressivo número de médiuns *receitistas* e curandeiros⁵¹ chamou a atenção tanto da classe médica quanto do clero católico, com ênfase na classe médica. Esta última estava zelosa pela manutenção do monopólio na área da medicina e opunha-se tenazmente a abordagens alternativas de cura, as quais eram frequentemente rotuladas de charlatanismo. A comunidade católica, por sua vez, buscava suprimir a influência dos curandeiros e *receitistas*, visto que esses grupos representavam sinais da ampla popularidade de crenças que divergem dos princípios da religião católica (Damazio, 1994).

Foi através da influência sobre os juristas responsáveis de elaboração do Código Penal de 1890, instituído pelo decreto nº 847, de 1890, que resultou na inclusão de três artigos com o propósito de reprimir práticas que não faziam parte da medicina tradicional alopática e fórmulas mágicas que não estavam em conformidade com os preceitos das crenças católicas.

⁵¹ O curandeirismo era uma modalidade de tratamento alternativo, enraizado nas tradições populares. Diversos tipos de curandeiros existiam, incluindo aqueles que recomendavam remédios caseiros e banhos de ervas, as rezadeiras, indivíduos que realizavam rituais para afastar energias negativas, assim como uma ampla gama de feiticieiros.

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos: [...]

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica: [...]

Art. 158. Ministras, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro: [...] (Brasil, 1890).

Na pesquisa conduzida por Adriana Gomes, cujo objetivo foi analisar a relevância dos jornais circulantes na capital federal durante a segunda metade do século XIX, com destaque para o *Jornal do Commercio*, *O Apóstolo* e o *Reformador*. O foco da análise está na disseminação e promoção da doutrina espírita, bem como nos ataques e defesas dirigidos a essa corrente religiosa. Os periódicos mostram-se fundamentais como ferramenta de busca de legitimação, e cada um desses grupos, representados por um desses periódicos, tinha como objetivo principal transformar seus discursos em instrumentos de compreensão e legitimação de suas ideias (Gomes, 2013).

Após a Proclamação da República, o movimento espírita no Brasil, além de continuar buscando sua inserção social em relação à Igreja, enfrentou a necessidade de estabelecer seu reconhecimento como matriz religiosa legitimada pelo Estado brasileiro. Isso ocorreu devido à criminalização do Espiritismo pelo Código Penal de 1890, classificado como um crime perturbador, o qual o classificou como um crime contra a tranquilidade pública nos artigos 156, 157 e 158, especialmente no artigo 157 (Gomes, 2013).

Nesse contexto de criminalização, os praticantes da doutrina espírita empenharam-se em validar suas práticas como legítimas no âmbito público e social, travando embates com as instituições judiciais, policiais e médicas. A intenção era superar a estigmatização associada à sua prática, que era considerada um potencial de desordem pública (Gomes, 2013).

A partir da inclusão do Espiritismo no Código Penal, o *Jornal do Commercio* assumiu um papel crucial para o movimento espírita. Através dele, os artigos que criminalizavam o Espiritismo foram divulgados, tornando-os conhecidos pelo público em geral. Por sua vez, o movimento espírita não adotou uma abordagem passiva em relação a esses artigos do Código Penal. Para tanto, utilizou a revista *Reformador* para contestar a criminalização das práticas espíritas (Gomes, 2013).

Durante duas edições sequenciais, o *Jornal do Commercio* divulgou uma coluna intitulada “O novo código penal e o espiritismo”. Essas publicações, personificadas pelo advogado, João Baptista Pereira, responsável pela elaboração e formulação dos artigos

relacionados ao Espiritismo no Código Penal de 1890, apresentam um cenário de confronto entre a comunidade espírita e o Estado.

O espiritismo mais perigoso que a magia com as suas encautações [sic] e talismãs não pode ficar impune, se como indústria ilícita cabe sob o gladio vingador da lei, como arte ou meio de curar, deve desafiar todo o seu rigor, porque é uma ameaça à segurança da saúde, da vida e quiçá da honra. [...] como tolerar-se que o espiritismo, que não firmou ainda seus créditos como sciencia experimental, seja applicado como meio curativo, ele que pretende ser instrumento de forças occultas e ainda não conhecidas? E ousa-se pedir supressão dos artigos do código que põem freio ao abuso e ao escândalo! Em nome de que princípio? Da sciencia? [...] Se o código não pune a prática do espiritismo nem como meio de investigação científica, nem como objecto de recreio e divertimento, como e porque então o pune? Unicamente como indústria ilícita, de que os seus exploradores tirão proveito em detrimento da saúde pública. Terião razão de sobresaltar-se os espiritas se o código em um texto conciso consagrasse pura e simplesmente a prohibição da pratica do espiritismo, esse porém não foi o pensamento da lei, e sim outro [...] que resumio claramente os elementos do crime, o qual só é punível quando praticado com o fim de despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis, ou incuráveis emfim para fascinar ou subjugar a credulidade pública (Jornal do Commercio, 24/12/1890, p. 2).

Observa-se que a linguagem utilizada no trecho reflete claramente a polarização da época em relação ao Espiritismo. O autor adota uma postura crítica em relação à doutrina, comparando-a a práticas mágicas e obscuras. A referência à magia e ao uso de termos como “forças ocultas” reforçam o tom pejorativo que era frequentemente associado ao Espiritismo por seus opositores. Além disso, o autor destaca a ambiguidade na aplicação da lei em relação ao Espiritismo, demonstrando a dificuldade em categorizar e regulamentar o Espiritismo, dada a sua natureza espiritual e filosófica. Portanto, o trecho em questão mostra como o Espiritismo enfrentou desafios em sua busca por reconhecimento e legitimação no cenário brasileiro.

Conforme Gomes (2013), as publicações do criminalista João Baptista Pereira no *Jornal do Commercio* apresentavam a sua interpretação dos artigos que ele próprio legislou. Enfatizando que a sua intenção era reprimir a prática ilegal da medicina e eliminar o charlatanismo. Contudo ele também admitia que algumas práticas Espíritas não se encaixavam nesse cenário e, portanto, eram aceitáveis. O ponto de controvérsia residia no fato de que o artigo 157 já começava por criminalizar o Espiritismo, sem deixar espaço para considerações adicionais.

Nesse contexto de criminalização, o Espiritismo envolveu-se em três categorias distintas de acusações. A primeira referência foi ao charlatanismo, onde as alegações de cura foram rotuladas como meras falsificações. A segunda acusação dizia respeito ao curandeirismo, enfatizando que as práticas espíritas, ainda que não intencionalmente prejudiciais, evidenciavam a ignorância da população local, competindo assim com os médicos específicos. A terceira acusação era de ser um agente causador de doenças mentais, indicando que o

Espiritismo não apenas falhou em fornecer curas, mas também poderia estar relacionado, senão como causa direta, como um desencadeador da insanidade. Diante dessas conclusões, os praticantes espíritas adotaram duas estratégias fundamentais. Primeiramente, buscando o apoio de cientistas⁵² eminentes para sustentar a causa. Além disso, procuraram reafirmar a natureza religiosa do Espiritismo. Essas abordagens foram observadas nas defesas apresentadas pelos adeptos do Espiritismo, que frequentemente invocavam o princípio da liberdade religiosa como parte de sua argumentação (Silva, 2005).

A estratégia adotada pelos adeptos do Espiritismo para justificar suas defesas diante das perseguições consiste em enfatizar o caráter religioso de suas práticas. Procuravam sustentar que suas atividades estavam intrinsecamente ligadas à dimensão da fé e, conseqüentemente, situavam-se fora da esfera de competência do poder público, ou seja, do código penal. A argumentação utilizada estava ligada ao princípio da liberdade religiosa, declarada no artigo 11 da Constituição Federal de 24 fevereiro de 1891:

Art. 11. E' vedado aos Estados, como á União:

1º Crear impostos de transito pelo territorio de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre productos de outros Estados da Republica, ou estrangeiros, e bem assim sobre os vehiculos, de terra e agua, que os transportarem;

2º Estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercicio de cultos religiosos;

3º Prescrever leis retroactivas (Brasil, 1891).

Silva (2005) assinala que, apesar da maioria dos adeptos do Espiritismo almejar estabelecer uma identidade desvinculada das rivalidades político-partidárias, é inegável que manteve um envolvimento constante com o Estado. Estes vínculos, embora às vezes conflituosos, revelaram-se significativos, especialmente quando consideramos que o Espiritismo gradativamente consolidava-se como uma manifestação religiosa. A atitude de adotar um discurso de neutralidade pode ser comprovada como uma estratégia destinada a mitigar eventuais atritos com o Estado.

Assim, se diante da Igreja Católica o Espiritismo utilizava os Evangelhos em sua defesa, e, se diante da Medicina, utilizava a autoridade de cientistas, diante do Estado utilizou a própria lei a seu favor. E nesse caso, ser religião – e uma religião civilizada e patriótica – era fundamental para possibilitar a defesa em nome da liberdade religiosa garantida em lei (Silva, 2005, p. 147).

⁵² Os cientistas renomados que atuavam em defesa do Espiritismo foram: Alfred Russel Wallace (Reino Unido) um dos precursores da teoria da seleção natural; William Crookes (Reino Unido) realizou pesquisas sobre os fenômenos “espiritualistas”; Paul Gibier (França) considerado discípulo de Louis Paster, médico, bacteriologista e estudioso dos fenômenos espiritualistas; Cesare Lombroso (Itália) médico psiquiatra e criador da antropologia criminal; Johan Karl Friedrich Zöllner (Alemanha) astrônomo e físico; Frederic William Henry Myers (Inglaterra) pioneiro na pesquisa de fenômenos paranormais; Charles Robert Richet (França) médico fisiologista e recebeu o prêmio Nobel de medicina em 1913 (Silva, 2005, p. 101).

Dessa forma, o Espiritismo no contexto brasileiro não se desvinculou dos padrões estabelecidos pela tradição francesa, que abrange tanto as vertentes filosóficas quanto científicas. Em vez disso, observamos uma fase subsequente de expansão da própria organização espírita. Essa expansão foi amplamente favorecida pela notável influência do médium Francisco Cândido Xavier. Portanto, Chico Xavier não apenas alargou o alcance da doutrina espiritual, estendendo-se além dos círculos intelectuais, como também consolidou sua dimensão religiosa. Frattari Neto (2009, p. 51) afirma que a exemplificação dessa dimensão foi ao pôr em prática o preceito central “*O evangelho segundo o Espiritismo: Fora da Caridade não existe salvação*, por meio de campanhas e distribuições a milhares de necessitados”. A influência de Chico Xavier será retomada neste capítulo, na análise do Espiritismo em Uberaba.

Seguindo essa perspectiva de figuras influentes, é pertinente explorar a contribuição de outras personalidades notáveis que também exerceram impacto significativo no desenvolvimento do Espiritismo em Minas Gerais. O objetivo, portanto, não é traçar uma história completa da religião no estado, mas construir uma visão abrangente sobre sua introdução e consolidação em Minas Gerais, por meio da análise dos líderes e médiuns que desempenharam papéis essenciais nesse processo.

A chegada do Espiritismo em Minas Gerais, de maneira similar ao que ocorreu no Rio de Janeiro e em outros estados, despertou um notável entusiasmo entre os intelectuais, ao mesmo tempo que ganhava popularidade entre as classes média e baixa. Esse fenômeno culminou em conflitos entre católicos e seguidores da doutrina de Kardec. Entretanto, segundo Alessandro Bigheto, a definição de uma data exata para o início das atividades espíritas em Minas Gerais representa um desafio, dada que “[...] ainda não há suficientes documentos históricos e pesquisas a respeito” (Bigheto, 2006, p. 60).

No entanto, Bigheto (2006) aponta que a expansão do Espiritismo em Minas Gerais começou a se manifestar por volta do ano de 1893, através da atuação de dois imigrantes

espanhóis estabelecidos no Brasil: Frederico Peiró⁵³ e Maximiliano Alonso⁵⁴. Ambos compartilhavam uma perspectiva materialista e tiveram seu primeiro contato com os fenômenos espirituais em Uberaba na residência do advogado Antônio Cesário da Silva e Oliveira. Com a participação desses dois indivíduos, o movimento espírita em Minas Gerais adquiriu uma característica propagadora, à medida que eles percorriam diversas localidades, incluindo Belo Horizonte, Uberaba, Sacramento e Araxá. A presença espírita em Uberaba, local de implantação do objeto de estudo desta tese, será retomada neste capítulo.

Dentre as pessoas que foram influenciadas por Frederico Peiró estava Mariano Ferreira da Cunha, conhecido como “tio Sinhô”. Ele também é considerado como um dos precursores do Espiritismo no Triângulo Mineiro. Mariano trabalhou como contador de Peiró no período que o espanhol se converteu ao Espiritismo. Procurou pela ajuda de Peiró após o início da ocorrência de fenômenos físicos insólitos no povoado que acabara de chegar. Foi a partir dessa experiência que Mariano decidiu fundar, em 28 de agosto de 1900, o primeiro centro espírita do Triângulo Mineiro, chamado de “Fé e amor” (Brettas, 2006).

De acordo com Jorge Rizzini (1992), a adesão de “tio Sinhô” a essa estranha doutrina, difamada pelo clero como a “doutrina do satanás”, foi questionada pelo sobrinho e católico Eurípedes Barsanulfo. Como resposta, recebeu a obra de Léon Denis, “Depois da Morte”, que abalou profundamente as convicções católicas de Eurípedes.

Na primeira metade do século XX, Eurípedes Barsanulfo emergiu como uma figura de destaque no contexto do Espiritismo. Originário de Sacramento⁵⁵, sua jornada desempenhou um papel fundamental na ampliação da doutrina Kardecista, especialmente na influente região do Triângulo Mineiro. Além disso, sua influência se estende de maneira significativa ao interior de São Paulo e Goiás (Brettas, 2006).

Eurípedes Barsanulfo nutria o desejo de tornar-se médico desde tenra idade, e sua paixão pelo estudo e pela leitura despertou ainda muito cedo. Pertencente a uma família de condições modestas, carregava a responsabilidade de cuidar de sua mãe, que enfrentava constantes

⁵³ Frederico Peiró (1859-1915) natural de Linares, localizada na província de Jaén, Espanha. Emigrou para o Brasil e residiu inicialmente na região rural de Bragança Paulista, no interior de São Paulo. Em 1892, se transferiu para Uberaba e ocupou o cargo de administrador em uma fábrica de calcário. Tornou-se espírita em 1893 ao assistir as sessões na casa do Coronel Antônio Cesário da Silva Oliveira. Ao longo do tempo, progrediu e tornou-se sócio e, posteriormente, proprietário da fábrica de calcário em que trabalhava. Através de seu empreendimento, facilitou a vinda de vários indivíduos para trabalhar na região, contribuindo o crescimento populacional. Peiró também fundou e sustentou duas farmácias, as quais forneciam medicamentos gratuitos. Após o seu falecimento foi pedido à Companhia Mogiana para dar à Estação de Paineiras o nome de Frederico Peiró (Lavoura e Comércio, 19/12/1915, p.1). Atualmente, a antiga Estação Paineiras é conhecida como distrito de Peirópolis, localizada em Uberaba.

⁵⁴ Maximiliano Alonso era sócio e amigo íntimo de Frederico Peiró (Lavoura e Comércio, 19/12/1915, p.1).

⁵⁵ Até 1901, Sacramento pertenceu à Comarca de Uberaba.

problemas de saúde. Para auxiliar no sustento do lar e contribuir com os cuidados maternos, desempenhava tarefas como o transporte de mercadorias e assistência a viajantes na pequena localidade. Parte dos seus ganhos era direcionada para a aquisição de livros (Wantuil, 1981).

Após a conclusão dos seus estudos no Colégio Miranda, Eurípedes almejou concretizar seu sonho de estudar medicina no Rio de Janeiro. No entanto, a condição de saúde precária de sua mãe agravava a cada vez que ele se ausentava. Diante disso, optou por interromper seus planos de estudo de medicina. Apesar disso, revelou-se um autodidata e pesquisador, mergulhando na leitura de numerosos livros sobre medicina e homeopatia, na busca de encontrar uma solução para a enfermidade de sua mãe (Wantuil, 1981).

Em 1902, após o fechamento do Colégio Miranda, liderou a iniciativa de estabelecer o Liceu Sacramentano, instituto de ensino primário e secundário. A escola obteve aceitação positiva por parte da comunidade e operou com sucesso até 1905, ano que marca a conversão de Eurípedes ao Espiritismo. Contudo, a partir dessa conversão, viu-se confrontado com a rejeição por parte da sua comunidade (Wantuil, 1981). Segundo Bigheto (2006, p. 151):

Em 1905, quando ele se converte ao Espiritismo, todos os pais de alunos retiram seus filhos da escola e passam a hostilizar Eurípedes. Achavam que o professor estava louco e endemoniado. Os professores também deixaram o colégio, o mobiliário e o prédio onde funcionava foram retirados por seus proprietários. Eurípedes é obrigado a fechar a escola.

Após um período de dois anos desde a sua conversão, quando o fervor inicial se atenuava, reinaugurou o colégio sob o nome de “Allan Kardec”. Gradualmente, ex-alunos retornaram e, pouco tempo depois, o colégio já estava novamente preenchido, gerando reação do clero em Uberaba que reivindicava a condenação do Espiritismo, assim como ocorria no Rio de Janeiro. O trecho publicado em uma coluna intitulada de “Boletim do Círculo Católico de Uberaba”⁵⁶ menciona a cidade de Sacramento como um possível epicentro do Espiritismo no estado e faz uma crítica à postura do governo que, apesar de consciente dessa situação, permite tal cenário:

As leis de Minas serão diferentes das que regem as decisões do Supremo tribunal? O nobre povo de Sacramento é talvez do Estado de Minas que mais sofre com o espiritismo: a cidade está invadida por tuberculosos, [...], loucos e outros doentes repugnantes que vão se tratar com o sr. Barsanulpho. Este reúne taes enfermos

⁵⁶ O *Círculo Católico* em Uberaba foi criado no dia 24 de março de 1912 e teve como fundador o médico Dr. João Teixeira Álvares e contava com 120 sócios, representantes da elite e de uma incipiente classe média uberabense. Em 1917, João Teixeira Álvares publicou uma série de artigos no jornal *Lavoura e Comércio*, mais tarde reunidos em seu livro intitulado “Seita Maldita”. Nesses escritos, proferiu duras críticas ao Espiritismo e advogou de uma ação repressiva por parte do governo republicano contra os praticantes dessa doutrina. Álvares caracterizou os adeptos do Espiritismo como membros de uma seita, os quais ele via como inimigos da religião e da moral. Ele também encorajou as autoridades policiais a perseguirem e fecharem todos os centros espíritas do país (Riccioppo, 2005).

affectedados de molestias contagiosas no salão da escola Allan Kardec [...]. E o nosso governo, conhece tudo isso e permite semelhante anomalia!!! Digo que conhece, porque o governo tem um inspetor ambulante e este, com certeza, deve ter levado ao conhecimento das autoridades competentes a existência dessa escola, que é um antro diabólico, no qual se atiram criancinhas inexperientes e indefesas, inoculando-se-lhes no espírito theorias errôneas, uma seita anti-social e maldita, e o que é mais grave: uma seita condenada pelas leis do Paiz (Lavoura e Comércio, 07/10/1917, p. 2).

Conforme a análise de Bigheto (2006), Eurípedes compartilhava, em princípio, das tendências educacionais que prevaleciam em Minas Gerais, as quais clamavam por uma escola renovada, dinâmica e moderna. Contudo, ao examinarmos na prática, torna-se evidente que as elites governantes, ao advogarem por um ensino inovador com ênfase em “métodos intuitivos”, tinham a intenção de formar indivíduos obedientes e disciplinados.

A visão de Eurípedes diverge do paradigma autoritário e restritivo defendido pelas classes dominantes. Enquanto a perspectiva vigente na sociedade mineira de sua época defendia que a educação deveria restringir e controlar a ação humana, a abordagem de Eurípedes baseava-se na crença do potencial humano. Isso resultou no direcionamento do Colégio Allan Kardec por princípios de educação ativa e respeito à autonomia de aprendizagem do estudante. Em sua filosofia pedagógica, não se encontra espaço para a mera transmissão de conteúdo ou para a passividade do educar (Bigheto, 2006).

Para Bigheto (2014), o processo de desenvolvimento do educando é intrinsecamente influenciado pelo ambiente acolhedor que proporciona um espaço propício para o crescimento, bem como pela presença da liberdade para o exercício do pensamento crítico e expressar-se. Nesse contexto, Eurípedes opta por adotar abordagens educacionais não repressivas. Além disso, questiona os paradigmas educacionais predominantes, focados apenas em formalismos artificiais e ressaltou a necessidade de capacitar os alunos a desenvolver suas habilidades humanas. Conforme aponta Bigheto (2014, p. 205), “[...] o objetivo da educação não seria formar o homem polido, letrado e de boas maneiras, mas educar para que o desabrochar das leis morais e das potencialidades que se encontram dentro de si”.

Eurípedes, por um período de quinze anos, manteve uma farmácia com o propósito de aliviar as dores e o sofrimento daqueles ao seu redor. É relevante destacar que, na farmácia mencionada, os indivíduos em situação de carência não estavam sujeitos a pagamento pelo serviço prestado (Wantuil, 1981).

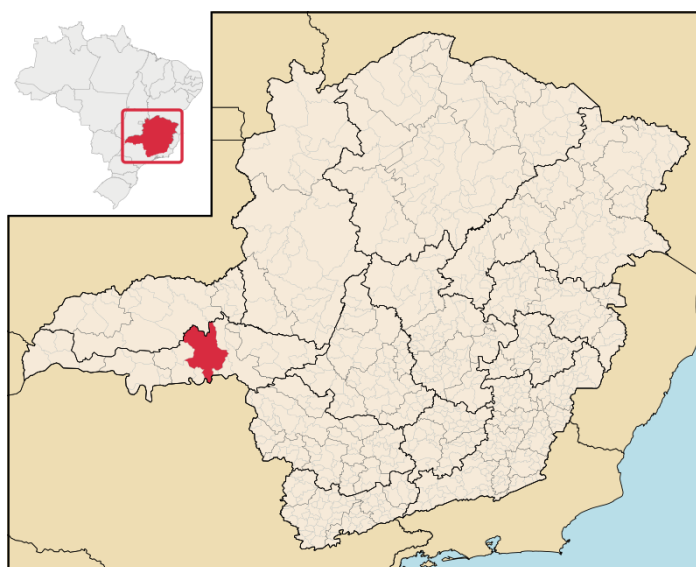
No mês de abril de 1917, vindo de Igarapava, o Coronel Izarias Arantes chegou a Sacramento enfrentando uma enfermidade severa. No entanto, essa condição foi completamente curada pelo intermédio do espírito de Bezerra de Menezes. A ampla repercussão desse evento de cura motivou certos indivíduos, que desejavam desacreditar o Espiritismo, a

instaurar um processo penal contra o médium, acusando-o de exercício ilegal da medicina. Esse processo acabou sendo arquivado e, posteriormente, prescrito, uma vez que ninguém formalizou acusações contra Barsanulfo. O povo de Sacramento, reagindo com entusiasmo, realizou de forma simbólica o “sepultamento” desse processo, numa cerimônia que ocorreu a noite de 9 de maio de 1918 (Wantuil, 1981).

2.5 Evolução histórica do município de Uberaba

O município de Uberaba⁵⁷, local de implantação do nosso objeto de estudo, encontra-se situado na região conhecida como Triângulo Mineiro, localizada no oeste do estado de Minas Gerais e na parte sul do Triângulo Mineiro. Na atual configuração geográfica, esta região faz divisa ao norte com o estado de Goiás, ao sul com o estado de São Paulo e a oeste com o estado de Mato Grosso do Sul. O município ocupa a 29ª posição na ordem cronológica de criação de municípios no estado. Inicialmente, o território em questão integrava as rotas exploratórias dos bandeirantes que, originários da Capitania de São Vicente, empreendiam expedições em busca de recursos naturais, como índios e ouro, nas regiões interiores do continente. Entretanto, a Capitania de São Vicente foi subdividida nas capitanias de Minas e São Paulo, em 1720 (Pontes, 1978).

Figura 6 - Mapa de localização do município de Uberaba/MG



Fonte: Wikipédia (2023).

⁵⁷ A palavra Uberaba é originária do guarani e significa “água que brilha” ou “água brilhante”.

A decadência do centro minerador do arraial do *Desemboque* a partir de 1781, fez com que os habitantes desse local fossem forçados a explorar novas terras onde houvesse água em abundância e terras para o desenvolvimento de atividades agropastoris. Nesse sentido, por volta de 1812, a oeste do *Desemboque*, iniciou-se a fundação de um pequeno núcleo colonial, na cabeceira do ribeirão do Lajeado, juntamente com a construção de uma capelinha. Esse povoado foi denominado de *Farinha Podre*⁵⁸ e, em 1820 foi elevada à condição de freguesia, em 1836 tornou-se vila e em 1856 alcançou o status de cidade (Pontes, 1978).

A região de Uberaba experimentou um rápido progresso devido à sua localização geográfica estratégica, à presença de pastagens de alta qualidade e terras férteis. Esse progresso desempenhou um papel decisivo na formação de suas características socioeconômicas. Inicialmente, a pequena população concentrou-se principalmente na atividade pastoril e na agricultura de subsistência; no entanto, foi a pecuária, e não a agricultura, que surgiu como primeira opção econômica na região e desempenhou um papel fundamental na definição dos traços que moldaram a sociedade e a cultura local (Rezende, 1983).

Além disso, a localização geográfica também contribuiu para que Uberaba se tornasse um ponto de trânsito para as tropas vindas de Goiás e Mato Grosso, que estavam a caminho para vender seus rebanhos bovinos em Formiga e São João del-Rei, bem como fornecer produtos manufaturados a essas cidades. Gradualmente, Uberaba consolidou seu domínio nesse comércio, evoluindo para um importante entreposto comercial, apesar da atividade paralela pastoril de gado de engorda (Rezende, 1983).

O comércio de grande escala desencadeou transformações significativas em Uberaba, tanto em sua paisagem urbana quanto nos valores culturais da população. A cidade passou a ser associada ao progresso, à formação de uma sociedade sofisticada e culta, e desempenhou um papel crucial como ponto de partida para a expansão das áreas periféricas no contexto do capitalismo (Rezende, 1983).

A criação e comercialização do gado zebu projetou Uberaba nacionalmente e a atividade pastoril retomou sua liderança quase absoluta na vida socioeconômica, suprimindo as características distintivas deixadas anteriormente pela atividade comercial. A urbanização declinou e a sociedade praticamente se fechou em torno dos valores associados a uma vida centrada nas atividades agropecuárias. Rezende (1983) afirma que essa sociedade freou o ritmo de modernização introduzido pela atividade comercial do período anterior. Isso se reflete na

⁵⁸ Naquela época, denominava-se Farinha Podre a região compreendida entre o ribeirão e o Rio das Velhas até a desembocadura no Paranaíba. Além disso, o Rio Grande, desde a foz do Farinha Podre até o ponto de sua confluência com o Paranaíba, também fazia parte dessa demarcação (Sampaio, 1971).

falta de dinamismo evidenciada no próprio crescimento físico da estrutura urbana da cidade, bem como na diminuição de suas atividades culturais e políticas.

O capital gerado pela criação de gado zebu foi substancial, resultando em um considerável volume de transações comerciais realizadas pelos fazendeiros de Uberaba fora da cidade. Tornou-se evidente que Uberaba não sentia necessidade iminente de modernizar-se para atender aos interesses dos novos capitalistas, uma vez que eles estavam mais focados na modernização de suas fazendas, na expansão de seus rebanhos e em investimentos financeiros fora da cidade. Portanto, durante o período de 1910 a 1930, a cidade deixou de desempenhar o papel central de concentração econômica, social e cultural que anteriormente ocupava (Rezende, 1983). Nesse sentido, André Azevedo da Fonseca afirma:

Uberaba virou um decadente núcleo urbano ilhado por formidáveis pastagens de gado. Não obstante, o gado Zebu, e por consequência os criadores e proprietários rurais, eram celebrados em eventos festivos, monumentos e exposições, de modo que, a despeito da concentração de riqueza, o animal indiano se tornou o maior e mais duradouro símbolo da cidade. Já houve quem se referiu a esse imaginário como o “fetiche do Zebu”, um estado de espírito social constituído por toda uma ritualística que associava a bovinocultura à prosperidade de todos (Fonseca, 2010, p. 33).

Fonseca (2010) também afirma que no início do século XX, em Uberaba, destacou-se uma elite agrária que exibia sua riqueza através da construção de palacetes suntuosos, destacando-se em meio a uma cidade subdesenvolvida. Essa discrepância foi amplamente evidenciada pela construção desses palacetes que “[...] eram mais uma estratégia para reforçar simbolicamente a [sic] o domínio dos pecuaristas na cidade” (Fonseca, 2010, p. 213). Os fazendeiros contratavam engenheiros europeus, atraídos pela prosperidade local, para erguerem essas residências luxuosas. Esse contraste evidenciou a disparidade entre a riqueza da elite e a falta de infraestrutura na cidade.

Nessa mesma perspectiva, Dantas (2013) explica que após o apogeu da exploração do gado zebu, o aumento da concentração de riqueza ficou evidenciada na cidade de Uberaba, sendo que o desenvolvimento se concentrou no núcleo urbano.

Dantas (2013, p. 228) exemplifica que durante o final do século XIX e o início do século XX, uma região específica da cidade, composta pelos Altos⁵⁹ da Matriz e dos Estados Unidos, se destacou como o principal centro histórico, onde diversas atividades sociais, comerciais,

⁵⁹ Uberaba é conhecida como a “cidade das sete colinas”, devido às características de seu relevo, chamados de “altos”: Alto de Cuiabá, Alto da Matriz, Alto do Barro Preto, Alto da Misericórdia, Alto dos Estados Unidos, Alto da Estação, Alto do Fabrício. Dantas (2013, p. 228) indica que “das aglomerações populacionais desses altos surgiram, respectivamente, os bairros Mercês, São Benedito, Leblon, Abadia, Estados Unidos, Boa Vista e Fabrício”. Ressalta-se que o nosso objeto de estudo, UPI Irmã Germana, se encontra no Alto da Misericórdia.

religiosas, educacionais, políticas e outros eventos históricos importantes. Essa área, originalmente dividida pelo Córrego da Lages, inclui a “Praça Ruy Barbosa” e suas áreas adjacentes de um lado, e o Largo do Rosário do outro lado. A importância dessa região é tão significativa que as imagens mais conhecidas da cidade se concentram nela, documentando também suas mudanças ao longo do tempo.

Por muitos anos, o Córrego da Lages serviu como uma divisão na cidade. De um lado, viviam pessoas com maior poder econômico, enquanto do outro lado estavam os imigrantes e os habitantes locais com renda mais baixa (Dantas, 2013, p.232).

Figura 7 - Praça Rui Barbosa (1920)



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1920).

Figura 8 - Rua Bernardo Guimarães (1938)



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1938).

Nas imagens fornecidas (Figuras 7 e 8), é possível discernir o contraste marcante que caracterizou a cidade de Uberaba na época em questão. A Figura 7 retrata a Praça Rui Barbosa durante a década de 1920, evidenciando os magníficos casarões que a circundavam, enquanto a Figura 8 mostra a Rua Bernardo Guimarães em 1938 que se situava do outro lado do Córrego das Lages. A Figura 8 ilustra o estado de contradição de algumas vias urbanas da cidade, as quais apresentam calçamento repleto de buracos, apesar de terem transcorrido quase duas décadas desde a imagem apresentada na Figura 7. Essas fotografias documentam o contraste do ambiente urbano em Uberaba ao longo do tempo.

Conforme Fonseca (2014), o crítico mais incisivo das elites locais nas primeiras décadas do século XX foi indiscutivelmente Orlando Ferreira, um comunista natural de Uberaba, conhecido pelo apelido de “Doca” (1886-1957). No período compreendido entre 1919 e 1948, Doca publicou uma série de obras nas quais ele se dedicou a denunciar as instituições sociais que, em sua perspectiva, desempenharam um papel significativo no atraso do desenvolvimento de Uberaba. Estas instituições incluem a Igreja Católica, as famílias integrantes da elite local e a administração municipal.

Riccioppo (2005, p. 1) acrescenta:

[...] o intelectual uberabense chamado Orlando Ferreira, popularmente conhecido na cidade como “Doca”, que produziu suas principais obras entre os anos de 1919 e 1948.

Essas obras têm um forte caráter polemizador, englobando diversos temas tais como: o anticlericalismo, críticas às elites políticas locais, aos esportes, defesa do marxismo, do comunismo e do espiritismo.

Embora nas obras de Orlando Ferreira o principal alvo de suas críticas sejam as ideias e posturas da Igreja, o caráter polêmico envolvendo o Espiritismo merece uma análise mais profunda. Portanto, a sua crítica ao Espiritismo não apenas demonstrava sua disposição em desafiar determinadas opiniões, mas também revela o contexto religioso e ideológico no qual estava inserido e seu papel na sociedade uberabense da época.

Desse modo, os registros apresentados nas obras do jornalista ilustram a natureza controversa de suas denúncias, que desafiavam abertamente a ordem imposta por aqueles que detinham o poder. A resposta repressiva a essas denúncias foi tão rigorosa que atualmente seus livros são extremamente raros, a maioria deles tendo desaparecido ou sido destruídos publicamente por ordem do arcebispo, como ocorreu com o livro “O Pântano Sagrado”. A cidade preferiu apagar da memória a presença desconfortável desse indivíduo perturbador.

Orlando Ferreira, em 1919, publicou seu primeiro livro intitulado “Pela Verdade: Catolicismo x Espiritismo”. Para Riccioppo (2005), essa obra representou uma resposta direta às ideias de João Teixeira Álvares⁶⁰. Em seu conteúdo, Ferreira defendeu o Espiritismo, procurando demonstrar como o catolicismo tendia a fanatizar as pessoas através da demonstração de um paralelo entre o *materialismo* e o *fanatismo*. Ferreira argumentou que o catolicismo desempenhou um papel no atraso do povo brasileiro, criticando o dogma da vontade divina que, em sua visão, mantinha o povo passivo. Para ele, o fatalismo representava a crença na resignação, enquanto o materialismo refletia a capacidade do Espiritismo de apresentar uma demonstração científica da vida após a morte por meio da reencarnação. Ferreira sustentou sua argumentação citando várias “provas” que, em sua perspectiva, indicavam a existência do Espírito.

De todas as obras publicadas por ele, o livro Pântano Sagrado foi a que causou maior polêmica na cidade de Uberaba. Este livro, segundo o próprio autor, trata-se de uma obra de combate ao clericalismo católico, transparecendo uma justa diferença para ele entre o cristianismo e o papel historicamente negativo da Igreja Católica. Argumentando que a Igreja, ao combater o comunismo, demonstrava todo o seu apego materialista. Orlando Ferreira aprofunda suas teses criticando vários clérigos locais, dentre eles o seu maior inimigo, o bispo

⁶⁰ Ver nota de rodapé 21.

Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, considerado por ele o inquisidor moderno (Riccioppo, 2005).

O bispo Dom Alexandre Gonçalves do Amaral⁶¹, após a publicação do livro mencionado, abriu um processo legal contra Orlando Ferreira, obrigando o réu a fazer uma representação pública nos jornais da cidade. Os livros foram retirados da gráfica, identificada como *A Flama*, uma tipografia espírita, posteriormente foram queimados, encerrando assim a circulação e disponibilidade pública dessas obras (Riccioppo, 2005).

A atuação de Dom Alexandre em Uberaba será retomada ao longo deste capítulo.

2.5.1 *A influência do catolicismo na construção da moral em Uberaba*

No contexto brasileiro do século XIX, a cidade de Uberaba era fortemente influenciada pela presença dominante da Igreja Católica, que desempenhava um papel central na orientação e regulação da vida cotidiana dos habitantes locais. A população vivia sob vigilância constante tanto por parte das autoridades policiais quanto do clero, que monitoravam e regulavam gestos, comportamentos, linguagem e costumes de acordo com as normas estabelecidas para a “boa conduta” moral e religiosa. Um estudo conduzido por Silva (2002, p. 73) examinou o primeiro Código de Posturas, elaborado em 1865 pela Câmara Municipal de Uberaba, e constatou que a religiosidade, dentre outros temas, figurava como uma preocupação constante na recém-fundada cidade de Uberaba.

Frequentemente, os espaços de convívio social estavam circunscritos aos limites da Igreja, uma vez que grande parte das interações sociais ocorria por meio da participação nas missas, procissões, romarias, cerimônias de casamento, batismos e outras celebrações

⁶¹ Alexandre Gonçalves do Amaral (1906-2002) nasceu em 12 de junho na fazenda Batatal, em Carmo da Mata, então município de Oliveira em Minas Gerais. Foi consagrado Bispo em 29 de outubro de 1939, quando tinha apenas 10 anos de ordenação sacerdotal e 33 anos de idade. Esse feito o tornou o Bispo mais jovem da Igreja em todo o mundo. No mesmo ano de sua ordenação, assumiu a liderança da Diocese de Uberaba. Em 1961, tornou-se Arcebispo, mas deixou suas funções em 1978. Apesar disso, permaneceu em Uberaba, onde se tornou o Bispo mais idoso do mundo até o seu falecimento. Dom Alexandre também desempenhou um papel ativo na imprensa de Uberaba, contribuindo para diversos veículos de comunicação. Foi repórter de o “Triângulo”, editor-chefe do “Correio Católico”, redator da Rádio Difusora, chefe da sucursal no Triângulo Mineiro do extinto “Correio do Dia” (Belo Horizonte). Além disso, atuou como professor de Jornalismo na Faculdade de Filosofia. Na década de 1940, Dom Alexandre foi reconhecido como um dos bispos brasileiros mais destacados em coordenações de ação Católica e também como um dos maiores oradores sacros do Brasil. No “Correio Católico”, ele publicou mais de 4.000 artigos. Em Uberaba, supervisionou a construção do imponente prédio do Seminário São José e transformou o Jornal “Correio Católico” em um veículo de publicação diária, no qual ele mesmo escrevia uma mensagem diária na famosa seção de “rodapé”, publicando artigos de cunho doutrinário. Além de suas atividades jornalísticas e religiosas, Dom Alexandre foi membro da Academia de Letras do Triângulo Mineiro. Em suas obras publicadas, destacam-se “Os Católicos e a Polícia” (1946) e “Menor Abandonado e Criminalidade” (1979) (Vanucci, 2004; Paolinelli, 2009).

religiosas. No entanto, é possível que a preocupação do clero com a moral da população e o compromisso das pessoas com as atividades religiosas tenham aumentado a partir de 1896. Nesse ano, a sede do bispado da cidade de Goiás foi transferida para Uberaba, incluindo outras cidades da região. Isso pode ter levado a uma maior atenção à ortodoxia e à moralidade na comunidade local (Silva, 2002).

Figura 9 - Praça Rui Barbosa – Catedral - (1938)



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1938).

Por meio da observação da Figura 9, torna-se evidente o expressivo contingente de fiéis que se congregava em frente à Catedral na Praça Rui Barbosa. Naquela época, a Igreja Católica desempenhava um papel central na vida das pessoas, manifestando-se não apenas nas celebrações de missas, procissões, terços, batismos e rituais religiosos, mas também permeando diversos aspectos festivos e comunitários da sociedade.

De acordo com Silva (2002), essa mudança de status eclesiástico parecia receber apoio tanto da sociedade local como das populações das cidades vizinhas. No mesmo ano, treze municípios mineiros, incluindo Uberaba, fizeram um pedido conjunto ao Papa Leão XIII, solicitando a separação e a criação de uma nova diocese na região do Triângulo Mineiro. No entanto, apesar dessas justificativas, apenas em 1907 esses anseios foram atendidos. O Papa Pio X considerou o pedido do bispo de Goiás, Dom Eduardo Silva, autorizando a divisão e a fundação de uma nova diocese no Brasil, com D. Eduardo atuando como bispo. Assim, Uberaba, que havia sido a sede do bispado goiano por onze anos, tornou-se a nova diocese na região mineira.

Conforme a perspectiva apresentada por Silva (2002), a ascensão de Uberaba a categoria de Diocese marcou um período em que a cidade, previamente dotada de um Seminário, uma gráfica própria responsável pela publicação do jornal *Correio Católico* e um colégio religioso chamado *Nossa Senhora das Dores*, testemunhou um aumento significativo no número de igrejas, colégios e congregações religiosas na cidade, refletindo sua nova condição de diocese. Portanto, no final do século XIX e início do século XX, a Igreja Católica demonstrou inequivocamente seu poder e sua influência sobre a sociedade local.

A presença e influência da Igreja Católica sempre desempenharam um papel significativo em sua história, desde o momento de sua fundação até as celebrações festivas de caráter religioso. Um exemplo dessa fervorosa devoção é a celebração anual da festa de Nossa Senhora da Abadia, a padroeira da cidade. Em 1881, com a aprovação da Câmara Municipal e iniciativa do Capitão Eduardo José de Alvarenga Formiga, foi concedida licença para construir uma capela no Alto da Misericórdia. A primeira missa ocorreu em 15 de agosto de 1881, diante de um cruzeiro no local onde a capela seria erguida. Um ano depois, em 1882, a imagem da Santa foi abençoada e a primeira festa em sua honra foi realizada (Menezes, 2006).

O surgimento da ocupação no Alto da Misericórdia se deu em virtude do espaço urbano, inicialmente ocupado pelos primeiros habitantes, tornar-se insuficiente para a crescente população que continuava a se estabelecer na região. Foi ao longo das margens do Córrego das Lajes que as primeiras edificações foram erguidas estabelecendo o núcleo central da cidade, mas, com o tempo, essa área central se expandiu, dando origem a bairros adicionais. A topografia circundante apresentava variações, incluindo elevações que foram chamadas de “altos” ou “colinas”. Um dos primeiros altos a ser ocupado foi denominado de “Estados Unidos”, abrigando a estação ferroviária da Companhia da Mogiana. Simultaneamente, do lado oposto, na margem oposta do Córrego das Lajes, o “Alto da Misericórdia” também recebia novos moradores, moldando sua paisagem. Nessa colina localizada ao sul da cidade, uma nova comunidade estava em formação, que posteriormente ficaria conhecida como o bairro Abadia (Dantas, 2018).

O bairro Abadia passou por mudanças significativas a partir de 1881, quando a capela de Nossa Senhora da Abadia foi construída. O que antes era uma área rural, com fazendas e muita vegetação, começou a se tornar uma área urbana, com a construção de casas perto do hospital e da capela. Além disso, as irmãs dominicanas abriram uma escola para meninas de famílias ricas perto do Largo da Misericórdia. Com o tempo, ficou claro que as pessoas mais ricas viviam na parte mais baixa do bairro, enquanto os trabalhadores tinham casas mais simples

na parte mais alta, onde havia menos serviços urbanos, como lojas e abastecimento de água (Dantas, 2018).

Figura 10 - Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1920)



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1920).

Figura 11 - Igreja de Nossa Senhora da Abadia (1950)



Fonte: Arquivo Público de Uberaba (1950).

Ao analisarmos as imagens (Figuras 10 e 11), podemos notar uma mudança significativa na configuração do cenário urbano ao longo do período (1920-1950). Na primeira imagem,

vemos uma capela muito modesta situada em um espaço sem calçamento, cercada por poucas e distantes moradias. Já na fotografia da Figura 11, capturada em 1950, percebemos melhorias na estrutura física, incluindo a construção de uma torre para o ressoar do sino, assim como ampliação da igreja e a construção de uma praça.

O estudo das evoluções e modificações ao longo da história do bairro Abadia desempenham um papel fundamental na compreensão do objeto de pesquisa desta tese, a UPI Irmã Germana. Isso se deve ao fato de que o bairro, com sua forte influência católica, serviu como local de implantação desse objeto de estudo.

Conforme a pesquisa conduzida por Sandra Dantas (2018) acerca do bairro Abadia, este era frequentemente abordado nas publicações jornalísticas em duas circunstâncias distintas: durante a celebração da festa de Nossa Senhora d'Abadia e em notícias relacionadas à Santa Casa de Misericórdia. Além disso, o bairro também figurava em reportagens, que registravam incidentes de violência, fatores que contribuíram para a construção de uma imagem desfavorável tanto do bairro quanto de seus habitantes. Dantas (2018) menciona um trecho de uma reportagem publicada no jornal *Correio Católico*:

Na Abadia: Matou porque o namorado não quis casar-se com sua irmã. Ontem, na Abadia, a ocorrência – preso o autor dos disparos. Na tarde de ontem, por volta das 16,30 horas, na Rua Tenente Venceslau, Bairro d'Abadia foi palco de uma cena de sangue, quando [...] mais conhecido por “Ico”, desfechou quatro tiros de revólver (Correio Católico, 01/09/1956, p. 6).

O bairro Abadia, como muitos outros bairros em diversas cidades, pode ter sofrido preconceito histórico ou estigmatização em determinados momentos, especialmente a parte mais periférica que, coincidentemente, fica na parte posterior da igreja. Apesar da violência ser uma questão que afetava toda a cidade, o bairro Abadia era frequentemente enfatizado de forma negativa pela imprensa local. Tal ênfase poderia ser atribuída, em parte, à composição socioeconômica predominantemente desfavorecida de sua população. Essas disparidades sociais possivelmente desempenharam um papel relevante na forma como a mídia abordava o bairro (Dantas, 2018). O bairro passou a sofrer de estimacão geográfica após a década de 1950, conforme descreve Dantas (2018, p. 156).

Além do trato desfavorável observado na imprensa, o fato de residir na parte periférica do bairro decorreu uma estigmatização: morar à *frente e atrás da santa*. Isto ocorreu a partir da década de 1950, quando a imagem de Nossa Senhora d'Abadia foi colocada no alto da torre da igreja. Estar à *frente da santa* significava morar na parte mais próxima do centro da cidade, visto que sua frente estava virada para lá e dotada de serviços urbanos. E estar *atrás da santa* significava a periferia do bairro, desprovida de melhoramentos e com muitas demandas, ou seja, ter pequeno poder aquisitivo e estar mais sujeito à violência. Morar *atrás da santa* implica(va) mais do que uma

posição geográfica, um posicionamento social de segregação e sujeição aos preconceitos e, infelizmente, ainda sobrevive na cidade, como relatam moradores e outros que por lá transitam.

Esse trecho descreve como a localização geográfica dentro do bairro Abadia, em Uberaba, foi usada para estigmatizar e diferenciar seus moradores em critérios socioeconômicos. A partir da década de 1950, a instalação da imagem de Nossa Senhora d'Abadia no alto da igreja tornou-se um marco simbólico nessa segregação. Essa divisão geográfica não era apenas uma questão de localização no espaço, mas também refletia uma segregação profunda. Residir na parte “atrás da santa” não apenas indicava uma posição geográfica desfavorável, mas também estava associado a um status social inferior e sujeição a preconceitos. Além disso, o trecho sugere que essa estigmatização persistiu até a publicação do estudo realizado por Dantas (2018), no qual moradores e visitantes relataram a continuidade dessa divisão social no bairro Abadia. Portanto, demonstra como fatores geográficos podem desempenhar um papel de perpetuação de desigualdade e preconceitos sociais em uma comunidade.

A estigmatização dos moradores do bairro Abadia, que se baseou na localização geográfica e nas condições socioeconômicas, pode compartilhar elementos ou características semelhantes relacionada à formação da construção da moral pelo catolicismo. A moral católica muitas vezes impôs normas que definiam o que era aceitável em termos de comportamentos e valores morais. Aqueles que não seguiram essas normas ou não seguiam os ensinamentos da Igreja Católica muitas vezes enfrentaram a estigmatização ou a exclusão social, ou seja, eram vistos como diferentes ou desviantes pela sociedade em questão. A atuação do bispo Dom Alexandre do Amaral teve um papel de destaque na construção dessa moral em Uberaba durante seu episcopado, que ocorreu de 1939 a 1978, coincidindo com a primeira década de funcionamento da UPI Irmã Germana, localizada geograficamente no bairro Abadia, à frente da santa.

Dom Alexandre Gonçalves do Amaral empregou sua coluna nas páginas do jornal *Correio Católico* como meio para exercer uma influência significativa sobre a moral e política da comunidade de Uberaba. Em um artigo intitulado “Orientação Católica nos Problemas Sociais” e subtítulo “A posição da Igreja diante da política”, Dom Alexandre começou por explicar sua ausência temporária, enquanto declarava a transcrição de dois documentos oficiais emitidos por seu Bispado cinco e oito anos antes. A relevância desses documentos oficiais persistia, uma vez que os princípios nele contidos eram considerados por ele como imutáveis e

afirmava a força do eleitorado católico por representar a religião predominante⁶² no Brasil (Correio Católico, 06/09/1954, p. 3).

O eleitor católico é levado ao voto, não somente pelo dever da consciência cívica, mas sobretudo pela intimação da consciência católica. **E é esta mesma consciência católica que lhe impõe o dever de votar, segundo os ditames da sua fé, isto é, dar o seu voto somente a partidos e candidatos que, não sendo hostis à fé e à moral,** teórica ou praticamente, além disto se comprometem a respeitar, acatar e executar as normas da Santa Igreja Católica, Apostólica, Romana, nos pontos de contacto entre a legislação civil e a canónica, ou na execução, mesmo coercitiva, da legislação brasileira, em tudo o que tange à Fé ou à Moral. E tanto é exato que os nossos católicos sentem êste grave encargo de consciência, que as suas perguntas reiteradas a sacerdotes, traduzem sempre está inquietação: **É lícito votar em um espiritista, maçom, comunista ou em um homem unido só civilmente ou divorciado?** São perguntas espontâneas e habituais do nosso povo, desde o mais simples ao intelectual mais ilustrado (Correio Católico, 06/09/1954, p. 3, grifo nosso).

O trecho ilustra como a religião, nesse caso, a fé católica, desempenha um papel fundamental na formação das escolhas políticas dos candidatos católicos, influenciando seus critérios de voto com base em considerações morais e religiosas. Tendo em vista que espíritas, maçons, comunistas, etc. podem não compartilhar dos mesmos valores doutrinários. Também destaca a relevância da autoridade da Igreja Católica nas decisões políticas desses participantes.

As publicações no *Correio Católico*, envolvendo as opiniões de Dom Alexandre sobre o pleito eleitoral em Uberaba, estenderam-se ao longo de grande parte do mês de setembro de 1954, culminando em um artigo de capa no qual o jornal declarava abertamente seu apoio político utilizando-se da chamada “Você, eleitor, votará amanhã, pensando em uma Uberaba melhor! Votará para a prefeitura num homem incorruptível e que não corrompa”. O jornal finaliza revelando o nome do candidato e sua imagem “Esse homem é Celso Rodrigues da Cunha!” (Correio Católico, 02/10/1954, p.1).

Neste trabalho, não temos o objetivo de nos aprofundar nas questões políticas, mas sim enfatizar a influência exercida pelo clero na oposição ao Espiritismo local. De acordo com Bruno Scherer, no que diz respeito ao Espiritismo, a oposição por parte da Igreja Católica ocorreu devido às divergências teológicas, uma vez que a doutrina espírita questionava princípios dogmáticos essenciais e promovia práticas consideradas em desacordo com o

⁶² Desde o primeiro levantamento populacional abrangente do país até a década de 1970, a caracterização religiosa da população brasileira apresentou uma notória prevalência de afiliação à Igreja Católica Apostólica Romana, uma característica decorrente do processo histórico de colonização do Brasil e do reconhecimento oficial dessa religião pelo Estado até a promulgação da Constituição de 1891. Entretanto, embora o catolicismo prevalecesse como a religião dominante naquela época, já era possível observar indícios da presença de outras crenças religiosas. No espaço de aproximadamente um século, a proporção de católicos na população registrou uma variação de 7,9 pontos percentuais, passando de 99,7% para 91,8% em 1970, enquanto a religião espírita ocupava o terceiro lugar, representando aproximadamente 1,27% da população (Brasil, 1970).

catolicismo (Scherer, 2020). Como exemplo da oposição católica local, podemos citar os diversos artigos de autoria de Dom Alexandre, publicados no jornal *Correio Católico* de Uberaba ao longo do ano de 1957.

Entre o Catolicismo e a doutrina dos senhores espíritas, existe uma contradição, uma oposição formal. Os senhores espíritas são livres de aceitar a doutrina de Allan Kardec. Para serem coerentes, porém, deverão realizar uma opção, uma escolha. Catolicismo e a doutrina dos senhores espíritas não se harmonizam. Ninguém pode encontrar identidade entre estas duas doutrinas. Muito pelo contrário, qualquer um poderá exercer franco antagonismo entre elas. Ser católico e espírita, simultaneamente, é coisa simplesmente contraditória. [...] Os católicos cremos e professamos que a religião católica, apostólica, romana é a única verdadeira. É a religião revelada e ensinada por N. Senhor Jesus Cristo. Cremos que os sacerdotes são os verdadeiros ministros da verdadeira religião, incumbidos de santificar os fiéis, pelo santo sacrifício da missa, pelos sacramentos e sacramentais, bem como de doutrinar e reger o povo católico, em coisas concernentes à religião. Ora, os espíritas mais autorizados, a começar de Allan Kardec, sustentam precisamente o contrário de tudo isso. Não é difícil verificação (*Correio Católico*, 12/04/1957, p. 3).

Nesse trecho, Dom Alexandre sugere que os seguidores do Espiritismo precisam fazer uma escolha entre suas crenças e o catolicismo, pois acredita não ser possível seguir as duas doutrinas ao mesmo tempo. Defendendo firmemente a fé católica e sua visão sobre a religião. Nesse sentido, Scherer (2020) afirma que o conflito em questão surge de diferentes interpretações e práticas do cristianismo, centradas em divergências fundamentais. Essas divergências giram em torno da reencarnação, que contrapõe a crença na ressurreição da carne e a justiça divina promovida pelo catolicismo, que se manifesta no julgamento final das almas com destinos para o *Céu, Inferno e Purgatório*. Devido a essas divergências irreconciliáveis, o Espiritismo foi condenado como uma heresia.

Nesse contexto, é relevante destacar que o discurso católico se destacou ao associar o Espiritismo a conotações negativas, rotulando-o como uma heresia e uma prática diabólica, com o objetivo de descredenciá-lo e impedir que os católicos se envolvessem em suas ideias e práticas. Esse discurso visava reduzir as chances de ruptura com o catolicismo. Em contrapartida, os espíritas se defendiam dessas acusações de práticas diabólicas, através do descrédito e da exposição ao ridículo da figura do demônio. De acordo com Costa (2001), os espíritas brasileiros rebateram as acusações alegando uma contradição nos argumentos dos autores católicos ao enfatizar a intervenção do demônio. Argumentaram que, se o contato com almas ou espíritos dos mortos não era possível, como explicar a presença do demônio, uma vez que era considerado o espírito do mal e, portanto, um ser espiritual, que se comunicava com os vivos.

É relevante destacar que, na continuação da publicação no jornal *Correio Católico* de 12 de abril de 1957, Dom Alexandre faz referência às palavras de Frei Boaventura Kloppenburg⁶³, a quem considera como a autoridade católica especializada em contestar o Espiritismo. Dom Alexandre também elogia as publicações realizadas pelo Frei pela documentação farta, clara e convincente.

As ações de Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, em Uberaba, não foram ações isoladas, mas parte de uma ação colaborativa representando todo o Episcopado brasileiro. Essa colaboração resultou de uma reunião realizada de 12 a 19 de agosto de 1953, na qual foi decidido combater a heresia espírita por meio da disseminação do discurso católico presente em “livros, pastorais, catecismos, pregações e dos meios de imprensa” (Scherer, 2020, p. 93).

Segundo aponta Scherer (2020), a maior atenção dispensada pela Igreja Católica ao Espiritismo decorreu da divulgação dos dados preliminares do Censo de 1950, que evidenciaram um notável crescimento no contingente de adeptos espíritas no Brasil. Na análise dos resultados definitivos desse censo, Scherer comparou os números divulgados em 1940 com os de 1950, observando que o número de brasileiros que se autodeclaravam espíritas aumentou de 463.400 para 824.553, representando um aumento de 77,93%.

A década de 1950 representou um período crítico nas relações entre o Espiritismo e a Igreja Católica no Brasil, marcado por conflitos e disputas por espaço e influência na sociedade. Enquanto o movimento espírita vivenciava um processo de consolidação e unificação, com destaque para o Pacto Áureo de 1949, que reafirmou a liderança da Federação Espírita Brasileira (FEB), a Igreja Católica iniciava uma reorganização estratégica, criando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952. Esse órgão permitiu a uniformização das ações da Igreja para preservar sua hegemonia doutrinária e combater o avanço de outras religiões, como o Espiritismo. A liderança dessas iniciativas coube a figuras como Frei Boaventura, que desempenharam papel central no esforço de contenção religiosa.

Por sua vez, o Espiritismo brasileiro, desde sua origem, foi reinterpretado e adaptado por diferentes líderes e contextos, o que resultou na criação de variados sistemas e instituições. Esses desenvolvimentos culminaram na assinatura do Pacto Áureo e na criação do Conselho

⁶³ Karl Josef Bonaventura Kloppenburg, conhecido como Dom Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009), foi um bispo católico brasileiro de origem alemã. Serviu como segundo bispo da Diocese de Novo Hamburgo-RS. Em suas obras escritas, empreendeu uma luta contra o que via como uma “confusão religiosa”, proveniente de sincretismo religioso realizados por cristãos com outras religiões. Dentre as publicações de Frei Boaventura pode-se citar “Por que a Igreja condenou o Espiritismo”; “Espiritismo: orientação para os católicos”; “Espiritismo e fé”, entre outros. Frei Boaventura Kloppenburg foi encarregado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em 1952, em combater a heresia espírita (Costa, 2001).

Federativo Nacional, que trouxeram maior organização e centralização institucional ao movimento (Arribas, 2017). Nesse contexto, as obras de Chico Xavier, em especial *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, desempenharam um papel crucial, reforçando a identidade e a coesão do movimento espírita. Seu carisma e as mensagens de suas obras consolidaram o Espiritismo como uma religião popular e inclusiva, contribuindo para sua expansão e reconhecimento nacional.

O contraste entre as doutrinas também se refletiu nas afirmações que simbolizam suas crenças: para a Igreja Católica, "Fora da Igreja não há salvação", enquanto para os espíritas, "Fora da caridade não há salvação". Essas máximas exemplificam as diferenças centrais entre os dois movimentos e as disputas que permeavam suas relações na sociedade brasileira do período. Enquanto a Igreja Católica defendia sua exclusividade doutrinária, o Espiritismo, por meio de suas práticas e valores, enfatizava a universalidade da caridade como princípio moral e espiritual.

2.5.2 Uberaba: a “meca” do Espiritismo

Saudando Uberaba

Uberaba querida, o tempo avança...
E enquanto o tempo a vida nos revela,
Surges da vida cada vez mais bela,
Por cidade da luz e da esperança

De teu povo conservo na lembrança
A bondade sem par que te modela
A excelsa vocação de sentinela
Do trabalho, da paz e da abundância!...

Quem contigo algum dia se conforte,
Inda mesmo seguindo, além da morte,
Jamais te esquece os lúcios cadilhos...

Deus te guarde, Uberaba, altiva e ardente,
Desde as estrelas do teu céu ridente,
Ao coração formoso de teus filhos!...

Arlindo Costa (Espírito)⁶⁴ (1959).

⁶⁴ Arlindo Costa, nasceu em Pouso Alto (hoje Piracanjuba), no estado de Goiás, em 1881 e faleceu em Anápolis, Goiás, em 1928, aos 47 anos de idade, desempenhou um papel multifacetado em sua trajetória. Inicialmente, realizou seus primeiros estudos em Santana das Antas, Goiás, período durante o qual simultaneamente se envolveu em atividades políticas, no campo do magistério, na advocacia e nas atividades rurais de sua fazenda. Posteriormente, em Uberaba, Arlindo Costa prosseguiu com sua educação, frequentando a Escola Normal de Uberaba, onde também desenvolveu suas aptidões no jornalismo e na literatura. Além disso, atuou como professor na Escola de Primeiras Letras de Uberaba e foi nomeado docente no Grupo Escolar Uberabense. Nesse período, publicou o livro de poesias intitulado “Lírios do Vale”, em Uberaba. Arlindo Costa casou-se com Julieta de Araújo França, que faleceu em 1982 na cidade de Petrolina de Goiás. Sua dedicação à causa da educação,

O nostálgico soneto em epígrafe, psicografado⁶⁵ pelo médium Francisco Cândido Xavier, é uma homenagem à cidade de Uberaba, que em breve o estaria acolhendo como sua morada definitiva. Através de versos eloquentes, o poeta expressa profundos sentimentos de gratidão e admiração por essa localidade. O autor menciona a generosidade e o apoio do povo de Uberaba, caracterizando a cidade como um farol de luz e esperança. Além disso, Uberaba é descrita como uma sentinela do trabalho, da paz e das prosperidades, destacando seu compromisso com esses valores fundamentais. Ao final do poema, o autor faz uma reverência à cidade, expressando o desejo de que ela seja abençoada, desde as estrelas que enfeitam seu céu até os corações de seus habitantes. Este poema deixa um sentimento de boas-vindas ao futuro ilustre morador de Uberaba.

Não seria adequado abordar a história da legitimação do Espiritismo em Uberaba sem fazer referência à influência de Chico Xavier, que escolheu a cidade como seu novo lar, conferindo-lhe o status de um importante centro espiritual, ou até mesmo, como “meca” do Espiritismo. Além disso, é importante destacar que Chico Xavier foi um dos fundadores do Lar Fabiano de Cristo, instituição à qual nosso objeto de estudo, a UPI Irmã Germana, também está relacionada.

Segundo Raphael Alberto Ribeiro (2013), o mito criado em torno da ideia de Uberaba ser a “meca” do Espiritismo está relacionado ao fluxo ininterrupto de fé e esperança, com peregrinos de todos os cantos do Brasil convergindo para Uberaba, em busca do toque espiritual de Chico Xavier, formando filas gigantescas que ecoavam a grandiosidade de sua presença. A presença de Chico Xavier em Uberaba foi amplamente divulgada através de diversos meios de comunicação, abrangendo tanto âmbito local quanto nacional.

Francisco Xavier, o conhecido escritor espírita, autor de dezenas de obras conhecidas dentro e fora do país, chegou ontem (16 de janeiro) a esta cidade, onde, segundo estamos informados, fixará a sua residência. Chico Xavier, que vai morar no Alto de São Benedito, recebeu ontem mesmo a visita de numerosas pessoas (Lavoura e Comércio, 17/01/1959, p. 2).

O movimento espírita começou a se desenvolver em Uberaba no final do século XIX, quando a cidade possuía apenas seis famílias que seguiam a doutrina de Allan Kardec. No entanto, no início do século XX, o Espiritismo já estava chamando a atenção da imprensa da

cultura e imprensa se manifestou por meio de sua colaboração em jornais, como o *Brasil Central* em Silvânia, *O Democrata* na Cidade de Goiás, *Gazeta de Uberaba* e *Lavoura e Comércio* em Uberaba. Seus artigos e poemas eram apreciados e amplamente lidos pela população da época, destacando sua relevância como figura intelectual e cultural da época (Campos; Duarte, 1996).

⁶⁵ Chico Xavier psicografou o soneto de Arlindo Costa em sessão pública na noite de 31 de outubro de 1958, no Centro Espírita Vicente de Paulo, em Uberaba, Minas Gerais (Reformador, 01/01/1959, p. 19).

época, como evidenciado por um trecho de um artigo publicado na revista *Almanaque Uberabense*, em 1903:

Data de poucos annos (cinco mais ou menos) o apparecimento franco e formal do Spiritismo nesta cidade. Antes desta epocha dois ou três spiritas, isolados do movimento que ia pelo mundo, envolviam no silencio as suas convicções, talvez com receio do ridículo. Em 1897 operou-se benéfico movimento, que deu em resultado a criação do grupo *Christo, Deus e Caridade*, o qual devido a negligencia de alguns dos principaes mantenedores, deixou de existir. O seu desaparecimento determinou a instalação do grupo familiar *Paz e Amor* e pouco depois a do grupo *Luz Spirita*, os dois únicos que durante annos affrontaram a risota dos profanos até que em 2 de Julho de 1901 foram acoroçoados pela criação do grupo official *Amor, Caridade e Fé*, e mais tarde pelo apparecimento de mais duas agremiações familiares – *Esperança, Fé e Caridade* e *Senda da Luz*. Ultimamente, no dia 28 de Junho de 1902, instalou-se o grupo familiar denominado de *Labaro Vespertino*. Assim, até a data de elaboração desta rápida noticia já funcçionavam em Uberaba **seis grupos spiritas**, a saber: *Paz e Amor; Luz Spirita; Amor, Caridade e Fé; Esperança, Fé e Caridade; Senda da Luz; Labaro Vespertino*. O Incremento que vai tomando aqui a nova philosophia faz prever que até a publicação do *Almanach Uberabense* esteja augmentado o número das associações spiritas desta cidade. Na estação de Paineiras funciona um grupo intitulado *Ideal Illustrativo* (*Almanach Uberabense*, 1903, p. 106, grifo nosso).

Em seguida, foi fundado o primeiro periódico espírita em Uberaba, chamado *O Arrebol*, em 1903, fundado pelo professor João Augusto Chaves (Bacelli, 1987). O ano de fundação do primeiro periódico em Uberaba pode ser questionado tendo em vista as publicações na revista *Reformador*:

Em Uberaba, Estado de Minas Gerais, appareceu nova estrella, a guiar os filhos de Deus ao Presepio do Redemptor do Mundo. Tomou o nome de <<Arrebol>>, sem dúvida porque divisa no horizonte da humanidade os primeiros raios de luz do sol da regeneração. É órgão do Grupo Spírita Christo Deus e Caridade, cujos intuitos pelo que se lê no jornal, são: comprehender e divulgar o Spiritismo como *sciencia religiosa* ou *scientifica* (*Reformador*, 15/06/1897, p.1).

Provavelmente o periódico tenha sido fundado no final do século XIX, por volta de 1897 e, por algum motivo desconhecido, parou de circular e ressurgiu no início do século XX, tendo em vista as palavras publicadas no *Reformador*: “É assim que o nosso collega *Arrebol*, que acaba de **ressurgiu** em Uberaba (Minas), inseriu espontaneamente em seu primeiro número de sua nova phase [...]” (*Reformador*, 15/08/1906, p. 16, grifo nosso).

De acordo com Carlos Bacelli (1987),⁶⁶ foi em 1925 que surgiu o periódico *A Flama*⁶⁷, vinculado ao Centro Espírita Uberabense, consolidando-se como o principal meio de

⁶⁶ Carlos Bacelli, médium espírita, nasceu em Uberaba, no ano de 1952, formado em Odontologia e funcionário aposentado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Bacelli é conhecido por ser o idealizador e fundador de diversas instituições espíritas em Uberaba, além de ter publicado centenas de livros relacionados ao Espiritismo, também colaborou com o periódico *A Flama Espírita*.

⁶⁷ *A Flama* precisou adicionar o termo “Espírita” ao nome do periódico devido ao registro prévio de outra revista com o mesmo nome (Bacelli, 1987).

divulgação do Espiritismo na região. Entretanto, em 1942, sob pressão de representantes da Igreja Católica local, o jornal foi censurado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão governamental criado durante o governo de Getúlio Vargas. Retornou à circulação em 1946 e, somente em 1950, o periódico passou a ser conhecido como *Flama Espírita* (Bacelli, 1987).

Para Raquel Marta da Silva (2002), a suspensão do periódico *A Flama* foi resultado de uma relação conflituosa que se desenvolveu ao longo do tempo entre esse periódico e o jornal *Correio Católico*. Esse conflito se intensificou, especialmente em 1941. O *Correio Católico*, por sua vez, teve seu início em 1897, sendo propriedade dos padres dominicanos. Sua circulação foi interrompida em 1911 e retomada apenas em 1924, continuando até ser vendido para outro jornal. Durante o período em que esteve em circulação “[...] constituiu-se como um veículo do pensamento católico, desta forma, como órgão oficial da *acção catholica da Diocese de Uberaba*, mantenedor do imaginário religioso católico na cidade de Uberaba” (Silva, 2002, p. 106).

A *Flama Espírita* passou por duas fases bem distintas. A primeira, até 1942, caracterizou-se por sua postura combativa, sustentada pela coragem do Dr. Inácio Ferreira, em resposta aos constantes ataques do clero católico local, principalmente por Frei Alberto Chambert, considerado pelos espíritas como “o pior dos Dominicanos”. O período compreendido entre 1946 e meados da década de 1950 foi também caracterizado como um período de combate a ataques, embora com certa cautela. Já a segunda fase se dá ao final da década de 1950, quando apresentou uma postura mais moderada em termos de opinião e comportamento (Bacelli, 1987). Essa mudança de posicionamento do periódico pode ter sido influenciada pelo medo de sofrer represálias ainda mais severas do que as vivenciadas em 1942, resultando na interrupção de sua circulação até 1946.

Considerando que em momentos anteriores, os seguidores do Espiritismo não apenas reagiam às provocações feitas pelos católicos, mas também demonstravam interesse em provoca-los. Nesse contexto, é plausível que o jornal *A Flama*, em consonância com seus princípios e objetivos, buscasse não somente divulgar e defender sua doutrina, mas também confrontar seus opositores. A atuação do jornal *A Flama*, no que diz respeito à divulgação, teve um papel de importância particular para o movimento espírita, uma vez que esse veículo de comunicação pode ter contribuído progressivamente para enfraquecer a influência católica em Uberaba (Silva, 2002).

Até a década de 1960, *A Flama Espírita* não conseguiu ameaçar de forma decisiva o imaginário católico predominante em muitas cidades brasileiras. No entanto, o periódico teve

um papel relevante ao causar fissuras na hegemonia religiosa católica, permitindo a coexistência de um imaginário espírita e a ampliação do espaço público para debates inter-religiosos na cidade (Silva, 2002).

Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental de Chico Xavier na disseminação e popularização do Espiritismo no Brasil. Seus livros utilizaram formas diversificadas de linguagem, como poesias, pensamentos e romances, tornando a doutrina espírita mais acessível a um público mais amplo, inclusive àqueles com dificuldades para compreender teorias mais abstratas. Essa abordagem pedagógica não apenas ampliou o alcance do Espiritismo, mas também consolidou Chico Xavier como uma figura central e carismática dentro do movimento espírita (Silva, 2017).

Luiz Antonio Braz da Silva reforça a importância do carisma de Chico Xavier na dinâmica interna do movimento. Ele observa que Chico desempenhou um papel conciliador ao suavizar o anticatolicismo entre os Kardecistas, promovendo valores como caridade e conciliação. Essa postura não apenas aproximou o Espiritismo de práticas cristãs tradicionais, como também ajudou a consolidar a doutrina como uma religião popular e inclusiva no Brasil, fortalecendo sua presença e aceitação no imaginário religioso nacional (Silva, 2017).

Diante desses conflitos entre católicos e espíritas, destaca-se a postura de alguns membros do clero católico diante ao médium Chico Xavier, notadamente de Frei Boaventura, ao analisar a obra de sua autoria “Por que a Igreja condenou o Espiritismo”. Nesse contexto, o autor dedica um capítulo específico intitulado “A psicografia de Chico Xavier”, no qual apresenta críticas à psicografia e refere-se ao Espiritismo como uma “tentação” para os católicos. No entanto, ao abordar especificamente o médium, expressa sua crença na sinceridade, na boa fé e nas retas intenções de Chico Xavier, elogiando-o como alguém inteligente, culto e poeta por inclinação, no entanto, considera exagerada a propaganda espírita que o apresenta como um ignorante e conclui afirmando que “Chico Xavier não é problema para nós” (Boaventura, 1953).

A postura de Frei Boaventura também atraiu a atenção de pessoas leigas naquela época. Como exemplo, podemos mencionar um caso de um leitor do jornal “Lar Católico” que se declarou não espírita e afirmou não seguir nenhuma religião específica. Esse leitor enviou uma carta à redação do jornal, que foi publicada posteriormente. Na carta, o autor explicou que sua motivação para escrever era fundamentada em questões lógicas, que interpretamos como críticas e observações sobre contradições. Ele também criticou a postura de Frei Boaventura, questionando por que o frei se opunha apenas à macumba, mas não confrontava o Espiritismo elevado, indicando que ele poderia debater com Chico Xavier. O autor da carta especulou se o

frei tinha algum receio em relação a isso. O frei rebate a acusação dizendo que o leitor está desinformado sobre suas obras e conclui dizendo que os argumentos não são exaustivos por si, mas que bastava porque o espaço, naquela coluna, era pequeno (Lar Católico, 16/12/1956, p. 11).

A postura de Frei Boaventura diante do Espiritismo e, em particular, de Chico Xavier, gerou debates e questionamentos na sociedade da época. O exemplo do leitor do jornal “Lar Católico” demonstra como as divergências religiosas e as estratégias de confronto entre o catolicismo e Espiritismo eram frequentes e discutidas publicamente. Diante das evidências apresentadas, é possível inferir que Frei Boaventura demonstrou respeito por Chico Xavier como indivíduo, destacando suas qualidades pessoais, tais como sinceridade, boa fé e retidão, conforme explicitado em suas declarações. Essa consideração pode ter exercido influência de uma abordagem mais comedida em relação à figura de Chico Xavier como pessoa. Além disso, Frei Boaventura pode ter percebido Chico Xavier como uma figura pública respeitada e influente, cuja crítica direta poderia gerar mais simpatia em relação ao Espiritismo. Assim, ele pode ter optado por concentrar seus esforços na crítica à doutrina do Espiritismo como um todo, em vez de direcionar ataques pessoais a Chico Xavier.

A consolidação do Espiritismo encontraria sua expressão máxima com a chegada de Chico Xavier a Uberaba, em 1959. Nessa época, Chico já havia adquirido proeminência significativa no âmbito nacional, e é plausível que sua chegada tenha suscitado um alvoroço no movimento espírita local. Outro fator relevante para essa consolidação foi a concessão do título de cidadão uberabense pela Câmara Municipal de Uberaba a Chico Xavier em 1968.

O movimento espírita em Uberaba buscou estabelecer relações com o poder público local. Essa ação pode ser inferida ao considerarmos que o primeiro reconhecimento oficial de utilidade pública por parte da Câmara Municipal de Uberaba foi concedido a um Centro Espírita, o Centro Espírita Henrique Kruger. A partir desse marco, diversas outras instituições, independente da sua orientação religiosa, incluindo entidades católicas, umbandistas e de outras influências, também obtiveram esse reconhecimento (Silva, 2002).

Em pesquisa realizada por Ribeiro (2013), através da análise de diversos jornais, periódicos e de uma ampla gama de literatura dedicada ao tema, é possível identificar uma tendência nacional que os fiéis espíritas mantêm relações estreitas com setores influentes da República. Para o autor, desde os primeiros tempos do Espiritismo no Brasil, as práticas adotadas por seus adeptos estavam em sintonia com as estruturas de poder e a classe burguesa. Apesar de a doutrina espírita promover a transformação individual e o desenvolvimento social no país, mas tampouco questionava as políticas do Estado. Portanto, “[...] estas atitudes sempre

renderam a estes fiéis inúmeras parcerias no plano governamental e empresarial, inclusive recebendo subvenções e investimentos de pessoas influentes assumidamente católicos” (Ribeiro, 2013, p. 84).

O engajamento dos adeptos do espiritismo em atividades filantrópicas desempenhou um papel fundamental na legitimação dessa religião no contexto nacional, contribuindo para a construção de uma imagem simbólica associada à benevolência e à caridade. O crescimento e o fortalecimento do Espiritismo estiveram intrinsecamente ligados às carências materiais evidenciadas pelas profundas desigualdades sociais, bem como à notável omissão por parte do poder público, à prevalência de uma mentalidade elitista na esfera científica e à resistência conservadora por parte da Igreja Católica (Ribeiro, 2013).

Essa conexão entre as atividades filantrópicas e a legitimação do Espiritismo é parte integrante da luta religiosa entre a Igreja Católica majoritária e o emergente Espiritismo Kardecista, que ocorreu no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Esses conflitos não se limitaram a debates e condenações doutrinárias; eles também envolveram o uso estratégico da caridade e da promoção de obras sociais como instrumentos nessa competição religiosa.

Conforme estudo realizado em Juiz de Fora por Camurça (2001), com o objetivo de analisar a forma pela qual o princípio cristão da caridade, que assume papel central tanto na doutrina católica quanto no Espiritismo, é instrumentalizado como um mecanismo de deslegitimação e afirmação no contexto da competição religiosa entre essas duas religiões. No caso da Igreja Católica, essas iniciativas visavam manter o monopólio de sua presença entre a população. No entanto, para o Espiritismo, essas ações desempenharam um papel fundamental na busca de legitimidade e reconhecimento pela sociedade, com ambos os grupos almejando consolidar sua posição perante o Estado e a sociedade civil, demonstrando competência na prestação de serviços de “utilidade pública”.

A percepção desses conflitos entre o Catolicismo e Espiritismo, no contexto das atividades filantrópicas, pode ser verificada em um estudo realizado por Souza (2018). Nessa pesquisa foram identificadas e mapeadas as instituições assistenciais destinadas ao público infanto-juvenil que existiram em Uberaba no período compreendido entre 1915 a 1959. O objetivo dessa pesquisa foi investigar a abordagem adotada pela cidade de Uberaba em relação às crianças em situação de pobreza ou abandono, conforme delineado no quadro a seguir (Quadro 6).

Quadro 6 - Instituições de assistência à infância em Uberaba entre 1915 a 1959

Instituição	Tempo de Duração	Natureza	Público Atendido
Asilo Santo Antônio	1915 até os dias atuais (porém hoje só atende idosos)	Particular (leigos e congregação católica)	Adultos de ambos os sexos e crianças (aparentemente somente meninas)
Aprendizado Agrícola Borges Sampaio	1916 – Extinto em 1934	Pública (governo estadual)	Meninos
Asilo Anália Franco	1919 – Transferido para outra cidade em 1924	Particular (espírita)	Meninas (ocasionalmente alguns meninos)
Orfanato Santo Eduardo	1920, até os dias atuais, porém não mais na modalidade internato	Particular (congregação católica)	Meninas
Abrigo de Menores Leopoldino de Oliveira	1940 a 1976	Diversas: Particular; pública (municipal); particular (bispado católico); particular (leigos católicos); particular (congregação católica)	Meninos
Externato São José	1947 – Extinto em 1983	Particular (congregação católica)	Meninas
Lar Espírita de Uberaba	1949 – Funciona até os dias atuais, porém não mais na modalidade internato	Particular (espírita)	Meninas
Supam	1959 – Funciona até os dias atuais, porém a partir de 1989 em regime de semi-internato	Particular (leigos e congregação católica); atualmente é administrada por uma Associação (3º setor)	A princípio meninas e meninos; depois dedicou-se somente ao público feminino

Fonte: Souza (2018, p. 158).

Dentre as instituições apresentadas chama a atenção a postura adotada por parte da Igreja Católica de Uberaba em relação ao Asilo Anália Franco, instalado em Uberaba no ano de 1919.

Tal situação pode ser percebida, inclusive, no município de Uberaba, pois no ano seguinte ao da instalação do Asilo Anália Franco, destinado à assistência de meninas, os católicos criaram o Orfanato Santo Eduardo, voltado para o mesmo público, com o objetivo explícito de combater o avanço do espiritismo no local (Souza, 2018, p. 180).

Anália Franco⁶⁸, após estabelecer várias instituições em São Paulo, decidiu criar uma instituição de assistência em Uberaba, onde tinha algumas conexões pessoais. No entanto, Anália Franco faleceu em São Paulo em 20 de janeiro de 1919. Isso levou à escolha de Clélia Rocha para liderar o asilo que ela fundou em Uberaba, uma decisão que não foi tomada ao acaso, visto que Anália Franco tinha plena confiança no trabalho de Clélia (Souza, 2018).

⁶⁸ Ver nota de rodapé 11.

Clélia Rocha, por conseguinte, transferiu uma instituição originalmente estabelecida em Dourados para a cidade de Uberaba, inaugurando-a em 1919. No entanto, assim como Anália Franco, que passou por uma série de desafios para estabelecer e manter suas instituições em São Paulo, Clélia Rocha também enfrentou obstáculos devido à sua associação com o Espiritismo e ao apoio que recebeu da maçonaria. Esses fatores dificultaram a realização de seu trabalho assistencial em Uberaba, apesar da presença significativa de seguidores do Espiritismo na cidade, porém com um Catolicismo predominante em todo o Estado (Souza, 2018).

Apenas seis meses após a criação da instituição em Uberaba, Clélia Rocha publicou uma nota no jornal, na qual elogiava a comunidade local e o trabalho realizado por ela, mas revelava suas frustrações devido às dificuldades financeiras e às perseguições devido à sua filiação religiosa. Devido a esses desafios, Clélia Rocha encerrou suas atividades na cidade em 1923 (Souza, 2018).

Outra instituição voltada à assistência à infância que merece destaque é o Lar Espírita, cuja concepção começou a se materializar com a fundação da União da Mocidade Espírita Uberabense (UMEU) em 1947. Dois anos depois, em 1949, o Lar foi inaugurado com o propósito de atender meninas carentes da cidade de Uberaba. A criação do Lar Espírita pode ser compreendida como uma realização dos objetivos traçados pelo Centro Espírita Uberabense (CEU), evidenciando o compromisso da comunidade espírita com a assistência social e a educação, preocupações que já estavam presentes desde a fundação do CEU (Souza, 2018).

O Lar Espírita de Uberaba destinava-se a oferecer acolhimento a meninas em situação de vulnerabilidade, proporcionando um ambiente seguro e estruturado. A instituição foi planejada com o objetivo de atender crianças e adolescentes que necessitavam de apoio, priorizando um espaço que assegurasse não apenas a proteção física, mas também o bem-estar emocional. O ambiente interno do Lar foi cuidadosamente projetado, com mobiliário apropriado, acabamento adequado e uma atmosfera acolhedora, criando condições favoráveis à adaptação e ao conforto das crianças (Souza, 2018).

Figura 12 - Lar Espírita de Uberaba em construção (s.d.)



Fonte: Souza (2018, p. 218).

Além de garantir abrigo, o Lar Espírita desempenhava um papel educativo e formativo significativo, promovendo o desenvolvimento social e emocional das meninas que ali residiam. Diferentemente de muitas instituições que adaptavam edifícios já existentes, o Lar foi concebido como um espaço dedicado exclusivamente a atender essas crianças, demonstrando uma preocupação em oferecer um local que fosse ao mesmo tempo funcional e acolhedor. Assim, o Lar Espírita se destacou não apenas como um abrigo, mas buscava oferecer um ambiente propício para o crescimento e a formação das meninas que ali residiam (Souza, 2018).

Apesar dos desafios enfrentados, o movimento espírita em Uberaba continuava a realizar ações assistenciais. O quadro a seguir (Quadro 7) apresenta um resumo das atividades assistenciais destinadas à infância realizadas pelo movimento local em 1965.

Quadro 7 - Instituições de assistência à infância em Uberaba mantidas por espíritas em 1965

Instituição	Público atendido
Lar Espírita	Orfanato para meninas
Creche Sabino Lucas	Creche
Departamento de Recém-Nascidos Casa do Cinza	Creche

Fonte: Baccelli (1987, p. 229).

Ao analisar o quadro apresentado (Quadro 7), torna-se evidente que, no ano de 1965, Uberaba abrigou três instituições de assistência destinadas à infância em situação de pobreza, todas mantidas por membros da comunidade espírita. Entre essas instituições, merece destaque

a creche Sabino Lucas, vinculada ao Centro Espírita André Luis. Essa instituição foi pioneira em Uberaba ao estabelecer uma parceria com o Lar Fabiano de Cristo em 1967, passando a chamar-se Casa Sabino Lucas.

No capítulo 3 retomaremos a discussão sobre a gênese da Casa Sabino Lucas, que antecedeu a criação do nosso objeto de estudo UPI Irmã Germana.

2.6 Considerações parciais

Neste capítulo, exploramos a origem do Espiritismo na França e a sua evolução no contexto brasileiro, desde sua reinterpretação até sua afirmação como religião reconhecida. Além disso, investigamos os conflitos e confrontos entre a comunidade espírita e os católicos em Uberaba, bem como impacto significativo da presença de Francisco Cândido Xavier na transformação desse cenário, que culminou na criação da UPI Irmã Germana.

3 O LAR FABIANO DE CRISTO

3.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior, examinamos a gênese e a evolução do Espiritismo como movimento religioso e filosófico, destacando a prática de caridade e assistência aos necessitados como elementos fundamentais tanto para a inclusão social quanto para a consolidação do Espiritismo no contexto brasileiro. Neste capítulo, voltamos nossa atenção para a construção da identidade da instituição *Lar Fabiano de Cristo*, à qual nossa instituição de estudo, Casa de Irmã Germana pertence. Apesar de afirmar sua natureza laica, evidenciaremos que os idealizadores do Lar Fabiano de Cristo são indivíduos amplamente reconhecidos nacionalmente como líderes e expoentes do movimento espírita brasileiro.

A fim de elucidar estas questões e outras relacionadas, empreenderemos uma análise detalhada da história de fundação e consolidação do Lar Fabiano de Cristo na cidade do Rio de Janeiro. Tal investigação demandará uma imersão na figura de Fabiano de Cristo em relação à instituição, inclusive, investigando os motivos subjacentes à decisão de nomear a instituição em homenagem a Fabiano de Cristo. Adicionalmente, exploraremos a identidade dos fundadores da instituição, observando que muitos deles eram militares adeptos ao Espiritismo no contexto das Forças Armadas brasileiras, e investigaremos sua possível interação com o governo civil-militar vigente à época.

3.2 A vida de Fabiano de Cristo

O Lar Fabiano de Cristo foi idealizado por um grupo de pessoas dentre as quais estavam incluídas Jaime Rolemberg de Lima⁶⁹, Francisco Cândido Xavier⁷⁰, Divaldo Pereira Franco⁷¹, Jorge Andréa dos Santos⁷², José Hermógenes de Andrade Filho⁷³, Alziro Zarur⁷⁴ e Carlos Torres Pastorino⁷⁵. Ele foi fundado em 8 de janeiro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, tendo

⁶⁹ Jaime Rolemberg de Lima nasceu em 16 de setembro de 1914, na cidade de Maruim, no estado de Sergipe. Durante a sua infância e juventude, Jaime e sua família professaram a fé protestante dos Adventistas do Sétimo Dia, sendo que o menino cresceu sob a influência da leitura de trechos da bíblia. Aos 19 anos, Jaime foi incorporado ao Exército Brasileiro. No ano de 1937, desvinculou-se da religião dos seus pais e converteu-se ao Espiritismo. No Rio de Janeiro, ele se integrou-se à Cruzada dos Militares Espíritas, inserindo-se assim no contexto do movimento espírita. Nesse ambiente, colaborou ativamente com diversas organizações espíritas, além de desempenhar um papel de destaque na divulgação da doutrina espírita através de palestras, artigos e programas de rádio. Posteriormente, ocupou o cargo de Diretor do Clube Militar e se destacou em campanhas de apoio à PETROBRÁS, bem como em iniciativas inovadoras para o aprimoramento das condições de sargentos e subtenentes do Exército. Além disso, teve um papel fundamental como um dos fundadores do Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas (COIFA). Reformou-se coronel em 1967 e faleceu em 1978 (Valente, [s.d.]).

⁷⁰ Francisco Cândido Xavier nasceu em Pedro Leopoldo, Minas Gerais, no ano de 1910. Embora tenha sido criado em uma família de fé católica, Chico, como era conhecido, continua a ter visões e experiências com espíritos, apesar das penitências que lhe foram impostas pelo padre confessor. Quando atingiu a maioridade, em 1931, Chico Xavier teve um encontro significativo com seu mentor espiritual, Emmanuel. Em 1958, ele mudou-se para Uberaba, também Minas Gerais, e essa cidade se tornou um centro de peregrinação para os seguidores do Espiritismo, graças a presença de Chico. Francisco Cândido Xavier foi, além de um médium renomado, era filantropo (Lewgoy, 2001).

⁷¹ Divaldo Pereira Franco nasceu em 1927, na Bahia e ficou conhecido como médium, escritor, professor e filantropo.

⁷² Jorge Andréa dos Santos (1916-2017) era médico psiquiatra, autor de diversos livros sobre mediunidade, reencarnação, evolução e psiquismo. Dirigiu o setor médico da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena (MG) e, nesse momento, conheceu a doutrina espírita. Foi no período que dirigiu o Hospital da Base de Salvador que se aproximou de Divaldo Pereira Franco (Reformador, 01/05/2006, p. 10).

⁷³ José Hermógenes de Andrade Filho, nascido em Natal, Rio Grande do Norte, em 1921, concluiu o curso de aspirante a oficial na Escola Militar de Realengo, localizada no Rio de Janeiro. Esse treinamento foi realizado no período de 1942 e 1944, culminando com sua promoção à patente de 2º Tenente após sua formação. Em 1948, Hermógenes foi transferido para o Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde desempenhou a função docente por um período superior a 25 anos, coincidindo com o término de sua carreira militar. Ao longo de sua trajetória, Hermógenes alcançou notável reconhecimento no âmbito editorial, graças à publicação de diversas obras que abordam temas sobre yoga e poesia, contribuindo significativamente para a literatura dessas áreas. Paralelamente à sua atuação como professor no Colégio Militar, Hermógenes manteve um curso preparatório para o exame de admissão. Além disso, ele lecionou matérias como História, Filosofia e Organização Social e Política. Adicionalmente, desempenhou um papel ativo na Diretoria da Cruzada Militar de Alfabetização (Bitencourt, 2015).

⁷⁴ Fundador da Legião da Boa Vontade (LBV).

⁷⁵ Carlos Juliano Torres Pastorino (1910-1980), conhecido como Professor Pastorino, iniciou sua educação formal no Colégio Pedro II, onde se formou em geografia, corografia, cosmografia e português. Posteriormente, iniciou seus estudos no Seminário na Itália, onde se matriculou em 1929. Em 1934, obteve seu diploma em filosofia e teologia no Colégio Internacional Santo Antônio Maria Zaccaria, em Roma, e foi ordenado sacerdote. Contudo, Pastorino renunciou ao sacerdócio enquanto aguardava sua ordenação como diácono, devido à sua decepção com a recusa do Papa Pio XII em receber Mahatma Gandhi, que insistiu em usar seu traje branco tradicional durante o encontro. O Colégio Cardinalício estabelecia que Gandhi deveria usar vestimenta formal, seguindo a tradição das reuniões com chefes de Estado, o que foi profundamente decepcionante para o jovem Pastorino. Em 1938, Carlos Juliano Torres Pastorino iniciou sua carreira no ensino, obtendo o registro de Professor de Psicologia, Lógica e História da Filosofia da Secretaria do Ministério da Educação e Cultura. Em 1944, obteve aprovação como Professor-Adjunto e Catedrático de Latim no Colégio Militar. Além disso, por meio de um concurso

como proposta modificar a infância carente e desvalida, priorizando a preservação dos vínculos familiares que, segundo seus fundadores, era a forma mais eficaz de proteger a criança.

É importante destacar que Chico Xavier e Divaldo Pereira Franco são considerados fundadores do LFC e assinaram a ata de fundação (ANEXO A), mas não estavam presentes na reunião por residirem em outros estados (Valente, [s.d.]).

Assim, os idealizadores do Lar Fabiano de Cristo - para os quais educar significava orientar na direção do bem - elegeram a família como unidade de trabalho, uma vez que o ambiente familiar se constitui, para eles, em um campo fértil para gerar cidadãos úteis e felizes (Nascimento, 2016).

A ideia para nomear a instituição em questão surgiu do professor Carlos Torres Pastorino, por meio de uma Carta-circular enviada a diversos indivíduos influentes, convidando-os para uma reunião agendada para o dia 8 de janeiro de 1958. Pastorino sugeriu que a instituição a ser criada recebesse o nome do Frei Fabiano de Cristo, cujo aniversário ocorreria naquela data (Pastorino, 1957). Contudo, ocorreu um equívoco quanto à data, uma vez que o aniversário do homenageado seria em 8 de fevereiro.

João Barbosa, também conhecido como Fabiano de Cristo, nasceu em 1676 na cidade de Soengas, Portugal. Sua infância foi dedicada ao trabalho no campo como pastor de ovelhas, devido à condição financeira modesta de sua família, que já fora abastada. Sem acesso à educação formal, emigrou para o Brasil ainda jovem durante o Ciclo do Ouro, atraído pelas promessas de riqueza e oportunidades na então colônia portuguesa. Fixou residência em Paraty (RJ), onde alcançou prosperidade financeira, mantendo sempre um compromisso de auxílio aos menos favorecidos (Valente, [s.d.]).

No entanto, suas viagens às minas de ouro em Minas Gerais, onde comercializava suprimentos diversos, despertaram nele conflitos internos. Enquanto os momentos de meditação na natureza durante as trilhas o aproximavam de reflexões espirituais, o ambiente de mineração, marcado pela violência, brutalidade contra escravos e índios, prostituição e

realizado pela Diretoria-Geral de Ensino do Exército, conquistou o primeiro lugar para a cargo do Catedrático de Latim. Em 1951, através de um concurso, ascendeu à posição de Preceptor de Espanhol no Magistério Militar. Em 1961, alcançou a posição de Docente no Colégio Pedro II, com a categoria de Catedrático. Pastorino aderiu ao Espiritismo em 31 de maio de 1950. Em 8 de janeiro de 1951, ele fundou o Grupo Espírita da Boa Vontade, posteriormente denominado Grupo de Estudos "Spiritus" (GES). Esse grupo de estudos serviu de base para a criação de diversas iniciativas, incluindo o "Lar Fabiano de Cristo", o "Serviço Espírita de Informações" (SEI) e a Caixa de Pecúlio dos Militares Espíritas (Capemi). Jaime Rolemberg de Lima desempenhou um papel fundamental nessas iniciativas, com seu comprometimento ativo e produtivo, apoiado por outros membros dedicados ao movimento espírita. O Professor Pastorino deixou um legado significativo na literatura espírita, publicando mais de 50 livros, destacando-se obras como "Teu Lar tua Vida", "Minutos de Sabedoria", "Técnica da Mediunidade" e "Sabedoria do Evangelho" (Reformador, 01/10/1980).

alcoolismo, causava-lhe angústia e questionamentos sobre os verdadeiros valores da vida e da fortuna acumulada (Valente, [s.d.]).

O assassinato de um antigo sócio durante uma dessas viagens foi o ponto de ruptura para João Barbosa. Em busca de uma vida mais dedicada à espiritualidade e ao serviço ao próximo, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde recebeu orientações para ingressar no Convento de São Bernardo de Sena, em Angra dos Reis. Decidiu então dividir sua fortuna entre sua família em Portugal, obras de caridade e igrejas, além de destinar uma parte aos necessitados (Valente, [s.d.]).

Assumindo o hábito marrom de São Francisco e adotando o nome de Fabiano de Cristo, passou a integrar o Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. Inicialmente como porteiro e posteriormente como enfermeiro, dedicou-se de forma exemplar ao cuidado dos doentes, optando por permanecer na enfermaria dia e noite para estar próximo aos enfermos. Por quase quatro décadas, desempenhou essa função com dedicação, mesmo enfrentando problemas de saúde, como erisipela crônica nas pernas e um quisto no joelho, resultantes das longas horas ajoelhado em oração (Valente, [s.d.]).

Mesmo com recomendações médicas de repouso absoluto, Fabiano de Cristo nunca diminuiu seu trabalho em prol do próximo, nunca se queixando de dores. Prevendo sua morte com três dias de antecedência, uma multidão se reuniu às portas do convento para se despedir do religioso. Seus restos mortais permanecem no Convento onde viveu a maior parte de sua vida, sendo frequentemente visitados por fiéis em busca de suas bênçãos e cura de enfermidades (Valente, [s.d.]).

No entanto, é fundamental esclarecer que Frei Fabiano de Cristo é visto de maneira diferente pela Doutrina Espírita e por alguns seguidores da Igreja Católica, refletindo diferentes perspectivas teológicas e espirituais que coexistem no contexto religioso brasileiro.

De acordo com a Doutrina Espírita, Fabiano de Cristo seria a reencarnação do Padre José de Anchieta, continuando a trabalhar em favor dos necessitados até os dias atuais (Valente, [s.d.]). Essa visão está enraizada na crença central do Espiritismo na reencarnação, que postula que as almas retornam à vida física múltiplas vezes para progredir espiritualmente e cumprir missões específicas. A identificação de Fabiano de Cristo como uma reencarnação de José de Anchieta sugere que sua missão de caridade e assistência aos necessitados é uma continuação dos esforços de Anchieta na evangelização e na promoção do bem-estar social. Esta perspectiva enfatiza a continuidade espiritual e a evolução do espírito através das vidas sucessivas, apresentando Fabiano de Cristo como um espírito altamente evoluído que continua a contribuir para o progresso espiritual e material da humanidade.

A publicação do *Reformador* de 1937 analisa a trajetória de José de Anchieta e faz uma conexão com a figura de Frei Fabiano de Cristo, considerando uma visão espírita que percebe a continuidade espiritual entre as duas figuras.

Anchieta vinha depois, em 1553, com Duarte da Costa, transformando-se no desvelado apóstolo do Brasil. Designado para desenvolver, particularmente, os núcleos de civilização já existentes em Piratininga, ali permaneceu em seu respeitável colégio, que todos os governos paulistas conservaram, com veneração carinhosa, como tradição de sua cultura e de sua bondade. Alguns historiadores falam com severidade acerca da energia vigorosa do apóstolo que, muitas vezes, foi obrigado a assumir atitudes extremas, no seio das tribos que lhe mereciam as dedicações e os carinhos de um pai. Anchieta aliou, no mundo, à suprema ternura essa energia realizadora; mas, aqueles que na história oficial lhe descobrem esses gestos não lhe notam a suavidade do coração e a profundidade dos sacrifícios, nem sabem que, depois, foi ainda ele a maior expressão de humildade no antigo convento de Santo Antonio do Rio de Janeiro, onde, com o habito singelo de um frade, adocicou, ainda mais, as suas concepções de autoridade. A edificadora humildade de um Fabiano de Cristo, aliada a um sentimento de renúncia total de si mesmo, constituía a última pedra que faltava na sua corôa de apóstolo da imortalidade (*Reformador*, 01/12/1937, p. 7).

A análise dessa publicação, portanto, destaca que para a Doutrina Espírita, essa interpretação indica que as ações e virtudes de Anchieta foram ampliadas e aperfeiçoadas na vida de Fabiano de Cristo. Este último, com seu hábito simples, exemplificou ainda mais as concepções de autoridade baseadas na humildade e no sacrifício pessoal. A narrativa sugere que a trajetória espiritual de Fabiano de Cristo foi uma continuação direta da missão de Anchieta, culminando em uma coroação de virtudes espirituais que servem como um exemplo imortal de dedicação e renúncia.

Em contraste, a Igreja Católica vê Fabiano de Cristo como um "milagreiro" e um potencial candidato à santidade. Esta visão se alinha com a tradição católica de venerar santos que são considerados intermediários entre Deus e os homens, capazes de realizar milagres através de sua intercessão. Após sua morte, numerosos relatos de milagres e curas atribuídos à intercessão de Fabiano de Cristo foram documentados, o que reforça sua reputação de santidade entre os fiéis. No entanto, “no caso de frei Fabiano de Cristo, não há informações a respeito da existência do processo apostólico. Existem apenas os 29 testemunhos citados, que presumivelmente formariam o embrião do processo ordinário para o reconhecimento da santidade” (Martins, 2019, p. 1102).

Essas duas visões sobre Fabiano de Cristo ilustram as diferenças entre as crenças e práticas do Espiritismo e do Catolicismo. A veneração de Fabiano de Cristo por ambas as tradições demonstra a sua influência duradoura e a importância de suas ações caridosas, independentemente da perspectiva religiosa. Sua vida e legado são um ponto de convergência

para a espiritualidade brasileira, mostrando como diferentes crenças podem encontrar valor em figuras históricas que exemplificam compaixão e serviço aos outros.

Essa convergência espiritual e moral se reflete na escolha do nome "Fabiano de Cristo" para uma instituição assistencial destinada às crianças. A denominação é rica em simbolismo e intencionalidade, abrangendo tanto aspectos históricos quanto valores espirituais e morais que a instituição deseja promover. A identificação com Fabiano de Cristo evoca não apenas uma história de santidade e dedicação, mas também oferece um modelo espiritual e moral para os operadores da instituição e para as próprias crianças assistidas. Esta associação pode ajudar a promover valores como a caridade, a humildade e o amor ao próximo, que são fundamentais tanto para o cristianismo quanto para muitas abordagens humanitárias contemporâneas.

Além disso, o nome "Fabiano de Cristo" confere à instituição um potencial significativo de legitimação social e moral. A figura do frade é amplamente respeitada e reconhecida por suas virtudes, o que pode aumentar a confiança pública e o apoio à instituição. Em um contexto onde a imagem pública e a percepção de integridade são cruciais para o sucesso de organizações assistenciais, a escolha de um nome associado a um personagem histórico tão venerado pode ser uma estratégia eficaz para reforçar a credibilidade e atrair recursos e voluntários.

3.3 Gênese e evolução do Lar Fabiano de Cristo

O Lar Fabiano de Cristo foi fundado na cidade do Rio de Janeiro no dia 08 de janeiro de 1958. Nesse período, o Rio de Janeiro era um centro de atividades culturais, políticas e sociais no Brasil, influenciado pelas propostas de esforços de modernização do presidente Juscelino Kubitschek, incluindo a construção de Brasília como a nova capital. Apesar desses avanços, os desafios persistiam, como a desigualdade social e as políticas mais exigentes dentro do regime democrático do Brasil.

Costa (2020) cita os mendigos e os vadios como os elementos excluídos desse processo democrático e do usufruto do desenvolvimento proposto por Juscelino. Entretanto, o Rio de Janeiro persistia como um polo atrativo para imigrantes, testemunhando um notável aumento em sua população residente. Em meio a essa conjuntura, muitos encontravam-se desamparados, sem abrigo ou ocupação remunerada, o que os forçava a recorrer à mendicância como uma medida extrema de subsistência. Esta situação os colocava em situação vulnerável frente à violência, muitas vezes perpetrada pelas medidas repressivas do Estado e pela estigmatização da pobreza.

Diante dessas circunstâncias, o Lar Fabiano de Cristo foi instituído no Rio de Janeiro em 1958, refletindo a complexa dinâmica social vigente na época. Essa conjuntura pode ser compreendida através da análise de um artigo publicado no *Diário de Notícias* às vésperas da fundação do LFC, intitulado "As nossas dez mais".

As seções mundanas estão elegendo os seus e as suas “dez mais”. Esse número é bastante elevado, o que permite atender as ambições atizadas pelo torneio. Por outro lado, divergem, em suas escolhas, os juízes; o que também dá lugar ao destaque de maior quantidade de figuras. Assim, os descontentes e as descontentes, dada a exiguidade do nosso “society”, não serão muitos, nem muitas. Ora, aqui nesta coluna, onde os registros são de outra natureza, também cabe uma eleição: vamos indicar “as dez mais” ... dolorosas maselas [sic] da cidade. Ei-las:

- 1) Falta d’água;
- 2) Assaltos à economia popular;
- 3) Balbúrdia do trânsito;
- 4) Sujeira das ruas;
- 5) Crise de transporte;
- 6) Insuficiência de escolas;
- 7) Ausência de policiamento;
- 8) Abastardamento dos costumes;
- 9) Mendicância;
- 10) Menores abandonados.

Haverá quem considere incompleta a nossa lista e reclame contra a omissão de outros males locais. Perfeitamente. Mas, a esses críticos, lembraremos que apenas citamos “as dez mais”, não ignorando que outras infelicidades pesam sobre o Rio. Finalmente: é costume dos cronistas sociais publicar os retratos de seus preferidos e suas preferidas. Julgamo-nos, porém, dispensado de imitá-los nesse ponto – perdoem-nos eles e elas – do que os vitoriosos e as vitoriosas da grã-finagem (*Diário de Notícias*, 03/01/1958, p. 13).

A crônica publicada em 1958 no Rio de Janeiro utiliza uma abordagem irônica para criticar os problemas da cidade, comparando-os com a tendência popular da época de eleger "os dez mais" em diversas categorias sociais. O autor estabelece um paralelo entre as listas “mundanas” de personalidades e uma lista das "dez mais" dolorosas mazelas da cidade, destacando questões sociais e urbanas significativas.

O título da reportagem faz menção às principais dificuldades enfrentadas pela cidade, destacando em sexto lugar a carência de instituições educacionais, em nono lugar a presença de mendigos, e em décimo a situação dos menores abandonados.

A análise deste trecho evidencia que a falta de escolas, a mendicância e o abandono de menores emergiram como desafios sociais proeminentes naquele período específico, proporcionando uma visão das preocupações e percepções da sociedade da época. A referência ao "abastardamento dos costumes" sugere uma degradação moral percebida na sociedade, enquanto a "balbúrdia do trânsito" e a "crise de transporte" refletem problemas urbanos que impactam a qualidade de vida dos cidadãos.

A concepção da instituição Lar Fabiano de Cristo, destinada ao acolhimento de crianças desfavorecidas, originou-se de um grupo inicial de quatro indivíduos. No entanto, a concretização dessa iniciativa contou significativamente com o respaldo e a influência do professor Carlos Juliano Torres Pastorino. Ele desempenhou um papel crucial ao encorajar o envio de uma carta-circular a uma variedade de contatos, incluindo militares, professores, funcionários públicos, jornalistas e outros indivíduos proeminentes, convidando-os a participar como fundadores da instituição em processo de criação.

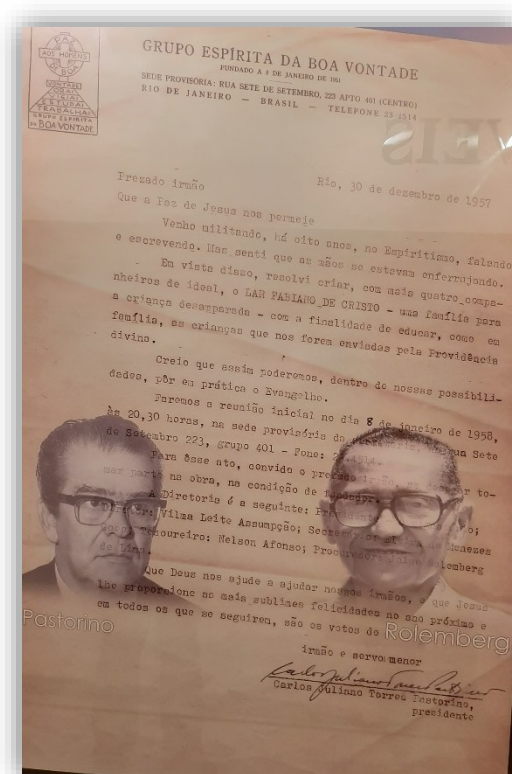
A carta apresenta a proposta de membros para a Diretoria, sendo que: presidente (Carlos Juliano Torres Pastorino), diretora (Vilma Leite Assumpção), secretária (Elvira de Menezes Goes), tesoureiro (Nelson Afonso), procurador (Jaime Rolemberg de Lima) (Figura 12).

O local escolhido para sediar as atividades iniciais foi a sede provisória do Grupo Espírita da Boa Vontade, do qual o Sr. Pastorino ocupava o cargo de presidente. Esta sede situava-se na rua Sete de Setembro, nº 223, apartamento 401, no centro do Rio de Janeiro (Pastorino, 1957).

No imaginário espírita, Emmanuel é concebido como um espírito de posição elevada que se manifesta por meio das obras psicografadas por Chico Xavier. Nesse contexto, a sessão teve início com a leitura da 96ª mensagem do livro *Fonte Viva*, obra atribuída a Emmanuel e psicografada por Chico Xavier, fundamentada no Evangelho de Mateus (5:46). Na sequência, foi apresentada a proposta de estatuto, posteriormente aprovada por unanimidade pelos participantes presentes (Livro de Atas do Lar Fabiano de Cristo, 1958).

Nessa fase inicial da fundação do LFC, o professor Pastorino emergiu como figura central neste processo; entretanto, será demonstrado adiante que Jaime Rolemberg desempenhou um papel crucial na continuidade e preservação da obra.

Figura 13 - Carta-circular enviada por Carlos Torres Pastorino (1957)



Fonte: Pastorino (1957).

Ao examinar a correspondência enviada por Pastorino, é digno de nota o fato de que o documento está redigido em papel timbrado, ostentando o nome do Grupo Espírita da Boa Vontade em seu cabeçalho. Além disso, é interessante observar que, após expressar a intenção de fundar o LFC, o autor da carta adiciona a seguinte declaração: “Creio que assim poderemos, dentro de nossas possibilidades, pôr em prática o Evangelho” (Pastorino, 1957). Essa afirmação pode estar refletindo não apenas uma base espiritual para a instituição, mas também um compromisso moral com a realização de ações benevolentes e solidárias em prol das crianças desamparadas.

Após a oficialização da instituição, ainda havia uma extensa lista de tarefas a serem cumpridas, dentre elas a elaboração do Estatuto que estabeleceria as diretrizes para o funcionamento do Lar Fabiano de Cristo. Rolemberg, Pastorino e Nelson Afonso embarcaram em uma busca por imóveis disponíveis para alugar no bairro de Santa Teresa, visando encontrar um local adequado para instalar a sede da instituição. No entanto, os valores dos aluguéis se mostraram proibitivos, especialmente considerando que possuíam apenas a primeira mensalidade das contribuições dos sócios. Diante desse impasse, Rolemberg tomou a iniciativa de oferecer um terreno de sua propriedade localizado no bairro de Laranjeiras como alternativa

viável. Sua proposta envolvia a construção do prédio da instituição nesse terreno, reservando uma parte para abrigar a primeira casa assistencial, enquanto as demais unidades poderiam ser comercializadas para sócios e simpatizantes, com os recursos provenientes da venda revertidos para a entidade (Capemisa, 2020).

No entanto, a realização desse projeto enfrentou obstáculos financeiros significativos, apesar do desejo e empenho de todos os envolvidos. Em agosto de 1959, alguns membros da diretoria solicitaram seu desligamento devido a questões pessoais, incluindo Pastorino, embora tenha consentido em manter seu nome registrado como fundador, atendendo ao apelo de Rolemberg. Durante esse período de incertezas, o futuro do Lar Fabiano de Cristo parecia instável, porém, a determinação de Rolemberg foi crucial para manter viva a esperança na continuidade da instituição (Capemisa, 2020).

A primeira criança a ser atendida pelo Lar Fabiano de Cristo surgiu de forma inesperada e foi um menino⁷⁶ de um ano e meio que ardia em febre sob a chuva, na companhia de sua mãe sentada em um monte de lixo na Praça Mauá⁷⁷ no Rio de Janeiro. A presença daquela criança foi comunicada a Jaime Rolemberg (Revista Capemi, 1980, p. 4):

Naquele dia chuvoso, após iniciado o expediente do Quartel General de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, o menos provável seria um chefe ter de sair novamente pelas ruas da cidade, onde os detritos arrastados pelo temporal da noite pelos garis. Mas o ex-pracinha Toledo Santos entrou tão consternado que não houve alternativa. "Eu a conheço – disse - perdeu o juízo porque se apaixonou por um colega meu, que, após ter-lhe dado o filho, abandonou-a, sumiu. Está sentada em um monte de lixo na Praça Mauá, com a criança nos braços. Vamos lá chefe?"

Naquela conjuntura, o Lar Fabiano de Cristo já possuía existência jurídica, o que motivou Jaime Rolemberg e outro membro da diretoria a se deslocarem até o local para prestar assistência à mãe e à criança. O aparecimento dessa primeira criança suscitou apreensão entre os membros do LFC diante da iminente responsabilidade assumida (Revista Capemi, 1980). Rolemberg procurou primeiramente o auxílio da Sra. Alda Maria da Costa Gonçalves, a qual fez a tentativa de ficar com a criança em sua residência, mas não logrou êxito devido às suas ausências para o trabalho, o que levou Rolemberg a buscar outra alternativa (Valente, [s.d.]).

⁷⁶ O menino chama-se Jorge Damião Alves e viveu no Lar Fabiano de Cristo até ingressar no serviço militar e trabalhou como Monitor, Auxiliar Assistencial em unidades do LFC, além disso, trabalhou na agência da Capemi no Rio de Janeiro (Valente, [s.d.]).

⁷⁷ A Praça Mauá recebeu esse nome em homenagem ao Barão de Mauá, em 1910. Situada no centro do Rio de Janeiro, a Praça Mauá destaca-se pela proximidade de vias importantes, como a Avenida Rio Branco e a Avenida Rodrigues Alves. Sua localização central, bem como sua relação com o mar e o porto da cidade, influenciara significativamente sua ocupação e usos ao longo da história, além de ter desempenhado um papel preponderante nas iniciativas de renovação urbana. A Praça Mauá foi revitalizada no âmbito do projeto Porto Maravilha, que incluiu a construção do Museu de Arte do Rio (MAR) e do Museu do Amanhã, além da modernização do Arsenal da Marinha e do Terminal Marítimo de Passageiros do Pôr Mauá.

Jaime colaborava com a casa de Lázaro, comandada pela professora Ruth Santana. Apesar de ser uma casa que só assistia meninas, foi ali que ele encontrou abrigo provisório para o pequeno menino da Praça Mauá. E Rolemberg pôs-se em busca de alguém que aceitasse o desafio de conduzir o que seria a primeira casa do Lar Fabiano de Cristo (Capemisa, 2020, p. 33).

Naquele período, Jaime Rolemberg desempenhava o cargo de Tesoureiro do Clube Militar, além de contribuir com a Casa de Lázaro. No entanto, foi alertado pela professora Ruth Santana⁷⁸ sobre a impossibilidade de manter o menino na instituição por tempo prolongado, visto que a casa era exclusivamente destinada ao acolhimento de meninas. Nesse contexto, o Coronel Rolemberg recordou-se da professora Betty Goppfert Pinto⁷⁹, pessoa em quem depositava total confiança (Valente, [s.d.]).

Betty era familiar para o Coronel Rolemberg desde sua juventude, quando ele ainda servia como soldado em Caçapava – SP, pois era prima de sua esposa. Ele estava ciente de sua aptidão como irmã mais velha para cuidar de crianças, assim como de sua formação como professora primária. Naquela ocasião, Betty residia em São Paulo. Decidiu então solicitar sua transferência para o Ministério da Saúde no Rio de Janeiro e pediu a Rolemberg que providenciasse uma moradia para ela, onde pudesse viver com o menino encontrado na Praça Mauá e mais duas crianças necessitadas de assistência. Os custos iniciais foram cobertos por recursos próprios e com a colaboração de algumas pessoas (Capemisa, 2020).

⁷⁸ Ruth Corral Santana, nascida em 1895, proveniente de uma família de católicos espanhóis paulistas, foi incumbida, desde tenra idade, da responsabilidade de auxiliar na criação de seus quinze irmãos. Demonstrando interesse precoce pelo Espiritismo, contrariando as expectativas familiares, dedicou-se à busca por respostas para suas indagações. Ao longo de sua vida, teve uma convivência próxima com crianças, organizando cursos de alfabetização e iniciativas de caridade para mitigar suas necessidades. Além disso, ministrou palestras sobre "moral cristã" com perspectiva espírita, o que a sujeitou a perseguições por parte de um frade católico. A fundação da Casa de Lázaro ocorreu no final da década de 1930, impulsionada pela iniciativa de Ruth, após abrigar crianças vítimas de enchentes que posteriormente foram devolvidas a seus pais, muitas das quais, órfãs, não tinham para onde voltar. Foi então que surgiu a Casa de Lázaro no modelo de internato (Capemi Informa, 1973).

⁷⁹ Nascida em Caçapava, São Paulo, em 1929, Betty era a primogênita de Philadelpho de Paula Pinto e Maria Henriqueta Göppfert Pinto. Criada em um ambiente afetoso, porém disciplinado e severo, herdeira dos valores religiosos e de perseverança de sua família, em especial seu pai e tios que fundaram o Centro Espírita Juliani. Sua vida foi marcada por desafios e lutas em prol de seus ideais religiosos, enfrentando perseguições e dificuldades, mas mantendo-se firme em suas convicções. Com uma personalidade exigente e dedicada aos estudos, formou-se em Letras e Pedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Administração Escolar pela Universidade Gama Filho. Sua carreira profissional incluiu atuação no Ministério da Educação e participação relevante no planejamento e gestão do Centro de Ensino Eurípedes Barsanulfo, no Méier. Apesar de reservada, gentil e educada, Betty era seletiva em relação às suas relações pessoais, demonstrando um lado forte e cativante quando em confiança. Como solteira, desafiou os preconceitos sociais e familiares ao acolher e criar diversos meninos carentes, tornando-se uma mãe afetosa e dedicada para muitos. Seu legado inclui uma extensa lista de crianças que passaram por sua vida, algumas mantendo contato até sua partida. Betty desfrutava da companhia dos netos com orgulho e afeto, sendo uma avó presente e amorosa. Além disso, desempenhou um papel fundamental como irmã mais velha, oferecendo apoio e orientação a seus irmãos sempre que necessário, mesmo à distância. Ela tinha laços familiares com dona Elza, esposa de Rolemberg, sendo prima desta última (Valente, [s.d.]).

A primeira Casa Assistencial do Lar Fabiano de Cristo foi estabelecida no início de março de 1960, na Rua Enéas Galvão, nº 5, apartamento 101, térreo, no Méier, Rio de Janeiro, em homenagem ao espírito de Adolpho Bezerra de Menezes. Inicialmente, a casa abrigava um casal de irmãos pequenos, juntamente com Damião, menino encontrado na Praça Mauá, cuja mãe estava internada, e uma assistente responsável pelas tarefas domésticas, sob a supervisão de Jaime Rolemberg e os cuidados maternos de D. Betty. Com o passar do tempo, outras crianças foram chegando, de modo que, até dezembro daquele ano, o número de filhos adotivos já havia chegado a nove. Segundo Jaime, a Casa do Amigo Bezerra de Menezes foi o embrião das atuais Casas⁸⁰ Assistenciais do Lar Fabiano de Cristo, sendo modesta e precária, porém impregnada de valores morais fundamentais. Pelo menos até junho de 1960, os recursos financeiros foram provenientes exclusivamente de Jaime, de D. Betty, dos diretores do Lar e de indivíduos correlatos (Valente, [s.d.]).

É pertinente destacar que o primeiro estatuto previa os objetivos e compromissos do Lar Fabiano de Cristo em relação ao amparo às crianças desfavorecidas.

Art. 2º - O LAR tem por fim amparar efetivamente, quanto à educação e à instrução crianças desvalidas que serão tratadas como pertencesse à família dos Diretores que as receberão perante a autoridade judiciária, tornando-se seus responsáveis / de fato, de direito e moralmente.

Parágrafo Único - Logo que as disponibilidades financeiras do LAR o permitam, serão realizadas, outras modalidades de assistência à infância (Lar Fabiano de Cristo, 1962, p. 1).

Inicialmente, destaca-se o propósito de proporcionar educação e instrução para essas crianças, tratando-as como membros da família dos diretores que as acolhem, sob a supervisão da autoridade judiciária. Isso implica que os diretores assumem responsabilidades legais e morais sobre as crianças. Além disso, em seu parágrafo único, demonstra uma abertura para expandir os serviços oferecidos pelo LFC além da educação e instrução inicialmente mencionadas, evidenciando uma preocupação contínua com o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças assistidas pela instituição.

Naquela fase inicial, o Lar Fabiano de Cristo prestava assistência às crianças em grupos de 6 a 10, organizados como irmãos, em domicílios nos quais residia um casal, ou ao menos uma mulher que os acolhia como filhos. Desde o princípio, a instituição era avessa a acolher um grande número de crianças, manifestando contrariedade ao tratamento em massa, que

⁸⁰ De acordo com o estatuto do LFC, "Casas" se refere aos órgãos assistenciais de execução dentro da estrutura do Lar Fabiano de Cristo. Esses órgãos têm a responsabilidade de executar as atividades de assistência às crianças desfavorecidas, conforme definido nos objetivos e princípios da instituição (Lar Fabiano de Cristo, 1962).

julgava ser prejudicial ao desenvolvimento da personalidade infantil (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a). Esse modelo inicial de assistência prestada pelo LFC permaneceu exclusivamente até 1965 e foi denominado de Casas de Primeira Faixa.

As Casas de Primeira Faixa, concebidas para abrigar meninos e meninas sem família, foram estabelecidas a partir de 1960, conforme a concepção original do LFC, sendo a primeira delas a Casa do Amigo Bezerra de Menezes (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a). Em seguida, foram inauguradas onze novas Casas Assistenciais de Primeira Faixa: José Grosso, Eneida e Margarida, André Luiz, Maria Madalena, Felipe Webert, Barsanulfo, Ab-Dul, Hamirar, Veneranda, Isenah e Genuína (Valente, [s.d.]).

Nesse contexto de criação de novas unidades da instituição, o artigo 23º do estatuto do LFC de 1962, prevê que cada uma dessas casas terá sua própria designação e responsável específico. No entanto, todas elas deveriam seguir o regulamento comum, aprovado pelo Conselho Diretor da instituição (Lar Fabiano de Cristo, 1962). Essa disposição sugere uma uniformidade nas diretrizes e procedimentos operacionais entre as diversas unidades do Lar Fabiano de Cristo.

Além disso, a instituição necessitava de trabalho voluntário, requerendo dedicação integral e habilidades específicas, o que se mostrava desafiador devido à escassez de recursos na época. No entanto, as demandas de assistência às crianças cresciam constantemente, enquanto os recursos financeiros do LFC eram insuficientes para expandir o atendimento. Diante dessa realidade e das solicitações de cooperação de outras organizações voltadas para crianças carentes, a diretoria optou por estabelecer convênios com "[...] instituições que trabalhassem de maneira análoga ao trabalho desenvolvido pelo Lar " (Valente, [s.d.], p. 84). O LFC oferecia suporte financeiro a essas instituições conveniadas, inclusive fora do Rio de Janeiro. No entanto, as demandas de assistência de famílias em extrema situação de pobreza continuavam a aumentar.

Na imagem apresentada abaixo (Figura 14) é possível observar um dos primeiros grupos de crianças atendidas pelo Lar Fabiano de Cristo na periferia do Rio de Janeiro, provavelmente em alguma de suas casas de acolhimento.

Figura 14 - Crianças atendidas inicialmente pelo Lar Fabiano de Cristo em áreas periféricas do Rio de Janeiro durante os anos 1960



Fonte: Capemisa (2020, p. 29).

A análise da fotografia revela um arranjo clássico de composição, onde as crianças foram posicionadas estrategicamente pelo fotógrafo, com os mais velhos posicionados atrás e os mais novos à frente. É evidente a predominância de crianças de tenra idade, tanto meninos quanto meninas, vestindo trajes cuidadosos e calçados. Destaca-se na imagem a presença de Jaime Rolemberg, exibindo um sorriso sereno entre duas crianças negras, transmitindo uma sensação de autenticidade e naturalidade. Ao seu lado, uma senhora negra direciona seu olhar para o fotógrafo, enquanto no canto direito da imagem, duas mulheres brancas vestindo trajes claros demonstram atenção às crianças, sem aparentar preocupação com a presença do fotógrafo.

A fotografia, como ressalta Kossoy (2021), serve como prova e meio de conhecimento, sendo um documento visual que contribui para a compreensão das práticas e discursos da época. Entretanto, Boris Kossoy (2001) destaca que a fotografia não deve ser vista como um reflexo neutro da realidade, mas sim como uma construção cultural, carregada de intencionalidade e significados. Nesse sentido, a disposição das crianças e dos adultos na imagem pode revelar tanto uma tentativa de registrar o cotidiano da instituição quanto uma estratégia visual de legitimação da assistência social prestada pelo Lar Fabiano de Cristo.

Na implementação dessa abordagem de assistência, o desafio se revelou na escassez de casais disponíveis para se dedicarem integralmente ao cuidado das crianças como se fossem seus próprios filhos. Diante dessa realidade, o Lar Fabiano de Cristo buscou alternativas e identificou diferentes formas de auxiliar as crianças carentes com as quais se deparava. Como

resultado, foram desenvolvidas três modalidades distintas de assistência, adaptadas às diversas necessidades que surgiam (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a).

A segunda modalidade de assistência implementada pelo LFC foi introduzida em 1965, chamada de “Segunda Faixa de Atendimento”. Esta modalidade visava atender crianças que, embora tivessem família, enfrentavam problemas que demandavam cuidados temporários. O critério de direcionamento das crianças para essas casas era distinto das Casas de Primeira Faixa, que acolhiam crianças sem nenhum vínculo familiar. Nas Casas de Segunda Faixa, as crianças permaneciam até a resolução dos problemas familiares ou até completarem 18 anos. Os responsáveis por essas casas eram chamados de “tios”, diferentemente das Casas de Primeira Faixa, onde eram chamados de “pais” (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a). No entanto, esse modelo de assistência também encontrou dificuldades para encontrar funcionários dispostos ou preparados, o que limitou a expansão desse tipo de atendimento.

Durante os anos 1960, o programa de política externa dos Estados Unidos, conhecido como "Alimentos Para a Paz", iniciou o envio de grandes quantidades de alimentos para o Brasil, incluindo produtos naturais, processados e industrializados. Esses alimentos eram recebidos por algumas entidades e distribuídos a organizações de caridade. Jaime Rolemberg percebeu a utilidade dessa ajuda para o Lar Fabiano de Cristo e, por meio de contatos com Adidos Militares dos EUA e a Confederação Evangélica, conseguiu se inscrever para receber cotas do programa. No primeiro trimestre, o Lar recebeu três toneladas de alimentos. D. Elza Pinto de Siqueira Lima⁸¹ coordenou o recebimento, armazenamento e distribuição desses alimentos para as Casas Assistenciais de Primeira e Segunda Faixa do Lar Fabiano de Cristo. Para armazenar os alimentos, foi necessário um depósito amplo. Esse apoio foi um dos vários fatores que contribuíram para o crescimento do Lar, possibilitando a contratação e o treinamento de pessoal qualificado, além da construção de novas Casas Assistenciais, permitindo a expansão dos serviços para atender a um maior número de necessitados (Valente, [s.d.]).

Nesse contexto, um artigo veiculado no periódico "Correio da Manhã" destaca a contribuição do programa para o Lar Fabiano de Cristo.

A Casa de Iracema comemorou ontem o transcurso de mais um aniversário de sua criação. Coincidentemente, recebeu na tarde de ontem a visita de uma jornalista norte-americana que após percorrer suas dependências, conhecer de perto o trabalho assistencial prestado a mais de 1.100 crianças e 200 famílias e examinar os resultados de emprêgo dos Alimentos para a Paz, teceu referências das mais elogiosas pelo que

⁸¹ No presente capítulo desta tese, será abordada a figura de Elza Pinto de Siqueira Lima, esposa do Coronel Jaime Rolemberg de Lima.

vira, chegando mesmo a afirmar, **“que não conhecia nada igual no mundo”**. No ensejo da data, recordou a diretora Elza Pinto de Siqueira Lima que a 5 de novembro de 1965 surgia a 1ª casa assistencial que se tem notícias com a tarefa de assistir às crianças necessitadas, pertencentes a famílias numerosas e extremamente pobres. Era a Casa de Iracema (hoje bem instalada no nº 284 na R. Sidônio Paes, em Cascadura [...]) (Correio da Manhã, 09/11/1970, p. 15, grifo nosso).

O trecho em questão, proveniente de uma publicação da própria instituição no periódico mencionado, apresenta uma abordagem eminentemente voltada para relações públicas ao relatar a visita de uma jornalista norte-americana e suas impressões altamente elogiosas sobre o trabalho da Casa de Iracema. A menção aos Alimentos para a Paz parece ser estratégica, visando destacar a assistência recebida pela instituição e ressaltar o impacto positivo desse programa na comunidade atendida. Contudo, a omissão de detalhes sobre os resultados específicos do programa e a carência de uma análise mais crítica dos desafios enfrentados pela instituição sugerem uma abordagem mais propagandística do que informativa. Adicionalmente, a descrição do evento como "não conhecido nada igual no mundo" pode ser interpretada como hipérbole, levantando questionamentos sobre a objetividade e imparcialidade da reportagem.

A existência de estoques de alimentos nos armazéns do Lar Fabiano de Cristo e o registro de 65 famílias carentes inscritas na instituição à espera de assistência, motivaram a criação de uma nova modalidade de atendimento em 1965. Esta nova abordagem demonstrou-se uma estratégia eficaz para atender um maior número de crianças, com custos reduzidos e sem a necessidade de separá-las de seus pais (Valente, [s.d.]).

Segundo aponta Valente ([s.d.]), foi em consequência disso, em 22 de setembro de 1965, que a Diretoria e o Conselho do Lar Fabiano de Cristo aprovaram uma revisão do título I de seu Estatuto. Essa revisão definiu que a missão principal do Lar seria promover a união entre crianças e suas famílias, com base na ideia de que "A vida em família é a mais alta expressão da civilização, e nenhuma criança deverá ser retirada de seu lar apenas por motivo de pobreza".

Como resultado dessa mudança, o Lar implementou uma terceira forma de assistência, que consistia em apoiar os pais em seus próprios lares, sempre que possível, visando à recuperação da família e evitando a separação da criança de seus entes queridos. Segundo a perspectiva de Valente ([s.d.]), esse era um objetivo há muito tempo almejado por Jaime Rolemberg de Lima. Dessa forma, surgiu a Terceira Faixa assistencial.

No contexto descrito, destaca-se a modificação na missão primordial do Lar Fabiano de Cristo no ano de 1965, salientando-se a premissa de que a condição de pobreza não deve ser motivo para a separação da criança de seus pais. Isso suscita questionamentos relevantes: Por que tal missão não foi incorporada desde a fundação da instituição? O que motivou essa

alteração em 1965? É importante observar que essa mudança ocorreu durante a vigência do Código de Menores de 1927, época em que predominava a ideia de que as famílias pobres, consideradas incapazes de prover o próprio sustento, também seriam inadequadas para cuidar adequadamente de seus filhos. No entanto, é oportuno destacar que essa mudança de perspectiva em relação ao conceito de família, refletida nas práticas do Lar Fabiano de Cristo, coincidiu com o estabelecimento da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), o advento da Ditadura Civil-Militar e o período de vigência do DNCR.

Diante disso, torna-se evidente que as práticas assistenciais e educacionais pioneiras implementadas pelo Lar Fabiano de Cristo e, conseqüentemente, pela Unidade de Promoção Integral “Irmã Germana”, foram significativamente influenciadas pelas intervenções indiretas promovidas pelo Departamento Nacional da Criança. Para sustentar essa afirmação, retomaremos a discussão iniciada no primeiro capítulo desta tese, a respeito dos cursos conduzidos no Brasil pela Irmã Agnita Miriam, em colaboração com o DNCR e a Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica (Ponto IV).

A visita da Irmã Agnita Miriam ao Brasil ocorreu em 1955, período anterior à fundação do Lar Fabiano de Cristo. Contudo, a disseminação do conhecimento trazido pela Irmã ao país foi viabilizada pela publicação do livro intitulado “O Bem-Estar da Criança”, que compilava as ideias apresentadas em suas palestras. Apesar da visita ter ocorrido em 1955, o livro somente foi publicado em 1963 pelo Departamento Nacional da Criança.

Entretanto, não foi possível encontrar informações precisas sobre quem introduziu esse livro aos membros da instituição. No entanto, de acordo com Valente ([s.d.]), houve uma significativa resistência à adoção desse novo método americano pelo LFC. Isso se deve ao fato de que as instituições da época baseavam-se no conceito tradicional de orfanato, que envolvia a separação das crianças do convívio familiar e social. Jaime Rolemberg de Lima, por sua vez, enfrentou grandes desafios ao combater essa postura conservadora.

Esse fato é destacado em uma nota publicada no *Diário de Notícias*, onde menciona-se que o Lar Fabiano de Cristo teve sua origem sob a influência do DNCR, reconhecendo assim as contribuições desse departamento. Além disso, a nota aborda a situação do menor carente de recursos no Brasil e ressalta a mobilização para a elaboração de um Projeto de Lei de Amparo ao Menor. O apoio do Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, é citado, evidenciando a relevância do assunto.

O PROBLEMA DO MENOR É O MAIOR

Brasília está recebendo Depoimentos, reunindo dados para após a realização de um congresso em outubro, apresentar ao Governo um Projeto de Lei de Amparo ao Menor

carente de recursos. O Presidente da República, General Emilio Garrastazu Médici, apoiou o movimento, que, agora se espalha por todo o Brasil, chegando à Secretaria do 1º ENCEPRON – Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudo do Problema do Menor, vultuosa correspondência das Associações do Comércio da Indústria, dos Poderes Públicos, das Instituições Oficiais particulares vinculados ao assunto. Coordena o ENCEPRON - Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudo do Problema do Menor [...]. Na última quarta-feira coube ao LAR FABIANO DE CRISTO expor sua experiência de doze anos de trabalho em constante expansão. A tese, é de que deve ser reformulada a estrutura atual que cuida do menor nos 3 níveis de administração pública talvez partindo do Conselho Nacional do Serviço Social, até que se crie o Ministério do Bem Estar Social e nele um Departamento Nacional do Bem Estar do Menor, ou algo equivalente. Presente D. Yolanda Eloiza de Souza representando oficialmente o Ministro Machado Lemos, da Saúde, empenhou-se nos debates que tomaram 2 horas das 3 que durou a reunião mostrando o quanto seu Ministério, pelo antigo Departamento Nacional da Criança, produziu e transformou em benefício da criança. Reconhecido o valor dessa contribuição (o LFC nasceu sob a Influência do DNG [sic]) concluiu se que existem muitos órgãos dispersos sem coordenação, pulverizando recursos. Vindos de uma conferência na Câmara dos Deputados, o Juiz de Menores da Guanabara e de Brasília, Dr. Allrio [Alirio?] Cavaliere e Dr. Jorge Duarte de Azevedo estiveram presentes. O primeiro revelou que está muito satisfeito com o apoio que recebe da FUNABEM e da FEBEM, da Guanabara (Diário de Notícias, 03/09/1972, p. 8).

A análise do trecho acima revela o engajamento evidente de D. Yolanda nos debates, dedicando duas das três horas que durou a reunião. Isso sugere um comprometimento significativo com a temática discutida e com a defesa das contribuições do Ministério da Saúde, especialmente por meio do antigo Departamento Nacional da Criança, para melhorar as condições e o bem-estar das crianças.

Em uma outra publicação, desta vez pelo jornal *Correio Braziliense* (1974), é evidente a relação entre o Lar Fabiano de Cristo e a FUNABEM, destacando-se uma convergência de princípios e abordagens na prestação de assistência à infância desamparada.

OS MESMOS PRINCÍPIOS

Há 14 anos um grupo de idealistas reuniu-se e deliberou sobre a criação do Lar Fabiano de Cristo, para promover a assistência ao menor desamparado. Os princípios da obra haviam sido divulgados pela Irma Miriam Agata [sic], americana, que percorrerá o Brasil dentro do programa "PONTO IV. pregando a necessidade de reagir contra o tratamento da massa que se deve à criança brasileira nos internatos. A base do trabalho seria o custeio e colocação familiar de crianças desamparadas em suas casas ou subvencionar casais que as adotassem e não tivessem meios materiais suficientes. Tais princípios constituem a base dos Direitos da Criança, da ONU, e a filosofia de trabalho da nossa FUNABEM. O Lar Fabiano de Cristo também começou a trabalhar criando faixas de assistência de acordo com cada caso visando sempre a integração da criança ao grupo familiar de origem. Mas Casas Assistenciais, recebem alimentos, recursos médicos, financeiros e educacionais além de um acompanhamento bastante próximo por parte da unidade assistencial. A criança permanece, assim, na companhia dos pais. Frequentam escola maternal, Jardim de Infância e pré-primário, integram-se a seguir o sistema educacional público para o ensino de 1º grau sempre acompanhadas e orientadas pelo Lar. As de idade maior frequentam os cursos de aprendizagem profissional e a assistência é estendida a toda a família. Foi com a maior satisfação, portanto, que os responsáveis pelo Lar Fabiano de Cristo assistiram pelo Jornal Nacional da TV Globo, as entrevistas concedidas pelo Dr. Mario Altenfelder, presidente da FUNABEM e pelo Juiz Arthur de Oliveira Costa, titular do Juizado de

Menores de São Paulo. Aquelas duas autoridades, do mais alto gabarito, ligadas intimamente ao problema do menor, no Brasil, defendiam em seus pronunciamentos, no vídeo, os mesmos princípios adotados pelo Lar Fabiano de Cisto, em seus quatorze anos de trabalho (Correio Braziliense, 16/10/1974, p. 11).

Segundo a nota, a criação do Lar Fabiano de Cristo foi impulsionada pelo propósito de prover assistência aos menores desamparados, sendo influenciada pelos princípios disseminados pela Irmã Agnita Miriam, uma ativista americana que percorreu o Brasil como parte do programa Ponto IV. Estes princípios advogavam contra o tratamento em massa das crianças brasileiras em internatos, enfatizando a importância de reintegrá-las às suas famílias ou subsidiar casais adotivos. Esses valores, que também embasam os Direitos da Criança da ONU, refletem a filosofia de trabalho da FUNABEM. A expressão de satisfação por parte dos responsáveis pelo LFC em relação às entrevistas concedidas pelo presidente da FUNABEM, Dr. Mario Altenfelder, e pelo Juiz Arthur de Oliveira Costa, do Juizado de Menores de São Paulo, denota o reconhecimento mútuo dos valores e princípios compartilhados entre as instituições. Essa conexão evidencia um alinhamento de visão e abordagem na busca por soluções para os desafios enfrentados pela infância desamparada no Brasil.

A Revista Capemi (1980) também destaca a importância da missionária americana Irmã Agnita Miriam para o LFC. Por volta de 1955, ela percorreu o Brasil proferindo conferências sob os auspícios do Ponto IV. Suas palestras resultaram na publicação de um livro intitulado "O Bem-Estar da Criança", cujo conteúdo condena o "tratamento em massa" das crianças e defende a valorização da "personalidade única da criança".

Por volta de 1955, andou pelo Brasil Inteiro uma verdadeira missionária americana, trabalhando para o Ponto IV - precursor da Aliança para o Progresso: Irmã Agnita Miriam. De suas numerosas conferências proferidas de Norte a Sul do país resultou uma publicação - "O BEM ESTAR DA CRIANÇA", cuja mensagem é a suprema condenação do "tratamento em massa" e a defesa da "personalidade única da criança". Esse livrinho milagroso foi uma espécie de Bíblia para o LAR FABIANO DE CRISTO, que, após estudá-lo, passou a atender as suas crianças conforme as necessidades típicas que apresentam, resultando daí sua estrutura: O sistema de faixas assistenciais. Para a Irmã Agnita o tratamento em massa é pior do que o abandono e o ideal é a estrutura natural da família. Tomando por base a existência ou não de pais e a natureza do relacionamento dos pais com os filhos, o sistema prevê para a 1ª faixa de necessidades dar pais às crianças que não os têm, encaminhando as órfãs ou abandonadas a pais adotivos, mesmo custeando todas as despesas (Revista Capemi, 1980, p. 5).

A publicação destaca que este livro teve uma influência significativa no LFC, utilizando adjetivos como "milagroso" e "Bíblia" para descrever seu impacto na moldagem das práticas de assistência infantil. A implementação de "faixas assistenciais" no LFC foi uma resposta direta à crítica ao tratamento em massa, com o objetivo de proporcionar cuidados

personalizados que considerassem a existência ou ausência de pais e a qualidade das relações parentais. Essa abordagem demonstra um compromisso com a criação de um ambiente familiar estável e amoroso para cada criança, reconhecendo a importância fundamental dos laços familiares para o desenvolvimento saudável e a integração social.

Além disso, a análise conjunta das publicações anteriores evidencia que o Lar Fabiano de Cristo declara ser inspirado tanto pelos ensinamentos disseminados pela Irmã Agnita Miriam quanto pelo Departamento Nacional da Criança, o qual desempenhou um papel fundamental em trazer a Irmã para o Brasil. De maneira similar, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor também demonstra estar alinhada com as mesmas fontes de inspiração do LFC e, cronologicamente, coexiste simultaneamente com a mudança no estatuto do LFC. Essa observação sugere que tanto o LFC quanto a FUNABEM compartilham a mesma inspiração nos trabalhos legados pelo DNCr, embora a FUNABEM não a declare explicitamente.

O primeiro capítulo do livro "O Bem-Estar da Criança" apresenta as palestras ministradas pela Irmã Agnita Miriam aos auxiliares de instituições educacionais, nas quais ela discute os princípios básicos relacionados à infância nos Estados Unidos. Essas palestras são fundamentais para compreender a evolução dos princípios de assistência à infância nos Estados Unidos ao longo do século XIX. Elas servem como base para o desenvolvimento de dois documentos significativos: a Conferência da Casa Branca de 1909 e a Declaração da ONU sobre os Direitos da Criança de 1959.

Tanto a Conferência da Casa Branca quanto a Declaração da ONU representam marcos importantes na compreensão das necessidades das crianças e na definição de princípios essenciais para sua proteção e desenvolvimento. Esses documentos abordam questões que vão desde o bem-estar das crianças dependentes até as preocupações mais amplas relacionadas a todos os aspectos da vida infantil. Ambos enfatizam a importância da singularidade de cada criança, independentemente de sua origem étnica ou social. Destacam-se, entre os princípios destacados na obra, os seguintes: "A vida de família é a mais alta expressão da civilização" e "Nenhuma criança deverá ser retirada do lar só por motivos de pobreza" (Brasil, 1963, p. 12).

Além disso, os princípios fundamentais ensinados nessas conferências e declarações destacam a centralidade da família, a singularidade de cada criança e a importância de intervenções personalizadas para promover seu bem-estar e desenvolvimento saudável. Vale ressaltar que esses mesmos princípios são refletidos no primeiro anexo do estatuto de 1972 do LFC (Lar Fabiano de Cristo, 1972).

Ao analisar o discurso do então presidente Emílio Garrastazu Médici, proferido durante a "Semana da Criança" em 05 de outubro de 1970, na FUNABEM, reflete a transformação do

antigo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em um centro educacional voltado para o desenvolvimento integral do menor. O presidente destaca a mudança do SAM, anteriormente visto como uma "sucursal do inferno", para a FUNABEM, onde o amor substitui o crime.

[...] Nesta manhã, vejo todo um milagre. Vejo o milagre da transmutação da "sucursal do inferno", da "escola do crime" e da "fábrica de monstros morais", em um centro educacional voltado para o desenvolvimento integral do menor. Eminentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, julgando pedido de "habeas corpus" de um jovem que fugira do SAM, disse, em junho de 1961, que a sua finalidade prática era "instruir para o vício, para a reação pelo crime, para todas as infâmias e misérias" e que "deveria ser arrasado, desde o teto até aos alicerces para que começasse tudo de novo e sob moldes inteiramente diversos". Mas como não são o alicerce e o teto que fazem a casa, bastou, nesta hora de moralização de nossos costumes administrativos, que ela fosse habitada de uma nova alma, para que o milagre se fizesse. No lugar do SAM, a Fundação; o amor ao invés do crime. Esse milagre que, hoje e aqui, proclamamos a toda a nação brasileira, nós o devemos por inteiro à Revolução de março. E não tenho dúvidas em afirmar que a contestação mais cega e mais surda, que tudo negasse à obra revolucionária, haveria, pelo menos, de bendizê-la por apagar o sangue, a corrupção e a vergonha do malsinado SAM, para, neste mesmo lugar, erguer a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Este milagre, nós o devemos a quantos denunciaram a criminosa irresponsabilidade daqueles tempos anteriores à Revolução. Nós o devemos à determinação dos Presidentes Castelo Branco e Costa e Silva; nós o devemos ao Dr. Mário Altenfelder e à equipe de educadores da Fundação, assim como aos representantes da Magistratura e do Ministério Público, juizes e curadores, que souberam dar ao problema a marca de sua sensibilidade humana. Também no campo do bem-estar do menor, sobretudo do menor carente e marginalizado, a Revolução se fez renovadora. Implantada e estruturada, esta Fundação Nacional tomou posição junto aos serviços assistenciais, trouxe a mensagem de uma nova política e passou a funcionar como um centro de preparação de pessoal especializado. E é certo que, simultaneamente, inúmeras organizações, de natureza estatal ou privada, entre as quais fecundas instituições de caráter religioso, desdobram-se em esforços, nem sempre convergentes, mas de semelhantes propósitos [...] (Brasil, 1973, p. xxvi).

O discurso do presidente Emílio Garrastazu Médici durante a "Semana da Criança" em 1970 reflete claramente a ideologia educacional imposta pela Ditadura Civil-Militar, que via na Educação Moral e Cívica um meio de moralizar e regenerar a sociedade brasileira. Médici destaca a transformação das instituições educacionais como um reflexo da "Revolução de março", enfatizando a necessidade de uma nova moral que contrapusesse o que considerava uma decadência social, semelhante à proposta da Educação Moral e Cívica que buscava "saneamento moral" em resposta à suposta "infiltração comunista" (Cunha, 2014, p. 368).

A utilização do termo "Revolução" pelo presidente Médici neste contexto indica uma narrativa que atribui ao golpe civil-militar de 1964 um papel central na transformação e melhoria das condições sociais, incluindo a situação das crianças desamparadas. O discurso sugere que a Ditadura Civil-Militar foi um catalisador para a criação e estruturação da FUNABEM, destacando-a como uma instituição que representava uma mudança positiva em relação ao passado, simbolizado pelo antigo Serviço de Assistência ao Menor. Essa

interpretação do golpe civil-militar como um evento precursor de mudanças sociais e institucionais pode refletir uma perspectiva específica do governo da época, que buscava legitimar sua autoridade e promover uma imagem positiva de suas ações e políticas. No entanto, é importante analisar essa narrativa em um contexto mais amplo e considerar outras perspectivas históricas sobre o período e suas consequências.

Por outro lado, como discutido no primeiro capítulo desta tese, a criação da FUNABEM poderia ter sido efetivada mesmo na ausência da golpe civil-militar de 1964. Foi o então presidente João Goulart quem decidiu apelar para uma intervenção federal para abordar a questão do menor. João Goulart demonstrou-se colaborativo e receptivo, prontificando-se a mobilizar os recursos do governo para dar início ao projeto que culminaria na FUNABEM. É relevante notar que o processo de elaboração desse projeto teve início antes do golpe e contou com a participação ativa de indivíduos preocupados com a problemática envolvendo a infância desamparada (Siqueira, 2019).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as práticas assistenciais e educacionais pioneiras implementadas pelo Lar Fabiano de Cristo e, conseqüentemente, pela Unidade de Promoção Integral "Irmã Germana", bem como os propósitos da FUNABEM, foram influenciados pelo Departamento Nacional da Criança.

No entanto, no período de 1965 a 1978, a FUNABEM adotou uma abordagem funcionalista para compreender a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a marginalidade é vista como uma disfunção ou desvio, sendo que tanto o menor quanto a família são responsabilizados por sua própria situação. Parte-se do pressuposto de que o menor é socialmente inadaptado e requer diagnóstico, terapia e custódia para reintegrar-se à sociedade. A FUNABEM desempenha um papel como Aparelho de Estado, que envolve (i) a internação e controle de menores considerados antissociais, (ii) a realização de ações preventivas contra a marginalidade e, por fim, (iii) servir como instrumento de propaganda governamental dentro da lógica do Poder Psicossocial (Bazílio, 1985).

A relação entre o Lar Fabiano de Cristo e a FUNABEM também pode ser percebida em nota publicada pelo Coronel Jaime Rolemberg de Lima no Jornal do Brasil em 1972.

Truncamento

“Lamentavelmente, por uma questão de sintaxe, saiu truncado um pronunciamento nosso à repórter que nos procurou para enfocar o momentoso assunto do menor. Como a oração foi redigida, pode parecer que nós atribuímos à Funabem e ao Juizado de Menores determinados conceitos, o que em verdade não aconteceu. Muito pelo contrário, temos dito, até por escrito, em nossas publicações, que o esforço que essas organizações têm feito pelo problema do menor é notável, apenas inferior em volume à pressão da necessidade, o que todos nós reconhecemos e fazemos esforços sinceros por colocar em execução a maior soma possível de providências ao nosso alcance.

Jaime Rolemberg de Lima – diretor-presidente da Capemi – RJ, GB” (Jornal do Brasil, 14/12/1972, p. 6).

A análise da preocupação de Jaime Rolemberg em esclarecer mal-entendidos com a FUNABEM, expressa na carta publicada na seção de cartas dos leitores, revela uma tentativa de preservação de relações institucionais e de imagem pública. A menção de que "[...] todos nós reconhecemos e fazemos esforços sinceros por colocar em execução a maior soma possível de providências ao nosso alcance" sugere que a CAPEMI⁸², sob a liderança de Rolemberg, está alinhada com a FUNABEM no sentido de enfrentar conjuntamente os desafios relacionados à problemática dos menores. Esta frase indica uma visão de esforços coletivos e colaborativos para alcançar objetivos comuns, fortalecendo a ideia de uma parceria sólida entre as instituições.

Tal relação fica evidente ao analisar as publicações em diversos jornais da década de 1970. Observa-se que matérias sobre a FUNABEM e sobre a CAPEMI – Lar Fabiano de Cristo frequentemente aparecem na mesma página dos jornais, que geralmente são destinadas à divulgação de notícias relacionadas às Forças Armadas.

O *Diário de Notícias* apresenta a coluna “Capemi INFORMA”:

AUXILIARES ASSISTENCIAIS DO LAR FABIANO DE CRISTO: MÃO-DE-OBRA INDISPENSÁVEL – É permanente a vigília do LFC em manter constante assistência às suas 4.083 famílias. Das atividades exercidas por verdadeiros heróis anônimos – os Auxiliares Assistenciais e as professorinhas de jardim de infância – encontramos a visita às residências dos assistidos e o trato com as crianças de 8 a 6 anos, filhos de pais paupérrimos [...] (Diário de Notícias, 23/03/1972, p. 7).

Além disso, destaca-se a coluna intitulada "Notícias do Exército" um artigo com o título "Exposição vai mostrar as realizações da Revolução". O texto começa com uma referência à "Exposição comemorativa do 8º aniversário da Revolução Democrática de 31 de março de 1964" e, logo abaixo, uma breve nota sobre a FUNABEM (Diário de Notícias, 23/03/1972, p. 7).

FUNABEM COLABORA COM AS FORÇA ARMADAS

O Exército e as demais Forças Armadas acabam de receber da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), cento e dois alunos destinados ao ingresso na vida militar, como parte num dos esquemas para a colocação profissional do menor após o seu desligamento, a completar 18 anos. As Forças Armadas representam um grande apoio para a formação profissional dos menores, através do Serviço Militar obrigatório (Diário de Notícias, 23/03/1972, p. 7).

⁸² A relação entre a CAPEMI e o Lar Fabiano de Cristo será discutida no presente capítulo desta tese.

A reportagem “Auxiliares assistenciais do Lar Fabiano de Cristo: mão-de-obra indispensável” deve ser contextualizada em conjunto com as notícias anteriores, como “FUNABEM colabora com as Forças Armadas” e “Exposição vai mostrar as realizações da Revolução”, todas publicadas na mesma página do jornal. A presença simultânea dessas reportagens sugere uma estratégia coordenada de legitimação e propaganda do regime militar brasileiro.

A Caixa de Pecúlio dos Militares (CAPEMI) era uma instituição de previdência privada destinada aos militares das Forças Armadas no Brasil. No entanto, é relevante ressaltar que a CAPEMI era mantida e apoiada em grande parte pelos próprios militares, por meio de suas contribuições, estabelecendo uma conexão significativa entre a instituição e a comunidade militar. Ademais, os militares frequentemente promoviam ou divulgavam a CAPEMI entre seus pares, contribuindo para sua sustentabilidade e expansão.

Essa relação é reforçada pela associação entre a CAPEMI e o LFC. Ambas as instituições se beneficiavam da cobertura midiática que destacava suas atividades assistenciais e educacionais. A CAPEMI estava ligada ao LFC, que atendia milhares de famílias carentes, e à FUNABEM, que colaborava com as Forças Armadas para a formação profissional de jovens. Essa associação servia para promover uma imagem favorável da Ditadura Civil-Militar, enfatizando seu compromisso com o bem-estar social e a educação da juventude, apesar de sua natureza autoritária e repressiva. Portanto, a inclusão dessas reportagens em uma mesma página denota uma estratégia coordenada de divulgação das iniciativas do governo civil-militar e das instituições a ele vinculadas, buscando criar uma percepção pública de um governo benevolente e eficaz, dedicado ao progresso social e à assistência aos menos favorecidos.

3.4 O financiamento do trabalho assistencial do Lar Fabiano de Cristo e o surgimento da CAPEMI

O financiamento das atividades assistenciais do Lar Fabiano de Cristo foi delineado em seu estatuto inaugural, que previa a manutenção da instituição por meio das mensalidades e donativos de um número ilimitado de sócios, além de possibilitar o recebimento de auxílios de outras instituições ou órgãos do poder público. Os sócios eram organizados em várias categorias, conforme estabelecido no estatuto.

- a) Fundadores, os que assinaram a Ata de Fundação;

- b) Beneméritos, os que doarem, de uma vez, quantia igual ou superior a 50 vezes a contribuição de sócio benfeitor;
- c) Benfeitores, os que contribuírem mensalmente pelo menos 50 vezes a mensalidade mínima estabelecida pela Diretoria;
- d) Efetivos, os que forem escolhidos pela Diretoria, em vista de sua eficiência no trabalho;
- e) Mantenedores, os que contribuírem mensalmente com 5 vezes a mensalidade mínima estabelecida pela Diretoria;
- f) Contribuintes, os que ajudarem com a mensalidade mínima estabelecida pela Diretoria (Lar Fabiano de Cristo, 1962, p. 1).

Durante o período inicial, os recursos para o financiamento das atividades assistenciais do Lar Fabiano de Cristo foram fornecidos principalmente por Jaime Rolemberg de Lima e outros membros da Diretoria. Essa dependência dificultava a expansão dos serviços oferecidos pela instituição.

Em busca de uma solução, Jaime Rolemberg de Lima, atuando como Diretor Tesoureiro do Clube Militar, inicialmente propôs a criação de um pecúlio semelhante ao do GBOEx (Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército)⁸³. No entanto, a proposta não foi aceita pela direção do Clube. Como alternativa, ele transferiu a ideia para o Lar Fabiano de Cristo, visando garantir recursos materiais destinados à assistência infantil (Revista Capemi, 1980).

A aquisição de um imóvel enfrentava dificuldades devido à falta de recursos financeiros. A criação de uma Caixa de Pecúlio no âmbito do Lar Fabiano de Cristo foi considerada uma possível solução. A missão nobre do Lar oferecia um cenário favorável para a futura implementação dessa iniciativa, visando a sustentabilidade da assistência prestada às crianças (Revista Capemi, 1980).

Para assegurar a sustentabilidade financeira do LFC, Jaime Rolemberg de Lima desenvolveu um plano estratégico que começou a ser implementado aproximadamente um ano e meio após a criação da instituição. Em 23 de agosto de 1959, foi estabelecido um novo setor dentro do Departamento Financeiro do LFC, denominado Caixa de Pecúlio Mauá (CAPEMA), que seria responsável pela administração do "Pecúlio de Fabiano". Seis dias após sua criação, o regulamento da CAPEMA foi aprovado, instituindo um sistema de pecúlio baseado em uma pequena contribuição mensal. No entanto, o primeiro sócio da CAPEMA só foi registrado em 1º de abril de 1960 (Valente, [s.d.]).

A Caixa de Pecúlio Mauá (CAPEMA) foi estabelecida dentro do Lar Fabiano de Cristo, tendo como inspiração a Caixa de Pecúlio Amigo Germano (CEPAG), situada em Porto Alegre.

⁸³ Conforme o site institucional do GBOEx, a instituição foi fundada em 24 de maio de 1913, no Colégio Militar de Porto Alegre, com o objetivo inicial de fornecer apoio financeiro às famílias de militares associados falecidos. Em 1965, o GBOEx decidiu ampliar seu escopo de atuação, estendendo seus serviços à população civil (Sobre o GBOEx, 2024).

A finalidade primordial da CEPAG era a captação de recursos para o Lar, mediante a oferta de serviços que incluíam assistência à família dos associados, em contrapartida à obtenção de recursos destinados à sustentabilidade das crianças assistidas pela instituição (Revista Capemi, 1980).

A transferência de Jaime Rolemberg de Lima para o estado do Rio Grande do Sul proporcionou-lhe a oportunidade de conhecer a instituição espírita Amigo Germano⁸⁴ e o trabalho desenvolvido por ela. Inicialmente, ele foi designado para a cidade de Cruz Alta, mas sua supervisão abrangeu a região das Missões. Após um acidente de carro envolvendo sua esposa, que necessitou de uma longa internação no Hospital Militar de Porto Alegre, Jaime foi transferido para a capital. Foi durante esse período que ele se familiarizou com o trabalho da instituição, o que, aproximadamente 15 anos depois, o inspirou a criar a CAPEMA (Valente, [s.d.]).

O Centro Espírita Amigo Germano, inspiração para Jaime Rolemberg de Lima, era uma entidade privada dedicada ao amparo de crianças socialmente abandonadas. De acordo com o Projeto de Lei Nº 1.123/1959, apresentado pelo deputado Fernando Ferrari às Comissões de Educação e Cultura, de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças, solicitava-se um crédito especial de dois milhões de cruzeiros para auxílio ao Centro Espírita Amigo Germano. Em 1959, a instituição contava com 9.200 associados e tinha como objetivo desenvolver um trabalho abrangente e profundo, destinado à assistência integral de menores socialmente abandonados, desde o nascimento até os 18 anos de idade. A organização era estruturada nos seguintes departamentos: Lar do Amigo Germano, Escola Primária, Escola de Artes e Ofícios, Departamento de Assistência Espiritual, Departamento de Assistência Material e Departamento de Difusão Cultural (Câmara dos Deputados, 2024).

Na fotografia seguinte (Figura 15) é possível observar a parte externa do Instituto Espírita Amigo Germano.

⁸⁴ De acordo com a Câmara dos Deputados (2024), o Instituto Espírita Amigo Germano, fundado em 15 de maio de 1944 como Centro Espírita Amigo Germano, localizado na Rua Santana, 1225, em Porto Alegre. Integrante da Federação Espírita do Rio Grande do Sul e membro efetivo de seu Conselho Deliberativo, o Instituto é uma pessoa jurídica de direito privado registrada no Cartório do Registro Especial de Porto Alegre, sob o nº 2.446. Declarado de utilidade pública pela Lei Municipal nº 587/51 e pelo Decreto Estadual nº 10.833/59, o Instituto dedicava-se principalmente à realização de obras e serviços de assistência social para crianças, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade.

Figura 15 - Creche e Escola de Artes e Ofícios do Instituto Espírita Amigo Germano - s.d



Fonte: Instituto Espírita Amigo Germano (s.d).

Na imagem anterior (Figura 15), é possível identificar alguns dos departamentos que compunham o Instituto Espírita Amigo Germano. No canto esquerdo, observa-se o Lar do Amigo Germano, enquanto no canto direito está localizada a Escola de Artes e Ofícios. Presume-se que os demais departamentos, como a Escola Primária, o Departamento de Assistência Espiritual, o Departamento de Assistência Material e o Departamento de Difusão Cultural, funcionavam na área central do prédio.

A área interna, destinada à Escola de Artes e Ofícios é apresentada na Figura 16.

Figura 16 - Escola de Artes e Ofícios do Instituto Espírita Amigo Germano (1953)



Fonte: Instituto Espírita Amigo Germano (1953).

A inauguração da Escola de Artes e Ofícios, com dois pavimentos e uma área útil de 430 m², ocorreu em 27 de junho de 1953, dispondo de oficinas profissionalizantes de gráfica, tipografia, marcenaria, serralheria e fabricação de brinquedos. Na fotografia anterior (Figura 15), é possível observar alguns dos trabalhos realizados na Escola de Artes e Ofícios, provavelmente na oficina de brinquedos. Na imagem, aparecem cinco meninos realizando trabalhos manuais; o primeiro menino à direita está trabalhando com um carrinho de madeira, e ao seu lado, sobre a mesa, há um martelo e outras ferramentas.

O Centro Espírita Amigo Germano, que em 1960 se transformou no Instituto Espírita Amigo Germano, era uma instituição com objetivos e atividades bem definidos. Sua evolução reflete uma ampliação e diversificação de suas funções ao longo do tempo. Inicialmente, o principal objetivo da instituição era o amparo e a educação de menores abandonados. Com o passar dos anos, evoluiu para o Instituto Espírita Amigo Germano, mantendo e ampliando suas atividades de assistência social, educação e promoção de atividades culturais e educacionais, sempre fundamentadas nos princípios do Espiritismo (Câmara dos Deputados, 2024).

O Instituto Espírita Amigo Germano possuía uma estrutura organizacional bem definida, que incluía órgãos de administração, conselhos deliberativos e fiscais, além de diversos departamentos e serviços auxiliares dedicados a áreas específicas, como assistência espiritual, educação e ação social. Além disso, contava com a participação de sócios honorários e beneméritos, bem como trabalhadores dedicados, que contribuíam significativamente para a elevação espiritual e o desenvolvimento das atividades da instituição (Câmara dos Deputados, 2024).

A missão do Instituto Espírita Amigo Germano era promover o estudo, a prática e a difusão dos ensinamentos do Espiritismo, assim como realizar obras de assistência social, educacionais e culturais. Todas essas atividades eram conduzidas em conformidade com os princípios da moral cristã e as “modernas técnicas do Serviço Social” (Câmara dos Deputados, 2024, p.18).

De acordo com o estatuto social do Instituto Espírita Amigo Germano, uma de suas finalidades era a “[...] realização de atividades previdenciárias, comerciais e industriais, destinadas a auxiliar a manutenção e o desenvolvimento da obra sócio-educacional do Instituto” (Câmara dos Deputados, 2024, p. 18). Esse aspecto foi provavelmente o que mais chamou a atenção de Jaime Rolemberg de Lima, influenciando posteriormente o trabalho e as finalidades da CAPEMA. Além disso, o instituto tinha como objetivo o “[...] estudo, a prática e a difusão dos ensinamentos do Espiritismo, dentro dos princípios básicos codificados por Allan Kardec”,

o que pode ter sido outro fator de convergência entre as duas instituições (Câmara dos Deputados, 2024, p. 18).

A origem do nome CAPEMA é atribuída a duas versões principais. A primeira sugere que o nome homenageia o Barão de Mauá, uma figura destacada nas finanças e na indústria do Brasil. A segunda versão indica que o nome se refere ao local onde a primeira criança foi encontrada, a Praça Mauá. Considerando que a praça recebeu seu nome em homenagem ao Barão de Mauá, ambas as versões se complementam e coexistem (Capemisa, 2020, p. 38).

A CAPEMA, posteriormente renomeada para CAPEMI, apresenta uma trajetória notável, conforme trecho publicado no Diário de Notícias. A matéria destaca a rápida expansão da CAPEMI, a confiança conquistada entre seus associados e a reestruturação que refletiu seu sucesso institucional. Originalmente estabelecida como o Departamento Financeiro do Lar Fabiano de Cristo, a CAPEMI rapidamente obteve a confiança de uma ampla base de associados, evidenciada pelo significativo aumento no número de membros.

MENINA PRODÍGIO

aos 9 anos, conquistou a confiança de mais de 450.000 adultos

[...] trata-se de uma organização bastante nova, pois está agora completando seu nono aniversário. E nestes nove anos seu progresso esteve acima de quaisquer previsões por mais otimistas que fossem. Criada em julho de 1960, como Departamento Financeiro do Lar Fabiano de Cristo, que se dedica a infância, imediatamente se firmou na confiança de tantos sócios que teve sua posição modificada, e passou a ser o Lar Fabiano de Cristo seu Departamento Assistencial. Essa organização modelar, a CAPEMI, inscreveu em novembro de 1968 o sócio nº 350.000: e agora cobre o nível dos 450.000, num crescimento constante de mais de 100.000 inscrições por ano [...] (Diário de Notícias, 24/07/1969, p. 7).

A mudança de papéis entre a CAPEMI e o Lar Fabiano de Cristo é particularmente significativa. Inicialmente, a CAPEMI atuava como um suporte financeiro para o Lar Fabiano de Cristo, que se dedicava à assistência à infância. Contudo, o rápido crescimento e a eficácia da CAPEMI resultaram em uma reestruturação na qual o Lar Fabiano de Cristo passou a funcionar como o Departamento Assistencial da CAPEMI. Essa reestruturação não apenas evidencia o sucesso da CAPEMI, mas também sugere uma estratégia bem-sucedida de expansão de sua base de associados. O crescimento constante da organização demonstra sua habilidade em atrair e manter associados, reforçando sua confiança e credibilidade.

Para financiar o trabalho assistencial, a CAPEMA estipulou que 13,3% do valor das mensalidades seriam alocados para esse fim. Esse percentual correspondia à remuneração dos Diretores e Conselheiros, que, conforme registrado no regulamento, realizariam suas funções sem receber salário, doando o valor do “pro labore” para as atividades assistenciais da instituição (Valente, [s.d.]).

Os primeiros dirigentes da CAPEMA incluíam a Diretoria Executiva e o Conselho Técnico. A Diretoria Executiva era composta pelo General Agenor de Carvalho Peixoto como Diretor, Major Jaime Rolemberg de Lima como Secretário, e Major Waldemar Martins Torres como Tesoureiro. O Conselho Técnico, por sua vez, contava com membros efetivos como General Alceu Jovino Marques, Coronel José Jacinto de Camerino, Major Adhemar Messias de Aragão, Dr. Philadelpho da Silveira, e Sra. Celina Santa Rosa. Os membros suplentes do Conselho Técnico eram General Adalberto Pinheiro da Motta e Sr. Nelson Afonso (Valente, [s.d.]).

A composição da diretoria da CAPEMA, predominantemente formada por militares de alta patente, evidencia uma interseção significativa entre as forças armadas e as iniciativas de assistência social durante o período. A presença de generais, coronéis e maiores indica uma forte influência militar na estrutura e gestão da instituição. Essa composição facilitava a criação de redes de apoio dentro da própria comunidade militar, aumentando tanto a base de membros e contribuintes quanto a coesão entre os militares e as instituições assistenciais que apoiavam. O financiamento e o suporte contínuo da CAPEMA provavelmente se beneficiaram dessas conexões, garantindo um fluxo constante de recursos e apoio moral.

Inicialmente, a arrecadação das mensalidades da CAPEMA foi administrada pelo Círculo de Oficiais Intendentes das Forças Armadas (COIFA), que assumiu essa responsabilidade mediante uma retribuição de 3% da arrecadação mensal, conforme estipulado em convênio. A interação entre a CAPEMA e o COIFA foi marcada por um documento importante, redigido pelos Majores Ademar Messias de Aragão, Vice-Presidente, e Jaime Rolemberg de Lima, Secretário, com o apoio do Major Jaime Barbosa, Presidente do COIFA. Este ofício circular, que informava a possibilidade de averbação para a CAPEMA por meio do COIFA, foi distribuído a todas as unidades administrativas. Isso resultou em um movimento extraordinário de adesões, com 9.018 novos sócios em um período de nove meses (Revista Capemi, 1980).

Diante desse crescimento, tornou-se imperativo obter o desconto das mensalidades diretamente na folha de pagamento dos sócios. Para isso, era necessário que a CAPEMA fosse reconhecida como uma entidade de classe. Em 23 de março de 1961, a Assembleia Geral aprovou um estatuto específico para a CAPEMA, renomeando-a para Caixa de Pecúlio dos Militares-Beneficente (CAPEMI). Como a maioria dos sócios eram militares ou funcionários dos Ministérios Militares, a mudança foi considerada não apenas necessária, mas também justa, dado o predomínio de militares na direção e no corpo social (Revista Capemi, 1980).

A CAPEMI foi oficialmente reconhecida como entidade de classe por atos homologados pelos ministros militares das três Forças Armadas. Pouco depois, foi autorizado o desconto em folha das mensalidades pelo Decreto-Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), conferindo à CAPEMI também a condição de entidade consignatária (Revista Capemi, 1980).

Este significativo acontecimento impulsionou o crescimento da CAPEMI sobre bases sólidas, recompensando os esforços e renovando as esperanças daqueles que buscavam maiores oportunidades de prestação de serviços à classe militar, às famílias dos sócios e às crianças necessitadas. Em agosto de 1961, o número de associados cresceu rapidamente, atingindo 3.132 sócios ao final do mês, e continuou a aumentar nos meses subsequentes, levando à expansão das atividades do Lar Fabiano de Cristo (Revista Capemi, 1980).

De acordo com uma carta enviada ao diretor-presidente do conselho diretor da CAPEMI por um membro do conselho diretor, identificado como o associado efetivo número 2 da CAPEMI, a narrativa sobre a origem e os objetivos da CAPEMI é considerada controversa. A principal questão abordada na carta é a alegação de que a CAPEMI teria se originado do desmembramento do Lar Fabiano de Cristo com a finalidade de gerar recursos para a manutenção deste último. O conselheiro refuta essa alegação, afirmando que a CAPEMI foi fundada como uma entidade independente, conhecida como Caixa de Pecúlio Mauá, com autonomia administrativa e financeira em relação ao Lar (Arquivo Nacional, 1987).

A decisão de doar recursos ao Lar Fabiano de Cristo, conforme relatado pelo conselheiro, foi tomada voluntariamente pelos dirigentes da CAPEMI, sem qualquer obrigação ou dependência estrutural. Dessa forma, a carta descreve uma relação de apoio mútuo entre duas entidades independentes, destacando que a CAPEMI decidiu contribuir voluntariamente para o Lar Fabiano de Cristo, contrariando a alegação de desmembramento (Arquivo Nacional, 1987).

A análise das ocorrências do termo “CAPEMI” na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) no jornal *Diário de Notícias* (RJ) (Tabela 1) revela um aumento significativo na visibilidade da instituição ao longo das décadas de 1960 e 1970. No período de 1960 a 1969, foram encontradas 532 ocorrências do termo “CAPEMI”, das quais apenas 27 faziam referência ao Lar Fabiano de Cristo. Já no período de 1970 a 1979, o número de ocorrências aumentou para 893, com 335 dessas ocorrências relacionadas ao Lar Fabiano de Cristo.

Tabela 1 - Ocorrências dos termos "CAPEMI" e "LFC" na Hemeroteca Digital Brasileira (1960 - 1979)

Jornais/Revistas	1960 - 1969		1970 - 1979	
	CAPEMI	LFC	CAPEMI	LFC
Diário de Notícias (RJ)	532	24	893	335
Outros	1036	89	9.426	2.172
TOTAL	1568	113	10.319	2.507

Fonte: Informações da HDB (1960-1979).

Essa diferença acentuada sugere uma transformação na visibilidade e na relação entre a CAPEMI e o Lar Fabiano de Cristo ao longo do tempo. Na década de 1960, a CAPEMI tinha uma presença nos jornais menos diretamente associada ao Lar Fabiano de Cristo, possivelmente refletindo uma fase inicial de sua consolidação como entidade independente. Já na década de 1970, a relação entre as duas instituições parece ter se intensificado, com uma frequência maior de menções conjuntas, indicando uma crescente integração de suas atividades e uma maior sinergia entre elas.

Esses dados demonstram não apenas o aumento da visibilidade pública da CAPEMI, mas também uma evolução na comunicação de suas atividades e na percepção da parceria com o Lar Fabiano de Cristo pela sociedade. O crescimento significativo das menções ao Lar Fabiano de Cristo nos anos 1970 aponta para uma maior ênfase na divulgação das iniciativas assistenciais e uma provável ampliação dos esforços filantrópicos e de assistência social promovidos pela CAPEMI durante esse período. Essa mudança na comunicação pode estar relacionada à declaração de utilidade pública da CAPEMI, conforme o decreto nº 61.707, de 20 de novembro de 1967 (Diário de Notícias, 09/12/1967, p. 6).

A CAPEMI, aparentemente, adotava uma política de transparência em relação às suas finanças, informando os associados sobre a destinação dos recursos, especialmente aqueles direcionados ao Lar Fabiano de Cristo e suas unidades assistenciais. Esta prática de divulgação era frequente em jornais⁸⁵ de grande circulação da época, além das publicações internas da própria CAPEMI (Figuras 17 e 18).

⁸⁵ Foram encontradas publicações utilizando os descritores CAPEMI ou Lar Fabiano de Cristo nos seguintes jornais e revistas: A Tribuna (SP), ABI Boletim Informativo (RJ), Correio Braziliense (DF), Correio da Manhã (RJ), Correio de Notícias (PR), Diário de Notícias (PR), Diário da Manhã (PE), Diário da Noite (SP), Diário da Tarde (PR), Correio de Notícias (RS), Diário do Paraná (PR), Jornal do Brasil (RJ), Lavoura e Comércio (MG), Luta Democrática (RJ), O Cruzado (RJ), O Cruzeiro (RJ), O Fluminense (RJ), O Jornal (RJ), Politika (RJ), Revista Cultura Espírita, Revista Manchete e Tribuna da Imprensa (RJ).

Figura 17 - Edições da Revista Capemi (2022)



Fonte: Acervo da autora (2022).

Figura 18 - Edições do Capemi Informa (2022)



Fonte: Acervo da autora (2022)

As figuras mencionadas (Figuras 17 e 18), fotografadas no Museu João e Maria, exemplificam o trabalho publicitário realizado pela CAPEMI. Ao fornecer informações claras e acessíveis sobre suas atividades e destinações financeiras, a CAPEMI visava reforçar a confiança e o apoio de seus membros e da comunidade. Esse esforço culminou na criação de uma gráfica própria, demonstrando a intenção de transparência e a busca por uma comunicação eficaz.

Foi em 1973 que a CAPEMI inaugurou uma oficina gráfica, em Madureira, Rio de Janeiro, como parte das comemorações do 13º aniversário da empresa. Além do próprio material impresso da CAPEMI e do Lar Fabiano de Cristo, a gráfica destinava-se também à difusão cultural, atendendo ao mercado editorial, preferencialmente o destinado a conteúdos de civismo, bondade e serviço edificante (Capemisa, 2020, p. 72).

A análise dos dados apresentados na Tabela 2 - Evolução da receita do Lar Fabiano de Cristo, referente aos anos de 1968 a 1980, revela um crescimento significativo na arrecadação de recursos ao longo desse período. A receita do Lar Fabiano de Cristo, medida em Cruzeiros

(Cr\$), aumentou progressivamente de 2.711.502,00 em 1968 para 1.749.765.867,00 em 1980, representando um incremento de 598,26% nesse intervalo de tempo.

Tabela 2 - Evolução da receita do Lar Fabiano de Cristo (1968 – 1980)

Ano	Valor (Cr\$)	Incremento (%)
1968	2.711.502,00	-
1969	5.168.575,00	90,61
1970	5.742.595,00	11,10
1971	15.046.868,00	162,02
1972	16.793.037,00	11,60
1973	24.132.177,00	43,70
1974	33.681.561,00	39,57
1975	50.497.785,00	49,93
1976	79.463.855,00	57,36
1977	111.398.122,00	41,97
1978	145.287.712,00	30,42
1979	250.587.770,00	72,47
1980	1.749.765.867,00	598,26

Fonte: Revista Capemi (1978), Lar Fabiano de Cristo (1979; 1980).

A receita do Lar Fabiano de Cristo, composta quase integralmente por recursos provenientes da entidade mantenedora, a CAPEMI, sendo estipulada em 13,3% sobre as arrecadações das mensalidades desta última. Ademais, o Lar recebia doações de pessoas dedicadas, embora estas contribuições não tenham um valor significativo no total geral das receitas, motivadas pelo espírito filantrópico das atividades realizadas pela instituição (Revista Capemi, 1978).

Adicionalmente, é importante destacar o aumento expressivo da receita do Lar Fabiano de Cristo a partir da década de 1970. As taxas de crescimento anual foram consideráveis, refletindo o fortalecimento financeiro da instituição. Por exemplo, entre 1968 e 1969, a receita aumentou em 90,61%, indicando um crescimento significativo em um curto período. Esse padrão de crescimento continuou nos anos subsequentes, com incrementos percentuais anuais variando de 11,10% a 72,47%.

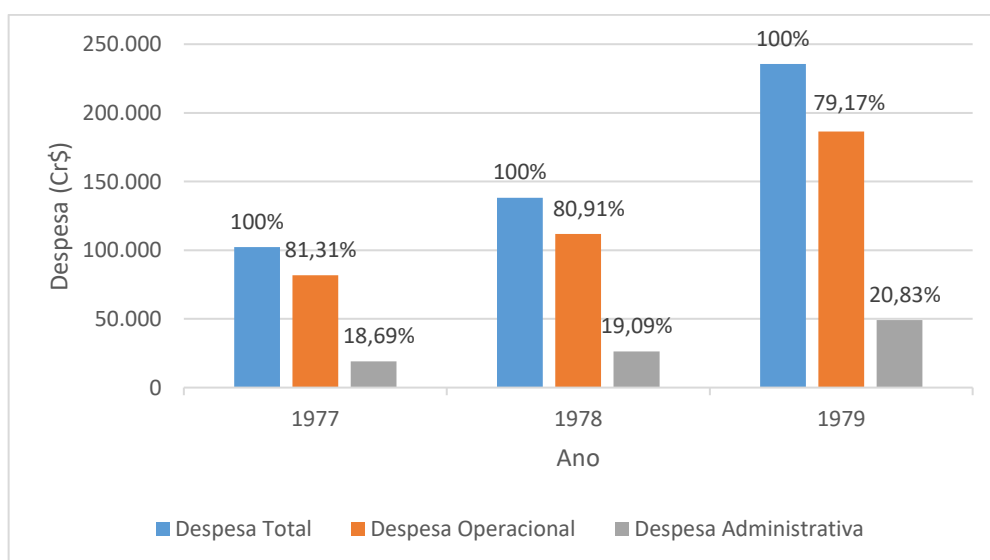
É importante notar que essa análise não leva em consideração os índices inflacionários do período. De acordo com a Revista Capemi (1978), entre os anos de 1976 e 1977, ao descontar o índice inflacionário do período, é possível determinar um crescimento real de 3,16% (Revista Capemi, 1978, p. 5). Essa informação é crucial para uma avaliação precisa do crescimento financeiro da instituição, pois ajusta os valores nominais às condições econômicas reais do

período, oferecendo uma perspectiva mais precisa sobre a sustentabilidade e a expansão das atividades do Lar Fabiano de Cristo.

Esses dados demonstram a eficácia da CAPEMI em garantir a sustentabilidade financeira do Lar Fabiano de Cristo, permitindo que a instituição ampliasse seu impacto social. O apoio contínuo da CAPEMI, combinado com as doações filantrópicas, foi fundamental para o desenvolvimento e a manutenção das atividades assistenciais do Lar. No entanto, a contribuição da CAPEMI não supria a totalidade das despesas, representando 94,43% do total no ano de 1978 e 95,69% no ano de 1979 (Revista Capemi, 1978, p. 5; Lar Fabiano de Cristo, 1979, p.25). Isso destacava a necessidade de esforços adicionais por parte do Lar Fabiano de Cristo na captação de recursos para permitir a ampliação e o aperfeiçoamento da sua prestação de serviços (Revista Capemi, 1978, p. 5).

Para ilustrar essa necessidade de captação de recursos adicionais, o Gráfico 1 apresenta a evolução das despesas anuais do Lar Fabiano de Cristo no período de 1977 a 1979, discriminando a despesa total, despesa operacional e despesa administrativa em milhões de Cruzeiros (Cr\$).

Gráfico 1 - Despesa Anual do Lar Fabiano de Cristo (1977 - 1979)



Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1979, p. 27).

A análise do Gráfico 1 revela um aumento consistente nas despesas anuais do Lar Fabiano de Cristo ao longo do período de 1977 a 1979. Observa-se que a despesa total teve um crescimento significativo de aproximadamente Cr\$ 111 milhões em 1977 para Cr\$ 250 milhões

em 1979, representando um aumento de quase 126%. Além disso, é possível notar que a despesa operacional e a despesa administrativa também acompanharam essa tendência de crescimento, indicando um aumento nos custos operacionais e administrativos da instituição durante o período analisado.

Essa análise sugere que o Lar Fabiano de Cristo experimentou um aumento substancial em suas despesas ao longo desses anos. Esse aumento pode estar relacionado à ampliação de suas atividades, ao índice inflacionário do período, à expansão de programas de assistência social, ao aumento de pessoal ou a outras iniciativas que demandaram maiores recursos financeiros. No entanto, é importante ressaltar que a proporção entre a despesa total, despesa operacional e despesa administrativa apresentou apenas uma pequena variação no período analisado.

Para compreender melhor essa dinâmica financeira, a Tabela 3 discrimina as despesas operacionais do Lar Fabiano de Cristo no ano de 1979, detalhando os valores em Cruzeiros (Cr\$) e a porcentagem correspondente a cada item. A análise desses dados permite identificar as áreas prioritárias de investimento da instituição, fornecendo uma visão mais clara sobre a alocação de recursos e as estratégias financeiras adotadas.

Tabela 3 - Discriminação de Despesas (1979)

	Discriminação	Valor (Cr\$)	%
Despesas Operacionais	Auxílio e benefícios a não inscritos	4.751.903	
	Material para funcionamento	1.235.192	
	Assistência familiar	63.738.207	
	Assistência médica hospitalar externa	1.845.430	
	Assistência educacional externa	4.495.643	
	Jardins de infância	6.006.669	
	Cursos de recuperação	369.654	
	Ambulatório dentário	279.184	
	Pessoal técnico assistencial	57.992.114	
	Pessoal técnico educacional	37.917.920	
	Auxílio financeiro para convênios de 2º faixa	1.619.940	
	Atividades profissionalizantes	5.721.175	
	Custos de produtos	429.847	
	Serviços odontológicos a terceiros	33.341	
	SOMA PARCIAL	186.436.219	79,15
Despesas Administrativas	Administração	20.447.942	
	Pessoal	16.066.063	
	Financeiras	275.344	
	Fiscais	720.676	
	Seleção e treinamento	707.286	
	Despesas patrimoniais	10.894.020	
	SOMA PARCIAL	49.111.331	20,85
	TOTAL	235.547.550	100,00

Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1979, p. 28).

Essa interpretação sugere que o Lar Fabiano de Cristo priorizava áreas como assistência familiar, qualificação do pessoal, educação infantil, recuperação, assistência médica e educacional, demonstrando um compromisso abrangente com o bem-estar e o desenvolvimento integral das pessoas atendidas pela instituição. Essas áreas refletem a missão e os valores da instituição em promover a inclusão social, o cuidado e a educação como pilares fundamentais de sua atuação.

A Tabela 4 apresenta a produção e os custos das oficinas do Lar Fabiano de Cristo no ano de 1977.

Tabela 4 - Produção e Custos das Oficinas do Lar Fabiano de Cristo (1977)

Oficinas e Cursos Profissionalizantes	Artigos ou Peças Produzidas (unidades)	Custos Gerais (Cr\$)		
		Mão de Obra	Matéria-prima	Soma
Colchoaria	3.674	202.860	204.344	407.204
Arte e Costura	19.237	1.000.140	121.300	1.121.448
Encadernação	-	89.240	71.658	160.898
Estofaria	-	46.320	29.762	76.082
Marcenaria	829	355.484	284.806	640.290
Mecânica Auto	-	515.918	3.614	519.532
Prótese	-	18.816	8.064	26.880
Sapataria	15.900	289.668	45.386	335.054
<i>Silk-Screen</i>	129.083	111.228	277.908	389.136
Tecelagem	-	58.332	53.822	112.154
Outros	-	77.814	13.892	91.706
TOTAL	168.723	2.765.820	1.114.564	3.880.384

Fonte: Revista Capemi (1978, p. 7).

A Tabela 4 apresenta uma lista abrangente de oficinas e cursos oferecidos pela instituição, incluindo colchoaria, arte e costura, encadernação, estofaria, marcenaria, mecânica automotiva, prótese, sapataria, *silk-screen*, tecelagem, entre outros. A análise desses dados permite avaliar a eficiência e a produtividade das diferentes oficinas do Lar Fabiano de Cristo, bem como os custos associados à produção de artigos e peças. Essa análise é crucial para o gerenciamento financeiro e operacional da instituição, auxiliando na tomada de decisões estratégicas voltadas para a otimização de recursos e maximização do impacto das atividades desenvolvidas.

Além dos aspectos financeiros, é fundamental considerar o potencial de impacto social das oficinas. Oficinas que capacitam os beneficiários para o mercado de trabalho e promovem sua autonomia podem ser consideradas altamente vantajosas em termos de missão institucional. Avaliar o impacto social das oficinas do Lar Fabiano de Cristo permite identificar aquelas que não apenas geram benefícios econômicos, mas também promovem inclusão, empoderamento e sustentabilidade social entre os beneficiários e a comunidade atendida. Essa análise orienta a priorização de recursos e o desenvolvimento de programas que maximizem o impacto social da instituição.

A Tabela 5 apresenta a relação de alunos por Oficina-escola no Lar Fabiano de Cristo em 1979, fornecendo dados quantitativos sobre a quantidade de alunos matriculados, concluintes, reprovados e não concluintes em cada oficina.

Tabela 5 - Relação de alunos por Oficina-escola no Lar Fabiano de Cristo (1979)

Oficina-escola	Quantidade (unidades)	Alunos			
		Matrícula	Concluintes	Reprovados	Não Concluintes
Artes Industriais	25	495	162	94	239
Carpintaria	01	16	01	03	09
Corte e costura	25	620	222	104	294
Encadernação	02	32	14	06	12
Estofaria	01	22	02	11	09
Marcenaria	06	121	57	18	46
Mecânica de auto	11	256	123	50	83
Sapataria	06	113	38	31	44
<i>Silk-Screen</i>	04	107	33	28	46
Tecelagem	01	31	26	01	04
TOTAL	82	1.813	681	346	786

Fonte: Adaptado de Lar Fabiano de Cristo (1979, p. 16).

A análise dos dados da Tabela 5 revela que a Oficina-escola de Corte e Costura apresentou a maior quantidade de alunos matriculados, com um total de 620 alunos, seguida pela Oficina de Artes Industriais com 495 alunos e pela Oficina de Mecânica de Auto com 256 alunos. Esses números indicam uma demanda significativa por esses cursos específicos, sugerindo um interesse e uma necessidade premente por capacitação nessas áreas.

Em relação aos alunos concluintes, a Oficina de Corte e Costura também se destaca, com 222 alunos concluindo o curso com sucesso. Por outro lado, a Oficina de Marcenaria teve apenas 2 alunos concluintes, o que pode indicar desafios ou questões específicas a serem abordadas nessa área. Esses dados são fundamentais para entender a eficácia e os desafios das diferentes oficinas, bem como para orientar futuras decisões sobre alocação de recursos e estratégias de ensino.

Os produtos resultantes do trabalho das oficinas-escola eram diversos, conforme demonstra o Quadro 8.

Quadro 8 - Produtos produzidos pelas Oficinas-escola do LFC (1979)

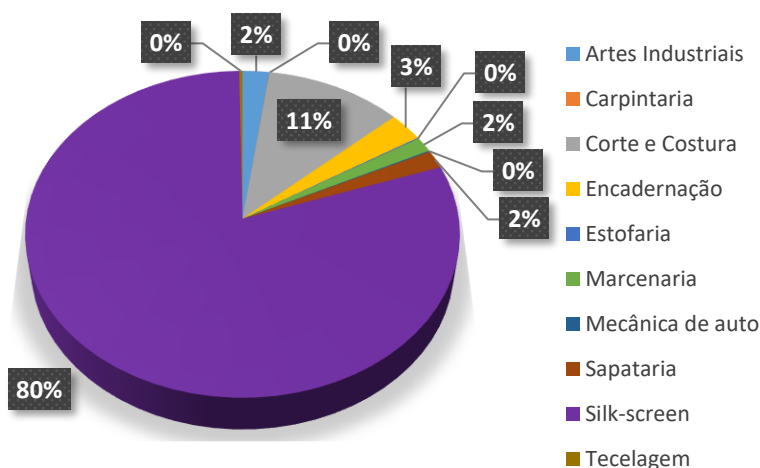
Oficinas-Escolas	Produtos Principais	Quantidade
Artes Industriais	Toalhas, almofadas, tapeçarias, flores, etc.	4752
Carpintaria	Prateleiras, portas, portais, janelas, etc.	66
Corte e Costura	Blusa, calças, shorts, vestidos, uniformes, etc.	24269
Encadernação	Volumes encadernados, averbações, consignações, livros, etc.	6203
Estofaria	Estofamentos de: cadeiras, poltronas, sofás, etc.	224
Marcenaria	Camas, beliches, mesas, armários, cadeiras, guarda-roupas, etc.	3242
Mecânica de auto	Revisões, pequenos reparos, etc.	229
Sapataria	Sapatos, chinelos, sandálias, tamancos, etc.	3864
<i>Silk-screen</i>	Plásticos/adesivos, impressões em camisetas, chaveiros, etc.	174316
Tecelagem	Redes: adultos, médias, etc.	577

Fonte: Adaptado de Lar Fabiano de Cristo (1979, p.18).

Ao observar o Quadro 8, percebe-se a variedade de produtos produzidos pelas oficinas-escola no ano de 1979. Os produtos resultantes do trabalho realizado nas oficinas-escola e nas oficinas de produção eram revertidos em benefícios para os próprios assistidos do Lar Fabiano de Cristo. Nessas oficinas, eram confeccionados itens destinados a atender as crianças assistidas pelo Lar Fabiano de Cristo, incluindo alunos do jardim de infância, da alfabetização e do contraturno em escolas públicas. Entre os produtos confeccionados estavam blusas, vestidos, shorts, calças, saias, ponchos, sacolas, capas, sapatos, entre outros (Lar Fabiano de Cristo, 1979, p.18).

O Gráfico 2 demonstra a produção das oficinas-escola no ano de 1979.

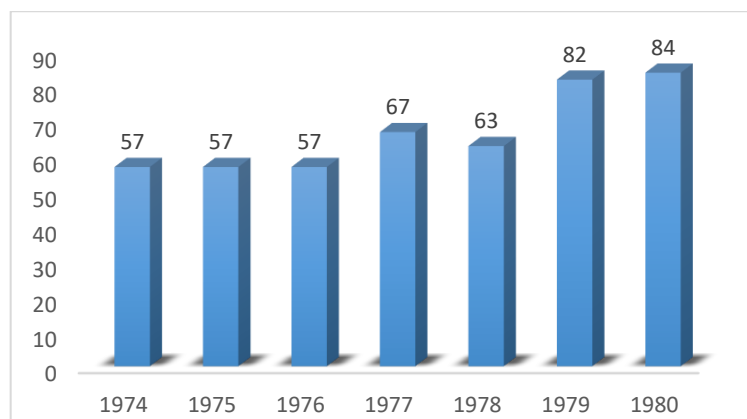
Gráfico 2 - Produção das Oficinas-Escola do LFC (1979)



Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1979).

A análise dos dados do Gráfico 2 - Número de Oficinas-escola do Lar Fabiano de Cristo (1973 - 1980) mostra uma tendência de crescimento no número de oficinas-escola ao longo desse período.

Gráfico 3 - Número de Oficinas-escola do Lar Fabiano de Cristo (1973 - 1980)

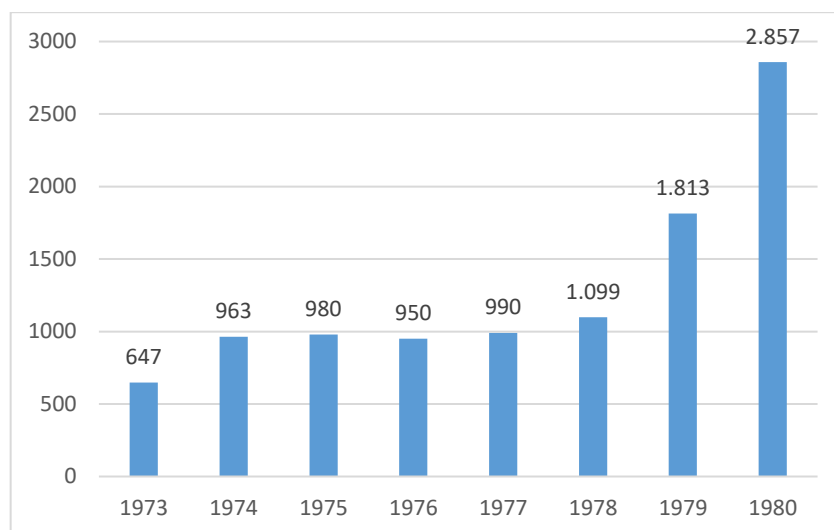


Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1979, p. 16; 1980).

No período analisado, em 1973, o Lar Fabiano de Cristo contava com 57 oficinas-escola, e esse número aumentou progressivamente, atingindo 84 em 1980. Esse aumento representa um crescimento significativo na infraestrutura e nas oportunidades de formação profissional oferecidas pela instituição. Apesar do aumento do número de oficinas-escola, o LFC mantinha a colaboração de outras entidades para a formação profissional de seus assistidos. Os contatos eram realizados através da Assessoria de Atividades Profissionalizantes e pelas próprias Casas Assistenciais, envolvendo entidades como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), o Banco da Providência, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor e a Ação Comunitária do Brasil (Lar Fabiano de Cristo, 1979, p.19).

O Gráfico 4 apresenta uma comparação das matrículas nas Oficinas-Escola do Lar Fabiano de Cristo no período de 1973 a 1980. Observa-se uma estabilidade no número de matrículas até o ano de 1978, seguida por um crescimento significativo nos anos de 1979 e 1980.

Gráfico 4 - Comparativo de matrículas nas Oficinas-escola do Lar Fabiano de Cristo (1973 - 1980)



Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1979, p. 17; 1980).

Ao comparar esses dados com o Gráfico 4, Gráfico 3 e Tabela 5, podemos inferir que o Lar Fabiano de Cristo estava ampliando sua oferta de cursos profissionalizantes para atender a uma demanda crescente de alunos em diferentes áreas de formação. Essa análise integrada dos dados sugere que o Lar Fabiano de Cristo estava não apenas ampliando sua infraestrutura física, com mais oficinas-escola, mas também aumentando sua capacidade de formação e atendimento a um número crescente de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social.

A Tabela 6 apresenta o número de Casas Assistenciais do Lar Fabiano de Cristo nos anos de 1978 a 1980, divididas em diferentes faixas de atendimento.

Tabela 6 - Número de Casas Assistenciais do Lar Fabiano de Cristo (1978 - 1980)

Faixas de Atendimento	Ano		
	1978	1979	1980
1º Faixa	18	14	13
2º Faixa	18	16	02
3º Faixa	36	36	36
Colmeias ⁸⁶	12	12	12

⁸⁶ As Colmeias atendiam crianças cujas possibilidades de promoção social dos pais são remotas. Essas instituições eram compostas por diversas casas-lares com uma administração centralizada, gerida por um casal ou uma senhora que assume o papel de "tio" ou "tia" e atendiam, no máximo, 10 crianças, proporcionando um ambiente de vida semelhante ao de um lar comum. Todos os recursos eram canalizados para suprir as necessidades básicas das crianças e para a recuperação de suas famílias, possibilitando, assim, o retorno das crianças ao lar. Assim como as Casas de segunda faixa, as Colmeias podem ser de administração direta, mantidas integralmente pelo

Faixas de Atendimento	Ano		
	1978	1979	1980
TOTAL	84	78	63

Fonte: Revista Capemi (1978), Lar Fabiano de Cristo (1979; 1980).

Verifica-se que, em 1978, o Lar Fabiano de Cristo dispunha de um total de 84 casas assistenciais, distribuídas da seguinte forma: 18 unidades na 1ª Faixa de Atendimento, 18 na 2ª Faixa, 36 na 3ª Faixa e 12 Colmeias. Em 1979, ocorreu uma redução no número total de casas assistenciais, que passou para 78, com uma diminuição expressiva na quantidade de unidades da 2ª Faixa de Atendimento, reduzida para 16. Em contrapartida, as Colmeias e as casas da 3ª Faixa, na qual se insere o objeto deste estudo, a Casa de Irmã Germana, mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior.

No período entre 1978 e 1979, foram desativadas as seguintes Casas Assistenciais: Casa de José Grosso (1ª faixa), em razão do falecimento de seu responsável; Casa de Vereranda (1ª faixa), devido ao fato de as crianças terem atingido a maioridade; Casa de Glória (1ª faixa), Meimei (2ª faixa) e Instituto Social Olímpico de Belém (2ª faixa), por iniciativa dos próprios dirigentes; e Casa de Alfredo (1ª faixa), por ter sido considerada fora dos padrões de assistência prestados pelo LFC (Lar Fabiano de Cristo, 1979).

Já em 1980, o número total de casas assistenciais diminuiu ainda mais, chegando a 63, com uma redução expressiva nas casas da 1ª Faixa de Atendimento, que passaram de 13 para 18. As casas da 2ª Faixa de Atendimento sofreram uma redução drástica, ficando apenas com 2 unidades, enquanto as casas da 3ª Faixa e as Colmeias permaneceram constantes em relação ao ano anterior.

A redução no número de casas assistenciais de 1º Faixa (1979 – 1980) deve-se à desativação da Casa Narcisa, que atendia 5 crianças, e da Casa do Irmão Zaguine, que atendia 3 crianças, ambas na cidade do Rio de Janeiro. A Casa Narcisa encontrava-se fora do padrão de assistência de primeira faixa, resultando na formalização de um Convênio de Cooperação Assistencial e Financeira; a Casa do Irmão Zaguine foi desativada devido à desistência da própria dirigente. Adicionalmente, cinco assistidos foram desligados, tendo atingido a maioridade e alcançado condições de autossuficiência. Em contrapartida, foi criada uma nova casa de primeira faixa, denominada Joana de Ângelis, que acolheu 4 menores (Lar Fabiano de Cristo, 1980).

A segunda faixa de assistência abrange crianças cujos pais ou parentes desejavam criá-las, mas estavam temporariamente impossibilitados de fazê-lo devido a problemas de saúde, dificuldades econômicas ou questões morais. A internação dessas crianças era transitória, ocorrendo enquanto os pais ou responsáveis passavam por um processo de recuperação. As casas de segunda faixa comportavam até 30 crianças, que recebiam visitas frequentes de seus pais ou responsáveis. Existia um esforço organizado para a recuperação dos responsáveis, com o objetivo de reintegrar as crianças às suas famílias (Lar Fabiano de Cristo, 1980).

A desativação das Casas Assistenciais mencionadas revela várias dinâmicas operacionais e de gestão dentro do Lar Fabiano de Cristo (LFC). Cada caso de desativação tem uma justificativa específica que reflete diferentes aspectos dos desafios enfrentados por tais instituições.

O Lar Fabiano de Cristo possui casas de segunda faixa de administração direta, que são mantidas integralmente pela instituição, e casas de administração indireta, que são mantidas parcialmente pelo LFC. Além disso, o LFC mantém convênios com outras instituições, comprometendo-se a fornecer apoio financeiro de acordo com o número de crianças internadas, conforme apresentado na Tabela 7 (Lar Fabiano de Cristo, 1980).

Tabela 7 - Comparativo das Casas Assistenciais de 2º Faixa do LFC (1979-1980)

Quanto à Vinculação administrativa	1979	1980
Administração Direta	16	02
Administração Indireta	12	12
Conveniadas	-	32
TOTAL	28	46

Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1980).

Devido à nova política assistencial que definiu as casas conforme seu tipo de administração e seu grau de dependência ou ligação com o LFC, algumas casas que eram consideradas de administração direta passaram a ser conveniadas, conforme apresentado no Quadro 9 (Lar Fabiano de Cristo, 1980).

Quadro 9 - Convênios de Cooperação Firmados pelo LFC (1980)

Instituições	Cidades	Estados
1. Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância	Riachão dos Dantas	SE
2. Centro Espíritas Caminho da Redenção	Salvador	BA
3. Associação Espírita Lar de Jesus	Canoinhas	SC

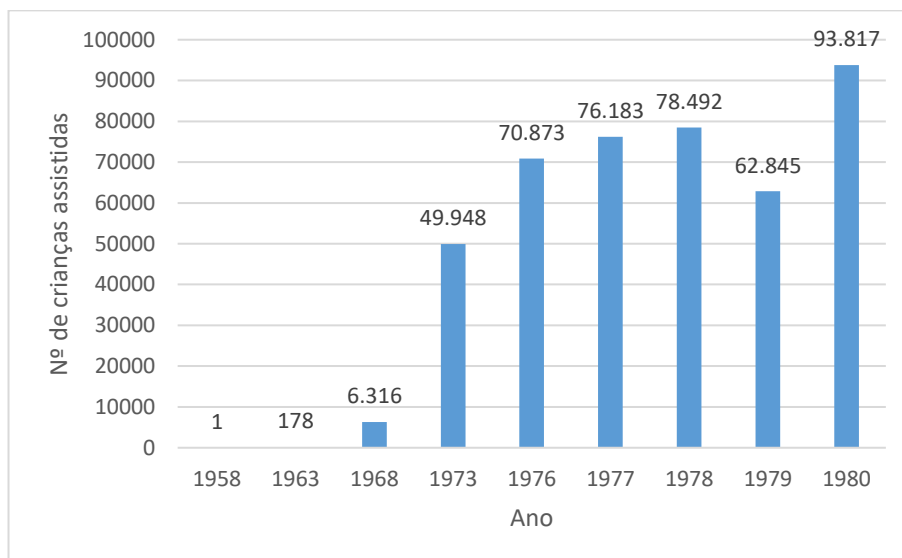
Instituições	Cidades	Estados
4. Casa Francisco M. Araújo	Vitória	ES
5. Movimento em Defesa da Pessoa Humana	São Luís	MA
6. Lar de Daniel	Rio de Janeiro	RJ
7. Associação Mensageira do Amor Cristão	Salvador	BA
8. Casa do Caminho	Campina Grande	PB
9. Casa de Meimei	São Paulo	SP
10. Pelotinho Mundico (71º Batalhão de Infantaria Motorizada)	Garanhuns	PE
11. Abrigo do Bom Jesus – Casa da Criança	Cuiabá	MT
12. Abrigo Therezinha de Jesus	Rio de Janeiro	RJ
13. União dos Servidores de Vila Nova	São Luís	MA
14. Lar de Julia	Rio de Janeiro	RJ
15. Clube Agrícola de Magé	Magé	RJ
16. Ass. Espírita Lar de José	São Luís	MA
17. Casa Vó Isabel	Campinas	SP
18. Creche Lar Ternura	São Paulo	SP
19. Lar Escola Jesus de Nazaré	Campinas	SP
20. Lar de Narcisa	Duque de Caxias	RJ
21. Obra do Berço	Rio de Janeiro	RJ
22. Inst. Fraternal Sorriso da Criança	Feira de Santana	BA
23. Casa Isabel de Aragão	Uberaba	MG
24. Casa de Lázaro	Rio de Janeiro	RJ
25. Lar Escola Francisco de Paula	Rio de Janeiro	RJ
26. Irmandade São José de Barros Filho	Rio de Janeiro	RJ
27. Associação Obras Sociais da Irmã Dulce	Salvador	BA
28. Fundação Marieta Gaio	Rio de Janeiro	RJ
29. Frel	Taguatinga	DF
30. Orfanato São José	Rio de Janeiro	RJ
31. Ação Cristã Vicente Moretti	Rio de Janeiro	RJ
32. Creche Helena Sudário Esteves	Barra das Garças	MS

Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1980).

É possível observar que, dentre as instituições conveniadas em 1980, apenas uma delas - Casa Isabel de Aragão - estava localizada no estado de Minas Gerais, especificamente na cidade de Uberaba, onde se encontra o objeto do nosso estudo, a Casa de Irmã Germana.

O Gráfico 5 ilustra o número de crianças assistidas pelo Lar Fabiano de Cristo no período de 1958 a 1980. A assistência prestada pelo LFC aos menores desassistidos incluía também o suprimento das carências de suas famílias, visando a sua "recuperação" (Revista Capemi, 1978, p. 8).

Gráfico 5 – Número de Crianças Assistidas pelo LFC (1958 - 1980)



Fonte: Jornal da Capemi (1979, p. 2); Revista Capemi (1978, p. 9); Lar Fabiano de Cristo (1979, 1980).

É importante salientar que o número de crianças assistidas considera diferentes graus de apoio: apoio total e apoio parcial. O apoio total caracteriza-se pelo fornecimento de alimentos, assistência médica e odontológica, apoio educacional e orientação psicossocial e religiosa. Em contrapartida, o apoio parcial não incluía o fornecimento de alimentos (Revista Capemi, 1978).

Ao analisar o gráfico, é possível observar que o número de crianças assistidas pelo Lar Fabiano de Cristo era inexpressivo na década de 1960, comparado com a década de 1970. Esse aumento significativo pode estar relacionado com o crescimento da CAPEMI nesse período e à declaração de utilidade pública da CAPEMI, conferida pelo decreto nº 61.707, de 20 de novembro de 1967.

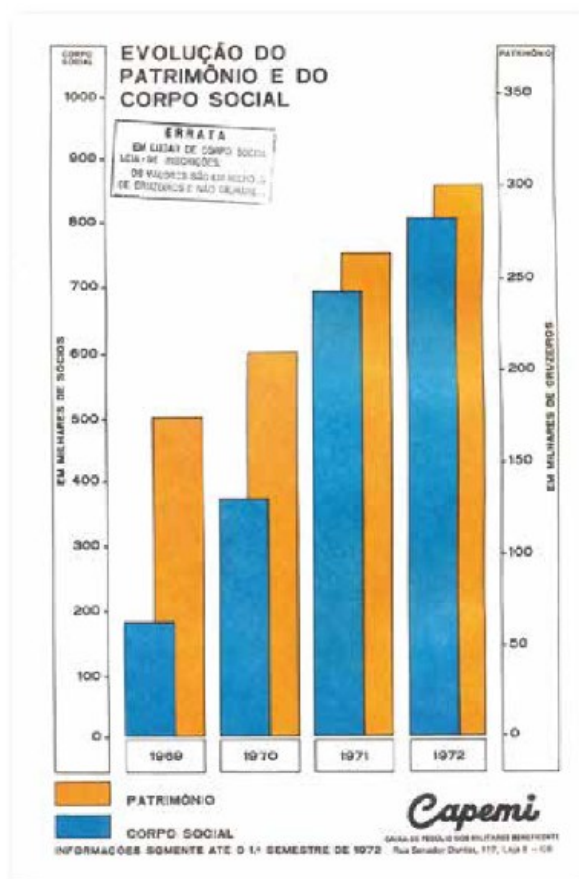
Segundo a Capemisa (2020), anualmente, a CAPEMI avaliava o cumprimento das metas estabelecidas no período anterior e definia novos objetivos para o período seguinte. As modestas conquistas do início da década de 1960 deram lugar a um crescimento substancial, refletido no estabelecimento de metas mais ambiciosas ao longo da década de 1970.

Em entrevista concedida ao Escritório de Histórias, Moacyr Fernandes destacou o crescimento significativo da CAPEMI na década de 1970:

Em 1974, a CAPEMI fez uma cerimônia em Porto Alegre para homenagear o sócio 1.000.000. Houve uma expansão muito grande na década de 70, principalmente com o desconto das contribuições em folha de pagamento. A CAPEMI foi a pioneira nesse tipo de desconto. Tanto que obteve um grande destaque no *ranking* das empresas, ficando entre as dez principais empresas do Brasil (Fernandes, 2020, p.73).

A Figura 19 ilustra o crescimento do patrimônio e do número de sócios da CAPEMI no período de 1969 a 1972, fornecendo um contexto visual para o avanço mencionado por Fernandes. Este crescimento inicial estabeleceu a base para a expansão significativa observada na década de 1970.

Figura 19 - Crescimento da CAPEMI (1969 - 1972)



Fonte: Capemisa (2020, p. 73).

No Gráfico 5, também é perceptível uma queda no número de crianças assistidas pelo LFC no ano de 1979. Embora não se tenha encontrado uma justificativa específica para esse decréscimo, é possível que esteja relacionado, de alguma forma, com os impactos da morte precoce do Coronel Jaime Rolemberg de Lima⁸⁷.

A notícia do falecimento do Coronel Jaime Rolemberg de Lima chegou pelos jornais de vários locais do Brasil, dentre eles Uberaba através do jornal *Lavoura e Comércio*:

Luto na CAPEMI e Lar Fabiano de Cristo
Foi-se embora o nosso semeador.

⁸⁷ O coronel Jaime Rolemberg de Lima faleceu em 17 de janeiro de 1978.

Faleceu no dia 17 do corrente, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, o Cel. JAIME ROLEMBERG DE LIMA, Diretor Presidente, idealizador e fundador da CAPEMI (CAIXA DE PECÚLIO DOS MILITARES-BENEFICENTE), do LAR FABIANO DE CRISTO e de todo um complexo assistencial estabelecido de norte a sul do nosso Brasil. Para quem conhece a fabulosa CAPEMI ou o abençoado LAR FABIANO DE CRISTO, não é difícil conceber a grandiosidade deste homem. Foram 20 anos de luta e de progresso constantes. Hoje, graças a ele, a CAPEMI é a maior empresa de previdência privada do país e da América do Sul – e o LAR FABIANO DE CRISTO, a maior obra assistencial do mundo, no gênero. Cel. Rolemberg, é impossível explicar ao mundo o vazio que a sua partida deixou. É difícil contar para os que não o conheceram. “QUEM” foi você e como o seu afastamento nos sufoca. Nosso consolo é a esperança de que, de onde quer que esteja, você estará nos acompanhando e nos amparando sempre e a certeza que muito de você ficou dentro de cada um de nós. As Casas Assistenciais de Uberaba: Casa Sabino de Lucas, Casa de Irmã Germana, Isabel de Aragão e Cavadi, representadas pelo CONJUNTO OPERACIONAL – COUBE, reafirmam agora, mais que nunca, o compromisso de levar avante o seu ideal, com o mesmo carinho, dedicação e responsabilidade de sempre. Você foi em vida nosso exemplo – será agora em espírito, nosso lema (Lavoura e Comércio, 23/01/1978, p.6).

É possível perceber que a perda do Coronel Jaime Rolemberg de Lima teve um impacto significativo nas Casas Assistenciais de Uberaba. Para essas instituições, como Casa Sabino de Lucas, Casa de Irmã Germana, Isabel de Aragão e Cavadi, representadas pelo Conjunto Operacional (COUBE), a perda de Jaime significou a necessidade de uma reestruturação na gestão e a reafirmação do compromisso com seus ideais. A notícia de sua morte, divulgada pelo jornal *Lavoura e Comércio*, destacou a profunda admiração e respeito que seus colaboradores e beneficiários tinham por ele. O artigo enfatizou a promessa de continuar seu trabalho com a mesma dedicação e responsabilidade, apesar da ausência de sua liderança física.

A morte do Coronel Jaime Rolemberg de Lima pode ter desestabilizado temporariamente as operações e o apoio fornecido pelo LFC, contribuindo para a redução no número de crianças assistidas em 1979. Essa situação ressalta a importância do coronel na manutenção e expansão das atividades assistenciais e o impacto de sua perda nas dinâmicas operacionais da organização. Pode-se afirmar que a morte de Rolemberg significou o fim de uma era, mas não o fim da instituição.

3.5 As primeiras casas assistenciais

A primeira Casa Assistencial do Lar Fabiano de Cristo, conforme mencionado anteriormente, foi a Casa do Amigo Bezerra de Menezes, a qual abrigou o menino encontrado na Praça Mauá e considerada como 1ª Faixa Assistencial.

É importante destacar que não foram encontradas fontes que mencionassem a data de fundação das Casas Assistenciais de 1ª e 2ª Faixas. No entanto, as Tabelas 8 e 9 mencionam a

relação dessas Casas, com a respectiva localização, despesas e número de crianças assistidas no ano de 1973.

A Tabela 8 apresenta a relação das Casas Assistenciais de 1ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo, juntamente com seus custos de manutenção no ano de 1973.

Tabela 8 - Relação de Casas Assistenciais de 1ª Faixa e Custos de Manutenção (1973)

Nome	Localização	Nº de Crianças	Despesas (Cr\$)	Custo Médio (Cr\$)
Casa de Alfredo	Copacabana - GB	15	19.574,00	1.304,93
Casa de Amélia	Realengo - GB	10	17.843,00	1.784,3
Casa do Amigo B. de Menezes	Rocha - GB	8	14.920,00	1.865,00
Casa de Barsanulfo	Taguatinga - DF	12	21.158,00	1.763,16
Casa de Clarêncio	São Paulo - SP	1	1.731,50	1.731,50
Casa de Domingos	Rocha - GB	4	7.632,00	1.908,00
Casa de Expedito	Salvador - BA	10	27.017,00	2.701,7
Casa de Felipe Webert	Tijuca - GB	7	13.599,50	1.942,78
Casa de Genuína	Rocha - GB	11	20.957,50	1.905,22
Casa de Glória	Mal. Hermes - GB	2	3.318,00	1.659,00
Casa do Irmão José	Niterói - RJ	3	5.326,50	1.775,5
Casa do Irmão Zaquine	Copacabana - GB	2	1.731,50	865,75
Casa de Isenah	São Paulo - SP	6	22.532,12	3.755,35
Casa de Ismael	Mauá - SP	6	12.384,50	2.064,08
Casa de José Grosso	Niterói - RJ	6	16.537,00	2.756,16
Casa de Luiz Oswaldo	Florianópolis - SC	11	19.241,50	1.749,22
Casa de Maria	Fortaleza - CE	9	21.359,50	2.373,27
Casa de Maria Madalena	Vila Isabel - GB	6	11.859,00	1.976,5
Casa de Marta e Maria	Vila da Penha - GB	8	17.269,50	2.158,68
Casa de Miriam	Rocha - GB	10	19.711,50	1.971,15
Casa de Narcisa	Caxias - RJ	10	19.862,50	1.986,25
Casa de Natália	I. Governador - GB	5	8.138,50	1.627,7
Casa de Veneranda	Méier - BG	5	15.902,88	3.180,57
Casa de Wilson	Realengo - GB	7	12.582,50	1.797,5
TOTAL		171	352.190,00	2.059,59

Fonte: Revista Capemi (1974, p. 18).

Observa-se que as casas listadas estão distribuídas em diferentes localizações geográficas, abrangendo diversas regiões do Brasil. Ao analisar os dados, é possível identificar variações significativas nos custos de manutenção entre as diferentes casas listadas. Por exemplo, a Casa de Pedro Richard, localizada em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, atendeu 61

crianças e teve um custo de manutenção de Cr\$ 104.121,50, representando um dos valores mais altos da tabela. Em contraste, a Casa de Alfredo, situada em Copacabana, Rio de Janeiro, atendeu 15 crianças com um custo de manutenção de Cr\$ 19.574,00, um dos valores mais baixos registrados.

A Tabela 9 apresenta a relação das Casas Assistenciais de 2ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo, juntamente com seus custos de manutenção no ano de 1973.

Tabela 9 - Relação de Casas Assistenciais de 2ª Faixa e Custos de Manutenção (1973)

Nome	Localização	Nº de Crianças	Despesas (Cr\$)	Custo Médio (Cr\$)
Casa de Amélia Rodrigues	Salvador – BA	28	67.604,00	2.414,42
Casa de Antônio de Pádua	Fortaleza – CE	39	75.195,50	1.928,08
Casa de Frei Luiz	Jacarepaguá – GB	5	64.295,50	12.859,1
Casa de Icléia	Bangu – GB	16	42.130,00	2.633,12
Casa de Isabel de Aragão	Uberaba – MG	126	39.600,00	314,28
Casa de Joana de Angelis	Eng. Novo – GB	39	84.518,72	2.167,14
Casa de Lins de Vasconcelos	João Pessoa – PB	30	47.162,00	1.572,06
Casa de Marta Figner	Gov. Valadares – MG	27	36.363,50	1.346,79
Casa de Meimei	São Paulo – SP	25	38.130,50	1.525,22
Casa de Padre Germano	Olinda – PE	24	37.440,00	1.560,00
Casa de Pedro Richard	Jacarepaguá – GB	61	104.121,50	1.706,90
Casa de Valeska	Fortaleza – CE	20	32.117,60	1.605,88
Cid. Meninos S. P. Apóstolo	Petrópolis – RJ	11	2.937,00	267,00
Casa do Pequenino	Aracaju – SE	21	32.426,50	1.544,11
Inst. Social Olimpia Belém	Tijuca – GB	35	14.400,00	411,42
Lar Caibar Schuter	Matão – SP	27	47.872,50	1.773,05
Lar Cristão Vinha do Senhor	Salvador – BA	40	70.778,00	1.769,45
Lar Espírita Mãe Helena	Alagoinha – BA	29	51.071,50	1.761,08
Patronato Monte Líbano	C. Itapemirim – ES	72	13.080,00	181,66
Instituição Nosso Lar	Vila Isabel – GB	40	14.500,00	362,5
Lar Mena	C. Lafayette – MG	19	-	-
TOTAL		734	915.844,32	1.247,74

Fonte: Revista Capemi (1974, p. 19).

As Casas Assistenciais de 2ª Faixa também estão distribuídas em várias regiões do Brasil, o que pode resultar em variações significativas nos custos de manutenção devido às diferenças regionais no custo de vida, preços de serviços e insumos.

Essas discrepâncias nos custos de manutenção nas Casas de 1ª e 2ª Faixas podem ser atribuídas a diversos fatores. Primeiramente, o tamanho da casa e o número de crianças atendidas influenciam diretamente os custos. Adicionalmente, a localização geográfica pode impactar os gastos devido às variações no custo de vida e nos preços dos insumos necessários para a manutenção das casas. As necessidades específicas das crianças assistidas, como cuidados médicos ou educacionais especiais, também podem contribuir para as diferenças observadas.

Outro fator relevante é a eficiência na utilização dos recursos financeiros disponíveis e as diferentes estratégias de gestão adotadas em cada casa. A variação nos custos de manutenção pode refletir como cada casa gerencia seus recursos e implementa suas práticas operacionais. Portanto, essa análise destaca a importância de considerar múltiplos aspectos ao avaliar os custos de manutenção das Casas Assistenciais do Lar Fabiano de Cristo.

O Quadro 10 apresenta as Casas Assistenciais de 3ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo no ano de 1989, juntamente com suas datas de fundação e localização geográfica.

Quadro 10 – Casas Assistenciais de 3ª Faixa do LFC e data de fundação (1989)

Nome	Localização	Data de Fundação
Iracema	Cascadura – RJ	05/11/1965
Ibirajara	Jacarepaguá – RJ	25/05/1966
Francisco de Assis	Austin – RJ	05/09/1966
Sabino Lucas	Uberaba – MG	22/03/1967
Eliseu Siqueira	Santo Aleixo – RJ	18/06/1967
Fraternidade	Três Corações – MG	13/07/1967
Terezinha de Jesus	Jacarepaguá – RJ	08/12/1967
Almiro	Belo Horizonte – MG	14/12/1967
Basílio Peralva	Aracajú – SE	03/03/1968
Mãe Marocas	Duque de Caxias – RJ	07/04/1968
Tiradentes	São Paulo – SP	21/04/1968
Maria de Nazareth	Juiz de Fora – MG	13/07/1968
Philadelpho	Méier – RJ	05/08/1968
Lísias	Belford Roxo – RJ	09/08/1968
Irmã Germana	Uberaba – MG	13/09/1968
Maria Alice	Fortaleza – CE	26/11/1968
Bom Samaritano	Porto Alegre – RS	16/04/1969
Suzana Wesley	Campo Grande – RJ	14/05/1969
Paulo	Antonina – PR	20/10/1969
Cordialidade	Salvador – BA	17/03/1971

Nome	Localização	Data de Fundação
Abigail	Brasília – DF	05/06/1971
José	Belém – PA	14/09/1971
Cirilo	Caçapava – SP	02/10/1971
Virgínia Smith	Fortaleza – CE	18/02/1972
Eugênia	Salvador – BA	25/02/1972
Mustafá	Colatina – ES	28/04/1972
Odin de Araújo	João Pessoa – PB	21/10/1972
Lívia	Brasília – DF	25/11/1972
André Luiz	Passa Quatro – MG	14/12/1973
Irmão Palminha	Governador Valadares – MG	14/12/1973
Rodolpho Aureliano	Recife – PE	14/12/1973
Rodolfo Bosco	Itajaí – SC	14/12/1973
Arnaldo S. Thiago	Florianópolis – SC	16/02/1974
Hercílio	Machado – MG	19/02/1976
Francisco Lamego	Campos – RJ	07/01/1978
Rachel	Itabuna – BA	13/09/1978
Valentina S. de O. Figueiredo	-	24/09/1981
Leonor dos Passos	Vila Velha – ES	19/10/1981
Anália Franco	Cuiabá – MT	25/11/1982
Prof. Pastorino	Goiânia – GO	27/01/1983
Fernando de Melo	Caucaia – CE	07/02/1985
TOTAL	41	

Fonte: Revista Capemi (1974; 1978) e Lar Fabiano de Cristo ([s.d.] a).

Ao analisar os dados, observa-se que as Casas Assistenciais de 3ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo eram compostas por um total de 41 unidades no ano de 1989, distribuídas em diferentes localizações geográficas. No entanto, a Casa Sabino Lucas em Uberaba representa um marco significativo na expansão geográfica das atividades do Lar Fabiano de Cristo, sendo a primeira unidade fora do Rio de Janeiro.

A escolha de Uberaba como local para a instalação da Casa Sabino Lucas pode estar relacionada à presença de Francisco Cândido Xavier, conhecido como Chico Xavier, um dos fundadores do LFC. Essa conexão estabelece uma relação significativa com o município de Uberaba, onde Chico Xavier residiu por grande parte de sua vida. A residência de Chico Xavier em Uberaba, cidade onde também foi estabelecida a Casa Sabino Lucas, ressalta a importância da região como um polo de atividades assistenciais e espirituais. A presença de Chico Xavier na comunidade de Uberaba não apenas enriqueceu o cenário cultural e espiritual da cidade, mas também pode ter influenciado diretamente as ações e os valores do LFC, que se pautam na solidariedade, na compaixão e no amor ao próximo. Assim, a instalação da Casa Sabino Lucas em Uberaba reflete não só uma expansão estratégica do LFC, mas também a continuidade do

legado de Chico Xavier na promoção de um trabalho assistencial fundamentado em princípios éticos e humanitários.

A inclusão das datas de fundação das casas no Quadro 3 proporciona uma visão cronológica do desenvolvimento da rede de atendimento do LFC, evidenciando o esforço contínuo da instituição em ampliar sua capacidade de acolhimento e apoio às comunidades atendidas. Além disso, observa-se que a Casa de Irmã Germana, objeto de nosso estudo, ocupa a 15ª posição na ordem cronológica de fundação das Casas Assistenciais de 3ª Faixa.

A primeira Casa Assistencial de 3ª Faixa, fundada em 05 de novembro de 1965, foi a Casa de Iracema em Cascadura, Rio de Janeiro. A Figura 20 retrata a Casa de Iracema no momento de sua fundação.

Figura 20 - A primeira instalação da Casa de Iracema do LFC (1965)



Fonte: Capemi Informa ([19--]).

É possível perceber que a Casa de Iracema teve um início modesto, mas exerceu um papel significativo entre as Casas Assistenciais de 3ª Faixa. Dirigida por Elza Pinto de Siqueira Lima⁸⁸, conhecida como "Tia Elza," esposa do Coronel Jaime Rolemberg de Lima, a Casa de

⁸⁸ Elza Pinto de Siqueira Lima casou-se com Jaime Rolemberg de Lima em 1936, na cidade de Caçapava, São Paulo. Foi através do contato com a família da esposa que Jaime Rolemberg se aproximou da Doutrina Espírita. Embora ele já fosse um conhecedor profundo do Antigo e Novo Testamento e viesse de uma família protestante, foi o Centro Espírita de Juliani, fundado pelos tios de Elza, que catalisou sua nova orientação religiosa (Valente, [s.d.]). A espiritualidade de Elza também teve um papel destacado na CAPEMI. As semanas iniciavam-se com uma reunião dos diretores dedicada à reflexão sobre um tema evangélico, seguida por uma prece de preparação para as atividades semanais. Nesse contexto, Tia Elza desempenhava uma função essencial, sendo considerada uma figura inspiradora e consoladora, transmitindo orientações, esperanças e consolos (Capemisa, 2020).

Iracema foi liderada por ela de 1965 até seu falecimento em 8 de fevereiro de 2000, data coincidentemente marcada pelo aniversário de Fabiano de Cristo (Capemisa, 2020).

A partir de 1965, a Casa de Iracema, sob a direção de Tia Elza, assumiu uma posição de destaque no Lar Fabiano de Cristo. Esta unidade tornou-se o principal local para a formação de funcionários de todo o Brasil, permitindo que observassem, na prática, um modelo exemplar de uma unidade completa e complexa. Na Casa de Iracema, eram abordadas de maneira abrangente as questões de assistência, educação e profissionalização. Além disso, o conjunto de oficinas estabelecido no local transformou-se em um centro de produção de uniformes para quase todas as unidades do Lar, assim como de carteiras, cadeiras, armários, brinquedos e diversos materiais de madeira para todas as unidades assistenciais (Valente, [s.d.]).

Figura 21 - Nova instalação da Casa de Iracema do LFC (s.d)



Fonte: Capemi Informa ([19--]).

A Figura 21 ilustra a nova instalação da Casa de Iracema, através da aquisição de uma casa na Rua Sidônio Paes, entre Cascadura e Cavalcante, no subúrbio do Rio de Janeiro que se transformou em um moderno edifício com uma área de 3.000 m².

As Casas Assistenciais de 3ª Faixa operavam como centros de serviços integrados, englobando várias áreas como educação, visitas domiciliares de apoio, fornecimento de suprimentos, avaliação de recuperação pelo setor assistencial e capacitação profissional para adolescentes. Para os adultos das famílias assistidas, o programa focava no desenvolvimento de

habilidades e estímulo ao trabalho, visando a recuperação socioeconômica em vez de uma abordagem paternalista (Capemisa, 2020).

Desde a descoberta da gravidez, as mães recebiam acompanhamento e orientações sobre cuidados essenciais na primeira infância. Além disso, os adultos tinham acesso a cursos técnicos, profissionalizantes e oficinas-escolas que promoviam a capacitação profissional. Um princípio fundamental considerado era a reciprocidade, onde os adultos eram incentivados a demonstrar esforço e dedicação para superar as dificuldades e, em um período de dois a quatro anos, alcançar a independência material (Capemisa, 2020).

3.6 Considerações Finais

Neste capítulo, foi possível demonstrar a evolução e a relevância contínua do Lar Fabiano de Cristo ao longo do tempo, destacando a prática da caridade e assistência aos necessitados como elementos fundamentais para a consolidação da instituição. Essa base filosófica e religiosa foi essencial tanto para a construção da identidade da instituição quanto para sua atuação na promoção do bem-estar social. Além disso, colaborou na consolidação do movimento espírita no contexto brasileiro.

O suporte financeiro, aliado à presença da CAPEMI nos meios de comunicação, em conjunto com o LFC, fortaleceu a imagem e a credibilidade da instituição espírita perante a sociedade. A divulgação conjunta das atividades assistenciais e educacionais do LFC, em parceria com a CAPEMI, contribuiu para sensibilizar a opinião pública e angariar apoio para as iniciativas filantrópicas desenvolvidas pelo Lar Fabiano de Cristo.

Dessa forma, a colaboração entre a CAPEMI e o LFC não apenas viabilizou financeiramente as ações assistenciais da instituição espírita, mas também fortaleceu sua atuação e impacto social. Essa parceria consolidou a posição do Lar Fabiano de Cristo como uma referência na promoção do bem-estar e da inclusão social.

4 IRMÃ GERMANA: DE “CASA” A UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL

4.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior, verificou-se que a espiritualidade desempenhou um papel fundamental na criação do Lar Fabiano de Cristo, influenciando desde a escolha do nome da instituição até a reunião das pessoas que contribuíram para a concretização da obra. Além disso, constatou-se que o município de Uberaba – MG foi agraciado com a primeira unidade do Lar Fabiano de Cristo fora do Rio de Janeiro, a Casa Sabino Lucas. Com o crescimento da CAPEMI, houve uma expansão significativa do LFC para diversos estados do Brasil, acompanhando a demanda por serviços sociais em regiões com desafios socioeconômicos expressivos.

A criação da Casa de Irmã Germana, em Uberaba, no final da década de 1960, reflete esse processo de expansão e insere-se em um contexto histórico marcado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil. Nesse período, o país vivenciava o auge da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), que, ao mesmo tempo em que fortalecia políticas de controle social, enfrentava desafios crescentes na implementação de políticas públicas voltadas para a infância e a juventude, especialmente as mais vulneráveis. Dentro desse cenário, a cidade de Uberaba, localizada no interior de Minas Gerais, não era exceção às tensões sociais que afetavam as populações mais pobres, incluindo crianças em situação de carência e desassistência.

É nesse contexto que se destaca a atuação do Lar Fabiano de Cristo, uma instituição de cunho assistencial, fundada sob os preceitos do Espiritismo, com o objetivo de promover a educação integral de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. A criação da Casa de Irmã Germana, como unidade integrante dessa rede, reflete a necessidade de ações práticas e educativas voltadas ao atendimento das demandas sociais locais, em especial no que diz respeito à proteção e formação de crianças pobres.

Assim, este capítulo tem por objetivo investigar os fatores que levaram à criação da Unidade de Promoção Integral (UPI) Irmã Germana entre os anos de 1968 e 1988, destacando as motivações e o contexto social em que essa iniciativa foi concebida. Além disso, buscar-se-á compreender a metodologia de trabalho desenvolvida nas instituições do Lar Fabiano de Cristo, com ênfase em suas práticas pedagógicas e concepções educativas que se manifestavam no cotidiano da UPI Irmã Germana. Finalmente, a análise será expandida para a compreensão do papel do município de Uberaba na gestão e no enfrentamento das condições de vida das

crianças pobres durante o período delimitado, contextualizando as ações da Casa de Irmã Germana no conjunto de políticas locais.

4.2 Origem da Casa de Irmã Germana

A fundação da Casa de Irmã Germana, em 1968, insere-se em um contexto histórico caracterizado por mudanças significativas nas políticas de atenção à infância no Brasil e no mundo. Em nível global, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, pela Organização das Nações Unidas, foi um marco importante, reafirmando a criança como um “[...] sujeito de direitos e atribuindo ao Estado e à sociedade a responsabilidade de garantir esses direitos” fundamentais, como saúde, educação, lazer e segurança social (Guimarães, 2017, p. 111). No Brasil, esse reconhecimento se deu em um período de crescente valorização da infância, embora a implementação de políticas públicas efetivas tenha enfrentado desafios.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61), foi prevista a inclusão dos jardins de infância no sistema de ensino brasileiro, conforme os artigos 23 e 24 da referida lei (Brasil, 1961). No entanto, a generalidade da legislação não resultou em ações concretas e abrangentes, mesmo diante da crescente demanda por creches e pré-escolas no país. A infância, especialmente a das classes menos favorecidas, continuava a ser negligenciada em termos de educação formal, agravando problemas como evasão escolar e repetência no ensino primário (Guimarães, 2017, p. 111).

Na década de 1970, o governo civil-militar buscou expandir o atendimento educacional para crianças entre quatro e seis anos, particularmente em resposta à evasão escolar e à baixa qualidade do ensino entre as crianças de classes populares. A Lei 5692/71 reiterou a importância da educação pré-escolar, estabelecendo que as crianças menores de sete anos deveriam ter acesso à educação em escolas maternas, jardins de infância ou instituições equivalentes. No entanto, essa expansão foi limitada, e a carência de políticas abrangentes voltadas para a educação infantil permaneceu (Guimarães, 2017).

Neste cenário, iniciativas como a Casa de Irmã Germana, parte do Lar Fabiano de Cristo em Uberaba, surgiram como uma resposta às lacunas deixadas pelas políticas públicas. A Casa se destacou ao oferecer não apenas educação, mas também cuidados e apoio integral para crianças em situação de vulnerabilidade social, refletindo o espírito de assistência e promoção dos direitos da infância promovido internacionalmente, mas ainda pouco desenvolvido no contexto brasileiro.

Para compreender o processo de fundação da Casa de Irmã Germana, é necessário investigar a profunda relação entre o Coronel Jaime Rolemberg de Lima, o médium Chico Xavier e o município de Uberaba, em Minas Gerais. Essa conexão não se limitou à fundação do Lar Fabiano de Cristo, mas foi marcada por uma colaboração espiritual e prática que influenciou diretamente o desenvolvimento dessa obra social.

Chico Xavier, reconhecido como uma das principais figuras do Espiritismo no Brasil, foi um dos cinquenta e quatro cofundadores do Lar Fabiano de Cristo, conforme registrado pela Capemisa (2020, p. 61). Sua atuação transcendeu o plano material, uma vez que, ao longo dos anos, ele recebeu e transmitiu diversas orientações espirituais que Jaime Rolemberg seguiu de forma rigorosa. Essa sinergia entre Chico Xavier e Rolemberg foi crucial para a criação e a consolidação do Lar Fabiano de Cristo e, conseqüentemente, da Casa de Irmã Germana, uma obra singular dedicada à promoção integral de crianças em situação de vulnerabilidade.

O Coronel Jaime Rolemberg buscava frequentemente orientação espiritual, especialmente através de Chico Xavier e Divaldo Pereira Franco. Recebia mensagens de diversos espíritos, notadamente do Dr. Bezerra de Menezes, em momentos de dificuldades e incertezas relacionadas ao trabalho no Lar Fabiano de Cristo e na CAPEMI, mesmo antes da criação dessas instituições. A importância dessas orientações espirituais é evidenciada pela frase frequentemente proferida por Rolemberg: "As coisas mais simples eu resolvo. As coisas difíceis eu chamo os amigos. E as coisas muito difíceis eu apelo para a espiritualidade" (Valente, [s.d.], p. 56).

No entanto, é fundamental esclarecer que Jaime Rolemberg de Lima não foi um mero seguidor da Doutrina Espírita, mas exerceu um papel de influência dentro da Doutrina Espírita e integrou diversas organizações além da Cruzada dos Militares Espíritas, como a Federação Espírita Brasileira e Organização Educacional Espírita (OEE).

A Organização Educacional Espírita foi fundada por um grupo de militares e professores, incluindo Jaime Rolemberg e Carlos Torres Pastorino. A OEE tinha como missão "[...] proporcionar aos jovens os meios de chegar até onde o próprio mérito possa levá-los" (Diário de Notícias, 17/01/1954, p. 13). Para atingir esse objetivo, a organização planejava fundar colégios espíritas e trabalhar para estabelecer a Universidade Espírita do Brasil.

A educação espírita e a educação baseada no mérito não são necessariamente conflitantes no Espiritismo, mas podem ser complementares ao promover um ambiente educacional que valorize o esforço pessoal e o desenvolvimento moral e espiritual. Esse conceito se alinha com a ideia espírita de que o espírito evolui através de suas próprias ações e escolhas, e que cada indivíduo é responsável por seu progresso espiritual. A caridade, no

contexto espírita, pode ser entendida como a criação de condições justas e equitativas para que todos possam alcançar seu potencial, promovendo uma sociedade mais justa e fraterna. Assim, a missão da OEE de fundar colégios e a futura universidade baseia-se na integração desses princípios, promovendo uma educação que valorize tanto o mérito individual quanto os valores éticos e espirituais do Espiritismo.

Cabe ainda citar mais um fato relevante no meio espírita: a fundação, no Rio de Janeiro, da *Organização Educacional Espírita*, cujo principal objetivo é fundar o *Colégio Espírita*, onde os filhos dos espíritas estudam com toda liberdade de crença. Será um Colégio nos moldes de outros, mas de orientação espírita. Já foi comprado o terreno em que será construído o Colégio Espírita (Almanaque Eu Sei Tudo, 1957, p. 99).

A Organização Educacional Espírita foi fundada em 1953, e em 1954 a primeira diretoria tomou posse, com o Coronel Jaime Rolemberg de Lima assumindo o cargo de Diretor Patrimonial. Na época, a instituição contava com um quadro associativo de 1.300 membros.

O programa da Organização compreende, principalmente, a instalação de Escolas, Ginásios e Colégios Espíritas, bem como o preparo de professores de ambos os sexos para sua direção. Provisoriamente colaborará indistintamente com todas as Instituições Espíritas e Umbandistas que queiram e possam instalar escolas em suas sedes. Instalará dentro em breve, a Faculdade de Filosofia para o preparo e adestramento dos professores que vão dirigir as escolas sob sua direção. [...] Finalmente, a presidente, grandemente emocionada, profere seu belíssimo discurso que foi ao mesmo tempo o seu compromisso de continuar o trabalho encetado pela Diretoria Provisória [...]. Que todas as almas vibrem em dilatada sintonia, para que a Organização Educacional Espírita realize esse 'tour-de-force', que marca, na 'Pátria do Evangelho', a emancipação religiosa de todos os tempos, sem a impertinência de ditaduras religiosas tidas como maiorias e acobertada pelo beneplácito dos governos, que, diga-se de passagem, fogem à letra da Constituição (Jornal de Umbanda, 1954, p. 2).

O trecho destaca um evento significativo no meio espírita: a fundação da Organização Educacional Espírita no Rio de Janeiro, com o objetivo de criar o Colégio Espírita. Este colégio, destinado aos filhos de espíritas, promete oferecer um ambiente educacional que respeite a liberdade de crença, enquanto segue uma orientação pedagógica específica ao Espiritismo. Entretanto, há uma ambiguidade central neste empreendimento: a promessa de liberdade de crença em um colégio que, por sua própria definição, possui uma orientação religiosa específica. Essa dualidade levanta questões sobre até que ponto uma instituição pode realmente ser neutra e inclusiva em termos de crenças religiosas, quando está fundamentada em uma doutrina específica.

Além disso, a retórica do discurso da presidente, ao mencionar o "tour-de-force" e a "emancipação religiosa de todos os tempos", sugere uma visão grandiosa e quase salvacionista

para a educação espírita no Brasil. Este discurso aponta para um desejo de libertação das imposições religiosas majoritárias na época, mas correndo o risco de substituir uma forma de imposição por outra, ainda que de forma mais sutil e bem-intencionada.

O desejo de Jaime Rolemberg de colaborar na assistência à infância surgiu muito antes da fundação do Lar Fabiano de Cristo. Inicialmente, ele se envolveu com a Organização Educacional Espírita e, posteriormente, com a Casa de Lázaro, por meio da oportunidade oferecida pela diretora Rute Santana. No entanto, o tratamento em massa das crianças não estava atendendo às expectativas de Rolemberg.

Foi nesse momento que Jaime Rolemberg procurou pela primeira vez Chico Xavier na cidade de Pedro Leopoldo, MG, e, segundo ele mesmo, “[...] o carinho de Chico e seus familiares prendeu nossa alma” (Valente, [s.d.], p. 57). A partir de então, Rolemberg passou a buscar orientação espiritual de Chico, inclusive peregrinando até Uberaba, MG, quando este se mudou para a cidade.

As mensagens recebidas por Jaime Rolemberg, que funcionavam como uma espécie de diretriz permanente, foram reunidas após sua morte e publicadas pela CAPEMI em um pequeno livro intitulado “A Espiritualidade e a Obra de Fabiano”. A publicação contém cinquenta e nove mensagens e, em seu prefácio, menciona que o objetivo é homenagear os pioneiros e servir de orientação para os futuros trabalhadores, incentivando-os a manter os padrões estabelecidos por Fabiano de Cristo.

Em uma das mensagens de autoria espiritual de Luiz Antônio Cardoso e psicografadas pelo médium Chico Xavier em 23/05/1975:

É por isso, meus filhos, que saudamos o dia novo de trabalho com a certeza que o amanhã será melhor do que hoje, como o hoje se nos apresenta com mais tranquilidade do que ontem. Não descoroçoemos; implantemos Jesus em nossos corações e mantemos por manter os vínculos do nosso trabalho, quais fontes inspiradoras que do mais alto nos socorrem com o de que temos necessidade. Que a alucinação argentária, a preocupação excessiva, não nos levem a competir com a metodologia destruidora de que muitos se utilizam para os enganosos triunfos da ilusão. Mantenhamos em nossa casa, no Lar e na Doutrina Espírita, que nô-lo desvela, e estaremos respondendo: presente, ao chamado do Senhor (CAPEMI, [s.d.], p. 20).

A mensagem psicografada por Chico Xavier, atribuída espiritualmente a Luiz Antônio Cardoso, contém várias camadas de significado e reflexão que podem ser analisadas criticamente dentro do contexto do Espiritismo e da trajetória de Jaime Rolemberg.

A recomendação de “implantar Jesus em nossos corações” reflete a importância central dos valores cristãos no trabalho e na vida pessoal dos envolvidos na obra espírita. Esse enfoque no amor, na compaixão e na caridade é fundamental para o Espiritismo, reforçando a missão

espiritual da organização. A ênfase na evolução contínua, na inspiração superior, e no compromisso com os princípios espíritas sublinha a visão de que o verdadeiro sucesso é medido pelo crescimento espiritual e pela fidelidade aos valores da caridade e da compaixão.

Foi nesse contexto de busca por orientações espirituais com o médium Chico Xavier que o Lar Fabiano de Cristo, sob a liderança do Coronel Jaime Rolemberg de Lima, estreitou laços com o município de Uberaba. A primeira iniciativa concreta nessa cidade foi a implantação da Casa Sabino Lucas, sob a direção de Dona Horizonta Horizontina Lemos⁸⁹.

Em 1967, essa conexão se aprofundou quando Betty G. Pinto, colaboradora do Lar Fabiano de Cristo, viajou a Uberaba, MG, para consultar Chico Xavier sobre questões da entidade. Acompanhada por Pery Alves do Rego, funcionário da CAPEMI, sua esposa e Marlene, funcionária do Lar, Betty aproveitou a visita para conhecer a Casa Espírita André Luiz, liderada por Dona Horizonta. Com grande devoção e fé, Dona Horizonta havia iniciado um trabalho assistencial de forma humilde, distribuindo sopa aos necessitados sob uma árvore, exemplificando seu compromisso com a caridade e o bem-estar da comunidade (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a).

Impressionada com o crescimento da obra, que agora funcionava em um prédio maior e oferecia atendimento médico, Betty G. Pinto sugeriu uma colaboração entre a Casa Espírita André Luiz e o Lar Fabiano de Cristo. A proposta foi recebida com entusiasmo por Dona Horizonta e pelo Secretário Geral do Lar, Coronel Jaime Rolemberg, culminando na criação de uma Casa Assistencial de terceira faixa em Uberaba. Sob a liderança de Dona Horizonta e seu marido, José Lemos, essa nova instituição foi batizada de Casa Sabino Lucas, em homenagem ao pai de Dona Horizonta, um homem amplamente respeitado na comunidade, como reconhecimento de sua dedicação ao trabalho assistencial (Lar Fabiano De Cristo, [s.d.] a).

A colaboração se concretizou rapidamente, e a primeira distribuição de gêneros e benefícios ocorreu em junho de 1967, com o patrocínio do Lar Fabiano de Cristo, beneficiando 16 famílias. A iniciativa marcou o início de uma parceria frutífera, que ampliou

⁸⁹ Dona Horizonta Lemos, esposa do Professor José Lemos, destacou-se como uma das figuras proeminentes do Espiritismo em Uberaba. Devotada médium e fundadora do Centro Espírita "André Luiz", ela dirigiu a instituição por muitos anos, dedicando-se a socorrer aqueles que buscavam sua ajuda. Seu trabalho foi tão significativo que a comunidade local homenageou-a nomeando uma das escolas da cidade em sua honra. Além de sua atuação no centro espírita, Dona Horizonta também era conhecida por sua dedicação às obras de caridade, especialmente nas periferias, onde levava conforto, alimentos e agasalhos aos necessitados. Aos domingos, ela organizava, junto a um grupo de senhoras, a confecção de sopa para as crianças carentes do bairro Fabrício. Sua fé, considerada contagiante, continua a ser lembrada com saudade pelos espíritas. Há relatos de sua intervenção espiritual, como no caso em que uma chuva ameaçou interromper a preparação da sopa, mas, após sua oração, a chuva rodeou o local sem causar danos. Mesmo após seu falecimento, sua presença espiritual é sentida em vários grupos, continuando sua missão de serviço (Baccelli, 1987, p. 320).

significativamente o alcance dos serviços assistenciais na região (Lar Fabiano De Cristo, [s.d.] a).

Ao longo dos anos, o trabalho da Casa Assistencial foi consolidado, culminando na transferência de sua sede provisória da Rua México para um edifício especialmente construído na Rua Panamá, 67, no Bairro Fabrício. O terreno, adquirido em 1977, proporcionou uma estrutura mais adequada para as atividades da instituição.

Infelizmente, Dona Horizontal não pôde permanecer por muito tempo na instituição, pois veio a falecer em abril de 1970. Em reconhecimento à sua incansável dedicação, o setor educacional da Casa, bem como uma das escolas em Uberaba, fora renomeado em sua homenagem após seu falecimento (Bacelli, 1987). Essas ações não apenas perpetuaram seu legado de serviço à comunidade, mas também reafirmaram a relevância do trabalho que ela realizou ao longo de sua vida (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a).

Figura 22 - Casa Sabino Lucas (1974)



Fonte: Revista Capemi (1974, p. 26).

A Figura 22 apresenta a sede provisória da Casa Sabino Lucas, localizada na Rua México. A Casa prestou assistência integral a uma média de 170 famílias, além de atendimento parcial a outras 20, realizando visitas mensais de acompanhamento. Dentre essas, 45 famílias foram desligadas, sendo 34 por recuperação e 11 por inviabilidade de recuperação. No âmbito de atendimento médico-odontológico, a Casa obteve resultados significativos, conduzindo campanhas de vacinação contra varíola, tratamento de verminoses e tratamento odontológico a crianças de seis anos. Diversos cursos, incluindo técnico-profissionais, também foram oferecidos, embora o setor de artesanato não esteja visível na imagem (Revista Capemi, 1974).

Nosso objeto de estudo, a Casa Irmã Germana, foi estabelecida em Uberaba no ano seguinte à fundação da Casa Sabino Lucas, devido à crescente demanda por assistência que a

Casa Sabino Lucas, já operando em sua capacidade máxima, não conseguia atender. Na região, havia também a Casa Espírita Bittencourt Sampaio, que prestava auxílio aos necessitados, uma população vivendo em extrema pobreza. Entre os envolvidos nesse trabalho, estava a senhora Celeste Maria da Silva, que havia tomado conhecimento da colaboração entre o Lar Fabiano de Cristo e a Casa Espírita André Luiz, que originou a Casa Sabino Lucas (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a).

Em uma ocasião, Dona Celeste encontrou o Coronel Jaime Rolemberg, membro da Diretoria do Lar Fabiano de Cristo, na Comunhão Espírita Cristã de Uberaba, onde ambos estavam para se encontrar com Chico Xavier. Durante a conversa, estabeleceram uma relação de confiança mútua. Celeste solicitou ao Coronel Rolemberg alguns grandes caldeirões para auxiliar em sua obra, ao que ele, por sua vez, pediu seu apoio para a criação de outra Casa Assistencial do Lar em Uberaba (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a).

Figura 23 - Dona Celeste Maria da Silva ao centro (s.d.)



Fonte: CEAPS em Notícia (1982, p. 1).

A Figura 23 retrata o encontro entre Dona Celeste (ao centro), o coronel Jaime Rolemberg (à direita) e Dona Horizonta (à esquerda). A fotografia foi publicada em 1982, embora a data exata do evento seja desconhecida. As mãos das mulheres repousadas sobre as pernas sugerem uma disposição para o diálogo ou para a introspecção, enquanto a expressão suavemente sorridente de Dona Celeste transmite uma atitude acolhedora e uma possível satisfação com o momento. O coronel Jaime Rolemberg, por sua vez, adota uma postura de braços cruzados que pode ser interpretada como defensiva ou autoprotetora; contudo, seu sorriso tímido indica que, embora introspectivo, ele se sente à vontade no ambiente. Essa combinação de expressões e gestos cria uma narrativa visual que sugere um momento de reflexão coletiva ou de interação social significativa.

A Casa de Irmã Germana foi inicialmente estabelecida nas dependências da Casa Espírita Bittencourt Sampaio⁹⁰, com sua fundação oficial ocorrendo em 13 de setembro de 1968. Posteriormente, a Casa Assistencial passou a operar sob administração direta e foi transferida para novas instalações, inauguradas em 19 de setembro de 1970 (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a). Embora existam divergências nos documentos oficiais quanto ao ano de fundação, é mais provável que a data correta seja 1968.

É relevante notar que Dona Celeste contou com o apoio incondicional de seu esposo, Ananias Antônio da Silva Sobrinho⁹¹, que, à época da fundação da Casa de Irmã Germana, ocupava a presidência da Casa Espírita Bittencourt Sampaio e desempenhava um papel de destaque na maçonaria em Uberaba (Ata de Fundação da Casa Irmã Germana, 1969).

O *Jornal de Uberaba*, em uma publicação assinada por Regina Maria de Oliveira, Supervisora do LFC, destaca o papel crucial desempenhado pelo Sr. Ananias Antônio da Silva Sobrinho e sua esposa, Dona Celeste Maria da Silva, na fundação e desenvolvimento da Casa de Irmã Germana.

[...] O Sr. Ananias Antônio da Silva Sobrinho e sua esposa, Dona Celeste Maria da Silva, foram assim apresentados por Chico Xavier ao Cel. Rolemberg, e a indicação não poderia ter sido melhor, pois trata-se de pessoas extremamente sensíveis e dedicadas à causa do menos favorecido. Aos 13 de setembro de 1968 foi fundada a Casa de Irmã Germana, inicialmente funcionando anexa à Casa Espírita de Bittencourt Sampaio. Foi adquirido um terreno na Rua Capitão Domingos, 985, e iniciou-se a obra de construção da unidade, que veio a ser inaugurada em janeiro de 1971. Sr. Ananias e dona Celeste coordenaram todo o trabalho de implantação e implementação da Unidade, auxiliados pelo corpo técnico do Lar Fabiano de Cristo. E continuam até os dias de hoje colaborando para que este trabalho seja desenvolvido [...] (Jornal de Uberaba, 10/09/2003, p. 5).

A introdução do casal ao Coronel Rolemberg por Chico Xavier é destacada como um momento decisivo, ressaltando a confiança depositada neles como líderes sensíveis e comprometidos com a causa dos menos favorecidos. O texto enfatiza o papel fundamental do casal na coordenação das atividades iniciais da Casa de Irmã Germana. A menção à

⁹⁰ A Casa Espírita Bittencourt Sampaio, situada na Rua Capitão Domingos, 213, tornou-se amplamente reconhecida pela distribuição de sopa aos domingos, uma prática que simbolizava o compromisso com a caridade e a assistência social. Nesse contexto, Dona Celeste desempenhou um papel fundamental, cultivando um ambiente marcado pela fraternidade e pelo amor ao próximo. De acordo com Bacelli (1987, p. 249), durante o Natal de 1961, Dona Celeste e seus colaboradores distribuíram mais de 600 peças de roupas e forneceram alimentação para aproximadamente 1.000 pessoas através da distribuição de sopa, demonstrando a significativa contribuição social da Casa Espírita.

⁹¹ Ananias Antônio da Silva Sobrinho (1918-2007) nasceu em Uberaba e exerceu a profissão de comerciante, casou-se com Dona Celeste e tiveram quatro filhos: Nara Dilma Silva Ribeiro, Antônio Carlos da Silva, Paulo Ronaldo da Silva e Marcio Jorge Euripedes da Silva. Iniciou a vida maçônica em 29 de março de 1964, atingindo o grau de mestre em 13 de julho de 1964. Recebeu diversos títulos e homenagens durante sua vida maçônica exercida na Loja Estrela do Triângulo (Curriculum Vitae Ananias Antônio da Silva Sobrinho, [s.d.]).

continuidade de seu envolvimento no trabalho da Casa até o momento da publicação reforça a longevidade de seu compromisso e a eficácia de sua liderança.

Ao analisar a ata de fundação da Casa de Irmã Germana, é notável a presença de várias personalidades espíritas conhecidas no município, incluindo Dona Horizonta e seu esposo José Lemos, fundadores da Casa Sabino Lucas, e Dona Aparecida Conceição Ferreira, fundadora do Hospital do Pênfigo e da escola associada a essa instituição. No entanto, a ausência de Chico Xavier, um dos fundadores do Lar Fabiano de Cristo e responsável pela aproximação de Dona Celeste ao Coronel Jaime Rolemberg, chama atenção, especialmente considerando sua relevância na aproximação inicial entre esses atores (Ata de Fundação da Casa Irmã Germana, 1969).

Durante essa reunião, foi decidido o nome da nova instituição recém-criada. Nesse contexto, Dona Celeste propôs o nome Germana.

Irmã Germana de Jesus foi o nome declarado por uma entidade espiritual que se comunicava com o grupo que trabalhava na Casa de Bittencourt, através da médium Adélia Silva Farhat, e que incentivava esse grupo na execução das tarefas, garantindo que seus componentes ainda iriam dispor de uma Casa adequada, onde seria possível executá-las melhor, em benefício dos necessitados. Ela fora enfermeira francesa, tendo atuado durante a 2ª Grande Guerra Mundial. Quando foi concluída a construção desta 2ª Casa Assistencial do LAR na cidade de Uberaba, estavam os trabalhadores da Casa de Bittencourt reunidos na residência de D. Celeste – presente também o Cel. Rolemberg. Após uma prece de gratidão, este sugeriu o nome de Germana, logo aceito por todos os presentes, os quais haviam sentido a proximidade desse espírito amigo, durante a singela reunião (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] a).

A escolha do nome, conforme descrito, ocorreu em um contexto de profunda espiritualidade e gratidão, evidenciado pela prece realizada na casa de Dona Celeste, na presença do Coronel Rolemberg. A sugestão do nome "Germana," prontamente aceita por todos os presentes, destaca a importância do consenso e da percepção coletiva da presença espiritual de Irmã Germana. Esse momento revela a forte influência da espiritualidade na tomada de decisões do Lar Fabiano de Cristo e, conseqüentemente, da Casa de Irmã Germana, além de reforçar o papel de figuras espirituais como guias e inspiradoras das ações em prol dos menos favorecidos.

A origem do nome também é descrita nas páginas do jornal *A Flama Espírita*:

O Lar Fabiano de Cristo sempre homenageou um vulto que, de uma forma ou de outra, de uma forma ou de outra, se tenha destacado nos trabalhos assistenciais em favor do próximo, quando encarnado. Irmã Germana, na penúltima encarnação, viveu na França, quando prestou inestimáveis serviços às vítimas da Revolução Francesa (1789 – 1799), socorrendo-as fraternalmente. Posteriormente, esteve reencarnado aqui no Brasil. Em sua edição de 6-12-1969, o boletim semanal SEI (Serviço Espírita de Informações), traz ampla reportagem sobre os extraordinários efeitos dessa evoluída entidade (A Flama Espírita, 09/01/1971, p. 1).

O trecho destacado confirma as informações presentes na ata de fundação da instituição sobre a escolha de seu nome, e revela outro aspecto significativo: a prática do Lar Fabiano de Cristo de homenagear figuras espirituais que, segundo a doutrina espírita, tiveram encarnações anteriores e contribuíram de maneira espiritual. No entanto, é importante ressaltar que não foi possível localizar a edição do boletim SEI mencionada no trecho.

A partir da ata de fundação, observa-se a importância da ligação entre o Lar Fabiano de Cristo e a Casa Espírita Bittencourt Sampaio. A menção de que “[...] a Casa de Irmã Germana se constituiu em Unidade Assistencial autônoma mantida pelo Lar Fabiano de Cristo e administrada por uma Diretoria de, no mínimo, três membros, indicados pela Diretoria da Casa Espírita Bittencourt Sampaio e homologados pela instituição mantenedora” destaca a confiança e o estreito vínculo entre as duas instituições (Ata de Fundação da Casa Irmã Germana, 1969).

Ao examinar o *Regulamento para as Casas Assistenciais de 3ª Faixa*, identificam-se aspectos essenciais da estrutura organizacional e da administração dessas instituições.

Artigo 10 - A Diretoria das Casas Assistenciais de 3º Faixa será composta por um Coordenador, Um Tesoureiro e um Secretário, preferencialmente pessoas de formação espírita e que serão nomeadas pela Diretoria Executiva do Lar Fabiano de Cristo ou seu Diretor Presidente, por delegação.

§ único – A substituição interina ou definitiva de qualquer dos membros da Diretoria da Casa Assistencial dependerá da Diretoria do Lar Fabiano de Cristo ou do Diretor Presidente, por delegação (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 4-5).

O trecho destacado acima revela elementos que indicam uma estreita vinculação com princípios e práticas religiosas, particularmente o Espiritismo. A exigência de que os membros da Diretoria dessas Casas Assistenciais, como o Coordenador, o Tesoureiro e o Secretário, sejam preferencialmente pessoas de formação espírita, sugere que a instituição não apenas valorizava, mas também integrava diretamente os valores espirituais na sua estrutura de administração.

Esses elementos também são encontrados no Artigo 54 do estatuto do Lar Fabiano de Cristo.

Art. 54 – Cada Unidade Assistencial, de qualquer faixa, fará realizar atividades cristã-espíritas, ao menos uma vez por semana, quer seja o culto cristão do lar nas Casas de 1ª e 2ª faixas, quer reuniões com Grupos de Estudo e Culto Espírita, para compreensão da Doutrina e desenvolvimento da mediunidade, nas Casas de 3ª faixa (Lar Fabiano de Cristo, 1972, p. 17).

A menção ao Artigo 54 do estatuto do Lar Fabiano de Cristo reforça ainda mais essa vinculação religiosa. Ao exigir a realização de atividades cristã-espíritas semanalmente, o estatuto institucionaliza a prática religiosa como parte integrante do funcionamento das

unidades assistenciais, independentemente da faixa em que elas se enquadrem. Essa exigência, que abrange desde o culto cristão do lar até reuniões de estudo e desenvolvimento mediúnico, demonstra que o Espiritismo não é apenas um pano de fundo ideológico, mas um componente central das operações e da vida cotidiana das instituições pertencentes ao LFC.

A aquisição de um terreno na Rua Capitão Domingos e a subsequente construção da nova unidade, são marcos importantes na expansão da instituição. O terreno, propriedade do fazendeiro José Pinto Sobrinho, foi adquirido pelo Lar Fabiano de Cristo em 28 de novembro de 1969. O terreno possuía uma pequena casa com quatro cômodos, construída de tijolos e madeiras, medindo 94,5 metros de frente para rua Capitão Domingos e 49,5 metros de frente para a rua José Bonifácio (Registro de Imóveis, 1969).

A Figura 24 apresenta o terreno no qual a Casa de Irmã Germana foi instalada.

Figura 24 - Terreno adquirido pelo LFC na rua Capitão Domingos, em Uberaba, MG (1969)



Fonte: Museu João e Maria (1969).

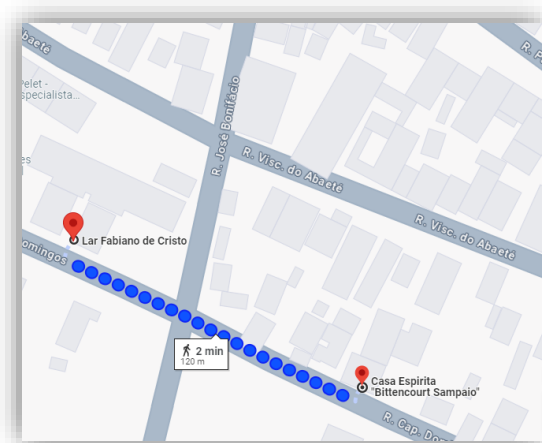
A análise da imagem do terreno escolhido para a Casa de Irmã Germana revela uma paisagem marcada por características típicas de regiões em fase inicial de urbanização. A presença limitada de edificações nas proximidades sugere uma ocupação de baixa densidade, evidenciando um estágio incipiente de desenvolvimento urbano. A rua de terra em frente ao terreno, além de ilustrar a infraestrutura rudimentar da época, reforça a percepção de um contexto periférico, comum em cidades em expansão naquele período.

A composição visual, que combina elementos de infraestrutura básica — como a rua de terra e a cerca de arame farpado — com aspectos naturais, como as bananeiras, reflete um momento de transição entre os espaços rural e urbano, característico de diversas regiões brasileiras dos anos 1960. A escassez de construções no entorno pode ser interpretada como um

reflexo das condições econômicas locais e das limitações no acesso a serviços públicos e privados, evidenciando a desigualdade no desenvolvimento entre áreas centrais e periféricas da cidade.

É interessante observar que o terreno para sediar a Casa de Irmã Germana localiza-se muito próximo a Casa Espírita Bittencourt Sampaio, conforme revela a Figura 25.

Figura 25 - Distância de 120 metros entre a Casa de Irmã Germana e a Casa Espírita Bittencourt Sampaio, na cidade de Uberaba, MG



Fonte: Google Maps (2024).

A Casa de Irmã Germana foi inicialmente implantada nas dependências da Casa Espírita Bittencourt Sampaio, o que sugere uma continuidade e expansão das práticas assistenciais já desenvolvidas naquela localidade. A proximidade entre as duas casas reforça a ideia de formação de um núcleo de apoio comunitário dentro de um mesmo bairro ou região, criando uma rede de assistência mais abrangente e acessível para atender às demandas da população necessitada.

Esse processo colaborativo é ainda evidenciado pela placa de identificação da Casa de Irmã Germana, que registra o apoio técnico do Lar Fabiano de Cristo e da CAPEMI (Figura 26). A participação dessas instituições foi essencial para a implementação e consolidação da unidade, demonstrando a importância da cooperação interinstitucional no fortalecimento das práticas assistenciais na região.

Figura 26 - Construção das novas instalações da Casa de Irmã Germana (s.d.)



Fonte: Museu João e Maria (s.d.).

A aquisição do terreno pelo Lar Fabiano de Cristo resultou na demolição de uma pequena casa preexistente para a construção de uma nova edificação, adaptada para atender a diversas necessidades da comunidade. O novo complexo incluía uma ampla variedade de instalações: uma varanda, um salão para atividades de artesanato, salas para atendimento médico e odontológico, sala de espera, secretaria, vestiário, barbearia, salas de entrevista, um pátio coberto, áreas de circulação, quatro salas de aula, refeitório, depósito de mantimentos, além de cozinha e nove banheiros, totalizando 930,50 metros quadrados de área construída. Complementando essas instalações, havia uma residência de 76,80 metros quadrados localizada na rua Capitão Domingos, nº 995, equipada com garagem, varanda, sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Adicionalmente, na rua Visconde de Abaeté, nº 64, outra edificação, destinada ao zelador, contava com uma sala, dois quartos, cozinha e banheiro, com 58,27 metros quadrados. O complexo também incluía uma garagem para ônibus com dormitório e banheiro (86,53 metros quadrados), além de um cômodo para depósito com dois banheiros e uma área coberta, somando 73,80 metros quadrados (Registro de Imóveis, 1983).

A importância do apoio comunitário oferecido pela Casa de Irmã Germana na região foi ressaltada pelo jornal *Correio da Manhã*, que destacou o impacto dessa infraestrutura na ampliação dos serviços e na melhoria da qualidade de vida dos moradores.

NOVAS INSTALAÇÕES DA “CASA DE IRMÃ GERMANA” – Com cerimônia festiva, serão inauguradas hoje as novas instalações da “Casa de Irmã Germana”, a última unidade assistencial criada pelo Lar Fabiano de Cristo, graças à dedicação de um grupo de pessoas capacitadas e que se ofereceram para dirigi-la, em Uberaba, Minas Gerais. Situa-se a “Casa de Irmã Germana” no bairro da Abadia, Rua Capitão Domingos, 995, nas vizinhanças de uma das amplas favelas daquela cidade que, sendo um centro de progresso no triângulo mineiro e eixo São Paulo-Brasília, atrai, naturalmente, massas de famílias que fogem à situação de miserabilidade. É ainda a referida Casa componente do Conjunto Operacional de Uberaba, com a “Casa de sabino Lucas”, situada no extremo oposto da cidade e terá capacidade para atender a mais de 150 famílias (Correio da Manhã, 19/12/1970, p. 19).

Publicada no Rio de Janeiro, a nota sobre a inauguração das novas instalações da "Casa de Irmã Germana" ressaltava o evento como um marco significativo, refletindo o reconhecimento público da relevância social dessa unidade assistencial em Uberaba. O texto enaltece o empenho de "pessoas capacitadas" em sua administração, evidenciando o papel central das lideranças locais e do engajamento comunitário na gestão das atividades, com uma menção implícita à contribuição de Dona Celeste Maria da Silva. A localização da Casa próxima a uma extensa área de “favela” sublinha seu compromisso com o apoio às populações em situações de vulnerabilidade, colocando a instituição em uma posição de proximidade com as demandas sociais mais urgentes.

Além disso, a descrição de Uberaba como "centro de progresso" e sua localização estratégica no eixo São Paulo-Brasília reforçam a visão da cidade como um polo de desenvolvimento, que atraía fluxos migratórios significativos. Esse contexto de urbanização acelerada e crescente desigualdade social justifica a atuação de serviços assistenciais como os oferecidos pela Casa de Irmã Germana, que busca atenuar os efeitos da marginalização social e econômica, promovendo suporte direto à população carente em meio a um cenário de transformação urbana.

É pertinente observar que apenas o jornal *A Flama Espírita* noticiou a inauguração da Casa de Irmã Germana em Uberaba, enquanto os demais jornais da cidade não mencionaram o evento. De acordo com *A Flama Espírita*, a cerimônia de inauguração da Casa Irmã Germana, considerada um acontecimento de grande relevância, contou com a presença de autoridades e convidados ilustres, reunidos no amplo saguão da instituição. Entre os presentes, destacaram-se o Coronel Jaime Rolemberg de Lima, Diretor-Presidente da CAPEMI, além de representantes do Lar Fabiano de Cristo. A solenidade foi conduzida pelo Vereador Israel José da Silva, com o auxílio da Srta. Bernardina Maria da Silva, assistente social da entidade patrocinadora. O evento também contou com a presença do representante do Prefeito

Municipal, Vereador Wilson Rezende da Cruz, bem como do Dr. Arnaldo Rosa Prata⁹², prefeito eleito, acompanhado de sua esposa (A Flama Espírita, 09/01/1971, p. 1).

Figura 27 - Inauguração da Casa de Irmã Germana em Uberaba - MG (1970)



Fonte: Museu João e Maria (1970).

A fotografia analisada, datada de 1970, captura um momento de grande relevância: a inauguração da Casa de Irmã Germana, na qual quatro senhoras ocupam posições de destaque. As pessoas estão dispostas da esquerda para a direita, com a primeira sendo Dona Horizonta Horizontina, fundadora da Casa Sabino Lucas, que apresenta uma expressão séria e introspectiva. A segunda, Dona Celeste Maria da Silva, realiza o ato simbólico de desfazer o laço, marcando o início oficial da instituição. Seu sorriso expressa alegria e satisfação, evidenciando o caráter festivo da ocasião. O gesto de desfazer o laço, ao invés de cortá-lo, sugere uma abertura cuidadosa e deliberada, refletindo o planejamento meticuloso por trás da fundação da entidade. A terceira pessoa à esquerda é Martha Junqueira Prata, esposa do prefeito eleito Arnaldo Rosa Prata, cuja posse ocorreria no mês seguinte à inauguração. Por fim, à direita, encontra-se Bernardina Maria da Silva, assistente social da CAPEMI, instituição que apoiou a criação da Casa. O enquadramento da imagem ressalta a centralidade das mulheres na

⁹² O agrônomo e pecuarista Arnaldo Rosa Prata destacou-se como uma figura de grande relevância tanto na história da pecuária quanto na política de Uberaba. Entre 1971 e 1973, exerceu um mandato provisório e construiu uma carreira política significativa, atuando nas esferas estadual e federal, sempre em defesa dos interesses dos pecuaristas e da cidade. Na Sociedade Rural do Triângulo Mineiro (SRTM), presidiu entre 1964 e 1966, e, após a transformação da instituição na Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), assumiu a liderança em três períodos distintos: 1968-1970, 1974-1976 e 1976-1978. Suas gestões foram marcadas pela expansão da influência da ABCZ, tanto no cenário nacional quanto internacional (Wagner, 2013).

cerimônia, indicando sua liderança e envolvimento direto na criação e gestão da instituição filantrópica.

O apoio público municipal, demonstrado tanto pelo prefeito Arnaldo Rosa Prata quanto por seu antecessor, conforme representado na Figura 28, mostra o reconhecimento das autoridades locais à importância das ações realizadas pelas Casas de Irmã Germana e Sabino Lucas, consolidando uma rede de apoio para o desenvolvimento de suas iniciativas educacionais e assistenciais.

Figura 28 - Construção da Casa de Irmã Germana (s.d.)



Fonte: Museu João e Maria (s.d.).

A imagem apresentada na Figura 28 retrata o engenheiro da obra, Wagner do Nascimento⁹³, acompanhado por Bernardina Maria da Silva, assistente social da CAPEMI, e pela então primeira-dama do município, Beatriz Moura Teles Guido, esposa do prefeito João Guido (1967-1970). A presença da primeira-dama na obra da Casa de Irmã Germana representa um importante símbolo de apoio institucional por parte da gestão municipal. Sua participação

⁹³ Wagner do Nascimento teve uma carreira política e profissional de destaque em Uberaba, Minas Gerais. Atuou como vereador (1967-1971) e vice-prefeito (1971-1972 e 1976-1982) pelo partido ARENA, além de ter sido prefeito de Uberaba pelo PDS entre 1983 e 1988. Paralelamente à sua carreira política, Wagner construiu uma trajetória profissional sólida como topógrafo na Prefeitura Municipal de Uberaba (1952-1965) e professor na Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro e na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Também exerceu funções como engenheiro na Companhia de Distritos Industriais (1968-1990). Foi membro ativo em diversas instituições, como o Rotary Clube de Uberaba, e participou de conselhos importantes, incluindo o Conselho Técnico do INDI, que definiu a implantação do complexo químico do Triângulo Mineiro. Em 1988, assumiu a presidência de honra do Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Minas Gerais (Câmara dos Deputados, 2024).

destaca o envolvimento do poder público nas iniciativas filantrópicas, reforçando o caráter colaborativo entre diferentes esferas da sociedade, em especial o vínculo entre a administração pública e as ações de assistência social naquele período.

No contexto das solenidades inaugurais, foram entregues os certificados de conclusão da primeira turma do Pré-Primário, uma vez que a entidade já operava em instalações cedidas pela diretoria do Centro Espírita Bittencourt Sampaio (A Flama Espírita, 09/01/1971, p. 1).

Figura 29 - Entrega dos certificados de conclusão do Pré-Primário (1970)



Fonte: Museu João e Maria (s.d.).

A imagem apresentada na Figura 29, que retrata um menino recebendo seu diploma de pré-primário das mãos de um homem negro, carrega um forte simbolismo social e político. O homem, oriundo de uma família humilde — filho do sapateiro e pedreiro Olívio Nascimento e de Leontina Ferreira do Nascimento —, ascendeu a uma posição de destaque como vice-prefeito de Uberaba, eleito ao lado de Arnaldo Rosa Prata. Trata-se de Wagner do Nascimento, cuja trajetória de vida foi transformada graças ao apoio do fazendeiro Afrânio de Azevedo, amigo de seu pai, que lhe proporcionou a oportunidade de estudar, culminando em sua formação como engenheiro civil, em 1965, pela Faculdade de Engenharia do Triângulo Mineiro (Wagner, 2013).

O momento capturado na imagem ganha ainda mais profundidade pela expressão do menino, que, com semblante sério, parece compreender a importância do ato de receber o diploma. Esse detalhe não apenas acentua o caráter solene da cerimônia, mas também sugere uma precoce consciência do valor da educação e do que ela representa em termos de oportunidade e transformação. A formalidade da ocasião, refletida nas vestimentas do homem

e na postura do menino, reforça a mensagem de que a educação é um instrumento crucial para a superação de barreiras sociais. O gesto de entrega do diploma por parte do vice-prefeito eleito simboliza não só o reconhecimento de uma etapa educacional, mas também o potencial de mudança que o acesso ao ensino pode proporcionar, particularmente em uma sociedade marcada por desigualdades de classe e raça.

Wagner do Nascimento destacou-se em diversas posições de relevância em Uberaba, contribuindo para o desenvolvimento da cidade, especialmente em projetos voltados à assistência social e à educação. Entre suas realizações, destaca-se a construção da Casa de Irmã Germana, um importante espaço assistencial vinculado ao Lar Fabiano de Cristo. Sua trajetória ilustra como, apesar das adversidades, ele conseguiu ocupar posições de destaque e atuar em prol das comunidades mais vulneráveis.

A respeito de suas contribuições:

A oportunidade abriu portas importantes para o talentoso menino pobre e negro, agora o Doutor Wagner, que se tornou professor no curso de engenharia. Aprovado em concurso público, assumiu o cargo de engenheiro da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, realizando projetos e conduzindo várias obras direcionadas à assistência das camadas menos privilegiadas, como o projeto da Casa do Menino, Lar Fabiano de Cristo, **Casa da Irmã Germana** e a Escola Dulce de Oliveira (que atende a surdos e mudos), além de participar da implantação dos Distritos Industriais I, II e III, que tinham como objetivo implantar o polo químico (Wagner, 2013, p. 234, grifo nosso).

A cerimônia de inauguração da Casa de Irmã Germana contou com a presença de uma figura emblemática, conforme ilustrado na Figura 30.

Figura 30 - Irmã Dominicana na inauguração da Casa de Irmã Germana (1970)



Fonte: Museu João e Maria (1970).

A fotografia capturada durante a inauguração da Casa de Irmã Germana, conforme ilustrado na Figura 30, revela um momento de profunda significância emocional e social. Na imagem, uma criança sorridente é abraçada afetuosamente por uma senhora trajando o hábito das Irmãs Dominicanas, enquanto ao fundo figura o Coronel Jaime Rolemberg de Lima, uma personalidade de destaque no evento. A presença das Irmãs Dominicanas em uma cerimônia espírita indica um gesto simbólico de colaboração entre diferentes grupos religiosos e sociais, unidos em prol de um objetivo comum: a proteção e o cuidado das crianças. Dessa forma, a imagem não apenas registra um momento específico de inauguração, mas também comunica, por meio de símbolos e gestos, uma transformação na postura da Igreja Católica local em relação às instituições espíritas em Uberaba, sugerindo um possível diálogo inter-religioso em busca de causas sociais conjuntas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, inicialmente, a Casa de Irmã Germana recebeu apoio indireto da administração municipal, da Igreja Católica e de uma das famílias mais influentes de Uberaba, a família Prata, por meio do prefeito eleito, Arnaldo Rosa Prata.

Podemos perceber que as diferentes elites se relacionam com objetivo de construir uma lógica de poder em que se revezavam no poder, conforme a citação e, concomitantemente, confirmam a alternância das famílias Borges, Prata e Rodrigues da Cunha, quando não diretamente apoiando uns aos outros, com objetivo de controlar o desenvolvimento da cidade em seus diversos ramos, e ainda elaborar uma honradez,

justeza e lealdade no imaginário da população local, que acreditava estar sendo guiada por homens íntegros que buscavam o bem comum (Wagner, 2013, 225-226).

O apoio do prefeito Arnaldo Rosa Prata materializou-se com a sanção da Lei Nº 2.136, de 1971, cujo artigo 1º autorizava a Prefeitura Municipal de Uberaba a “[...] conceder auxílio mensal à Caixa de Pecúlio dos Militares – CAPEMI – para pagamento de professores nas **escolas** que essa instituição mantém nesta cidade” (Uberaba, 1971, grifo nosso). Esse auxílio, equivalente a doze (12) salários mínimos regionais, foi destinado ao pagamento de um número correspondente de professores, reforçando a importância atribuída à educação nas atividades dessas instituições.

A utilização do termo “escola” na Lei Nº 2.136 para designar a Casa de Irmã Germana e a Casa de Sabino Lucas evidencia uma compreensão ampliada das funções dessas unidades assistenciais no contexto de Uberaba. Embora não fossem escolas formais, a legislação reconhecia o caráter educativo das atividades realizadas nessas instituições, destacando o papel essencial da educação, inclusive na sua dimensão não formal, como instrumento para o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Essa abordagem ia além do simples apoio material, ao oferecer instruções, valores e habilidades práticas que visavam integrar os assistidos à sociedade. Além disso, a remuneração dos professores, prevista em lei, reforçava o compromisso de garantir qualidade nas práticas educativas, essenciais para a construção da cidadania e para o desenvolvimento social dos atendidos.

Sob a perspectiva do conceito de marginalidade de Paulo Freire, a Casa de Irmã Germana exemplifica como a educação não formal pode ser uma estratégia eficaz para superar a exclusão social. Freire (1979) argumenta que a marginalização não é uma escolha dos indivíduos, mas uma condição estrutural que os coloca à margem das oportunidades sociais. Nesse sentido, as práticas educativas da Casa buscavam resgatar os indivíduos dessa condição, transformando-os em sujeitos ativos e participantes na sociedade. Ao oferecer educação não formal, a Casa não apenas atendia às necessidades imediatas dos assistidos, mas também criava um espaço de humanização e emancipação, rompendo com o ciclo de exclusão e promovendo a regeneração social.

4.3 Atividades Assistenciais na Casa de Irmã Germana

O funcionamento de qualquer instituição, independentemente de sua especificidade, pressupõe a existência de regulamentos que orientem as ações dos indivíduos que a integram. No contexto das instituições educativas e escolares, tais regulamentos são constituídos por um

conjunto de normas e diretrizes que visam estruturar o processo formativo dos educandos, com o objetivo de alcançar as metas estabelecidas (Souza, 2018). De forma similar, as instituições assistenciais também adotam regulamentos específicos para direcionar suas atividades e assegurar que suas finalidades sejam cumpridas de maneira eficaz.

Nesse sentido, as atividades assistenciais da Casa de Irmã Germana seguiam as diretrizes estabelecidas pelo *Regulamento para as Casas Assistenciais de 3ª Faixa* do Lar Fabiano de Cristo. A seção assistencial era responsável por coordenar as ações nas áreas de assistência social e saúde, abrangendo os processos de seleção, acompanhamento e distribuição de benefícios, com o objetivo de promover a recuperação social, moral e econômica dos beneficiários. Assim como nas instituições educativas, os regulamentos nas instituições assistenciais garantem a organização e a eficácia das práticas desenvolvidas, fundamentando-se em princípios que visam a transformação e o bem-estar daqueles que são atendidos.

Nesse contexto de normatização, o Setor de Triagem e Acompanhamento, definido no Artigo 22 do mesmo Regulamento, era composto por Auxiliares Assistenciais, cujo número variava de acordo com o tipo de Casa Assistencial, conforme disposto no Artigo 8⁹⁴ (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 13).

Entre as principais funções desses auxiliares, estabelecidas no Artigo 23, estava a recepção de representantes das famílias em situação de vulnerabilidade. Durante o processo de triagem, os auxiliares realizavam entrevistas para avaliar a veracidade das informações, o grau de necessidade e a viabilidade de recuperação, levando em conta aspectos como a localização da residência (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 13).

Além disso, os Auxiliares Assistenciais conduziam pesquisas sobre as condições das famílias, por meio de visitas domiciliares para diagnóstico, e eram responsáveis pela elaboração de relatórios assistenciais detalhados. Esses relatórios permitiam, com base nos diagnósticos, a proposição de inscrição das famílias nos programas assistenciais ou o arquivamento do processo, assegurando a eficiência do acompanhamento e a adequada distribuição dos benefícios (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 13).

As Figuras 31 e 32 apresentam os certificados do *Curso de Visitante Social*, oferecido pela CAPEMI aos fundadores da Casa de Irmã Germana, Celeste Maria da Silva e Ananias Antônio da Silva Sobrinho, na cidade do Rio de Janeiro, em 1967.

⁹⁴ O artigo afirma que a capacidade de atendimento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa é estabelecida em função dos recursos disponíveis, os quais determinam o nível de atendimento oferecido (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 4).

Figura 31 - Certificado de Celeste Maria da Silva (1967)



Fonte: Certificado de Dona Celeste Maria da Silva do Curso de Visitante Social. 1967. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

Figura 32 - Certificado de Ananias Antônio da Silva Sobrinho (1967)



Fonte: Certificado de Ananias Antônio da Silva Sobrinho do Curso de Visitante Social. 1967. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

Os certificados do curso de *Visitador Social*, oferecido pela CAPEMI aos fundadores da Casa de Irmã Germana, Celeste Maria da Silva e Ananias Antônio da Silva Sobrinho, em 1967, representam um marco no processo de profissionalização da assistência social no Brasil. Conforme discutido no primeiro capítulo desta tese e de acordo com Mestriner (2011, p. 17), "[...] a assistência social se desenvolveu mediada por organizações sem fins lucrativos ou por voluntários, num obscuro campo de publicização do privado, sem delinear o que nesse campo era público ou privado". A análise desses documentos revela não apenas a qualificação técnica dos indivíduos envolvidos, mas também o papel institucional e o impacto desse treinamento na estruturação e funcionamento da Casa de Irmã Germana.

A relevância desses certificados se fortalece ao serem comparados com fontes que indicam a oferta de cursos de *Auxiliar Assistencial* pela CAPEMI, com duração de cinco semanas, voltados para a formação de novos colaboradores. De acordo com publicação no jornal *Correio da Manhã* (26/04/1973, p. 7):

Capemi

O curso do amparo

Com a matrícula de quarenta e sete novos alunos, já está em pleno funcionamento o XIV Curso de Auxiliar Assistencial que visa à preparação de novos servidores do Lar Fabiano de Cristo. Para a comunidade de Fabiano é sempre motivo de alegria a chegada de companheiros para o trabalho assistencial, particularmente se provém de vários recantos do Brasil, trazendo a sua contribuição regional específica para o assunto e seus colaboradores e os seus ideais de amparo à criança. [...] o curso terá duração de 5 (cinco) semanas, das quais 12 dias consagrados integralmente a estágio nas Casas Assistenciais (*Correio da Manhã*, 26/04/1973, p. 7).

Como discutido no terceiro capítulo desta tese, a Casa de Iracema, dirigida pela esposa de Jaime Rolemberg, atuava como um dos principais centros de formação para funcionários de todo o país. Juntamente com outras Casas Assistenciais, a Casa de Iracema desempenhava o papel de campo de estágio⁹⁵ para os alunos do *Curso de Auxiliar Assistencial*, reforçando sua importância no processo de qualificação de novos profissionais. Esse processo de formação possivelmente consolidava o Lar Fabiano de Cristo como uma referência na implementação de práticas assistenciais qualificadas.

Dando continuidade a esse esforço de qualificação, os objetivos do *Curso de Auxiliar Assistencial*, oferecido pelo Lar Fabiano de Cristo, refletem uma abordagem ampla e estruturada, voltada para a capacitação de novos profissionais no campo assistencial.

⁹⁵ Os estágios eram desenvolvidos nas Casa de Iracema (RJ), Mãe Marocas (RJ), Terezinha de Jesus (RJ), Philadelpho (RJ), Francisco de Assis (RJ), Suzana Wesley (RJ), Lísias (RJ) e Elizeu Siqueira (RJ).

Para cumprir a finalidade a que se propõe o Curso deverá atingir os seguintes objetivos: a) recrutar novos auxiliares que apresentem as características julgadas indispensáveis para o trabalho do LFC: aptidão, abnegação, desprendimento, atitude oblativa, resistência a trabalho continuado, inteligência verbal, segurança emocional, devoção à criança e à família assistida; b) consolidar e aprimorar conhecimentos específicos sobre a assistência social; c) avaliar através de um estágio nas Casas Assistenciais as tendências vocacionais dos candidatos inscritos; d) transmitir e ministrar noções gerais sobre o Serviço Social, seus princípios, conceitos, divisão, terminologia e objetivos, analisando as situações mais frequentes; e) instruir na técnica de entrevista direta e indireta, seus princípios e métodos, manejo de grupo e liderança; f) estudar pormenorizadamente a estrutura assistencial do SIA - LAR FABIANO DE CRISTO, sua filosofia, seus princípios, sua organização, sua obra; g) adestrar na elaboração e uso da documentação assistencial, sua técnica e finalidade. h) habilitar-se para realizar trabalho estatístico: coleta, tabulação e análise de dados pertinentes a uma Casa Assistencial, bem como sua representação gráfica (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]c, p. 1-2).

É possível perceber que o curso visava recrutar auxiliares com características indispensáveis, como abnegação, desprendimento, segurança emocional e dedicação às famílias assistidas. Além disso, buscava consolidar conhecimentos em assistência social, avaliar as aptidões dos candidatos por meio de estágios nas Casas Assistenciais e transmitir noções sobre Serviço Social, suas práticas e princípios. O treinamento incluía técnicas de entrevista, liderança e a compreensão da estrutura organizacional do Lar Fabiano de Cristo, além de preparar os participantes para a elaboração de documentação assistencial e análises estatísticas.

O curso exigia, como requisito para os candidatos a emprego, a conclusão do curso Normal, além de aprovação nos testes de avaliação aplicados ao longo do treinamento. Esses testes consistiam em provas escritas, atividades práticas, como a preparação de palestras, visitas e entrevistas, bem como estágios realizados nas Casas Assistenciais. Ademais, os candidatos deveriam estar dispostos a atuar em qualquer estado da federação, mediante a assinatura de um compromisso formal com firma reconhecida (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]c).

Quadro 11 - Matriz curricular do Curso de Auxiliar Assistencial do LFC (s.d.)

Unidade	Assunto	Carga Horária (horas)
I Atividades Administrativas	Apresentação do curso; Reunião de 1ª Chamada; Reunião de 2ª Chamada; Reunião de 3ª Chamada; Entrega do Relatório de Estágio nas Unidades Assistenciais; Preparação do Relatório Final pelos Alunos; Preparação dos conceitos e relações de classificação	02
II Estágio nas Casas Assistenciais	Administração; Escolaridade (observação das atividades do jardim da infância, Cursos Diversos e Oficinas-Escolas); Dia de Distribuição; Visitação.	50
III Atividades Extracurriculares	Visita aos principais pontos turísticos da cidade, filmes e solenidade de encerramento.	14
IV Trabalhos para Julgamento	Trabalhos práticos e de grupo.	10
V Filosofia e Histórico do LFC	Obras assistenciais mais comuns; O sistema de faixa: fatos geradores do sistema.	06
VI O Lar Fabiano de Cristo	LFC (estrutura e funcionamento, estatuto e regulamento interno); Ligação entre a administração central e as casas assistenciais; as casas assistenciais de 3º faixa (organograma, regulamento, histórico).	10

Unidade	Assunto	Carga Horária (horas)
VII Técnicas Assistenciais	O serviço social; O auxiliar assistencial (papel, missão, deveres); Técnicas de relatórios.	20
VIII Estatística Assistencial	Noções básicas de estatística; Pesquisa; Amostragem; Coleta; As Fontes do LFC; Tipos de gráficos; Análises simples.	04
IX Psicologia Social	Personalidade e influência do meio; consciência do indivíduo; caráter e comportamento; causas determinantes comportamentais: lealdade, mentira, vontade, religião; o alcoolismo; autoridade x autoritarismo; impulsividade; agressividade; responsabilidade; timidez; orientação sexual na família; serenidade e consciência; responsabilidade e influências familiares.	10
X Dinâmica de Grupo	Manejo de grupo; técnica de comunicação e normas de realização; psicologia do adulto.	06
XI Dietética Infantil	A reabilitação infantil; as etapas do desenvolvimento infantil; a arte de convencer a criança a aceitar o alimento; cardápios e tabelas alimentares; técnica das refeições e preparação culinária; merenda escolar.	06
XII Direito da Família	Casamento (habilitação, impedimentos, regime de bens, dissolução); parentesco (parentes, filhos legítimo, ilegítimos e legitimados, afins e adoção); pátrio poder; alimentos; tutela; concubinato; a mãe solteira; posse; noções sobre previdência social; noções sobre legislação trabalhista.	04
XIII Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes	Queimaduras na criança; intoxicações; prevenção de acidentes na infância; primeiros socorros; doenças infectocontagiosas; noções de puericultura.	08
XIV Administração de Casas Assistenciais	Sistemas de financiamento do LFC; Administração geral da casa assistencial.	12
XV Diaconia	Diaconia; os gêneros alimentícios e as cotas; os cursos de habilitação.	02
XVI FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-estar do Menor.	02
XVII Atendimento e Encaminhamento da Criança Excepcional	O que representa; convênio com o LFC.	02
XVIII Evangelização	Evangelização	04
XIX Economia Doméstica	Economia Doméstica	02

Fonte: Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] c.

Não foram encontradas fontes documentais que confirmem se Dona Celeste Maria da Silva concluiu integralmente o curso de Auxiliar Assistencial ou apenas a unidade de Visitador Social. No entanto, é possível inferir que ela tenha participado do curso, pois foram encontrados, em seu acervo familiar, materiais didáticos relacionados às unidades do programa. Além disso, Dona Celeste sempre se mostrou ativa em relação às solicitações e convocações da direção do Lar Fabiano de Cristo. Um exemplo notável dessa participação foi o "1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa", realizado de 5 a 12 de janeiro de 1974, no Rio de Janeiro. É provável que ela tenha estado presente, considerando a existência do documento “Relatório do 1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa” encontrado no arquivo pessoal de sua família.

A Figura 33 ilustra esse encontro, evidenciando a participação ativa do Coronel Jaime Rolemberg de Lima. No entanto, não é possível identificar claramente os demais participantes na imagem.

Figura 33 - 1º Encontro de Coordenadores das Casas Assistenciais de 3ª Faixa do LFC realizado no Rio de Janeiro (1974)



Fonte: Museu João e Maria (1974).

A Figura 34 ilustra a participação ativa da Casa de Irmã Germana na condução das visitas sociais às famílias assistidas, evidenciando o envolvimento direto da instituição nas atividades de assistência social e no acompanhamento das condições de vida de seus beneficiários.

Figura 34 - Visita social realizada pela Casa de Irmã Germana - LFC (1976)



Fonte: Museu João e Maria (1976).

Na imagem, pode-se identificar uma casa de aparência simples, onde uma senhora, provavelmente a mãe de três crianças presentes, recebe a visita da assistente social. A visitadora social, segurando uma pasta, realiza um gesto de carinho ao aproximar sua mão da cabeça de

uma das crianças, reforçando a atenção cuidadosa e o vínculo afetivo estabelecido durante a visita.

A incerteza quanto à participação de Dona Celeste no curso completo de Auxiliar Assistencial é compensada por sua comprovada participação no curso de Visitador Social. Essa formação é especialmente significativa, dado que, para o LFC, a atividade de "visita" se destaca entre as principais práticas assistenciais, sendo fundamental para o acompanhamento e atendimento das famílias assistidas.

Dentre as atividades principais que caracterizam o nosso serviço assistencial, sobressai a VISITA, como a oportunidade imprescindível para que levemos ao assistido a influência positiva que estimulará a sua recuperação. O visitador é o intermediário que irá verificar quais as carências que pressionam o assistido, mas é também educador que vai despertar e estimular nele os potenciais para a sua recuperação (1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa, 1974, Arquivo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro, p. 5).

O trecho destacado evidencia a importância de uma atuação mais ativa e engajada por parte dos visitadores, que, além de diagnosticar as necessidades das famílias, devem promover ações educativas e de estímulo, consideradas essenciais para a eficácia do trabalho assistencial e para a recuperação das famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a visita era um instrumento central para a identificação das famílias aptas a serem inscritas no Lar Fabiano de Cristo. Conforme descrito na Apostila do curso auxiliar assistencial: Unidade VII, a seleção das famílias era baseada na identificação de "[...] fatores socioeconômicos que levam ao desajustamento", compreendido como a condição de qualquer indivíduo que, por razões externas ou causadas por si próprio, se afasta ou é marginalizado do convívio de seu grupo social (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] d).

Quadro 12 - Fatores que levam ao desajustamento social e econômico

Desajustamento	
Social	Econômico
- Prisão do responsável	- Desemprego
- Debilidade mental	- Falta de capacitação profissional
- Defeito físico	- Invalidez
- Convivência familiar	- Doença

Fonte: Lar Fabiano de Cristo ([s.d.] d).

A *Revista Capemi* (1974) apresenta uma análise socioeconômica que destaca as principais causas do desajustamento social e as dificuldades enfrentadas por famílias em situação de pobreza, justificando sua inscrição no LFC. A primeira causa apontada é o

"desajuste financeiro", resultante da incapacidade dos responsáveis pela família de garantir meios adequados de subsistência. Segundo a revista, essa incapacidade deriva tanto da "falta de qualificação profissional" quanto das dificuldades impostas pelo mercado de trabalho, levando muitos a depender de empregos informais ou temporários. Essa precariedade no trabalho agrava a situação econômica, perpetuando o ciclo de empobrecimento (Revista Capemi, 1974, p. 14).

Além disso, a "doença do responsável familiar" aparece como uma segunda causa significativa de empobrecimento, tornando a sobrevivência ainda mais difícil. O trecho sublinha que esses problemas estão frequentemente associados a um "[...] processo progressivo de empobrecimento", que empurra as famílias para condições de vida insustentáveis, especialmente aquelas atendidas na "3ª faixa", onde as crianças permanecem com suas famílias (Revista Capemi, 1974, p. 14).

A revista também aborda o "ciclo geracional da miséria", que se perpetua dentro das famílias. A pobreza parece ser hereditária, e a falta de modelos de sucesso na família reforça esse ciclo de marginalização. Mesmo aqueles que conseguem superar a pobreza tendem a se afastar do meio, deixando aqueles que ficam em condições ainda mais desfavoráveis, com pouca ou nenhuma perspectiva de ascensão social (Revista Capemi, 1974, p. 14). Esse ponto reflete uma análise crítica da "imobilidade social", onde a pobreza e a exclusão social se perpetuam ao longo das gerações, a menos que haja uma "intervenção externa" significativa.

À luz da perspectiva de Paulo Freire (1979), o "ciclo geracional da miséria" descrito na revista pode ser entendido como uma manifestação da marginalização, que não apenas exclui os indivíduos, mas também os aprisiona em relações de opressão. Freire destaca que a marginalização não se limita ao "estar à margem," mas é uma condição imposta por uma estrutura social que desumaniza e perpetua a dependência. Nesse sentido, a "intervenção externa" necessária para romper esse ciclo deve transcender práticas assistencialistas, promovendo uma educação crítica e emancipadora. Somente através da conscientização, que capacita os indivíduos a compreenderem sua realidade e transformá-la, é possível interromper essa lógica de exclusão e construir caminhos para uma verdadeira libertação e a transformação das relações sociais.

O trabalho das Casas de 3ª faixa, portanto, é descrito como uma "operação de estímulo", com o objetivo de motivar e despertar as famílias para romperem o ciclo de miséria e se inserirem na sociedade produtiva. A assistência oferecida não se limitava ao apoio material, mas também buscava fornecer "recursos morais" que ajudassem as famílias a alcançar uma condição de vida normal e digna (Revista Capemi, 1974, p. 14).

O texto da Revista Capemi (1974) também enfatiza a importância de estudar as causas do desajustamento social, apontando que a pobreza e a doença são as raízes das carências enfrentadas pelas famílias atendidas. Entre as crianças, o “abandono” e a pobreza são destacados como os principais fatores de marginalização, enquanto a “orfandade” aparece como uma causa menos frequente. O trecho final do artigo reconhece que muitas crianças órfãs são socorridas por voluntários que atuam fora dos sistemas formais de assistência, mas alerta que as crianças abandonadas ou aquelas provenientes de famílias desajustadas representam problemas sociais mais graves, uma vez que essas famílias frequentemente não conseguem oferecer o controle e a proteção necessários (Revista Capemi, 1974, p. 15).

Essa análise socioeconômica alinha-se diretamente com a concepção do LFC, que reconhece as crianças como o grupo mais vulnerável entre os afetados pelo desajustamento social e, por isso, como as que mais demandam atenção. Envolvidas em um ciclo de múltiplas vulnerabilidades, essas crianças enfrentam dificuldades que comprometem seu desenvolvimento físico, emocional e social. Dentre as principais necessidades identificadas, destacam-se as de ordem biológica, como alimentação, vestuário e moradia, essenciais para sua subsistência. Além dessas, a necessidade de convivência em grupo — que abrange afetividade, aceitação, autorrealização e segurança — é igualmente considerada fundamental para o desenvolvimento integral das crianças (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]).

No que tange à moradia, uma das formas encontradas para suprir essa demanda foi a construção de residências em regime de mutirão, conforme relatado no jornal *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro.

A Casa de Philadelpho, no Méier, ganhou seu Jardim da Infância e a Vila Esperança, teve 10 novas residências concluídas em regime de Mutirão e entregues a famílias assistidas. As famílias assistidas passaram de 1.426 para 2.080, o número de crianças foi de 9.572 para 13.793 e o total de assistidos sendo 12.590 em janeiro passou para 18.170 (Correio da Manhã, 04/01/1971, p. 11).

Esse sistema também foi adotado pela Casa de Irmã Germana, em Uberaba, conforme confirmado pelo jornal *Diário de Pernambuco*.

FORMULA ENCANTADA

Como um passe de mágica, em apenas seis horas, a casa ficou praticamente pronta. Num ritmo de trabalho acelerado, foi surgindo o piso, levantadas as paredes, construído o vigamento do telhado e em seguida, o teto da casa. A família pode passar então sua primeira noite protegida e em segurança. Tudo isso como resultado do MUTIRÃO, que constrói e realiza a união de esforços para o bem de todos: fórmula encantada que ajuda a erguer e aconchegar num lar uma família vinculada à faixa de pobreza absoluta, que recebeu do Lar Fabiano de Cristo o estímulo para conviver e amar o seu próximo. O fato ocorreu com assistidos da Casa de Irmã Germana em Uberaba-MG. Os responsáveis por aquela Unidade Assistencial de 3a. faixa,

analisando os fatores que atuavam no processo de recuperação da família, sentiram que o problema para a construção de sua casa era a falta de mão de obra e lançaram o apelo: "Vamos dar as mãos e ajudar a um dos nossos..." Logo se apresentaram 20 (vinte) colaboradores espontâneos, felizes pela oportunidade de participarem do Mutirão, iniciativa que bem diz do espírito de servir pelo bem de servir, base de todas as atividades capemistas. E o resultado ali estava: a casa erguida, a família amparada e em segurança. A recuperação habitacional de seus assistidos, é um dos meios utilizados pelo Lar Fabiano de Cristo com vistas à integração da família como núcleo ativo da sociedade. Atualmente, em todo o país, o LFC assiste a 11.316 famílias, sendo 6.589 com apoio total e 4.727 com apoio parcial, abrangendo o quadro geral de assistidos 99.404 pessoas, das quais 74.508 crianças (Diário de Pernambuco, 25/09/1977, p. 2).

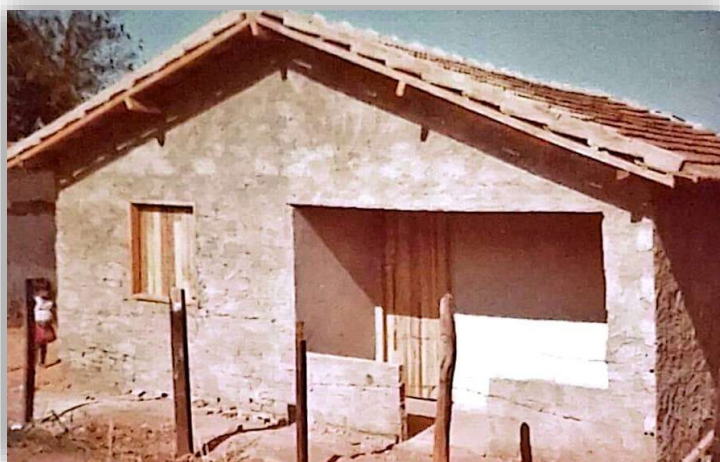
O texto descreve uma família em "pobreza absoluta", termo que remete à privação severa de bens e serviços essenciais, como a moradia. A casa, portanto, não é apenas um abrigo físico; sua construção se apresenta como um símbolo de proteção e de dignidade, essenciais para a reconstrução de uma vida social ativa e participativa. Na falta de moradia digna, a condição de pobreza se agrava, impactando não só a segurança física da família, mas também suas chances de inserção social e econômica. A narrativa da construção da casa através do mutirão não apenas resolve um problema material, mas aborda a pobreza em sua dimensão multifacetada, indo além da simples falta de recursos financeiros.

Além da confirmação feita pelo jornal Diário de Pernambuco sobre a participação da Casa de Irmã Germana no sistema de mutirão, a Revista Capemi (1978, p. 26) complementa essa informação ao destacar que a instituição "recuperou 19 habitações e construiu 12". Esses dados reforçam o papel ativo da Casa de Irmã Germana não apenas na assistência social e educacional, mas também na melhoria das condições de habitação das famílias atendidas, evidenciando sua contribuição direta para a infraestrutura comunitária por meio do esforço coletivo.

O sistema de mutirão foi criado por iniciativa da diretoria da CAPEMI “[...] pela necessidade de atender aos necessitados do LFC, muitas solicitações chegavam ao Departamento Imobiliário da Capemi, no sentido de construir e reformar barracos” (Correio da Manhã, 18/02/1972, p. 8).

A Figura 35 ilustra uma das moradias construídas por esse sistema de mutirão pela Casa de Irmã Germana.

Figura 35 - Casa construída em sistema de mutirão da Casa de Irmã Germana - LFC (1983)



Fonte: Museu João e Maria (1983).

A análise iconográfica dessa imagem revela uma cena de uma construção em progresso, simbolizando aspectos de precariedade e luta por melhores condições de vida. A casa, coberta por telhas, com paredes rebocadas, mas ainda sem portas ou janelas, sugere uma etapa inicial de edificação, onde a estrutura física básica está estabelecida, mas ainda carece de finalizações importantes para torná-la habitável. A presença de uma criança, à esquerda da casa, é um elemento que humaniza a cena, trazendo a dimensão social e familiar ao contexto da construção. A criança pode simbolizar o futuro e o desejo de um lar estável e seguro, enquanto sua proximidade à estrutura em construção destaca a conexão entre a moradia e o desenvolvimento familiar. Esse elemento reforça a ideia de que a casa, mais do que um simples abrigo, é vista como um espaço de proteção e crescimento para as novas gerações, apesar das adversidades.

Essa ênfase no desenvolvimento integral, evidenciada pela construção de moradias, também se reflete em outras esferas de atuação do Lar Fabiano de Cristo, como o setor de saúde. Composto por um ambulatório médico e odontológico, o serviço de saúde da Casa de Irmã Germana complementava o suporte assistencial oferecido, demonstrando o compromisso da instituição em fornecer cuidados que ultrapassavam a mera assistência material, abrangendo também a saúde física das famílias atendidas.

A ênfase no desenvolvimento integral, simbolizada pela construção de moradias, também se estendia a outras áreas de atuação do Lar Fabiano de Cristo, especialmente no campo da saúde. O serviço de saúde da Casa de Irmã Germana, composto por ambulatórios médico e odontológico, complementava o apoio assistencial, evidenciando o compromisso da instituição em oferecer cuidados que iam além da simples assistência material. Esse enfoque visava não

apenas suprir necessidades básicas como moradia e alimentação, mas também promover o bem-estar físico das famílias atendidas.

Os dados publicados pela Revista Capemi destacam o impacto desse atendimento integral. Em 1973, a Casa de Irmã Germana atendeu 1.170 crianças e 377 adultos em seu ambulatório odontológico (Revista Capemi, 1974, p. 13). Esses números revelam que a assistência proporcionada não se limitava às crianças, mas incluía também os adultos, reforçando o caráter familiar e abrangente do atendimento. O Lar Fabiano de Cristo, portanto, buscava fortalecer toda a estrutura familiar, reconhecendo que a saúde e o bem-estar de seus membros eram fundamentais para o rompimento do ciclo de vulnerabilidade e exclusão social.

A Figura 36 ilustra o atendimento odontológico ambulatorial realizado pela Casa de Irmã Germana.

Figura 36 - Ambulatório odontológico da Casa de Irmã Germana - LFC (s.d.)



Fonte: Museu João e Maria (s.d.).

A análise iconográfica dessa imagem revela um ambiente de ambulatório odontológico que, para a época, aparenta ser bem equipado. De acordo com o regulamento das casas assistenciais de 3ª faixa, o dentista tinha a responsabilidade de visitar clinicamente as crianças nas salas de aula, agendar exames no ambulatório e realizar medidas de profilaxia dentária, sempre respeitando o horário estabelecido (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b). A criança atendida, vestida com uniforme, introduz um elemento de disciplina e pertencimento institucional à

imagem. O uniforme simboliza não apenas a identificação com o Lar Fabiano de Cristo, mas também o senso de organização e controle que permeava as práticas assistenciais da época.

Nesse sentido, ao promover a disciplina por meio do uso de roupas e uniformes, a escola buscou moldar os alunos de forma a adequá-los aos padrões de uma sociedade emergente e idealizada, caracterizada pela limpeza, ordem e saúde. Dessa forma, o uniforme não apenas regulava comportamentos, mas também refletia uma determinada organização social que aspirava à civilização (Ribeiro; Silva, 2012, p. 582).

A intersecção entre a imagem e as diretrizes regulamentares ressalta que o atendimento odontológico não se limitava a uma função corretiva, mas assumia um caráter preventivo e educacional. A cena capturada no ambulatório odontológico reflete o esforço do Lar Fabiano de Cristo em garantir que as crianças recebessem cuidados integrados e constantes, como estabelecido pelo regulamento: "[...] executar medidas de profilaxia dentária e cumprir o horário estabelecido" (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 18).

Esse compromisso com a saúde integral é igualmente evidente nas competências atribuídas ao médico do LFC, cujas responsabilidades abrangem tanto crianças quanto adultos. Além do atendimento diário no ambulatório, o médico realizava exames periódicos e desenvolvia planos de vacinação e medidas preventivas. A ênfase na prevenção, como a realização de levantamentos radiográficos periódicos, complementava o enfoque sistemático do cuidado. Assim como no caso do atendimento odontológico, a atuação médica incluía não apenas o tratamento, mas também a prevenção e o acompanhamento contínuo dos assistidos (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 16).

Outro aspecto importante de suas funções envolvia a articulação com o sistema público de saúde, orientando os assistidos para que recebessem atendimento hospitalar, preferencialmente por meio do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ou outras instituições públicas. O médico também desempenhava um papel fundamental na proposição de medidas para a melhoria da assistência médica, coordenando a execução de medidas sanitárias e de higiene, além de avaliar e propor convênios com entidades hospitalares para tratamentos especializados (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]b, p. 17). A Figura 37 ilustra o atendimento médico ambulatorial realizado pela Casa de Irmã Germana.

Figura 37 - Ambulatório médico da Casa de Irmã Germana - LFC (s.d.)



Fonte: Museu João e Maria (s.d.).

A imagem apresentada na Figura 37 revela uma cena marcada pela simplicidade e pelo cuidado no contexto do ambulatório médico da Casa de Irmã Germana. O olhar distraído da criança, sentada na maca, sugere a familiaridade com esses procedimentos médicos, indicando que esses cuidados eram parte do cotidiano dos assistidos. A figura feminina, provavelmente uma médica ou enfermeira, ao manipular uma tesoura para tratar o curativo no pé da criança, transmite um sentido de proximidade e dedicação, simbolizando a atenção minuciosa dada à saúde física dos menores. Essa dedicação é refletida nos dados de 1973, quando a Casa de Irmã Germana realizou 2.443 atendimentos médicos, dos quais aproximadamente 81% foram destinados às crianças (Revista Capemi, 1974, p. 12).

Esse cuidado integral com a saúde física das crianças se estendia ao acompanhamento de suas famílias. Através de visitas domiciliares, entrevistas e participações nas “[...] distribuições de gêneros e benefícios”, o acompanhamento familiar era uma prática constante. No que tange à higiene, verificava-se se as residências eram mantidas limpas para prevenir doenças, enquanto na área educacional, monitorava-se tanto a assiduidade escolar das crianças quanto seu desempenho. Nos casos de baixo rendimento, buscava-se identificar as causas e, em colaboração com a família, propor soluções que favorecessem o desenvolvimento escolar, sempre incentivando o progresso das crianças (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] c).

4.4 Atividades Educacionais

As atividades educacionais da Casa de Irmã Germana, tal como as assistenciais, eram regidas pelas diretrizes do Regulamento para as Casas Assistenciais de 3ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo. De acordo com o Artigo 29, a Seção Educacional era composta por dois setores: o Setor de Ensino Fundamental, que incluía classes pré-primárias e de recuperação, e o Setor de Ensino Profissional, que incluía as Oficinas-Escola. Este setor era supervisionado por um Professor, auxiliado por uma equipe de Professores, Auxiliares de Professores e Monitores, responsáveis por conduzir as atividades pedagógicas e promover o desenvolvimento integral das crianças assistidas (Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa, [s.d.], p. 19).

Em complemento, o Artigo 30 detalha as atribuições do Chefe da Seção Educacional, enfatizando a amplitude de suas responsabilidades. A função deveria ser exercida por um professor que, além de ministrar aulas, preferencialmente no nível maternal, contava com o auxílio de outro docente. Entre suas tarefas, destacava-se o monitoramento do desempenho escolar nos níveis fundamental e profissional, além da coordenação das “aulas de Recuperação e Alfabetização de Adultos”, evidenciando o compromisso da instituição com a educação formal e a inclusão de adultos no processo educacional (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]b, p. 20-22).

Esse compromisso com a alfabetização de adultos, embora não fosse um aspecto central das atividades assistenciais do Lar Fabiano de Cristo, foi amplamente reconhecido. A participação da Casa de Irmã Germana nesse processo de alfabetização é evidenciada em uma publicação do jornal *Correio da Manhã*, de 1972, no Rio de Janeiro, que destacou a atuação da instituição na promoção da educação para adultos, reforçando sua importância dentro do contexto assistencial. No entanto, é possível observar como a educação, especificamente a alfabetização de adultos, foi instrumentalizada pelo regime militar para moldar comportamentos e legitimar seu projeto político.

Mobral entrega diplomas de Honra ao Mérito

Em cerimônia realizada ontem, a Capemi teve a honra de receber da Coordenação do Mobral da Guanabara, um "Diploma de Honra ao Mérito", que foi **conferido às personalidades que mais ajudaram à causa da alfabetização em 1972**. Fiel à sua filosofia de amparar a criança pela recuperação da família, a Capemi, através do Lar Fabiano de Cristo, tem dado o destaque devido à alfabetização de adultos. Assim é que, em quase todas as suas 30 casas assistenciais de 3a. faixa, são celebrados convênios com o Mobral para a realização de cursos de alfabetização de adultos. Como as casas assistenciais do Lar Fabiano de Cristo espalham-se de norte a sul do País, podemos afirmar que a nossa colaboração para a alfabetização de adultos estende-se, por todo o Brasil. Como simples exemplos, entre as diversas casas que mantêm convênio com o Mobral, podemos citar a de Abigail, em Brasília a de Basílio Peralva, em Aracaju, a da Fraternidade, em Três Corações; as de **Irmã Germana e**

Sabino Lucas, em Uberaba; a de Maria Nazaré, em Juiz de Fora; a de Maria Alice, em Fortaleza; e a de Paulo, em Antonina - Paraná. Essa é uma colaboração com as autoridades que a Capemi realiza com absoluta propriedade, em vista das suas finalidades estatutárias, pois refere-se ao amparo da criança e de sua família, ou de adultos em recuperação envidando [sic] esforços sinceros para colocar em execução a maior soma possível de providências ao seu alcance na valorização do homem brasileiro (Correio da Manhã, 15/12/1972, p. 14, grifo nosso).

Segundo Santos (2014, p. 310), "[...] o Mobral, ainda que tenha representado um projeto audacioso em termos numéricos, não deixa de constituir um poderoso mecanismo de controle militar na esfera da educação". A menção aos "Diplomas de Honra ao Mérito" concedidos pelo Mobral em 1972 sugere, portanto, que essas honrarias serviam não apenas para legitimar as parcerias entre entidades assistenciais, como a CAPEMI e o Lar Fabiano de Cristo, mas também para reforçar a ligação dessas instituições com a Ditadura Civil-Militar. Ao conferir visibilidade e prestígio a essas entidades, o governo reafirmava seu controle sobre a sociedade civil, especialmente em áreas sensíveis como a educação.

Essa relação entre entidades assistenciais e o regime é ainda mais evidente na afirmação de que a CAPEMI "colabora com as autoridades". Isso demonstra a proximidade dessas instituições com o projeto político do governo civil-militar, evidenciando como a educação se tornava um meio para reafirmar os valores e interesses do regime. Assim, ao colaborar com o Mobral, o Lar Fabiano de Cristo e a CAPEMI promoviam, na prática, a visão de um Estado que utilizava a educação como ferramenta de controle social e alinhamento ideológico.

Ademais, o texto faz referência ao nacionalismo, uma característica central da Ditadura Civil-Militar. Termos como "valorização do homem brasileiro" e a promoção da alfabetização de adultos em "[...] quase todas as suas 30 casas assistenciais de 3ª faixa" refletem o ideal do governo de que a educação deveria formar cidadãos produtivos e alinhados ao desenvolvimento nacional. No entanto, essa "valorização" limitava-se a uma visão restrita de cidadania, onde a educação servia para promover a ordem e o progresso conforme os valores do regime.

A distribuição geográfica das casas mencionadas no texto, espalhadas de norte a sul do país, reflete uma estratégia de expansão do controle ideológico do governo militar em escala nacional. Assim, a participação de entidades como o Lar Fabiano de Cristo no Mobral reforçava a narrativa de um Brasil "unido", mas esse suposto esforço inclusivo ocultava uma realidade de exclusão social e educacional. Nesse sentido, a educação não era uma política de inclusão genuína, mas uma estratégia para consolidar o poder estatal sobre populações vulneráveis, perpetuando uma lógica assistencialista que, sob o pretexto de promover o nacionalismo e a ordem, mantinha essas populações à margem da verdadeira cidadania.

Dentro desse contexto de controle social e educacional, é relevante analisar as atividades educacionais da Casa de Irmã Germana, cujos professores desempenharam um papel fundamental. As competências atribuídas aos docentes, segundo o artigo 31 do Regulamento das Casas Assistenciais da 3ª Faixa, transcendiam a instrução em sala de aula, abrangendo responsabilidades administrativas e assistenciais.

Artigo 31 - Compete aos Professores:

Seguir os programas e técnicas pedagógicas indicadas pelo Departamento Educacional; orientar os alunos nos aspectos de higiene, limpeza e boas maneiras; controlar diariamente a frequência dos alunos; manter atualizada a ficha de matrícula dos alunos; conhecer os problemas dos alunos, esforçando-se por resolvê-los ou encaminhar as soluções através do Chefe da Seção Educacional; participar das reuniões de pais e mestres, promovendo intensamente o entrosamento lar-escola; sugerir ao Chefe da Seção Educacional reuniões com pais dos alunos que não estejam integrados ao grupo, ou que apresentam problemas que exijam sua cooperação; participar das refeições (lanches, almoço) aproveitando a oportunidade para implantar e desenvolver hábitos e atitudes; pesar e medir mensalmente cada um dos alunos, observar a normalidade desses dados em relação aos tomados anteriormente e solicitar as providências aconselháveis; zelar pela conservação do material didático em uso nas classes; preencher mensalmente os formulários; apresentar no último dia do mês, ao Chefe da Seção Educacional o mapa mensal de frequência; colaborar voluntariamente nas reuniões de distribuição de benefícios aos assistidos; cumprir outras tarefas que lhe sejam atribuídas (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]b, p. 22-23).

Primeiramente, os professores eram responsáveis por tomar providências recomendadas, sugerindo medidas adequadas para o andamento das atividades pedagógicas, o que aponta para seu papel ativo na gestão educacional e no planejamento contínuo do ensino. No entanto, a colaboração voluntária dos professores nas reuniões de distribuição de benefícios aos assistidos ilustra a integração entre as esferas educacional e assistencial. Isso sugere que os docentes não apenas desempenhavam funções pedagógicas, mas também participavam ativamente no processo assistencial mais amplo, reforçando o vínculo entre a educação e o cuidado social.

Essa integração entre o cuidado e o ensino fica ainda mais evidente no artigo 31 do Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa. As competências dos professores, além do ensino tradicional, envolvem responsabilidades voltadas ao cuidado físico e social dos alunos, como "[...] orientar nos aspectos de higiene, limpeza e boas maneiras", "[...] pesar e medir mensalmente os alunos", e "[...] observar o desenvolvimento físico e social das crianças". Essas diretrizes refletem uma preocupação com a formação integral das crianças, que abrange saúde, comportamento e socialização, em consonância com os discursos higienistas prevalentes na época.

Esse cuidado ampliado também se manifesta em outros momentos do cotidiano escolar, como representado nas Figuras 15 e 16, onde os professores participam ativamente das refeições

com os alunos na Casa de Irmã Germana. Nesses momentos, os educadores não apenas monitoram o comportamento das crianças, mas reforçam hábitos de higiene e boas maneiras, promovendo um ambiente de convivência que une práticas pedagógicas e assistenciais, seguindo as diretrizes do regulamento e os ideais educacionais da época.

As Figuras 38 e 39 apresentam a professora Maria Helena Cachapus e seus alunos na Casa de Irmã Germana.

Figura 38 - Professora e alunos na sala de aula da Casa de Irmã Germana (s.d.)



Fonte: Acervo particular de Maria Helena Cachapus (s.d.).

Na primeira imagem, a figura da professora, central no quadro, assume o papel de mediadora do conhecimento e dos comportamentos. Ao escrever palavras relacionadas à alimentação, como "lanche", "almoço" e "sobremesa", ela não está apenas ensinando vocabulário; essas palavras carregam um simbolismo que transcende o simples aprendizado de termos alimentares. Elas representam etapas de um processo de nutrição física e moral, em um ambiente onde as crianças, ao serem instruídas sobre o valor da alimentação, também aprendiam normas de conduta, convivência e higiene. Esse ensino sobre alimentação se insere em um projeto maior de formação integral, comum às instituições assistenciais da época, cujo objetivo era moldar cidadãos saudáveis, obedientes e socialmente integrados.

Figura 39 - Professora Maria Helena Cachapus almoçando com seus alunos na Casa de Irmã Germana (s.d.)



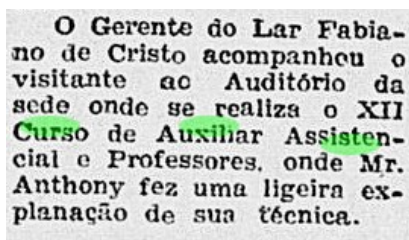
Fonte: Acervo particular de Maria Helena Cachapus (s.d.).

Na Figura 39, ao compartilhar as refeições, os professores não apenas observavam o comportamento das crianças em um contexto social, mas também reforçavam hábitos de higiene, boas maneiras e valores de convivência. Esse tipo de interação promovia um ambiente de proximidade e acolhimento, essencial para o desenvolvimento emocional e social dos alunos, além de fortalecer a confiança e os vínculos entre educadores e assistidos.

Essa prática, retratada nas imagens, se alinha diretamente ao que está estabelecido no Artigo 31 do regulamento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa, o qual descreve as diversas responsabilidades dos professores, entre elas "[...] participar das refeições (lanches, almoço), aproveitando a oportunidade para implantar e desenvolver hábitos e atitudes" (Lar Fabiano de Cristo [s.d.]b, p. 22). A participação dos docentes nas refeições, conforme descrito no regulamento, tinha um propósito educativo, utilizando esses momentos como oportunidades para ensinar e reforçar comportamentos adequados. Assim, as imagens ilustram como os professores da Casa de Irmã Germana desempenhavam um papel fundamental não apenas no ensino formal, mas também na formação social e moral das crianças, assegurando que a educação se estendesse para além da sala de aula, permeando todos os aspectos da vida cotidiana dos assistidos.

O Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa não apresenta uma descrição detalhada as atividades pedagógicas realizadas pelos professores. No entanto, há indícios da existência de um “curso de auxiliar assistencial e professores”, conforme registrado no jornal Diário de Notícias.

Figura 40 – Curso de Auxiliar Assistencial e Professores do LFC



Fonte: Diário de Notícias, 21/07/1972, p. 8.

A existência do "curso de formação para auxiliares assistenciais e professores" também é corroborada pelo “relatório do 1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa”, conforme evidenciado no registro a seguir.

Alguns Superintendentes alegaram que, têm dificuldades de controlar as atividades educacionais da C.A., por não terem conhecimento de todas as técnicas pedagógicas e processos didáticos de condução da criança no Jardim de Infância.

R. Normalmente, a escolha do Superintendente se faz entre funcionários experimentados e que frequentaram nossos Cursos de Recrutamento de Professores e Auxiliares Assistenciais, onde as técnicas para Jardim de Infância são apreciadas e discutidas, proporcionando a todos os elementos indispensáveis à coordenação dos trabalhos do Jardim. Outrossim, o Departamento Educacional mantém um fluxo informativo periódico, sobre as técnicas em atualização, as normas e as rotinas seguir (Jornalinhos [sic], Ofícios e Memorandos Circulares) que proporcionam ao Superintendente os elementos de acompanhamento das nossas escolinhas. É também de boa norma a leitura semanal com debates esclarecedores do livro "Vida e Educação no Jardim de Infância" de Heloisa Marino [sic], onde muitas técnicas e orientações pedagógicas podem ser assimiladas e (ou) adaptadas às nossas escolinhas. A Superintendente é administradora e deve contar com os conhecimentos técnicos dos professores, em especial da coordenadora (1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa, 1974, Arquivo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro, p. 8).

O trecho revela um cenário em que a gestão pedagógica, em 1972, de algumas das Casas Assistenciais de 3ª Faixa enfrentava desafios, especialmente no que diz respeito ao controle e acompanhamento das atividades educacionais. Além disso, também evidencia a hierarquia entre o superintendente, os professores e a coordenadora, destacando que, embora o superintendente tivesse um papel de administrador, era esperado que confiasse nos conhecimentos técnicos da equipe pedagógica.

Além disso, a recomendação da leitura semanal do livro "Vida e Educação no Jardim de Infância", de Heloisa Marinho⁹⁶, aponta para a importância de um suporte teórico e formativo constante, evidenciando que o aprendizado sobre as técnicas pedagógicas era um processo contínuo. A educadora Heloísa Marinho destacou-se por sua ligação direta com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o DNCr e o Centro de Estudos e Pesquisas Helena Antipoff da Sociedade Pestalozzi do Brasil, além de ter colaborado com o professor Lourenço Filho (Machado, 2015b).

Helena Antipoff foi uma educadora e psicóloga russa que desempenhou um papel fundamental na adaptação e aplicação dos princípios da pedagogia de Pestalozzi no Brasil, especialmente no contexto da Educação Nova. Influenciada pelos ideais de Pestalozzi, Antipoff destacou-se por sua abordagem centrada na criança, que valorizava a experiência sensorial como um caminho essencial para a aquisição de conhecimento. Sua pedagogia incorporou conceitos como a democratização do ensino, o protagonismo do aluno, a liberdade, e a autonomia no processo educativo, elementos fundamentais para uma educação voltada ao desenvolvimento integral (Adorno; Miguel, 2020).

Em 1952, Heloísa Marinho lançou o livro "Vida e Educação no Jardim de Infância", título que remete à obra de John Dewey, "Vida e Educação". Nas edições subsequentes de 1960 e 1966, o primeiro capítulo manteve esse nome. Na edição de 1966, Marinho introduziu um

⁹⁶ Heloísa Marinho destacou-se pela sua excelente relação com as missionárias dos colégios onde estudou, o que lhe rendeu a oportunidade de continuar sua formação nos Estados Unidos após se formar como professora primária em 1923. Na Universidade de Chicago, ela entrou em contato com as ideias pragmáticas de John Dewey, apesar de não ter sido sua aluna direta, estudando com seus discípulos e também com Mead, cofundador do pragmatismo. Heloísa Marinho também foi influenciada pelas teorias de Froebel, o que a motivou a defender a formação superior para professores de pré-escola. Ao retornar ao Brasil em 1929, tornou-se professora de Psicologia no Colégio Bennett e, posteriormente, ingressou no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ) em 1934, onde trabalhou ao lado de importantes educadores da época, como Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Sua formação nos EUA e seu trabalho no IERJ a consolidaram como uma referência no campo educacional brasileiro, especialmente no contexto das reformas inspiradas pelo Movimento da Educação Nova. Durante esse período, Heloísa Marinho atuava como assistente do professor Lourenço Filho, dedicando-se a pesquisas sobre a educação infantil, especialmente com base nos estudos publicados por ele, como os "Testes ABC". A influência de sua formação na Universidade de Chicago foi evidente no tipo de pesquisa que ela desenvolvia, refletindo em suas obras, muitas das quais contavam com prefácios escritos por Lourenço Filho. Ele a destacava como uma educadora culta, que contribuía significativamente para o avanço da educação infantil no Brasil (Machado, 2015b). Em 1949, teve início o Curso de Especialização em Educação Pré-Primária no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ), que inicialmente possuía o status de pós-normal, sendo mais tarde reconhecido como curso superior. Durante 18 anos, essa formação foi responsável por capacitar 549 educadoras para atuarem em escolas maternas e jardins de infância. Esse curso reforçou o papel do Centro de Estudos da Criança, fundado por Lourenço Filho, primeiro diretor do IERJ, como um núcleo de pesquisa sobre a infância e um centro de excelência na formação de professores especializados (Kuhlman Júnior, 2000). Segundo Machado (2015b, p. 16), Heloísa Marinho faleceu no Rio de Janeiro em 4 de julho de 1994, aos 91 anos. Apesar de sua significativa contribuição pedagógica e sua atuação na formação de professoras para a educação infantil, suas ideias e práticas não receberam ampla divulgação. Poucos estudos resgatam a "importância e a influência" de sua obra para a educação das crianças no Brasil.

"Planejamento para a Educação Pré-Primária do Estado da Guanabara", no qual propôs que a expansão dos jardins de infância priorizasse crianças em situação de vulnerabilidade, especialmente filhos de mães trabalhadoras. Ela sugeriu a criação de novos jardins públicos próximos às áreas industriais e favelas desprovidas de infraestrutura recreativa, além de recomendar que autarquias, clubes, e empresas estabelecessem jardins particulares em centros residenciais, seguindo o modelo dinamarquês. Propôs também a organização de centros de recreação pré-escolar em espaços públicos, como praias e jardins, a exemplo da prática sueca, e a flexibilização da organização dos jardins-de-infância anexos às escolas primárias (Kuhlman Júnior, 2000, p. 9).

Figura 41 – Capa da obra "Vida e Educação no Jardim de Infância" de Heloísa Marinho, publicada em 1966



Fonte: Marinho (1966).

A obra de Heloísa Marinho, publicada em 1960 e 1966, servia como um guia didático destinado a professores de educação infantil, oferecendo orientações claras e objetivas para as atividades no Jardim de Infância. Nesse sentido, Heloísa Marinho visava não apenas fornecer instruções práticas, mas também destacar a profunda relação entre educação e vida cotidiana. Como Machado (2015b) ressalta,

[...] essa obra de Heloísa Marinho (1960; 1966) visava a apresentar, de forma clara e concisa, atividades e formas de trabalhar no Jardim de Infância. Demonstrando sua importância e missão, a autora deixou evidente a relação intrínseca entre a educação e a vida, propondo situações e atividades que potencializassem e enriquecessem a vida infantil, bem como seu desenvolvimento, considerado pela autora como natural e espontâneo, ao mesmo tempo em que seria cada vez mais empobrecido pelo esvaziamento e isolamento que a criança, com o avanço dos grandes centros urbanos, vinha enfrentando. Por isso, era necessário um espaço amplo, que proporcionasse experiências variadas à criança: isso contribuiria para que ela desenvolvesse suas percepções e ações no mundo (Machado, 2015b, p. 121).

Essa abordagem revela a preocupação central da autora com o impacto negativo da urbanização acelerada sobre a infância, o que, segundo ela, poderia reduzir a qualidade das interações da criança com o ambiente, prejudicando seu desenvolvimento integral. Assim, Marinho defende que o espaço educativo deve ser concebido como um ambiente que amplie as experiências infantis, facilitando uma formação mais completa. Sua obra, portanto, reflete uma visão pedagógica que equilibra o crescimento natural da criança com intervenções educativas planejadas, fundamentais para enriquecer sua trajetória de desenvolvimento.

Machado (2015b) afirma que Heloísa Marinho atribuiu grande importância à afetividade e ao amor na atuação das professoras de educação infantil. Para Heloísa Marinho, a relação baseada nesses valores teria um papel central no processo educativo, ao promover um ambiente propício para o desenvolvimento natural da criança, enriquecendo sua formação e potencializando seu crescimento. Assim,

[...] ao longo dessa obra, Heloísa Marinho trouxe dicas e informações essenciais para o trabalho com a criança no Jardim de Infância dando grande ênfase às atividades que envolviam as ciências naturais, artes plásticas, música e literatura; afirmando serem essas as bases para a formação dos conhecimentos fundantes das etapas posteriores que viriam após a educação primária (Machado, 2015b, p. 122).

Kuhlman Júnior (2000) ressalta que Heloísa Marinho defendia uma abordagem educativa que não deveria inibir o potencial criativo e o desenvolvimento intelectual e artístico das crianças. Para tanto, Heloísa Marinho propunha a realização de atividades diversificadas, como excursões, vivências com alimentos, preparação de biscoitos para o lanche, observação de insetos, coleta de folhas e experimentos com água, ar e luz. Essas atividades, segundo a autora, deveriam ser planejadas de forma colaborativa entre educadora e alunos, promovendo uma integração no processo de ensino que valorizasse a participação ativa das crianças.

Em consonância com essas propostas de Heloísa Marinho, o Lar Fabiano de Cristo também enfatizou a importância de atividades como excursões no relatório do "1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa". O documento estabelece diretrizes detalhadas para a realização de passeios pedagógicos, recomendando que as

excursões tenham um objetivo pedagógico claro, como o estudo de aspectos da natureza e da relação entre o homem e o meio ambiente.

A programação das excursões e passeios com as crianças do Jardim de Infância, deve obedecer a uma norma que regule: a) Objetivo pedagógico a ser alcançado (aspectos da natureza; dos reinos mineral, vegetal e animal; particularidades das espécies animais; o trabalho complementar do homem ajudando a natureza para conseguir o seu bem-estar, conhecimento de lugares históricos, monumentos, etc.); b) sequência de passeios graduados de acordo com as reações de idade da criança; c) reconhecimento prévio, sempre que possível, do local e itinerários mais convenientes para o passeio; d) estabelecimento das condições de segurança e assistência às crianças durante a excursão; e) conversa informativa antecipada com as crianças, sobre o passeio e as alegrias que irão ter; f) Ficha de Providência pedindo autorização para realizar o passeio exatamente para justificar os objetivos programados que devem ser pedagógicos; g) relatório do passeio, concluindo principalmente sobre os resultados pedagógicos alcançados e apresentando as sugestões para aprimorar os futuros passeios (1º Encontro de Coordenadores e Superintendentes de Casas Assistenciais de 3ª Faixa, 1974, Arquivo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro, p. 8).

Essas diretrizes estão alinhadas com as ideias de Heloísa Marinho, que defendia a importância de atividades práticas e interativas no processo de desenvolvimento infantil, como forma de estimular a criatividade e o aprendizado espontâneo das crianças. Além disso, sua ênfase na participação ativa das crianças, colaborando no planejamento das atividades, dialoga com a proposta do LFC de envolver os alunos, preparando-os para as experiências que terão e criando um ambiente de aprendizado significativo e coletivo.

Figura 42 - Professora e alunos da Casa de Irmã Germana em comemoração ao “Dia da Árvore” (s.d.)



Fonte: Acervo particular de Maria Helena Cachapus (s.d).

A análise da Figura 42 revela a presença da professora Maria Helena Cachapus junto aos seus alunos, todos uniformizados, o que denota a organização e a disciplina da Casa de Irmã Germana. As meninas vestem saias pregueadas com suspensório e camisas, enquanto os meninos estão com bermudas e camisas, reforçando a distinção de vestimentas por gênero, característica comum no contexto escolar da época.

No primeiro plano da imagem, alguns alunos participam ativamente da ação de plantar uma árvore, simbolizando a comemoração do “Dia da Árvore”, uma atividade que evidencia o caráter educativo e ambiental da prática pedagógica. Em segundo plano, outras crianças observam o evento com atenção, o que reflete a valorização do aprendizado por meio da observação e da participação coletiva. A composição da cena transmite a integração entre o ato pedagógico e a celebração de valores relacionados ao cuidado com a natureza, um aspecto importante nas atividades escolares voltadas para o desenvolvimento de uma consciência ambiental.

O cuidado pedagógico e organizacional demonstrado na Figura 43 reflete práticas observadas em outras ocasiões.

Figura 43 - Excursão dos alunos da Casa de Irmã Germana - LFC (1976)



Fonte: Museu João e Maria (1976).

A Figura 43 retrata o momento em que as crianças da Casa de Irmã Germana embarcam no ônibus da instituição para uma excursão. A imagem oferece um vislumbre dos métodos organizacionais e pedagógicos aplicados na instituição, mesmo na ausência de fontes documentais que descrevam o destino e os objetivos pedagógicos específicos desta atividade. Em primeiro plano, destaca-se uma mulher que olha diretamente para o fotógrafo, capturando um instante espontâneo e cotidiano. A organização das crianças em fila, sob a supervisão de uma professora, ressalta o foco na disciplina e na condução segura do grupo, elementos fundamentais para garantir a segurança das crianças em atividades externas. Essa organização revela a preocupação com o controle e a vigilância, sugerindo um ambiente de cuidado e responsabilidade por parte dos educadores.

Ao fundo, o ônibus da instituição ocupa um papel simbólico importante, representando não apenas o meio de transporte, mas também a ampliação das experiências educacionais para além do espaço físico da Casa de Irmã Germana. A excursão exemplifica a valorização de atividades extracurriculares que proporcionam contato com o mundo exterior, uma prática que se alinha às ideias pedagógicas de Heloísa Marinho, a qual defendia que a educação deveria incluir experiências diretas e variadas, que enriquecessem o desenvolvimento da criança em ambientes diversos, além do escolar.

As atividades educacionais da Casa de Irmã Germana, vinculada ao Lar Fabiano de Cristo, englobavam o Ensino Pré-Escolar, que compreendia as etapas do Maternal, Jardim de Infância e alfabetização, além de oferecer cursos de recuperação e formação profissionalizante. Em 1977, a instituição dispunha de cinco salas dedicadas ao ensino pré-escolar, distribuídas da

seguinte forma: duas para a Classe de Alfabetização, duas para o Jardim de Infância e uma para o Maternal. Paralelamente, a Casa de Irmã Germana também promovia Cursos de Recuperação, atendendo alunos da 1ª à 4ª série do ensino fundamental e uma Oficina-Escola de Corte e Costura (Revista Capemi, 1978, p. 26).

Em relação ao ano de 1979, o Quadro 13 a seguir apresenta o número de crianças matriculadas no Maternal e no Jardim de Infância nas Casas Assistenciais de 3ª Faixa do LFC, permitindo uma análise quantitativa dessas turmas e demonstrando o alcance das atividades educacionais da instituição.

Quadro 13 – Ensino Pré-Escolar nas Casas de 3ª Faixa do LFC (1979)

Ensino Pré-Escolar	Maternal	Jardim
Nº de turmas	62	73
Nº de professoras	59	69
Nº de auxiliares de professores com regência de turma	03	04
Nº de crianças matriculadas	1.850	2.127
Nº de crianças vindas do Maternal	-	1.410
Nº de crianças novatas	-	717

Fonte: Lar Fabiano de Cristo (1979, p. 12-14).

No Maternal, foram registradas 1.850 matrículas de crianças com idades entre 3 e 4 anos, distribuídas em 62 turmas nas diversas Casas Assistenciais do LFC. Já no Jardim de Infância, 2.127 crianças de 5 anos foram matriculadas em 73 turmas, “[...] apresentando um nível satisfatório de desenvolvimento social e motor” (Lar Fabiano de Cristo, 1979, p. 13).

Em relação às turmas de alfabetização, no ano de 1977, o LFC registrou 1.783 crianças matriculadas em suas Casas Assistenciais, das quais 1.314 foram alfabetizadas, representando cerca de 74% do total de alunos (Revista Capemi, 1978, p. 10).

A Figura 44 retrata a professora Maria Helena Cachapus junto a seus alunos na Casa de Irmã Germana, em 1982.

Figura 44 - Professora apresentando os “sons” na Casa de Irmã Germana (1982)



Fonte: Acervo particular de Maria Helena Cachapus (1982).

Na imagem, as crianças estão sentadas no chão, com postura atenta, enquanto a professora, de pé, aponta para imagens coladas na lousa, relacionadas ao conteúdo da aula. Acima dessas imagens, o título “Familiarização da criança com os sons” sugere que a atividade faz parte de um processo de alfabetização baseado na associação de imagens com fonemas. Essa prática pedagógica parece estar alinhada com o método de alfabetização que a instituição adotava na época. O método de alfabetização sugerido pela descrição da imagem, com foco na “familiarização da criança com os sons” e o uso de imagens coladas na lousa, pode estar relacionado ao “método fônico”.

Até 1978, o LFC utilizava o método de alfabetização chamado “Barquinho Amarelo”⁹⁷, que tinha uma abordagem mais tradicional. Entretanto, após essa data, o LFC deu autonomia para as professoras escolherem os métodos mais adequados às suas realidades regionais (Lar Fabiano de Cristo, 1979, p. 13). O método fônico, ou abordagens que envolvem a associação de sons e imagens, pode ter sido uma das estratégias adotadas após essa flexibilização, já que ele é reconhecido por facilitar a alfabetização, principalmente em crianças pequenas, através do desenvolvimento da consciência fonológica.

Assim, a prática pedagógica descrita na imagem, com foco na relação entre sons e imagens, sugere uma adaptação moderna de métodos que priorizam o aprendizado fônico,

⁹⁷ O pré-livro “Barquinho Amarelo” elaborado pelo Ieda Dias da Silva foi um método que trabalhava na perspectiva da abordagem analítica em alfabetização. Segundo Silva e Santos (2024, p. 8) “o pré-livro antecede um livro de leitura intermediária e o primeiro livro de leituras, o que marca uma clara distinção de uma cartilha que não prevê uma continuidade e nem aprofundamento dos textos”.

possivelmente decorrente da nova liberdade metodológica concedida às professoras do LFC em 1979.

A partir de 1980, as turmas de Educação Pré-Escolar das Casas Assistenciais passaram por uma reformulação na sua nomenclatura, em conformidade com o reconhecimento oficial concedido pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Esse reconhecimento estabeleceu que as Casas Assistenciais não deveriam ser classificadas como estabelecimentos de ensino formal, mas sim como instituições de natureza assistencial. Processos similares foram conduzidos nos Conselhos Estaduais de Educação dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, sendo posteriormente estendidos a outras regiões (Lar Fabiano de Cristo, 1980).

Com essa mudança, a denominação tradicional das turmas de pré-escolar — maternal, jardim de infância e classe de alfabetização — foi substituída por novas categorias: Classe de Adaptação 1 (CAD 1), Classe de Adaptação 2 (CAD 2) e Classe de Adaptação 3 (CAD 3). Essa nova nomenclatura refletia a ênfase na função assistencial das Casas, ao mesmo tempo em que mantinha o foco no desenvolvimento e adaptação gradual das crianças ao processo educacional (Lar Fabiano de Cristo, 1980).

As Classes de Adaptação operavam em regime de semi-internato, proporcionando à criança um ambiente de acolhimento integral ao longo de grande parte do dia. As educadoras, carinhosamente chamadas de "tias", eram responsáveis por atender a todas as necessidades das crianças, incluindo cuidados afetivos, além de fornecer assistência alimentar, médica e odontológica. Esse modelo de atendimento visava preparar as crianças para sua plena integração na sociedade, oferecendo suporte tanto no desenvolvimento físico quanto emocional (Jornal da Capemi, 1984).

Além disso, com o intuito de suprir as dificuldades enfrentadas pelas crianças matriculadas no ensino fundamental público, o LFC organizou, em 1979, 24 turmas de recuperação, atendendo a 1.343 alunos. Esse esforço resultou na promoção de 878 crianças para as séries subsequentes, demonstrando a eficácia das ações voltadas à superação de lacunas no aprendizado (Lar Fabiano de Cristo, 1979; Lar Fabiano de Cristo, 1980).

Quadro 14 - Curso de Recuperação do LFC (1979-1980)

Curso de Recuperação	Ano	
	1979	1980
Nº de turmas	24	-
Nº de professoras	25	-
Nº de crianças matriculadas	1.343	3.099
Nº de crianças promovidas para outras séries	878	676

Curso de Recuperação	Ano	
Nº de crianças reprovadas	382	-
Nº de crianças alfabetizadas	233	428
Nº de crianças que concluíram o ano letivo	-	2.387

Fonte: Lar Fabiano de Cristo, 1979; Lar Fabiano de Cristo (1980).

Os dados apresentados no Quadro 14 evidenciam a evolução das turmas de recuperação, com um aumento significativo de matrículas e resultados expressivos no ano seguinte, em 1980, com 3.099 crianças matriculadas e 2.387 concluindo o ano letivo (Lar Fabiano de Cristo, 1979; Lar Fabiano de Cristo, 1980).

Paralelamente aos esforços em recuperação escolar, conforme registrado pelo *Jornal da Capemi*, o Lar Fabiano de Cristo buscava expandir sua atuação por meio da formação profissional de adolescentes. Nesse contexto, o objetivo da instituição era fornecer as bases essenciais para a formação de mão de obra qualificada, mantendo o adolescente assistido em atividades educativas que o afastassem de situações de vulnerabilidade social e, simultaneamente, dotando-o de uma qualificação profissional que lhe permitisse conquistar uma posição digna na sociedade. Para esse fim, a instituição implementava e aprimorava continuamente um sistema de ensino profissionalizante em suas Casas Assistenciais, com Oficinas-Escolas e cursos de curta duração voltados aos jovens de 14 a 17 anos, orientados por monitores especializados que buscavam desenvolver as aptidões individuais dos alunos (Jornal da Capemi, 1984, p. 5).

Complementando essa estrutura, o Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo estabelecia as competências dos monitores, que atuavam essencialmente como instrutores nas oficinas profissionais. Esse regulamento enfatizava a função educativa dos monitores, determinando que seguissem um currículo previamente estabelecido e que realizassem avaliações periódicas dos aprendizes, ajustando o ensino conforme o desenvolvimento das habilidades de cada aluno, e assegurando um aprendizado prático voltado para o ingresso no mercado de trabalho.

Artigo 33 - Compete aos Monitores:

Seguir os programas e técnicas pedagógicas indicadas pelo Departamento Educacional; organizar e ministrar aulas teóricas práticas; acompanhar o desenvolvimento do aprendiz nas tarefas realizadas, por meio de aplicação de testes práticos, donde resulta a sua avaliação; supervisionar o uso correto das ferramentas e matérias-primas relacionadas com o aprendizado do aluno; orientar a atenção e o manuseio cuidadoso do equipamento; orientar os aprendizes sobre os perigos de acidentes com as máquinas e ferramentas quando operados de maneira incorreta; passar o aluno a aprendizado de nova técnica quando tiver dominado a técnica anterior; controlar diariamente a frequência dos alunos dentro da oficina-escola; evitar desperdício de horas de trabalho e de aprendizagem ocorrido com passeios e conversas; responsabilizar-se pela limpeza, conservação e segurança das máquinas,

equipamentos e utensílios da Oficina-Escola; responsabilizar-se pelo suprimento de matéria-prima na Oficina, alertando o Chefe da Seção Educacional sobre os níveis de estoque; registrar dados relacionados com a produção, em termos de avaliação de aprendizagem e da produção propriamente dita; permanecer na oficina durante o horário de trabalho; preencher e encaminhar ao Chefe da Seção Educacional o relatório mensal, informando frequência, produção, trabalhos e técnicas desenvolvidas; obter uma produção que atenda às necessidades assistenciais da Casa ao menos em parte sempre que, por sua natureza, a oficina se preste a isto; cumprir outras tarefas que lhe sejam atribuídas (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]b, p. 24-25).

A Figura 45 retrata a função educativa do monitor na Oficina-escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana em 1982.

Figura 45 - Oficina-escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana - LFC (1982)



Fonte: Museu João e Maria (1982).

Na imagem, os alunos aparecem sentados em pequenos bancos voltados para a lousa, demonstrando atenção à explicação do monitor Pedro Lima⁹⁸, que se encontra em segundo

⁹⁸ Pedro Lima, natural de Uberaba (1945–2022), teve destacada atuação na Academia de Letras do Triângulo Mineiro, onde ocupou a Cadeira nº 14 e contribuiu significativamente para a produção literária regional. Sua obra inicial, o “Manual de Técnicas”, visava aprimorar e expandir a produção de calçados, incluindo um método inovador por ele desenvolvido para facilitar o trabalho de pessoas com deficiência visual. Como monitor na Oficina-escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana, ele se destacou por sua especialização na indústria calçadista, exercendo o papel de instrutor e acumulando vasta experiência técnica. Além de seu reconhecimento profissional, Pedro Lima era também músico, poeta, desenhista e inventor. Dedicou-se à escrita infantojuvenil, por meio da qual abordava as múltiplas facetas do mundo moderno, sempre conciliando sua vocação literária com as exigências de sua carreira técnica (Paolinelli, 2009).

plano ao lado da lousa, apontando para um desenho de sapato. À frente da lousa, observa-se uma mesa típica de professor, reforçando o ambiente educativo. Atrás do monitor, o maquinário utilizado na produção de calçados indica uma interessante fusão entre sala de aula e oficina, evidenciando o caráter prático do aprendizado. Esse arranjo sugere um espaço híbrido que integra aspectos didáticos e técnicos, preparando os aprendizes tanto no plano teórico quanto na prática artesanal, em consonância com o regulamento da Casa de Irmã Germana.

A Figura 46, que retrata a produção de sapatos pela Oficina-Escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana, reflete o cumprimento das diretrizes estabelecidas no regulamento da instituição.

Figura 46 - Produção de sapatos pela Oficina-escola de sapateiro da Casa de Irmã Germana - LFC (1982)



Fonte: Museu João e Maria (1982).

Na imagem, destaca-se uma produção substancial de calçados, possivelmente destinada a atender às demandas assistenciais da Casa, o que está em consonância com a orientação de produzir itens para suprir necessidades internas. Além disso, a organização do espaço — com os alunos e o monitor engajados na produção — indica um ambiente que valoriza tanto a prática profissional quanto o desenvolvimento de habilidades específicas. Essa disposição visual e funcional do ambiente evidencia o foco na formação prática dos alunos, com o monitor supervisionando o trabalho e guiando os aprendizes, em conformidade com a responsabilidade de acompanhamento e avaliação contínua do progresso dos alunos estipulada pelo regulamento.

A Casa de Irmã Germana, além da Oficina-Escola de sapateiro, manteve, ao longo do período estudado, outras Oficinas-Escolas voltadas à formação prática em diversas áreas, como cerâmica, costura, artesanato e mecânica (Revista Capemi, 1974, p. 24). Essas oficinas integravam o projeto educativo da instituição, oferecendo uma variedade de treinamentos técnicos que buscavam desenvolver habilidades específicas e preparavam os assistidos para o mercado de trabalho.

Para aprofundar a análise da seção educacional da Casa de Irmã Germana, é relevante observar que, conforme o Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª Faixa do Lar Fabiano de Cristo, a orientação religiosa é um componente integrado às atividades educacionais da instituição. Esse regulamento estabelece diretrizes que visam harmonizar os aspectos pedagógicos e espirituais, conferindo à formação religiosa um papel essencial na construção do caráter e dos valores dos assistidos.

Artigo 34 - A Orientação Religiosa constitui atividade educacional destinada a proporcionar o ensino de Moral Cristã aos assistidos na Casa Assistencial, dando-lhes fundamentos morais e religiosos de fortalecimento da personalidade e constitui atribuição do respectivo Departamento.

Artigo 35 As atividades que compõem a Orientação Religiosa são conduzidas pelos professores, divididos os aprendizes por grupos etários, atendendo ao grau de discernimento do educando e estão classificadas em: a) Setor Infantil; b) Setor Juvenil; c) Setor Adultos

§ único - Para supervisionar os programas de Orientação Religiosa na Casa Assistencial é designado um ou mais Professores da Seção Educacional com o curso de Evangelização (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.] b, p. 25).

O artigo 34 apresenta a orientação religiosa como uma responsabilidade do Departamento Educacional, onde os fundamentos de moral cristã são oferecidos para moldar valores e fortalecer a estrutura moral dos alunos. Essa orientação visa incorporar, além da formação técnica e profissional, um conjunto de valores éticos e morais, de acordo com os princípios estabelecidos pela instituição.

Os artigos subsequentes do regulamento especificam a organização da orientação religiosa, dividindo-a em três setores: Infantil, Juvenil e Adultos, com atividades adaptadas ao nível de discernimento de cada grupo. A referência aos cursos pré-primários e profissionalizantes destaca a importância atribuída à educação moral em diferentes etapas da vida, desde a infância até a adolescência. Além disso, as sessões de orientação realizadas durante a distribuição de gêneros ao público adulto refletem a abrangência desse apoio moral e espiritual, atendendo assistidos de todas as faixas etárias (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]b).

As Figuras 47 e 48 ilustram, respectivamente, a prática da orientação religiosa destinada aos adultos assistidos pela Casa de Irmã Germana em 1976 e a distribuição de gêneros alimentícios às famílias assistidas.

Figura 47 - Famílias assistidas pela Casa de Irmã Germana recebendo a orientação religiosa (1976)



Fonte: Museu João e Maria (1976).

Na Figura 47, observa-se um grupo de pessoas com trajés simples, sentadas em cadeiras dispostas de maneira a lembrar uma sala de aula, sugerindo um ambiente de aprendizado e acolhimento. No centro da cena, uma mulher em pé – provavelmente a responsável pela condução da atividade, possivelmente uma professora – parece interagir diretamente com o grupo, indicando um momento de instrução ou orientação. Atrás dela, uma figura identificada como Dona Celeste observa a cena de braços cruzados, transmitindo uma postura de supervisão e apoio à atividade. Esse posicionamento sugere que Dona Celeste desempenhava um papel de liderança ou orientação, reforçando o compromisso da instituição com o acompanhamento próximo dos assistidos.

Esse cenário se alinha ao papel descrito no regulamento para os professores, que, além de ministrarem aulas de moral cristã e religião, têm a responsabilidade de supervisionar as práticas religiosas, organizar grupos de estudo para os interessados e propor atividades extracurriculares (Lar Fabiano de Cristo, [s.d.]b). A presença de Dona Celeste e a interação entre os elementos da cena ilustram esse papel institucional de monitoramento e orientação, sublinhando a ênfase dada pela Casa de Irmã Germana à educação e ao desenvolvimento espiritual dos participantes.

Figura 48 - Distribuição de gêneros alimentícios para as famílias assistidas pela Casa de Irmã Germana (1976)



Fonte: Museu João e Maria (1976).

Na Figura 48, observa-se um grupo de pessoas de origem humilde organizadas em fila em frente a uma abertura, que se assemelha a uma janela de atendimento, o que sugere uma situação de distribuição de gêneros ou materiais. Em destaque, um homem negro recebe um pacote que aparenta ter peso, enquanto as demais pessoas aguardam pacientemente sua vez, reforçando uma atmosfera de espera e ordem. Do lado interno da janela, um homem branco, possivelmente o responsável pela entrega dos itens, direciona seu olhar para a câmera, o que sugere sua presença institucional e uma postura de interação com o registro fotográfico. Esse contexto sugere um momento de assistência e suporte material aos assistidos. A cena capta o sentido de acolhimento e atendimento organizado, onde a interação entre os assistidos e o responsável pela entrega evidencia a preocupação com a dignidade no acesso aos recursos, elementos que eram essenciais nas práticas de apoio social da Casa de Irmã Germana.

No entanto, apesar das Casas Assistenciais oferecerem a Orientação religiosa voltada para a doutrina espírita, havia uma abordagem ampla e respeitosa às diversas crenças, conforme apresentado pelo estatuto do LFC:

Art. 3º - LAR FABIANO DE CRISTO prestara seus serviços através de Unidades Assistenciais chamadas "CASAS" ou "COLMEIAS" que obedecerão aos seguintes princípios básicos: [...] b) vedar a discriminação de cor, sexo ou religião, assim como a apresentação em público com fins de obtenção de recursos ou exposição de suas condições para despertar piedade outros fins quaisquer; [...] d) oferecer orientação religiosa sem sectarismo e de preferência crista espírita (Lar Fabiano de Cristo, 1972).

Esse princípio inclusivo também se reflete na Casa de Irmã Germana, como evidencia uma entrevista de 1979 com Dona Celeste e Regina Maria de Oliveira⁹⁹, publicada no *Jornal da Manhã*, em comemoração aos dez anos de assistência em Uberaba:

JM – Que linha religiosa segue a Casa de Irma Germana?

REGINA – Nós seguimos a linha espírita. Todos os nossos dirigentes, os idealistas que colaboram na execução desta obra, são espíritas. Então aqui nós damos uma evangelização baseada no Espiritismo, o que não impede que famílias de outra religião seja assistida pela Casa. Não fazemos distinção quanto aos funcionários nem quanto aos assistidos. Aceitamos qualquer pessoa, de qualquer religião. Porque religião não é critério de adoção da família ou não, para a Casa de Irmã Germana. Nosso critério é a real necessidade dessa família. Esse é o nosso objetivo (*Jornal da Manhã*, 14/11/1979, p. 05, grifo do autor).

Assim, fica claro que, embora a orientação religiosa do LFC, e consequentemente da Casa de Irmã Germana, seguisse preceitos espíritas, havia uma abertura para acolher indivíduos de diferentes religiões, enfatizando o respeito à diversidade religiosa e o compromisso com o atendimento das necessidades básicas de cada família.

O Artigo 35 do Estatuto do Lar Fabiano de Cristo define as competências do Diretor de Orientação Religiosa, detalhando suas responsabilidades no planejamento, coordenação e supervisão das atividades religiosas nas Casas Assistenciais.

Art. 35 - Compete ao Diretor de Orientação Religiosa:

a) dirigir o seu Departamento, através de seus órgãos estruturais; b) planejar as atividades religiosas de níveis culturais e faixa etária diferentes; c) planejar e coordenar os Cursos de Preparação de Evangelizadores; d) acompanhar a aplicação do programa de evangelização pelas Casas Assistenciais; e) Incentivar e zelar pela pureza doutrinária dos Grupos de Estudo e Culto Espírita das Casas Assistenciais, buscando interessar o quadro de funcionários e de assistidos, pelo menos, os que revelem faculdades mediúnicas; f) favorecer programas correlatos para escolares adolescentes nos moldes de Mocidades Espíritas e promover atividades extra-escolares, ligadas ao ensino de moral cristã (Lar Fabiano de Cristo, 1972).

Entre as principais atribuições do Diretor de Orientação Religiosa está a responsabilidade de planejar atividades religiosas adaptadas a diferentes faixas etárias e níveis culturais, garantindo que as práticas sejam acessíveis e adequadas para todos os assistidos. Além disso, o Diretor é encarregado de coordenar os Cursos de Preparação de Evangelizadores,

⁹⁹ Regina Maria de Oliveira iniciou sua trajetória na Casa de Irmã Germana em 1971, atuando como monitora de classe e participando do curso de formação de trabalhadores do LFC no Rio de Janeiro. Após seu retorno, assumiu a superintendência da Casa Sabino Lucas, localizada em Uberaba-MG. Em 1975, foi promovida a supervisora do Conjunto Operacional de Uberaba (COUBE), que abrangia as unidades Casa de Irmã Germana, Casa Sabino Lucas, Casa Izabel de Aragão e Casa Amigos Juntos. Em 1985, Regina passou a supervisionar a Casa de Almiro, em Belo Horizonte, função que desempenhou até 1992, quando retornou à supervisão da Casa de Irmã Germana, permanecendo até 2008 (Capemisa, 2020, p. 160). Em 2018, Regina foi eleita Diretora-Presidente do LFC, cargo que ocupa até o presente.

contribuindo para a formação desses profissionais e para a continuidade das práticas doutrinárias. Ele também deve supervisionar a implementação dos programas de evangelização nas Casas Assistenciais, assegurando que estejam alinhados com as diretrizes espirituais definidas.

Nesse contexto de preparação e organização das atividades religiosas nas diversas Casas Assistenciais do Lar Fabiano de Cristo (LFC), destaca-se a figura da professora Zita Flora de Almeida¹⁰⁰ (1933–2017), uma educadora cuja trajetória foi marcada pela dedicação integral ao ensino. Formada pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro (IERJ) — instituição renomada pela qualidade e rigor de sua formação, onde atuou também a educadora Heloísa Marinho — Zita Flora desempenhou um papel importante no desenvolvimento e na implementação de práticas pedagógicas e de evangelização nas atividades assistenciais do LFC (Instituto de Cultura Espírita Do Brasil, 2017).

A trajetória de Zita Flora no Lar Fabiano de Cristo teve início em 1968, quando atuou como voluntária e foi convidada a organizar e ministrar o primeiro Curso de Preparação de Professores de Jardim de Infância. Ela continuou a participar na capacitação de educadores até que o LFC estabeleceu um departamento educacional próprio, o qual assumiu a responsabilidade por essa formação. Em 1972, com a criação do Departamento de Orientação Religiosa sob a supervisão da Professora Adelaide Salgado Rodrigues, Zita colaborou regularmente na elaboração de materiais de evangelização até 1983. Nesse ano, ela assumiu o cargo de adjunta na Gerência Assistencial do Lar Fabiano e, em novembro, foi promovida a gerente assistencial, posição que ocupou até julho de 1995. Após sua aposentadoria, Zita retornou ao Lar Fabiano para atuar novamente como voluntária (Lima, 2017).

A contribuição de Zita Flora foi essencial para o fortalecimento da estrutura organizacional do LFC nas atividades de evangelização. A metodologia aplicada nesse período, conhecida como “educação do espírito,”¹⁰¹ visava integrar valores morais e espirituais ao

¹⁰⁰ Zita Flora de Almeida atuou como professora e diretora na rede estadual, recebendo reconhecimento pela sua destacada atuação. No campo espírita, Zita dedicou-se como uma colaboradora comprometida no Centro Espírita Bezerra de Menezes, onde se envolveu ativamente em atividades mediúnicas e palestras públicas, as quais conduzia com clareza e uma profunda amorosidade, deixando uma influência significativa tanto no ensino quanto na doutrina espírita (Instituto de Cultura Espírita do Brasil, 2017).

¹⁰¹ Atualmente, a metodologia adotada pelo LFC é baseada no sistema denominado “Educação do Ser Integral”. Originalmente desenvolvido com um foco espírita, o método evoluiu para um modelo educacional que enfatiza valores universais, aplicáveis a todas as religiões. Essa abordagem diferenciada e abrangente da Educação do Ser foi reconhecida por seu impacto e qualidade, sendo adotada em diversas instituições de ensino. O modelo foi inclusive apresentado à UNESCO, que conferiu ao Lar Fabiano o reconhecimento como órgão de educação básica. A metodologia também foi compartilhada em conferências e organizações de assistência espírita na Colômbia, no Paraguai e em casas espíritas na Flórida, refletindo seu alcance e relevância no contexto internacional (Instituto de Cultura Espírita do Brasil, 2017).

ensino. Essa abordagem foi, inclusive, documentada e publicada pela CAPEMI-LFC em um material intitulado “Educação do Espírito: Proposta Metodológica”, referenciado como “manual de apoio” em sua contracapa, desenvolvido pela professora Zita Flora em parceria com a Célula de Evangelização do LFC, conforme indicado no texto de apresentação (Lar Fabiano de Cristo, 2001).

O manual inicia-se, nos primeiros três capítulos, intitulados de “Porque ‘*educação do espírito*’”; “O que é a *educação do espírito*”, “Para quem a *educação do espírito*”.

No âmbito do Lar Fabiano de Cristo, a “Educação do Espírito” configura-se como um componente pedagógico central, integrando-se ao Programa de Apoio Socioeducativo e ao Programa de Orientação Sociofamiliar com o propósito de formar o indivíduo de maneira integral. Este módulo educacional prioriza o autoconhecimento e a compreensão das leis universais que regem a vida e a interação dos seres com o cosmos, fundamentando-se em uma pedagogia que busca a harmonização entre corpo, mente e espírito (Lar Fabiano de Cristo, 2001).

Tal abordagem enfatiza a necessidade de fortalecer a dimensão emocional e ética dos educandos, promovendo um sistema de valores orientado para a convivência e o respeito mútuo, especialmente em contextos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, os ensinamentos de Jesus são apresentados como modelo ético, sem desconsiderar as contribuições de outros pensadores e missionários históricos, estabelecendo um currículo que não só respeita as tradições do Espiritismo, mas também dialoga com outras expressões religiosas e éticas universais (Lar Fabiano de Cristo, 2001).

Zita Flora, ao propor a “Educação do Espírito,” fundamenta sua abordagem em uma análise das insatisfações e desequilíbrios observados na sociedade, atribuindo-os à falta de consciência sobre a realidade espiritual do ser humano. Para ela, o desconhecimento da natureza eterna e das dimensões espirituais do ser é a raiz de sentimentos como insatisfação e frustração, que se manifestam em uma estrutura social injusta, marcada por miséria, desigualdade e exploração. Zita aponta que as tentativas de controle ou mitigação desses problemas, seja através de códigos civis, penais, ou sistemas políticos, têm sido insuficientes para tratar as “doenças” sociais, pois carecem de uma base que considere o ser humano em sua totalidade (Lar Fabiano de Cristo, 2001).

Nesse sentido, a “Educação do Espírito” busca ir além dos modelos tradicionais e propõe uma abordagem integral, que se fundamenta no conhecimento das potencialidades espirituais e na compreensão da finalidade superior da vida humana. Ao valorizar as concepções de áreas como a Física Quântica e a Psicologia Transpessoal, que apontam o ser humano como um ente

holístico e em contínua interação com o cosmos, Zita justifica a necessidade de uma educação que não separe o espírito da matéria, mas que, em vez disso, promova uma harmonização de ambos. A abordagem se alinha aos preceitos da Doutrina Espírita, especialmente nas ideias codificadas por Allan Kardec, que vê o desenvolvimento espiritual como um caminho para o aperfeiçoamento humano e, conseqüentemente, para uma sociedade mais justa e equilibrada (Lar Fabiano de Cristo, 2001).

Para esclarecer o propósito central da metodologia “educação do espírito,” é relevante apresentar seu objetivo geral, conforme detalhado no “manual de apoio,” que define o foco principal do módulo “Educação do Espírito” como:

Auxiliar o processo de evolução do Espírito através do gradual conhecimento de si mesmo e das leis soberanas que regem a Vida, do desenvolvimento das potencialidades interiores, do relacionamento harmonioso e solidário na sociedade, desenvolvendo a ética de reverência pela Vida, em todas as formas, com base no Evangelho de Jesus, identificando-se como filho de Deus (Lar Fabiano de Cristo, 2001, p. 43).

A partir dessa proposta, Zita Flora sugere que uma educação que reconheça o ser humano como ente espiritual, com uma realidade eterna e capacidades divinas, pode promover transformações significativas, resultando não apenas no desenvolvimento individual, mas também na construção de um organismo social mais saudável e feliz. Com essa abordagem, a “educação do espírito” posiciona-se como um modelo para a transformação individual e coletiva, conduzindo o ser humano rumo à integração com uma “Consciência Cósmica” e ao progresso espiritual.

Esse modelo de educação foi direcionado a todos os coparticipantes do LFC, abrangendo desde idosos até crianças, com adaptações cuidadosas para cada faixa etária. Assim, o conteúdo, as técnicas e os recursos empregados foram “[...] adequando-se cada conteúdo, técnicas e recursos à faixa etária a que são dirigidos” (Lar Fabiano de Cristo, 2001, p. 13).

É essencial esclarecer que os princípios que embasam a “educação do espírito” não são exclusivos do Lar Fabiano de Cristo; eles remontam aos ideais implantados por Eurípedes Barsanulfo em 1909, com a criação do Colégio Allan Kardec em Sacramento, MG. Segundo Amui (2019, p. 27), essa forma de educação apoia-se nos fundamentos essenciais da Doutrina Espírita e estrutura-se na “Pedagogia do Amor”, fundamentada na moral cristã desenvolvida por Jesus. A aplicabilidade dessa pedagogia foi estruturada por Pestalozzi, evidenciando uma metodologia voltada ao desenvolvimento integral do ser.

No mesmo sentido, Walter Oliveira Alves argumenta que “[...] a educação do espírito é a educação que olha o homem como ser integral, como Espírito eterno, criado para a perfeição”

(Alves, 1997, p. 13). Essa visão¹⁰² ressoa com os ensinamentos do “Livro dos Espíritos”, que afirma: “A educação, se bem entendida, é a chave do progresso moral. Quando se conhecer a arte de manejar os caracteres como se conhece a de manejar as inteligências, poder-se-á endireitá-los, como se endireitam as plantas jovens” (Alves, 1997, p. 15). Esses fundamentos destacam a importância da educação espiritual como uma via para o aperfeiçoamento integral do indivíduo, reforçando a centralidade da moral e do caráter na formação humana.

Figura 49 - Zita Flora, à esquerda, em visita à Casa de Irmã Germana (1984)



Fonte: Museu João e Maria (1984).

A imagem na Figura 49 apresenta um registro visual significativo para a história institucional do Lar Fabiano de Cristo, particularmente da Casa de Irmã Germana. À esquerda, Zita Flora de Almeida, coordenadora do Programa Educacional do LFC, está posicionada em um local de destaque, sugerindo sua importância no contexto educacional da instituição. Sua postura e proximidade com as demais figuras na imagem reforçam o papel de liderança e engajamento nas atividades pedagógicas da Casa. Ao centro, Regina Maria de Oliveira, uma figura também central para a Casa, representa a continuidade e o comprometimento com os princípios assistenciais e educativos do LFC. Sua posição ao lado de Zita Flora e do General Gerude parece simbolizar a ligação entre a equipe local e o núcleo diretivo mais amplo.

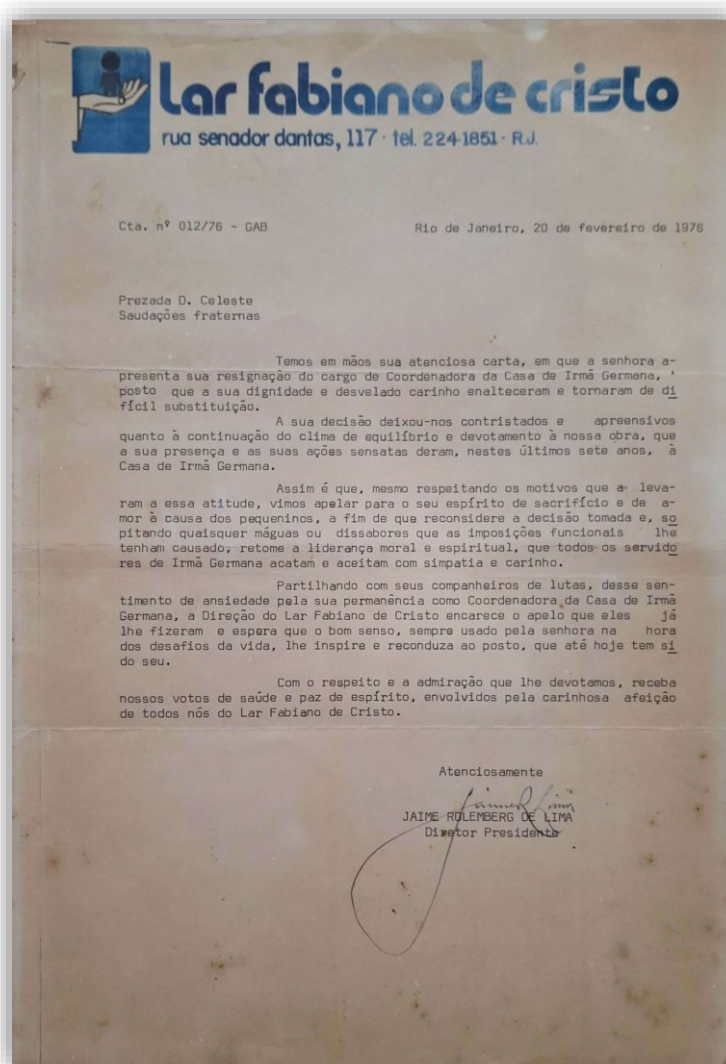
Esses aspectos de liderança e compromisso são refletidos também na trajetória de Dona Celeste Maria da Silva, cujo trabalho voluntário formal como coordenadora da Casa de Irmã Germana foi encerrado em 1976. Ao comunicar sua decisão ao Coronel Jaime Rolemberg de

¹⁰² Alguns autores também se referem à educação do espírito como “pedagogia espírita”.

Lima, ela destacou que essa escolha era de caráter “irrevogável”, motivada por questões familiares e pessoais (Silva, 1976). Essa transição não apenas marca o fim de uma era, mas também destaca a importância do papel que Dona Celeste desempenhou na formação da identidade da Casa.

A resposta à carta enviada por Dona Celeste foi recebida apenas em 20 de fevereiro de 1976, e foi assinada por Jaime Rolemberg, conforme ilustrado na Figura 50.

Figura 50 - Carta enviada pelo Coronel Jaime Rolemberg à Dona Celeste (1976)



Fonte: Rolemberg (1976). Acervo pessoal de Nara Dilma Ribeiro.

A resposta do Coronel Jaime Rolemberg de Lima a Dona Celeste Maria da Silva revela uma profunda consideração e respeito pela contribuição dela à Casa de Irmã Germana. O Coronel expressa que a decisão de Dona Celeste o deixou "contristado e apreensivo", o que indica que sua presença era essencial para a manutenção de um clima de "equilíbrio e

devotamento". Essa preocupação sugere que a instituição dependia consideravelmente do comprometimento e da liderança de Dona Celeste.

Ademais, a carta destaca a liderança moral e espiritual que Dona Celeste exercia, afirmando que todos os servidores a respeitavam e aceitavam com "simpatia e carinho". Essa afirmação não apenas reforça sua posição na organização, mas também a identifica como uma figura central no suporte emocional e espiritual da comunidade.

O suporte emocional e espiritual de Dona Celeste não se findou com a saída da Coordenação da Casa de Irmã Germana. Ela esteve presente em diversas das atividades comemorativas da casa e em visitas semanais até o fechamento da instituição.

Com o tempo, a denominação da metodologia “educação do espírito” foi gradualmente abandonada, sendo substituída pelo termo “educação do ser integral”. Essa mudança também se refletiu nas Casas Assistenciais, que deixaram de usar essa nomenclatura para se tornarem Unidades de Promoção Integral. No entanto, não foram encontradas fontes documentais que especificassem o momento exato dessa transição.

4.5 Considerações Parciais

Neste capítulo, demonstrou-se que a UPI Irmã Germana, integrante do Lar Fabiano de Cristo, foi concebida em resposta a uma necessidade emergente de assistência e formação para crianças e adolescentes em situação de carência e desassistência em Uberaba. O contexto social e econômico da época, caracterizado por um regime autoritário e pela ausência de políticas sociais abrangentes, impulsionou a criação de instituições assistenciais como essa, com o objetivo de oferecer suporte educativo, moral e social.

Além disso, este capítulo revelou a metodologia de trabalho da UPI Irmã Germana, evidenciando a especificidade de suas práticas pedagógicas e concepções educativas. A instituição adotava uma abordagem completa, que abarcava não apenas a educação formal, mas também o desenvolvimento de valores éticos e espirituais, alinhados aos princípios do Lar Fabiano de Cristo.

Por fim, este capítulo conclui que a UPI Irmã Germana desempenhou um papel crucial na rede assistencial de Uberaba, ao proporcionar não apenas apoio educacional, mas também suporte social relevante, contribuindo para minimizar as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes da região ao longo do período em análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese nasceu do interesse em compreender a identidade da UPI Irmã Germana no período de 1968 a 1988, investigando tanto os aspectos que a conectam às demais unidades do Lar Fabiano de Cristo quanto as características que a tornaram peculiar no contexto da cidade de Uberaba. Este trabalho buscou contribuir para o avanço do estudo das instituições sociais que se dedicaram à educação não formal e assistencial no Brasil.

Para atingir esse objetivo, foi necessário explorar a história da assistência à infância pobre no país, as bases do Espiritismo e o panorama espírita em Minas Gerais. Particular atenção foi dada aos conflitos entre o Catolicismo e o Espiritismo em Uberaba, considerando que, embora o LFC fosse formalmente uma instituição laica, seus idealizadores, entre eles Chico Xavier, eram figuras reconhecidas nacionalmente no meio espírita. Esses elementos históricos e religiosos ajudaram a contextualizar o papel do LFC na sociedade brasileira e suas influências sobre a UPI Irmã Germana.

Embora o LFC não tenha sido o objeto principal desta tese, sua análise foi indispensável para compreender os elementos que moldaram a identidade e a atuação da UPI Irmã Germana. O entendimento das diretrizes, valores e práticas gerais do LFC permitiu situar a UPI em um contexto mais amplo, demonstrando como a instituição-mãe influenciou sua metodologia e suas ações, adaptadas às demandas locais de Uberaba.

Uma das descobertas evidenciadas na pesquisa foi a correlação entre o LFC e a FUNABEM quanto às suas inspirações iniciais e diferenças na aplicação de suas práticas. Ambos os organismos compartilham uma raiz comum de inspiração, derivada dos trabalhos do DNCr, que desempenhou um papel significativo na estruturação de práticas assistenciais e educacionais no Brasil. No entanto, enquanto o LFC manteve sua identidade filantrópica e educativa fundamentada em valores humanistas e espirituais, a FUNABEM, apesar de inspirada pelo DNCr, foi apresentada como uma iniciativa inovadora da Ditadura Civil-Militar, reforçando a narrativa de modernização e controle social promovida pelo governo. Essa estratégia de apresentar a FUNABEM como uma criação inédita mascarou suas conexões com o legado do DNCr, destacando ainda mais as diferenças de abordagem entre as duas instituições, especialmente no que se refere à execução prática de suas inspirações e valores subjacentes.

Por outro lado, a FUNABEM, mesmo que inspirada pelo DNCr, representou uma aplicação distinta desses ideais, com uma abordagem que frequentemente priorizava a vigilância, a disciplina e o controle social, características marcadas pelo contexto político e autoritário em que foi instituída. Enquanto o LFC incorporava os ensinamentos do DNCr de

forma humanizadora, buscando a regeneração pelo espírito, a FUNABEM muitas vezes aplicava práticas que reforçavam estigmas e marginalizações, alinhando-se a uma visão mais institucional e repressiva da assistência.

O LFC, alinhado com os princípios da "educação do espírito", desenvolveu uma abordagem centrada na formação integral do ser humano. Essa perspectiva, influenciada por valores humanitários promovidos por Irmã Agnita Miriam, priorizou a humanização do atendimento e a preservação dos vínculos familiares, aspectos que foram centrais em suas práticas. No contexto do LFC e da UPI "Irmã Germana", a educação transcendeu os aspectos formais e materiais, integrando dimensões éticas, morais e sociais. Essa visão buscava não apenas a superação das condições materiais de pobreza, mas também o desenvolvimento do caráter, da autonomia e do espírito de solidariedade dos atendidos.

No que se refere aos achados da investigação, a análise revelou que a UPI Irmã Germana desempenhou um papel fundamental no atendimento a crianças e famílias em situação de pobreza, consolidando-se como uma instituição que unia assistência social e educação não formal. Sua identidade foi construída a partir de um modelo metodológico que refletia os valores e diretrizes do Lar Fabiano de Cristo, ao mesmo tempo em que incorporava as peculiaridades culturais, sociais e religiosas do contexto local de Uberaba.

Ao identificar o contexto e a motivação para a criação da UPI Irmã Germana, constatou-se que sua fundação respondia às lacunas deixadas pelo sistema educacional e pelas políticas públicas da época. O aumento da urbanização e o crescimento da demanda por serviços assistenciais e educacionais expuseram a necessidade de instituições que pudessem suprir essas carências, o que explica a atuação do Lar Fabiano de Cristo no município. A análise histórica da gênese e trajetória da UPI demonstrou como a instituição articulou práticas educativas e assistenciais, alinhadas tanto às demandas locais quanto às diretrizes metodológicas do Lar.

No contexto da Casa de Irmã Germana, a atuação de Chico Xavier foi crucial, pois, mesmo de forma indireta, ele ajudou a criar um ambiente de maior aceitação e respeito ao Espiritismo em Uberaba, suavizando os conflitos inter-religiosos e promovendo valores como caridade e solidariedade. Inicialmente concebido como uma instituição espírita em seus regulamentos e estatutos, o Lar Fabiano de Cristo, e consequentemente a Casa de Irmã Germana, encontraram em Uberaba um terreno menos hostil graças à influência conciliadora de Chico Xavier. Sua capacidade de construir pontes entre católicos e espíritas criou um espaço simbólico de aceitação mútua, facilitando a legitimação de instituições filantrópicas de origem espírita. Assim, a atuação de Chico Xavier foi não apenas uma estratégia de popularização do

Espiritismo, mas também um fator essencial para consolidar a presença de iniciativas educacionais e assistenciais, como a Casa de Irmã Germana, no contexto local.

No que se refere às práticas pedagógicas e concepções educativas, a pesquisa evidenciou que a UPI Irmã Germana adotava uma abordagem que valorizava a formação moral e espiritual, além de promover a alfabetização, a complementação escolar e a orientação profissional. Essa prática, sustentada por princípios da Doutrina Espírita, não apenas atendia às necessidades imediatas das crianças, mas também buscava proporcionar um ambiente que fomentasse o desenvolvimento integral. A preservação dos vínculos familiares, característica marcante das metodologias do Lar Fabiano de Cristo, foi uma estratégia central para a atuação da UPI, distinguindo-a de outras iniciativas da época que frequentemente priorizavam a institucionalização em detrimento da convivência familiar.

Nesse contexto, as práticas pedagógicas desenvolvidas na Casa de Irmã Germana foram ainda enriquecidas pelas ideias e orientações apresentadas por Heloísa Marinho em sua obra *Vida e Educação no Jardim de Infância*. Reconhecida como um guia fundamental para educadores infantis, essa obra destacou a importância da afetividade, do amor e de um ambiente enriquecedor para o desenvolvimento integral da criança.

Heloísa Marinho enfatizava a importância de atividades diversificadas e interativas que conectassem a educação ao cotidiano das crianças. Sua abordagem destacava práticas como observação de fenômenos naturais, trabalhos com artes plásticas, vivências musicais e literárias, e experimentações práticas com alimentos, água, ar e luz. Essas atividades eram planejadas de maneira colaborativa, promovendo a participação ativa das crianças e incentivando seu potencial criativo, intelectual e artístico (Kuhlman Júnior, 2000; Machado, 2015b).

No contexto da Casa de Irmã Germana, essas práticas foram adaptadas para fortalecer o vínculo entre as crianças e suas experiências de vida, em sintonia com os princípios de educação humanizadora do Lar Fabiano de Cristo. A ênfase em uma pedagogia afetiva e integradora, aliada ao estímulo à criatividade e à experimentação, fazia da Casa de Irmã Germana um ambiente educativo diferenciado, alinhado às demandas do desenvolvimento integral e humanizado das crianças.

Complementando essa proposta educativa, a Casa de Irmã Germana incorporava a formação prática ao seu projeto pedagógico, promovendo tanto a instrução quanto a capacitação profissional dos atendidos. Dentre as práticas profissionais ofertadas, destacavam-se as Oficinas-Escolas de sapateiro, cerâmica, costura, artesanato e mecânica, que desempenhavam um papel central na formação profissional dos assistidos. Essas iniciativas buscavam prepará-los para o mercado de trabalho, ampliando suas perspectivas de autonomia e inserção social

(Revista Capemi, 1974, p. 24). Assim, a integração entre práticas pedagógicas humanizadoras e a formação profissional refletia o compromisso da Casa de Irmã Germana em oferecer uma educação completa e transformadora.

As limitações enfrentadas nesta pesquisa evidenciam os desafios comuns aos estudos históricos e educacionais, especialmente em contextos institucionais específicos. A destruição de registros e documentos relacionados à UPI Irmã Germana privou a investigação de fontes diretas e detalhadas sobre o cotidiano da instituição, restringindo a profundidade de algumas análises, particularmente no que se refere aos registros internos. Apesar disso, a pesquisa conseguiu alcançar seus objetivos, ainda que exigisse do pesquisador criatividade e adaptabilidade na construção do objeto de estudo, como enfatizam Nosella e Buffa (2013).

As considerações finais desta tese também apontam para perspectivas futuras de pesquisa que podem aprofundar e ampliar os conhecimentos sobre o Lar Fabiano de Cristo e a Casa de Irmã Germana. Entre as possibilidades de investigação, destaca-se:

- Analisar outras unidades do Lar Fabiano de Cristo em diferentes regiões do Brasil, explorando suas metodologias, práticas pedagógicas e impactos sociais. Esse tipo de pesquisa pode revelar variações ou continuidades no modelo assistencial e educativo adotado pela organização.
- Investigar como a Casa de Irmã Germana dialogou com outras instituições assistenciais e educacionais em Uberaba e no Brasil, incluindo escolas públicas e privadas, bem como organizações filantrópicas de diferentes contextos.
- Examinar outras instituições assistenciais criadas no mesmo período e pertencentes a diferentes credos religiosos em Uberaba, como a Casa do Menino, buscando comparações em suas metodologias, práticas pedagógicas e impactos sociais, o que pode oferecer uma visão mais ampla sobre a assistência social e educacional no município.
- Realizar estudos de caso ou pesquisas biográficas com ex-assistidos da UPI Irmã Germana, visando compreender como as experiências vividas na instituição influenciaram suas trajetórias pessoais, educacionais e profissionais.

Essas possibilidades de investigação ampliam o campo de estudos e permitem uma análise mais abrangente sobre as instituições sociais e a educação não formal no Brasil, contribuindo para a valorização e o entendimento das práticas educativas e assistenciais desenvolvidas no país ao longo do século XX.

As considerações finais desta tese reforçam a centralidade da Casa de Irmã Germana como uma Instituição Social que, entre 1968 e 1988, desempenhou um papel essencial no

atendimento a crianças e famílias em situação de pobreza, integrando um modelo de Educação Não Formal e Assistencial. Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que a Casa refletia de maneira significativa os valores e metodologias do Lar Fabiano de Cristo, com os quais compartilhava fundamentos ancorados na moral cristã e nos princípios da Doutrina Espírita. Contudo, a Casa também demonstrava uma singularidade, ao adaptar essas práticas às demandas culturais, sociais e religiosas específicas do contexto de Uberaba.

Assim, a tese aqui defendida afirma que a Casa de Irmã Germana consolidou-se como um modelo inovador e eficaz de educação e assistência social no Brasil republicano, mostrando-se como uma resposta local e institucional às limitações do modelo compensatório aplicado amplamente no Brasil. Por meio da adaptação de valores e metodologias do Lar Fabiano de Cristo, a instituição não apenas supriu lacunas deixadas pelo Estado, mas também contribuiu para a formação humana e a regeneração social.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1974. 10. reimpressão, 1991.
- ADORNO, Thais Lira França; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A metodologia de Pestalozzi e o ideário da Escola Nova. **Acta Educ.**, Maringá, v. 42, e48511, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012020000100112&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 dez. 2024.
<https://doi.org/10.4025/actascieduc.v42i1.48511>
- ALMEIDA, kellen Tarciana de. **O ensino primário agrícola: o caso do Instituto João Pinheiro em Minas Gerais (1909 – 1942)**. 2009. 86 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-129270/o-ensino-primario-agricola-o-caso-do-instituto-joao-pinheiro-em-minas-gerais-1909-1942>. Acesso em: 14 out. 2023.
- ALMEIDA, Angelica Aparecida Silva; GOMES, Adriana; PIMENTEL, Marcelo Gulão. Um Panorama Histórico da Trajetória do Espiritismo da França até o Brasil. **Interações**, v. 17, n. 2, p. 213-233, 2022.
<https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2022v17n2p213-233>
- ALVES, Walter Oliveira. **Educação do Espírito: Introdução à Pedagogia Espírita**. Araras, SP: Instituto de Difusão Espírita, 1997. 320 p.
- AMUI, Alzira Bessa França. **Princípios que fundamentam a educação do espírito**. 2. reimpressão. Sacramento, MG: Editora Esperança e Caridade, maio 2019. 144 p.
- ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. 193 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853.pdf>. Acesso: 15 mai. 2023.
<https://doi.org/10.7476/9788579830853>
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILLOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). **A Arte de Governar Crianças: A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, p. 153-202, 2011.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Casadas com trigo e cevada: os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII. **Faces de Eva: Estudos sobre a mulher**, Lisboa, v.9, p. 60-71, 2008.
- ARAÚJO, Vania Carvalho de. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: ARAÚJO, V. C. de; FARIA FILHO, L. M. de. (Org). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil; v. 8. Vitória: Edufes, 2011. P. 171-206.

ARAUJO, Augusto César Dias de. **O espiritismo, “esta loucura do século XIX”: ciência, filosofia e religião nos escritos de Allan Kardec**. 2014. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

ARAUJO, José Carlos Souza. As creches na Europa entre o oitocentos e o novecentos. **Cadernos de História Da Educação**, v. 14, n. 2, 2015.

ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. [livro eletrônico] Campinas: Autores Associados, 2014.

ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRIBAS, Célia da Graça. Espíritas de todo o Brasil, uni-vos! Meandros da unificação espírita na primeira metade do século XX. **Religião & Sociedade**, v. 37, p. 150-172, 2017. <https://doi.org/10.1590/0100-85872017v37n3cap06>

BACCELLI, Carlos. **O Espiritismo em Uberaba**. Uberaba: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1987.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (lba)**: o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). 2017. 244 f. 2017. Tese de Doutorado. Tese (História) Universidade federal do Paraná, Curitiba.

BARROS, Gilda Naécia Maciel. **Platão, Rousseau e o Estado Total**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1995. 213 p.

BARROS, Brasil Fernandes. Espiritismo e o Século das Luzes. **Interações**, v. 17, n. 2, p. 253-275, 13 out. 2022. <https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2022v17n2p253-275>

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. **O menor e a ideologia de segurança nacional**. Belo Horizonte: Veja-Novo Espaço, 1985. 88 p.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri. Trabalho do adolescente: história, política e legislação. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. (Org). **Infância tutelada e educação**: história, política e legislação. Rio de Janeiro: Ravil, 1998. P. 101-116.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; SANTOS, Tarcísio da Silva. Políticas Públicas de Atendimento à Infância: uma política da não-política. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia, Anido. **Infância tutelada e educação**: História, Política e Legislação: Ravel, p. 117-132, 1998.

BECHER, Franciele. Os “menores” e a FUNABEM: influências da ditadura civil-militar brasileira. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais [...]**. v. 1, p. 1-16, 2011.

BIGHETO, Alessandro Cesar. **Eurípedes Barsanulfo**: um educador espírita na Primeira República. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2006. 198 p. Disponível: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/366536>. Acesso em: 01 set 2023.

BIGHETO, Alessandro Cesar. A Atualidade Pedagógica de Eurípedes Barsanulfo. *In: Educação, Espiritualidade e Transformação Social*. Dora Incontri. (org.) São Paulo: Editora Comenius. Associação Brasileira de Pedagogia espírita. 2014.

BITENCOURT, Paulo Raphael Siqueira. “**A pergunta que ensina**”: um livro didático de História do Brasil para os exames de admissão (1954-1971). 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BOAVENTURA, Frei. **Porque a Igreja condenou o Espiritismo**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1953.

BOTO, Carlota. Nova história e seus velhos dilemas. **Revista USP**, São Paulo, nº. 23, p.23-33. Set/nov. 1994. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26972>. Acesso em: 2 dez. 2020.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i23p22-33>

BRAGA, Virna Ligia Fernandes. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1871-1923)**. 2015. 247 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2205/1/virnaligiafernandesbraga.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 847**: Promulga o código penal. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em de 24 de fevereiro de 1891. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>. Acesso em: 26 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 145**: autoriza o governo a fundar uma colônia correcional no próprio nacional Fazenda da Boa Vista, existente na Parahyba do Sul, ou onde melhora lhe parece, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1893. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-145-11-julho-1893-540923-publicacaooriginal-42452-pl.html#:~:text=Autorisa%20o%20Governo%20a%20fundar,parecer%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20providencias>. Acesso em: 15 mai 2023.

BRASIL. **Lei Nº 947**: Reforma o serviço policial no Districto federal. Capital Federal, 29 de dezembro de 1902. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>. Acesso em: 26 out. 2022.

BRASIL. **Decreto 12.893**: Autoriza o Ministro da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de

1918. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto 13.706**: Dá nova organização aos patronatos agrícolas. Rio de Janeiro, 25 de julho de 1919. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-republicacao-95833-pe.html#:~:text=que%20os%20superintender%C3%A1.,Art.,por%20instruc%C3%A7%C3%B5es%20do%20respectivo%20director>. Acesso em: 28 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 17.943**: Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1927. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.024**: Fixa as bases da organização da proteção à maternidade, à infância e à adolescência em todo o País. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2024-17-fevereiro-1940-411934-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20as%20bases%20da%20organiza%C3%A7%C3%A3o,adolesc%C3%Aancia%20em%20todo%20o%20Pa%C3%As.&text=E%20%C3%80%20ADOLESC%C3%80%20ANCIAArt.,%C3%A0%20inf%C3%A2ncia%20e%20%C3%A0%20adolesc%C3%Aancia>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.799**: Transforma o Instituto Sete de Setembro, em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3799-5-novembro-1941-413971-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Transforma%20o%20Instituto%20Sete%20de,Menores%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.865**: Redefine a competência do serviço de assistência a menores [...] e dá outras providências. Rio de Janeiro, de 11 de setembro de 1944. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6865-11-setembro-1944-386457-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 7 mai. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Publicação original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratament,o,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a>. Acesso em: 2 out. 2024.

BRASIL. Departamento Nacional da Criança. **O bem-estar da criança**. 1963.

BRASIL. Lei Nº 4513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 dez. 1964.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1970**. Série nacional. Volume I. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/290eriódicos/290o/290eriódicos/69/cd_1970_v1_br.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. **Política nacional do bem-estar do menor em ação**. Brasil: Raval, 1973. 302 p.

BRASIL. Leis, Decretos. **Estatuto da Criança e do Adolescente nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris do século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 127 p.

BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira. **Eurípedes Barsanulpho e o Collégio Allan Kardec capítulos de história da educação e a gênese do espiritismo nas terras do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918)**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira. **Hippolyte Leon Denizard Rivail, ou Allan Kardec: um professor pestalozziano na França do tempo das revoluções**. 2013. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

CAMARA, Sônia. **Sob a guarda da República: a infância menORIZADA no Rio de Janeiro da década de 1920**. Rio de Janeiro: Quartet, 2010. 428 p.

CAMARA, Sônia. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, L. M. de; ARAÚJO, V. C. de (Org.). **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: Edufes, 2011. P. 17-56.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. **O legislativo em Goiás**. Perfil Parlamentar I (1891 a 1937), v.2. Goiânia: Assembleia Legislativa de Goiás, 1996. 156 p.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Fora da Caridade não há Religião: Breve História da Competição religiosa entre Catolicismo e Espiritismo Kardecista e de suas Obras Sociais na cidade de Juiz de Fora (1900-1960). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20538>. Acesso em: 26 set. 2023.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce Chaves *et al.* **Repensando o estado novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1999. p. 327-340.

CARVALHO, Jose Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3º. Ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1991. 192 p.

CERTEAU, Michel. de. **A escrita da história**. 3 ed. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 384 p. Tradução de: L'écriture de l'histoire.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 2 ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. 367 p.

CHIBENI, Silvio Seno. **O Espiritismo em seu tríplice aspecto: científico, filosófico e religioso**. Parte I. Reformador, agosto de 2003, p. 315-319.

COMBLIN, Pe. Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 251 p.

COSTA, Flamarion Laba. **“Demônios e anjos”**: o embate entre Espíritas e Católicos na República brasileira até a década de 60 do século XX. 2001. 279 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

COSTA, Celma Laurinda Freitas. **A noção de ciência e educação no espiritismo**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

COSTA, Rodrigo Gomes. “Esses elementos que enfeiam a cidade”: Mendigos e vadios na Capital da República (Rio de Janeiro, 1956–1960). **Temporalidades**, v. 12, n. 2, p. 345-365, 2020.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Ponto IV. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. [S.I.]: FGV, [20--]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>. Acesso em: 10 abr. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 35, p. 357-377, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Tm5wH75ZnW3DLpxLbLFqcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2025.
<https://doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>

DAMAZIO, Sylvia. **Da elite ao povo: advento e expansão do Espiritismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DAMINELLI, Camila Serafim. **Uma Fundação para o Brasil Jovem: Funabem, menoridade e políticas sociais para infância e juventude no Brasil (1964-1979)**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade do Estado de Santa Catarina.

DANTAS, Sandra Mara. Entre sete colinas: histórias e memórias na configuração do patrimônio de Uberaba. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4630>. Acesso em: 27 out. 2023.
<https://doi.org/10.5212/Rev.Hist.Reg.v.18i1.0010>

DANTAS, Sandra Mara. Patrimônio local e identidade sociocultural: Bairro Abadia, patrimônio na e da cidade de Uberaba (MG). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 61, 2018. DOI: 10.23925/2176-

2767.2018v61p148-181. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/35557>. Acesso em: 25 set. 2023.
<https://doi.org/10.23925/2176-2767.2018v61p148-181>

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. 179 p. Tradução de: La Police des familles.

DOYLE, Arthur Conan. **História do Espiritismo**. São Paulo, Pensamento, 1995.

EARP, Maria de Lourdes Sá. A política de atendimento do século XX: a infância pobre sob tutela do Estado. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia, Anido. **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro, Ravil, p. 72-98, 1998.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-96.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro - 1909/1934. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, n. 13, p. 37-46, jun. 1991. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46981991000100005&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 14 out. 2023.

FERNANDES, Paulo César da Conceição. **As origens do Espiritismo no Brasil: razão, cultura e resistência no início de uma experiência (1850-1914)**. 2008. 139 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000300021>

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FERNANDES, Moacyr. Entrevista concedida ao Escritório de Histórias. In: **60 anos CAPEMISA Seguradora: uma missão de amor**. NEVES, Isabella Verdolin (Org.). Escritório de Histórias, 2020.

FERREIRA, Mônica Silva; NORONHA, Patrícia Anido. Legislações que tutelaram a infância e a juventude no Brasil. In: BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia, Anido. **Infância tutelada e educação: história, política e legislação**. Rio de Janeiro, Ravil, p. 135-160, 1998.

FIGUEIREDO, Candido. de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1913. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Silene de Moraes. **Cultura política, questão social e ditadura militar no Brasil: o simulacro do pensamento político de tecnocratas no pós-1964**. Editora Gramma. Rio de Janeiro, 2011. 222 p.

FONSECA, André Azevedo da. **A consagração do mito Mário Palmério no cenário político do Triângulo Mineiro (1940-1950)**. 2010. 335 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103080>. Acesso em: 20 set. 2023.

FONSECA, André Azevedo da. Uma história social de Uberaba (MG). **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 197–235, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/30523>. Acesso em: 10 set. 2023. <https://doi.org/10.5216/hr.v19i1.30523>

FRATTARI NETO, Nicola José. **Educandário Espírita Ituiutabano: caminhos cruzados entre a ação inovadora e sua organização conservadora**. Ituiutaba, Minas Gerais (1954-1973). 2009. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa, Goiânia**, v.17, n.2, p.327-359, jul./dez. 2015.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Tradução de Alexandra Figueiredo *et al.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Tradução de: Sociology.

GIL, Caroline Amorim. Mães, nutrizes, mercenárias: um mapeamento de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 323-347, 2016.

GIUMBELLI, Emerson. **O Cuidado dos Mortos: Uma História da Condenação e Legitimação do Espiritismo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica**, v. 18, n. 39, p. 59-75, 2016. <https://doi.org/10.22196/rp.v18i39.3615>

GOMES, Adriana. O espiritismo no Código Penal de 1890: as discussões de sua criminalização nos periódicos do Rio de Janeiro (Spiritualism in the 1890 Criminal Code: discussions of its criminalization in the press of Rio de Janeiro) -DOI: 10.5752/P.2237-8871.2013v14n21p9. **Cadernos de História**, v. 14, n. 21, p. 9-27, 11 out. 2013. <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2013v14n21p9>

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set. /dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818382017081/pdf>. Acesso em: 2 out. 2024. <https://doi.org/10.5965/1984723818382017081>

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789/1848)**. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

INCONTRI, Dora. **Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas**. 2001. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. ‘Menores e vagabundos’: o discurso jurídico sobre infância e educação na imprensa periódica nos primórdios da República. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, p. e196, 2022. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e196>

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica: tradução**. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997. Disponível: https://geovest.files.wordpress.com/2021/05/dicionario-de-sociologia-guia-pratico-da-linguagem-sociologica-by-allan-g.-johnson-z-lib.org_.pdf. Acesso em: 6 fev. 2023.

KARDEC, Allan. Intervenção da Ciência no Espiritismo. **Revista Espírita – Jornal de Estudos Psicológicos** v. 2, n. 6, p. 227-233, 1859.

KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. 59. Ed. São Paulo: Lake, 2003.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. Catanduva: Boa Nova Editora, 2004.

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. 365 ed. Araras, SP: IDE, 2009.

KARDEC, Allan. **O que é o Espiritismo?** Brasília: FEB, 2013.

KARDEC, Allan. **A Gênese, os Milagres e as Predições Segundo o Espiritismo**. 53 ed. [Tradução de Guillon Ribeiro da 5ª ed. Francesa]. Brasília: FEB, 2019a.

KARDEC, Allan. **Obras póstumas**. 41 ed. Brasília: FEB, 2019b.

KARDEC, Allan. **O Céu e o Inferno**. 61 ed. Brasília: FEB, 2019c.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história: as tramas da representação fotográfica. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 70, 2021. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v70p9-35>

KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

KUHLMAN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p.5-18, maio/ago. 2000. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000100002>

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4 ed. Vol III: Século XX. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011. P. 182-194.

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 7 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2015. 192 p.

LEWGOY, Bernardo. Chico Xavier e a cultura brasileira. **Revista de Antropologia**, 2001, 44: 53-116. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012001000100003>

LOPES, Maria Antonieta Borges; CHAPADEIRO, Edmundo. Retrospectiva histórica dos 50 anos da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. **Ao Med Minas Gerais**, v. 13, n. 4, p. 297-309, 2003.

LOPES, Andreia de Freitas. **Espaços de saúde na história da cidade de Uberaba: o hospital como patrimônio cultural**. 2018. 114f. 2018. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Uberlândia.

MACHADO, Liliana Vicente. **Pobreza comum, vala partilhada: a pobreza coimbrã através dos registros de enterramento na vala geral do cemitério da Conchada (1871-1890)**. 2015a. 295 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015a. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/30550/1/TESE%20COMPLETA.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2023.

MACHADO, Michele Varotto. **A Educação das Crianças Menores de 06 anos sobre a perspectiva de Heloísa Marinho, Nazira Féres Abi-Sáber, Celina Airlie Nina e Odilon de Andrade Filho: Uma análise de suas Ideias Pedagógicas (1934-1971)**. 303f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos-SP, 2015b. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7066>. Acesso em: 16 out. 2024.

MAGALHÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, v. 18, n. 38, p. 81-142, 2017. <https://doi.org/10.5965/1984723818382017081>

MARCÍLIO, Maria Luiza. A lenta construção dos direitos da criança brasileira. Século XX. **Revista Usp**, n. 37, p. 46-57, 1998. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i37p46-57>

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331p.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil colonial: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 69-97.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2019. 411 p.

MARTINS, William de Souza. A morte e os milagres de frei Fabiano de Cristo: conexões entre crenças religiosas e cura de doenças no Rio de Janeiro setecentista. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 26, p. 1099-1120, 2019. <https://doi.org/10.1590/s0104-59702019000400004>

MENEZES, Bethânia Alves de. O mito de Chico Xavier: os usos, apropriações e seduições do simbólico em Uberaba/MG. 2006. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16173>. Acesso em: 25 set. 2023.

MESGRAVIS, Laima. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. **Revista de História**, v. 52, n. 103, p. 401-423, 1975. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1975.133158>

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 320 p.

MIRANDA, Geralda Luiza de. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 201-218, 2017. <https://doi.org/10.1590/0034-7612160485>

NASCIMENTO, Elisangela Lima do. **Ruah, o sopro da vida: cultura de paz, sonhos e esperanças nas juventudes do Lar Fabiano de Cristo**. 2016. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares: porque e como pesquisar**. 2 ed. Campinas/SP. Editora Alínea. 2013.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Militares: pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Sheila; MONTEFUSCO, Carla. “Qualquer Semelhança Não É Mera Coincidência”: a trajetória das políticas sociais, da lei dos pobres à contemporaneidade. **Sociedade em Debate**, v. 23, n. 2, p. 26-54, 2017.

OLIVEIRA, Roselia Cristina de; PAIVA, Marluca Menezes de; LIMA, Jailma Maria de. A Educação Brasileira e a Influência do Programa Norte-Americano de Cooperação Técnica Ponto IV na Década de 1950. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 27, n. 1, 2022. <https://doi.org/10.18316/recc.v27i1.8141>

OVERNÉ, Cláudio Amaral. O Departamento Nacional da Criança em seu primeiro quinquênio de funcionamento, a assistência e a educação à infância (1940-1945). **Anais do Encontro de História da Anpuh**, p. 1-13, 2018.

PAOLINELLI, Sônia Maria Rezende. **Coletânea Biográfica de Escritores Uberabenses**. Uberaba (MG): Sociedade Amigos da Biblioteca Pública Municipal “Bernardo Guimarães”, 2009. 165p

PIMENTEL, Marcelo Gulão. **O método de Allan Kardec para investigação dos fenômenos mediúnicos (1854-1869)**. Dissertação (Mestrado em Saúde Brasileira), 156 p. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

PIRES, Herculano. **Curso dinâmico de Espiritismo: o grande desconhecido**. São Paulo: Ed. Paidéia, 1979.

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central**. 2 ed. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1978.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. **Revista Brasileira de História**, v. 19, p. 165-198, 1999. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881999000200008>

PINHEIRO, Luciana de Araújo. **O “magistrado paternal”: o juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933)**. 2014. 231f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

RANGEL, Rosangela Faria. A insurgência da memória: a assistência no Rio de Janeiro da Primeira República. **O Social em Questão** – Ano XIII – nº 24 – Jul-Dez 2010, p. 115-134. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5522/552256750007.pdf> . Acesso em: 22 nov. 2022.

REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)**. Dissertação (Mestrado em História), 176 f. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1983.

RIBEIRO, Raphael Alberto. **Loucura e Obsessão: entre psiquiatria e espiritismo no Sanatório Espírita de Uberaba-MG (1933-1970)**. 2013. 199 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16310>. Acesso em: 24 set 2023.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis; ARAUJO, Jose Carlos Souza. Formando braços para a lavoura durante a Primeira República: o “Aprendizado Agrícola Borges Sampaio” em Uberaba/MG. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 2, p. 334, 2017. <https://doi.org/10.14393/che-v16n2-2017-2>

RIBEIRO, Ione. **A história da escola do Hospital do Pênfigo: da marginalidade ao reconhecimento público em Uberaba/MG (1959-1985)**. 2019. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RIBEIRO, Ivanir; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 03, p. 575-588, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022012000300003>

RICCIOPPO, Thiago. Orlando Ferreira: a boca do inferno da Farinha Podre. **Anais [...]** ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

RIZZINI, Jorge. **Eurípedes Barsanulfo, o apóstolo da caridade**. 7 ed. São Bernardo do Campo, SP: Editora Espírita Correio Fraterno do ABC, 1992.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Edições Loyola, 2004. 95 p.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. **Anais [...]. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL**, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100019&lng=en&nrm=abn . Acesso em: 22 nov. 2022.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do *Pátrio Poder* ao *Pátrio Dever*. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 97-149.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011b. 200 p.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 335 p.

RIZZINI, Irene; CELESTINO, Sabrina. A cultura da institucionalização e a intensificação das práticas de confinamento de crianças e adolescentes sob a égide da Funabem. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2016. P. 229-249.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. 94 p.

ROCHA, Cecília (Org.). **Estudo sistematizado da doutrina espírita: programa fundamental**. Tomo I, v. 1, 3. Ed. Brasília: FEB, 2020.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade: (1964-1979)**. São Paulo: IBCCRIM, 2001. 287 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/1973)**. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 5. reimpressão, 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Avaliação de programas, indicadores e projetos em educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 16, p. 19-26, 2001.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782001000100003>

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de pesquisa**, v. 40, p. 693-728, 2010.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000300003>

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**: princípios de direito político. Trad. Antônio P. Machado. 19º ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. Mobral: A Representação Ideológica do Regime Militar nas Entrelinhas da Alfabetização de Adultos. **Revista Crítica Histórica**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2014. DOI: 10.28998/rchv15n10.2014.0016. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/2961>. Acesso em: 12 out. 2024. <https://doi.org/10.28998/rchv15n10.2014.0016>

SAMPAIO, Borges. **Uberaba**: história, fatos e homens. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971.

SANGLARD, Gisele. Pobreza e assistência na escrita da história. **História da assistência à saúde e à pobreza**. São Leopoldo: Oikos, p. 19-40, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ana-Korndoerfer/publication/351284361_Historia_da_assistencia_a_saude_e_a_pobreza_olhares_sobre_suas_instituicoes_e_seus_atores_Sao_Leopoldo_Oikos_2017/links/608ff353299b1ad8d72eb1e/Historia-da-assistencia-a-saude-e-a-pobreza-olhares-sobre-suas-instituicoes-e-seus-atores-Ao-Leopoldo-Oikos-2017.pdf#page=20. Acesso em: 6 fev. 2023. <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2018v240205>

SANGLARD, Gisele; LOPES, Maria Antônia. Pobreza e assistência: debates historiográficos. **Tempo**. V. 24, p. 280-284, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v240205>. Acesso em: 3 fev. 2023.

SÃO PAULO. **LEI N. 1.184**: Crea cinquenta escolas preliminares, nocturnas, para creanças e dá outras providencias. São Paulo, 3 de dezembro de 1909. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1909/lei-1184-03.12.1909.html>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SCHERER, Bruno Cortês. **Combate à “heresia espírita”: os enfrentamentos entre espiritismo e catolicismo no campo religioso (Rio Grande do Sul, 1953-1965)**. 2020. 267 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23396>. Acesso em: 25 set 2023.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação** – nº. 4 – Jan./dez. 2005.

SAVIANI, Demerval. História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS Revista Científica**. 2008; 10: 147-167. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=715/71509907>. Acesso em: 29 nov. 2020. <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i0.1356>

SILVA, Celeste Maria da. Carta ao Coronel Jaime Rolemberg de Lima, 01 jan. 1976. Acervo particular de Nara Dilma Ribeiro.

SILVA, Raquel Marta da. **Chico Xavier**: imaginário religiosos e representações simbólicas no interior das Gerais – Uberaba, 1959/2001. 2002. 261 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

SILVA, Fábio Luiz da. **Espiritismo: história e poder (1938-1949)**. Eduel, 2005.

SILVA, Claudia Cristina dos Santos. **Crianças indesejadas: estigma e exclusão dos filhos sadios de portadores de hanseníase internados no Preventório Santa Terezinha, 1930-1967**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010. doi: 10.11606/D.8.2010.tde-23032010-122634. Acesso em: 6 dez. 2024. <https://doi.org/10.11606/D.8.2010.tde-23032010-122634>

SILVA, Luiz Antônio Braz da. **O Espiritismo e Chico Xavier: notas introdutórias**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/bach//files/2016/10/LUIZ-ANTONIO-BRAZ-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2024.

SILVA, Gabriella Moura da; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Formação feminina na escola doméstica dona Júlia-Cuiabá-MT (1946-1949). **Linhas Críticas**, v. 26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/31382>. Acesso em: 7 dez. 2024. <https://doi.org/10.26512/lc.v26.2020.31382>

SILVA, Felismina Dalva Teixeira; SANTOS, Sonia Maria. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARTILHA E O PRÉ-LIVRO NA PESQUISA EM HISTÓRIA ORAL. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. e4838, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N6-176. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4838>. Acesso em: 22 out. 2024. <https://doi.org/10.56083/RCV4N6-176>

SIQUEIRA, Patrícia Amaral. **Tragédia carioca: sujeitos, políticas e embates sobre o abandono de menores (FUNABEM – décadas de 1960 e 1970)**. 2019. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. **O Orfanato Santo Eduardo e a assistência às crianças pobres em Uberaba – MG (1920-1964)**. 2018. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis; DA SILVA, Elisabeth Farias. Aprendizado Agrícola Borges Sampaio: uma instituição de ensino profissional no triângulo mineiro (1916–1934). In: BATISTA, Eraldo Leme; Müller, Meire Teresinha. **Instituições de Educação Profissional no Estado de Minas Gerais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. 107-123. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_c5a0c3bda0bb4c0f3e32c0e44fd581b0.pdf#page=117. Acesso em: 21 fev. 2023.

SOUZA, Marilsa Aparecida Alberto Assis; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; ARAÚJO, José Carlos Souza. Construções discursivas acerca da criança pobre na imprensa uberabense nas primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, v. 28, n. 69, p. 719-740, 2019. <https://doi.org/10.29286/rep.v28i69.7868>

TORRES, Luiz Henrique. A casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande. **BIBLOS**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 103–116, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/724> . Acesso em: 3 abr. 2023.

VAITSMAN, Jeni; ANDRADE, Gabriela Rieveres Borges de; FARIAS, Luís Otávio. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 731-741, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300009>

VALENTE, Paulo. **Jaime, o escultor do bem**: o sonho de um menino que mudou a história de muitos meninos. Rio de Janeiro: Gayathri Editorial, [s.d.].

VANUCCI, Cesar. **Um certo DOM**. Contagem: Santa Clara Editora, 2004.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, L. M. de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 144 p.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas/SP: Papirus, 1999. 190 p.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. “Mal Necessário”: creches no Departamento Nacional da Criança, Brasil (1940-1970). In: FREITAS, M. C. de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2016. P. 165-204.

VILELA, Claudia Oliveira Cury. **A instrução para os desfavorecidos da sorte**: obrigação ao trabalho no sertão da ignorância, MG-1889-1909. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 335 p.

WAGNER, Roberta Afonso Vinhal. **O coronelismo despótico de Uberaba (MG)**: dos coronéis da Princesa do Sertão aos coronéis do Zebu na nova configuração hegemônica das elites uberabenses no período de 1960 a 2007. 2013. 321 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

WANTUIL, Zêus. **Grandes Espíritas do Brasil**. 2º ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1981.

WANTUIL, Zêus; THIESEN, Francisco. **Allan Kardec**. 5.ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1999. 3 Vols.

FONTES

Cartas e correspondências

PASTORINO, Carlos Torres. **Carta-circular**. Rio de Janeiro, 1957. Acervo do Museu João e Maria.

ROLEMBERG, Jaime. **Carta a Dona Celeste**. 1976. Acervo pessoal de Nara Dilma Ribeiro.

SILVA, Celeste Maria da. **Carta ao Coronel Jaime Rolemberg de Lima**, 01 jan. 1976. Acervo particular de Nara Dilma Ribeiro.

Documentos oficiais

ARQUIVO NACIONAL. **Denúncias sobre escândalos na CAPEMI e na previdência social, se131 ac.** 28 dez. 1987. Brasília: Arquivo Nacional. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.88064674.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. 2024. **Caixa de Pecúlio Amigo Germano. Disponível em:** https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A16B43C07FA2A0BA8F4CD412DBB44511.node2?codteor=1205948&filename=Avulso+-PL+1123/1959. Acesso em: 28 maio 2024.

UBERABA. Lei nº 2.136, de 1971. Concede auxílio a entidade que menciona. Câmara Municipal de Uberaba, 1971. Disponível: <http://leismunicipa.is/egwaf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

Fontes documentais

ATA DE FUNDAÇÃO DA CASA IRMÃ GERMANA. 13 set. 1969. [S.l.]: Arquivo do Museu João e Maria.

BRASIL. Departamento Nacional da Criança. **O Bem-Estar da Criança**. Rio de Janeiro, 1963.

CAPEMI. **A espiritualidade e a obra de Fabiano**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Acervo pessoal de Márcia Laina da Luz Silveira.

CAPEMISA. **60 anos CAPEMISA Seguradora: uma missão de amor**. Escritório de Histórias, 2020. Disponível em: <https://www.capemisa.com.br/a-capemisa/historia/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

FERNANDES, Moacyr. Entrevista concedida ao Escritório de Histórias. *In: 60 anos CAPEMISA Seguradora: uma missão de amor*. NEVES, Isabella Verdolin (Org.). Escritório de Histórias, 2020.

SILVA SOBRINHO, Ananias Antônio da. **Certificado do Curso de Visitante Social**. 1967. Documento pessoal. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

SILVA, Celeste Maria da. **Certificado do Curso de Visitante Social**. 1967. Documento pessoal. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

SILVA SOBRINHO, Ananias Antônio da. **Curriculum Vitae**. [S.d.]. Documento pessoal. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

ESTATUTO DO LAR FABIANO DE CRISTO. **Arquivo do Museu João e Maria**. Rio de Janeiro, 1962.

LAR FABIANO DE CRISTO. **Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª faixa.** [S.l.: [s.n.], [s.d.] b. Acervo particular de Edilene Alexandra Leal.

LAR FABIANO DE CRISTO. **Apostila do curso auxiliar assistencial:** diretrizes. [s.l.: [s.n.], [s.d.] c. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

LAR FABIANO DE CRISTO. Apostila do curso auxiliar assistencial: Unidade VII: técnicas assistenciais: fatores sócio-econômicos que levam ao desajustamento - gradação da ajuda - grau de necessidade. [s.l.: [s.n.], [s.d.] d. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

LAR FABIANO DE CRISTO. Educação do espírito: proposta metodológica. Rio de Janeiro: CC&P Editores, 2001. Acervo particular de Marcia Laina da Luz Silveira.

LAR FABIANO DE CRISTO. Estatuto do Lar Fabiano de Cristo. Rio de Janeiro, 1972. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

LAR FABIANO DE CRISTO. Estatuto do Lar Fabiano de Cristo. Rio de Janeiro, 1962. Acervo do Museu João e Maria.

LAR FABIANO DE CRISTO. Relatório. 1979. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

LAR FABIANO DE CRISTO. Relatório Lar Fabiano de Cristo. 1980. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

LAR FABIANO DE CRISTO. As casas de terceira faixa. [s.l.: s.n.], [s.d.] a. Acervo CAPEMISA Instituto de Ação Social.

LIVRO DE ATAS DO LAR FABIANO DE CRISTO. Termo de abertura. Rio de Janeiro, 1958. Acervo do Museu João e Maria.

REGISTRO DE IMÓVEIS. Escritura de compra e venda nº 28.313. Livro 29, folha 11, Registro de Imóveis de Uberaba, 28 nov. 1969. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

REGISTRO DE IMÓVEIS. Matrícula do imóvel nº 15.351. Livro 2. Registro de Imóveis de Uberaba, 08 mar. 1983. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

Jornais e Revistas

A FLAMA ESPÍRITA. 9 jan. 1971. p. 1. Edição 2.351. Arquivo Público de Uberaba.

ALMANAQUE EU SEI TUDO. Edição 0037, 1957. p. 99. Hemeroteca Digital Brasileira.

ALMANACH UBERABENSE PARA 1903. Ano II. 1903. Acervo do Arquivo Público de Uberaba.

CAPEMI INFORMA. Caixa de Pecúlio dos Militares Benéficos, Assessoria de Relações Públicas. n. 62, [S.l.: [s.n.], 19--]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

CAPEMI INFORMA Caixa de Pecúlio dos Militares Beneficentes, Assessoria de Relações Públicas. Ano 4. n. 65. dez. 1973. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

CEAPS EM NOTÍCIA. Ano I, n. 01, set. 1982. p. 1. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

CORREIO BRAZILIENSE, 16 out. 1974, p. 11. Edição 04616. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO CATÓLICO, 01 set. 1956, p. 6. Edição 2152. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.

CORREIO CATÓLICO, 06 set. 1954, p. 3. Edição 1600. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.

CORREIO CATÓLICO, 02 out. 1954, p. 1. Edição 1631. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.

CORREIO CATÓLICO, 12 abr. 1957, p. 3. Edição 2330. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.

CORREIO DA MANHÃ, 18 fev. 1940, p. 3. Edição 13892. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ, 09 nov. 1970, p. 15. Edição 23795. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. 19 dez. 1970. p. 19. Edição 23830. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ, 04 jan. 1971, p. 11. Edição 23841. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. 18 fev. 1972. p. 8. Edição 24186. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. 15 dez. 1972. p. 14. Edição 2443. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ, 01 set. 1973, p. 7. Edição 24658. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO DA MANHÃ. 26 abr. 1973. p. 7. Edição 24553. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO, UNIVERSAL, 31 jul. 1857. Edição 00208. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 09 jun. 1852, p. 2. Edição 160. Hemeroteca Digital Brasileira.

CORREIO MERCANTIL, E INSTRUCTIVO, POLÍTICO E UNIVERSAL, 16 jun. 1852, p. 2. Edição 16. Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DA MANHÃ. 04 jan. 1971. p. 11. Edição 23841. Hemeroteca Digital Brasileira.

DIÁRIO DA NOITE. 16 set. 1955. p. 3. Edição 09409. Hemeroteca Digital Brasileira.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 18 fev. 1940. p. 5. Edição 05310. Hemeroteca Digital Brasileira
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Edição 09573, 17 jan. 1954. p. 13. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03 jan. 1958, p. 13. Edição 10780. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 01 jan. 1960, p. 4. Edição 11390. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09 dez. 1967, p. 6. Edição 13822. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 jul. 1969, p. 7. Edição 14327. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23 mar. 1972, p. 7. Edição 15155. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 21 jul. 1972. p. 8. Edição 15256. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 03 set. 1972, p. 8. Edição 15294. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 10 set. 1955. p. 12. Edição 00156. Hemeroteca Digital Brasileira.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. 25 set. 1977. p. 2. Edição 259. Hemeroteca Digital Brasileira.
- JORNAL DA CAPEMI. 1984. Ano XI, n. 47. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.
- JORNAL DA CAPEMI. 1984. Ano XI, n. 49. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.
- JORNAL DA MANHÃ. 14 nov. 1979. p. 05. Edição [número não informado]. Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.
- JORNAL DE UBERABA. 10 set. 2003. p. 5. Acervo particular de Edilene Alexandra Leal.
- JORNAL DE UMBANDA. Edição 0049, 1954. p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira.
- JORNAL DO BRASIL, 14 dez. 1972, p. 6. Edição 238B. Hemeroteca Digital Brasileira.
- JORNAL DO COMMERCIO, 24 dez. 1890, p. 2. Edição 00358. Hemeroteca Digital Brasileira.
- JORNAL DO DIA, 18 set. 1955, p. 16. Edição 02585. Hemeroteca Digital Brasileira.
- LAR CATÓLICO, 16 dez. 1956, p. 11. Edição 51. Hemeroteca Digital Brasileira.
- LAVOURA E COMÉRCIO, 19 dez. 1915, p. 1. Edição 1830. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.
- LAVOURA E COMÉRCIO, 07 out. 1917, p. 2. Edição 2018. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.
- LAVOURA E COMÉRCIO, 17 jan. 1959, p. 2. Edição 14799. Hemeroteca Digital do Arquivo Público Mineiro.

LAVOURA E COMÉRCIO, 23 jan. 1978, p. 6. Edição 19896. Hemeroteca Digital Brasileira.

REFORMADOR. 15 jan. 1884, p. 1. Edição 27. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 15 set. 1887, p. 3. Edição 116. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 15 jun. 1897, p. 1. Edição 343. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 15 ago. 1906, p. 16. Edição 16. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 1 fev. 1933, p. 28. Edição 3. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR, 01 dez. 1937, p. 7. Edição 00023. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 1 jan. 1959, p. 19. Edição 1. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 1 out. 1980, p. 33-34. Edição 1819. Federação Espírita Brasileira.

REFORMADOR. 1 maio 2006, p. 10. Edição 2.126. Federação Espírita Brasileira.

REVISTA CAPEMI. 1974. Ano 5, n. 67. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

REVISTA CAPEMI. 1978. Ano 8, n. 74. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

REVISTA CAPEMI. 1980. Ano 10, n. 75. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Sites Consultados

ARQUIVO NACIONAL. Portal de Estudos do Brasil Republicano. **Longe dos olhos:** as políticas de encarceramento de crianças e jovens pobres ao longo do século XX. 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/127-menores-2.html>. Acesso em: 21 mar 2023.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Wagner do Nascimento:** biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74132/biografia>. Acesso em: 18 set. 2024.

CAPEMISA. **História.** 2020. Disponível em: <https://www.capemisa.com.br/a-capemisa/historia/>. Acesso em: 10 out 2023.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Ponto IV. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.** [s.l.]: FGV, [20--]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>. Acesso em: 10 abr. 2023.

GOOGLE MAPS. 2024. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/RnnpqCqBKUySBBje9>. Acesso em: 27 ago. 2024.

INSTITUTO DE CULTURA ESPÍRITA DO BRASIL. **Professora Zita Flora de Almeida.** Disponível em: <https://www.portaliceb.org.br/wordpress/?p=1065>. Acesso em: 28 mar. 2017.

INSTITUTO ESPÍRITA AMIGO GERMANO. **Fotos**. Disponível em:
<http://ieamigogermano.com.br/index.php/fotos/>. Acesso em: 30 maio 2024.

INSTITUTO ESPÍRITA AMIGO GERMANO. (1953). Disponível em:
<http://ieamigogermano.com.br/index.php/fotos/>. Acesso em: 30 maio 2024.

IRMÃS DE CARIDADE DE NOVA YORK. **Nossa história**. [2022?]. Disponível em:
<https://scny.org/about-us/our-history/>. Acesso em: 31 mar 2023.

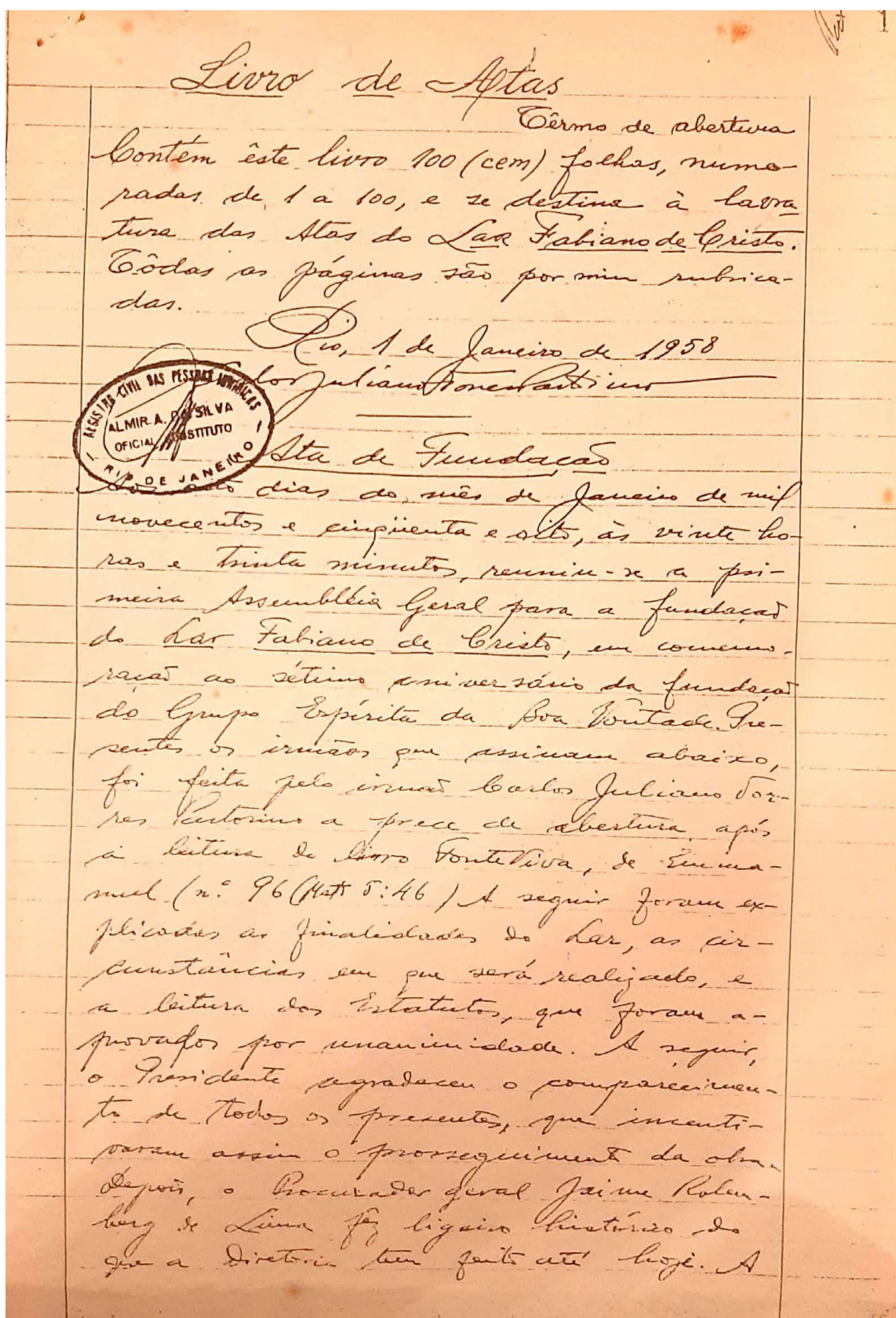
LAR FABIANO DE CRISTO. **Mantenedora**. Disponível em:
<https://lfc.org.br/institucional/certificados-e-premiacoes/>. Acesso em: 10 out 2023.

LIMA, Luismar Ornelas de. **Zita Flora retornou ao "Nosso Lar"**. Correio Espírita, junho 2017. Disponível em: <https://www.correioespirita.org.br/categorias/artigos-diversos/2454-zita-flora-retornou-ao-nosso-lar>. Acesso em: 9 out. 2024.

OLIVE, Flávio. Boletim SEI: mais de duas mil edições a serviço da divulgação espírita. **O Consolador**, ano 4, n. 179, Rio de Janeiro, 10 out 2010. Disponível em:
<http://www.oconsolador.com.br/ano4/179/especial2.html>. Acesso em: 21 out. 2023.

WIKIPÉDIA. **Uberaba**. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Uberaba#/media/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Uberaba.svg. Acesso em: 6 abr. 2025.

ANEXO A - LIVRO DE ATAS: TERMO DE ABERTURA (1958)



(continua)


reunião foi depois encerrada com uma prece,
passando todos os presentes a assinar
a presente ata.

Rio de Janeiro, 8 de Janeiro de 1958

- | | | | |
|---|------|---|----|
| ✓ | 1. | Vilma Leite Assunção. | OK |
| ✓ | + 2. | Carlos Puliano Tomé Bastos Jr. + | OK |
| ✓ | 3. | Edson Lago. | OK |
| ✓ | 4. | Clara de Almeida F. + | OK |
| ✓ | 5. | Welson Calmon. | OK |
| + | 6. | Jaime Lombardi Junior + | OK |
| ✓ | 7. | Ch. Ruz. Estrada: Augusto Duque Estrada | OK |
| ✓ | 8. | Lygia Sarmiento T. Schuch | OK |
| ✓ | 9. | Walter Gabriel | OK |
| ✓ | 10. | Jorge dos Santos Cabral | OK |
| ✓ | 11. | Barbosa Silva. (por via de) | OK |
| ✓ | 12. | Valentin Zander: Valentin Barros | OK |
| ✓ | 13. | Luiz Lima | OK |
| ✓ | 14. | José Corrêa dos Santos | OK |
| ✓ | 15. | Carlos de S. F. (Roz) Carlos de S. Roz | OK |
| ✓ | 16. | Dna. Goulart | OK |
| ✓ | 17. | Paula | OK |
| ✓ | 18. | João Medeiros | OK |
| + | 19. | Mário Soares | OK |
| + | 20. | George Auguste Gendreau | OK |
| + | 21. | João Antonio Trajmeidj | OK |
| ✓ | 22. | Jose | OK |
| ✓ | 23. | Cauro de Souza Sauro | OK |
| ✓ | 24. | Emice La Roz | OK |
| ✓ | 25. | Lázaro de Oliveira | OK |
| ✓ | 26. | Raíssa Lima Verde | OK |
| ✓ | 27. | Lina Cortinhas Lobo | OK |
| ✓ | 28. | Henrieta de La Roz | OK |
| ✓ | 29. | Albino Almeida de Hollanda Cavalcanti | OK |

(continua)

(conclusão)



30	Albino	+
31	Albino	
32	Albino	
33	Albino	+
34	Maria de Lourdes Monteiro	
35	Esdras de Souza Lemos	
36	Albino	
37	Albino	
38	Albino	
39	Albino	
40	Maria Lussara	
41	Diamantina de Jesus Alexandre de Figueiredo	
42	Odolino de Figueiredo	
43	Abel Gomes de Assumpção	
44	Ulga Leite de Assumpção	
45	Albino de Chenevaz	
46	Edson de Almeida Castro	
47	Albino	
48	Henrique Alves de Lima	+
49	Guilherme Candido Xavier	
50	Albino	
51	Antonio Cyrino da Silva	
52	Albino	
53	Divaldo Pereira Franch	
54	Elza Soares Pereira	

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 ALMIRANTE SILVA, 126 - 2.º - S/ 205
 para registro e apontado sob n.
 do livro "A" n.º 9027
 Registrado sob n.º
 do livro "C" n.º 10
 do REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 O DE CERTIFICADO

Ata da 1ª reunião da Diretoria

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e oito, na Sala da Diretoria da Boa Vontade, rua Acre 47, 9º andar, presentes

ANEXO B - ATA DE FUNDAÇÃO DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1969)

Ata de Fundação e Eleição da Diretoria da Casa de Irmã Germana.

SETEMBRO

Aos treze (13) dias do mês de novembro de hum mil novecentos e sessenta e nove (1969) na cidade de Uberaba, M.G., à rua Capitão Domingos nº 86, em casa de propriedade de sr. Ananias Antônio da Silva Sobrinho, comerciante, presidente da Diretoria da Casa Espírita "Bittencourt Sampaio", casado com dona Celeste Maria da Silva, achavam-se presentes as seguintes pessoas:

Cel. Jaime Rollemberg de Lima
 Elza Pinto de Siqueira Lima
 Ananias Antônio da Silva Sobrinho
 Celeste Maria da Silva
 Francisca Umbelina da Silva
 Paulo Romaldo da Silva
 Nara Dilma da Silva Ribeiro
 Adelia da Silva Farhat
 Nora Cerezinha Elias
 Irma de Oliveira Ribeiro
 Maria de Lourdes Ramos Lima
 Professora José Lemos de Oliveira
 D. Horizontina Horizontina de Oliveira
 D. Aparecida Conceição Ferreira
 Alverana Martins Ferreira
 Celia dos Santos Mendonça

Motivaram essa reunião os assuntos concernentes a fundação de uma casa assistencial pelo Car. Fabiano de Cristo.

Iniciando com uma prece a Jesus pelo bom

(continua)

andamento daquela realização, o cel Jaime Rollemberg de Lima deu todas as explicações necessárias relativas ao assunto em questão, como: movimento de serviço, prestação de contas, distribuição de gêneros aos assistidos, etc. Em discussão o nome para a novel instituição foi aprovado o de Casa de irmã germana, em homenagem à querida protetora amiga da Esfera Espiritual Superior, cujos benefícios de ajuda espiritual todos já haviam recebido. Após a escolha do nome da Casa, foram discutidos os cargos e suas respectivas responsabilidades.

Conforme o Artº 4º - Cap. II - Da estrutura orgânica - do Regulamento das Casas Assistenciais de 3ª faixa.

Artº 4º - A Casa de Irmã Germana constituir-se-á em Unidade Assistencial autônoma, mantida pelo Lar Fabiano de Cristo e administrada por uma Diretoria de, no mínimo, 3 membros, indicados pela Diretoria da Casa Espiritual "Bittencourt Sampaio" e homologados pela instituição mantenedora.

Ficou assim constituída a Diretoria:

Diretora Geral - Celeste Maria da Silva

Diretor Secretário - Celia dos Santos Mendonça

Diretor Tesoureiro - Alberana Martins Ferreira

Reuniram muita alegria e grande entusiasmo no decorrer da reunião em se tratando de importantes tarefas futuras em favor da criança e da recuperação da família para a sociedade, nas classes menos favorecidas.

(continua)

(conclusão)

Essa foi uma grande doação da Capemi (Caixa de Pécúlio dos Militares Beneficente) e do Loar Fabiano de Cristo em favor do irmão que sofre, constituindo assim, mais uma aquisição, no setor assistencial, para Uberaba, que dela muito se orgulhará. Foi lançada à terra mais uma sementeira da Seara do Mestre Jesus que, lá do Alto, abençoa os que têm boa vontade de servir ao seu semelhante.

Esta ata foi lavrada por mim, Diretor Secretário, que a assino e será também assinada pelos demais membros da Diretoria.

Celia dos Santos Mendonça

Beleste Maria da Silva

Nara Dilma Silva Ribeiro

Adelia da Silva Farhat

Nora Terezinha Elias

**ANEXO C – ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DO TERRENO DA CASA DE
IRMÃ GERMANA (1969)**

Cartório do 2.º Ofício

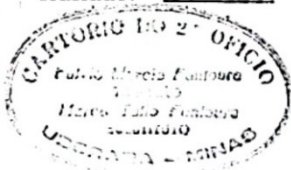
Tabelião *Fulvio Marcio Fontoura*
Tab. Subst. *Marco Tulio Fontoura*
Rua Manoel Borges, 21-A - Telefones 1293 e 3099
UBERABA – MINAS



Livro N.º -297-

Fls.: -11-

Traslado: =PRIMEIRO-



Escritura de compra e venda

Outorgado: LAR FABIANO DE CRISTO.....

Outorgante: JOSÉ PINTO SOBRINHO.....

Valôr: NCR\$ 26.000,00.....

SAIBAM quantos este público instrumento de escritura de compra e venda de bens imóveis virem que, no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil novecentos e sessenta e nove,....., aos vinte e oito (28) dias do mês de n o v e m b r o....., nesta cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, em meu cartório, perante mim, tabelião, compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgante vendedor JOSÉ PINTO SOBRINHO, brasileiro, solteiro, maior, fazendeiro, residente e domiciliado nesta cidade; e de outro lado, como outorgada compradora LAR FABIANO DE CRISTO, sociedade civil, com sede e fôro no Estado da Guanabara, na rua Senador Dantas, nº 117, salas 1.341/45, representada por seu diretor Presidente Carlos Juliano Torres Pastorino e este por seu procurador sr. Jorge Ferreira, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na Guanabara, conforme proclamação lavrada em notas do 9º Ofício da Guanabara, livro 629, fls. 66vº, em 25-11-1969, que fica arquivada neste cartório;.....

capazes e reconhecidos pelos próprios, de mim, tabelião, e das duas testemunhas adiante nomeadas e no fim assinadas, as quais também reconheço, do que dou fé. Em presença das mesmas testemunhas, pelo outorgante vendedor, me foi dito que senhor e possuidor, com livre e geral administração, de um imóvel situado nesta cidade, à rua Capitão Domingos, 995, esquina com a rua José Bonifácio, e que se constitui de uma casa

(continua)

de morada, construída de tijolos e madeiras, coberta de telhas francesas, com quatro cômodos e um alpendre, dotada de instalações elétricas, e o seu respectivo terreno medindo noventa e quatro (94) metros e noventa (90) centímetros de frente para a rua Capitão Domingos, por quarenta e nove (49) metros e cinquenta (50) centímetros de frente para a rua José Bonifácio, confrontando por seus diferentes lados com as duas ruas acima citadas, com a rua Visconde de Abaeté e com Joaquina Sudaria dos Santos; terreno êste havido por compra a Sociedade Eduadora da Infância e Juventude, conforme escritura lavrada neste cartório, livro 178, fls. 151/152, e registrada sob o nº 44.301, em 28 de outubro de 1961, no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca;

que, possuindo o imóvel desta forma descrito, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e hipotecas legais, acha-se contratado com o outorgado comprador para vender-lh'o, como efetivamente, pela presente escritura e na melhor forma de direito, lh'o vende, pelo preço e quantia certa de vinte e seis mil cruzeiros novos. (NCR\$ 26.000,00). ..que confessa já haver recebido, do mesmo outorgado comprador, em moeda corrente da República e na forma abaixo pelo que lhe dá plena e irrevogável quitação, para nunca mais lh'a pedir ou qualquer outra, por motivo da presente venda, obrigando-se, por si, seus herdeiros ou sucessores, a, em todo o tempo, fazer bôa, firme e valiosa esta mesma venda e a responder pela evicção de direito, pondo o referido comprador a paz e a salvo de quaisquer contestações futuras, transmitindo na pessoa dêste todo o direito, ação, posse, domínio e servidões ativas, que até o presente momento tinha sobre o aludido imóvel, para que o consider seu d'ora em diante, havendo-o além disto e desde já por empossado, em virtude da presente escritura e da CLAUSULA CONSTITUTIVA — que o pagamento do preço avençado foi efetuado da seguinte maneira: NCR\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros novos) em moeda corrente da República, que o outorgante confessa já haver recebido e dá plena e geral e irrevogável quitação; NCR\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros novos) representado por oito notas promissórias de NCR\$ 1.500,00 cada uma, com vencimentos mensais e sucessivos a partir do dia 28 de dezembro do corrente ano; NCR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros novos) representado por uma nota promissória com vencimento para o dia 28 de setembro de 1970; que êle outorgante recebe as notas promissórias acima mencionadas "pro soluto", ou seja para liquidação do preço avençado, ficando perfeita e acabada a presente transa

(continua)

(conclusão)

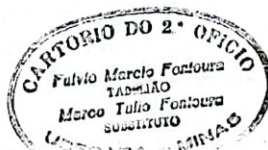
ção, sem qualquer vinculação dos títulos do contrato ora celebrado.

Então, pelo outorgado comprador me foi dito, ante as mesmas testemunhas, que aceita a presente escritura em todos os seus termos, tal como nela se contém e declara, para título, posse e conservação dos seus direitos e por estar conforme os seus ajustes com o vendedor — De como assim o disseram, outorgaram e aceitaram dou fé. Neste ato me foram exibidas certidões que demonstram que o vendedor se acha quite com os cofres estaduais e municipais, 865. que eu, tabelião, dou fé, bem como o bilhete de distribuição n.º 38,452 — datado de h o j e. — O imposto "inter-vivos" devido ao Estado foi pago na importância de NCr\$ 264,34. — (duzentos e sessenta e quatro cruzeiros novos e trinta e quatro centavos, —) conforme se vê da autenticação mecânica feita pela 2.ª Exatoria Estadual de Uberaba, em 27- novembro-69. — na guia expedida por este Cartório, já devolvida e que aqui fica arquivada. Isenta do Imposto de Renda Imobiliário de acordo com o art. 2º decreto 94/67. D E P O I S de escrita esta eu, tabelião, a li em voz alta perante eles que, reciprocamente a outorgaram, aceitaram e assinam com as testemunhas Paulo Renato Goulart e Mauro Fantini, ambos brasileiros, solteiros, maiores, estudantes, residentes edomiciliados nesta cidade, meus conhecidos. Eu, Marisa Rodrigues Vale, escrevente autorizada, a escrevi ratificando a parte impressa Eu, Fulvio Marcio Fontoura, tabelião, do Segundo Ofício que a subscrevo e assino. (a) FULVIO MARCIO FONTOURA. Em 28 de novembro de 1969. (a) JORGE FERREIRA. (a) JOSÉ HINTO SOBRINHO. Testes, (a.a) Paulo Renato Goulart. Mauro Fantini. N A D A M A I S. — Transladada em seguida por mim, tabelião do Segundo Ofício, que a subscrevo e assino, em público e raso. —

Em testº da verdade

[Assinaturas]
Tabelião do Segundo Ofício

MV.



REGISTRO DE IMÓVEIS - 2.º OFÍCIO
UBERABA — MINAS GERAIS
N.º 28.313 do Protocolo 15
Pag. — 200 — Apresentação e REGISTRAÇÃO, hoje no 2.º Registro Geral, sob o n.º 1/15.347.
Uberaba, 29 de junho/1.982
O Oficial: *[Assinatura]*

Cartório de Registro de Imóveis
2.º OFÍCIO
Oficial: Dr. Affonso Renato dos Santos Teixeira
UBERABA — Minas Gerais

ANEXO D – HABITE-SE DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1971)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

“HABITE-SE”

CERTIFICAMOS que, cf/ consta no Processo N.º 608 de 11/3/71 o prédio recém-construído ou, reformado para o Snr. Sar. Fabiano de Cristo, à Rua Cap. Damasceno nº 995-997 foi formalmente VISTORIADO, ao término das obras, por funcionário desta repartição que o achou de acôrdo com o projeto aprovado pela Diretoria de Obras e registrado sob N.º 230 do ano de 19 70, pelo que foi devidamente lançado no Serviço de Cadastro.

Uberaba, 4 de Março de 19 71

[Assinatura]
 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
 Chefe do Serviço Administrativo e Setor de Fiscalização

Fonte: Acervo particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

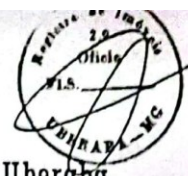
ANEXO E - REGISTRO DE IMÓVEL DA CASA DE IRMÃ GERMANA (1982)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Estado de Minas Gerais



Comarca de Uberaba



REGISTRO DE IMÓVEIS — 2.º OFÍCIO

LIVRO 2 - REGISTRO GERAL

O OFICIAL

MATRÍCULA

15.351

FICHA

001

REGISTRO DE IMÓVEIS

2.º Ofício — Uberaba

29 de junho de 1982

Um imóvel situado nesta cidade, à rua Capitão Domingos, nº 995, esquina com a rua José Bonifácio, que se constitui de uma casa de morada, construída de tijolos e madeiras, coberta de telhas francesas, com quatro cômodos e um alpendre, dotada de instalações elétricas, com a área construída de 76,80 metros quadrados e o seu respectivo terreno medindo noventa e quatro metros e noventa centímetros de frente para a rua Capitão Domingos por quarenta e nove metros e cinquenta centímetros de frente para a rua José Bonifácio, confrontando por seus diferentes lados com as duas ruas acima citadas, com a rua Visconde de Abaeté e com Joaquina Sudaria dos Santos. PROPRIETÁRIO: José Pinto Sobrinho, residente e domiciliado nesta cidade, fazendeiro, solteiro, maior, brasileiro. NÚMERO DO REGISTRO DO TÍTULO AQUISITIVO: 44.301, no 1º C.R.I. local. Dou fé. O Oficial: *[Assinatura]*

R.1-15.351 - DATA: 29 de junho de 1.982. Por escritura pública de compra e venda de 28 de novembro de 1.969, lavrada no 2º Ofício desta cidade, livro nº 297, fls. 11, o proprietário acima mencionado e qualificado vendeu ao LAR FABIANO DE CRISTO, sociedade civil, com sede e foro no Estado da Guanabara, à rua Senador Dantas, nº 117, salas 1.341/45, devidamente representada, pela importância de R\$26.000,00 (vinte e seis mil cruzeiros), o imóvel objeto desta matrícula. Dou fé. Uberaba, 29 de junho de 1.982. O Oficial: *[Assinatura]*

Av.2-15.351 - DATA: 08 de março de 1.983. Certifico que a casa descrita nesta matrícula foi demolida. Certifico mais que o Lar Fabiano de Cristo fez edificar no terreno objeto desta matrícula, as seguintes benfeitorias: 1) um prédio apropriado para assistência social, denominado "Casa de Irmã Germana", emplacado com o nº 997 pela Rua Capitão Domingos, composto de varanda, salão para artesanato, sala para médico, sala para dentista, sala de espera do ambulatório, secretaria, vestiário, barbearia, duas salas para entrevista, pátio coberto, varandas de circulação, quatro salas de aula, refeitório, depósito de mantimentos, sala, corrimão e nove banheiros, com a área construída de 930,50 metros quadrados; 2) uma casa emplacada com o nº 995 pela Rua Capitão Domina-

(continua)

(conclusão)

CONT.

gos, composta de abrigo para carro, varanda, sala, dois quartos, cozinha e banheiro, com a área construída de 76,80 metros quadrados; 3) uma casa para zelador, emplaceda com o nº 64 pela Rua Visconde do Abaeté, composta de sala, dois quartos, cozinha e banheiro, com a área construída de 58,27 metros quadrados; 4) uma garagem para ônibus e um dormitório com banheiro, com a área construída de 86,53 metros quadrados e 5) um cômodo para depósito e anexo dois banheiros e uma área coberta, com a área construída de 73,80 metros quadrados. Certifico mais, finalmente, que esta averbação é feita em virtude do requerimento datado de 03 de março de 1.983, desta cidade, firmado pela interessada, com firma reconhecida, instruído com a respectiva certidão da Prefeitura Municipal desta cidade, comprobatória do alegado e da qual consta que o valor para efeito de lançamento de I.P.U. da casa demolida era de Cr\$22.425,60 (vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros e sessenta centavos) e das benfeitorias construídas é de Cr\$ 659.489,60 (seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e sessenta centavos), tendo sido vistoriadas em 05 de junho de 1.981. (ambg). Dou fé. Uberaba, 08 de março de 1.983. O Oficial: *[Assinatura]*

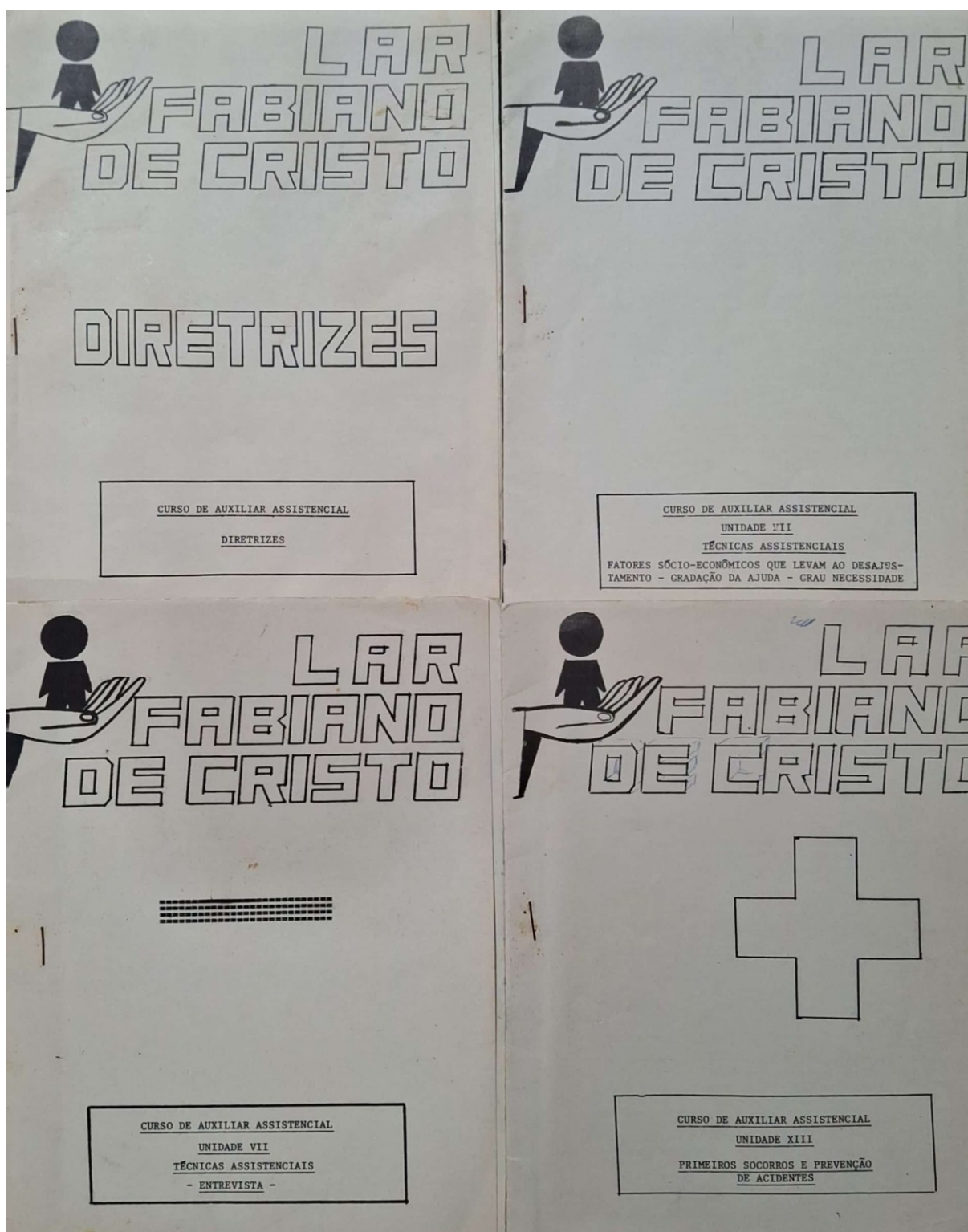
Registro de Imóveis - 2º Ofício
Uberaba - Minas Gerais
Certidão do original arquivado
neste Cartório Dou fé
Uberaba, 08 MAR 1983
O Oficial: *[Assinatura]*

Cartório de Registro de Imóveis
2º OFÍCIO
Oficial: Dr. Afonso Renato dos
Santos Teixeira
UBERABA - Minas Gerais

ANEXO F – CELESTE MARIA DA SILVA

Fonte: Acervo particular de particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

ANEXO G – APOSTILAS DO CURSO DE AUXILIAR ASSISTENCIAL



Fonte: Acervo particular de particular de Nara Dilma Silva Ribeiro.

**ANEXO H – MANUAL “EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO: PROPOSTA
METODOLÓGICA”**



Fonte: Acervo de Márcia Laina da Luz Silveira.

ANEXO I – ANUÊNCIA INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA**SOLICITAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL PARA A REALIZAÇÃO DE
PESQUISA**

Prezada Senhora Janete Maria de Cerqueira Figueiredo,

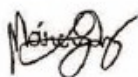
Diretora-presidente da CAPEMISA Instituto de Ação Social

Solicitamos autorização institucional para a realização da pesquisa intitulada **“História da Unidade de Promoção Integral ‘Irmã Germana – Lar Fabiano de Cristo’ em Uberaba/MG (1968-1988)”**, a ser realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia pela pesquisadora Márcia Laina da Luz Silveira, sob a orientação do professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto que tem como objetivo principal contribuir para a compreensão da constituição histórica das instituições filantrópicas de cunho educacional existentes no país voltadas para o atendimento a crianças. A pesquisa utilizará para a propositura investigativa a metodologia de levantamento, coleta e organização de um conjunto diversificado de documentos referentes ao período delimitado da pesquisa, necessitando, portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos no acervo da CAPEMISA (livros de atas, boletins informativos, relatórios anuais, fotografias, acervo do antigo museu João e Maria, revista Capemi, entre outros). Para tanto, gostaríamos de aproveitar o período de 12 a 16 de setembro, por motivo de estar na cidade do Rio de Janeiro realizando pesquisas.

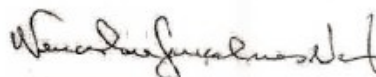
Na certeza de contar com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradeço antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

☒ Concordo com a solicitação () Não concordo com a solicitação

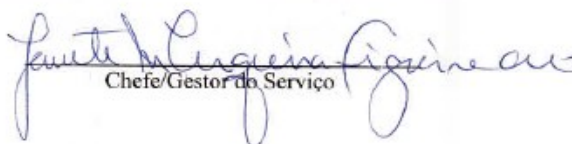
Uberlândia, 27 de julho de 2022.



Pesquisadora responsável



Orientador da Pesquisa


Chefe/Gestor do Serviço